



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Grão-Chanceler • Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor • Professor Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-Reitora • Professora Patrícia Bernardes

Assessor Especial da Reitoria • Professor José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor • Professor Paulo Roberto de Sousa

Consultora Jurídica • Professora Natália de Miranda Freire

Pró-reitorias e Secretarias • Graduação (PROGRAD) - Professora Maria Inês Martins; Extensão (PROEX) - Professor Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira (PROGEF) - Professor Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Logística e Infraestrutura (PROINFRA) - Professor Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação (PROPPG) - Professor Sérgio de Morais Hanriot; Planejamento e Desenvolvimento Institucional (SEPLAN) - Professor Carlos Barreto Ribas; Recursos Humanos (PRORH) - Professor Sérgio Silveira Martins; Comunicação - Professor Mozahir Salomão Bruck; Cultura e Assuntos Comunitários (SE-CAC) - Professora Maria Beatriz Rocha Cardoso; Geral - Professor Ronaldo Rajão Santiago; Arcos - Professor Jorge Sündermann; Barreiro - Professora Lucila Ishitani; Betim - Professor Eugenio Batista Leite; Contagem - Professor Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Professor Iran Calixto Abrão; São Gabriel - Professor Alexandre Rezen-de Guimarães; Serro e Guanhães - Professor Ronaldo Rajão Santiago.

Editora PUC Minas

Diretor • Paulo Agostinho Nogueira Baptista

Coordenação editorial • Cláudia Teles de Menezes Teixeira

Assistente editorial • Maria Cristina Araújo Rabelo

Conselho editorial • Edil Carvalho Guedes Filho, Eliane Scheid Gazire, Flávio de Jesus Resende, Leonardo César Souza Ramos, Lucas de Alvarenga Gontijo, Luciana Kind do Nascimento, Luciana Lemos de Azevedo, Márcio de Vasconcelos Serelle, Pedro Paiva Brito, Renato Alves de Oliveira, Rita de Cássia Fazzi, Rodrigo Baroni de Carvalho, Sérgio de Morais Hanriot, William César Bento Régis.

Contato:

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • Coração Eucarístico • 30535-630 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

Tel.: (31) 3319.9904 • e-mail: editora@pucminas.br

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Chefe • Maria Elisa Baptista

Colegiado • Anna Christina Miana, Antonio Grillo, José Martins dos Santos Neto

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

Editor • Jeanne Marie Ferreira Freitas

Assistente editorial • Leila Freitas Villela

Conselho Editorial Científico • Jeanne Marie Ferreira Freitas (PUC Minas - Presidente), Aurélio Muzzarelli (Università di Bologna / Itália), Brian Lawson (The University of Sheffield / Inglaterra), Carlos Antônio Leite Brandão (UFMG), Cláudia Damasceno (Université de Paris / França), Cláudio Lister Marques Bahia (PUC Minas), Fernando Luiz Camargos Lara (University of Michigan / EUA), Heloísa Soares de Moura Costa (UFMG), Marcio Cotrim Cunha (UFPB), Paulo Ormino (UFBA), Ricardo Moretti (PUC Campinas), Silke Kapp (UFMG), Sônia Marques (UFRN).

Projeto gráfico • Antonio Carlos Dutra Grillo / Leila Freitas Villela / José Augusto Barros

Diagramação • Leila Freitas Villela

Revisão • Bruno Augusto Martins da Cruz

Contato • E-mail: cadernos.au@pucminas.br – Tel. / Fax: (0xx31) 3319 4264 – Endereço: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas • PUC Minas – Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Av. Dom José Gaspar 500 Prédio 47 sala 227 - Bairro Coração Eucarístico – 30535-901 – Belo Horizonte – MG – Minas Gerais – Brasil

Doações e permutas • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi / Setor de Periódicos – Av. Dom José Gaspar, 500 Prédio 26 – Bairro Coração Eucarístico – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil – Tel/Fax: (0xx31)3319 4175 – e-mail: bibpe@pucminas.br

Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

Versão digital

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>

Produção

Os Cadernos de Arquitetura e Urbanismo são produzidos, desde 1993, pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. O periódico semestral possui versão digital na íntegra.

Linha editorial

Os Cadernos dedicam-se à divulgação de trabalhos técnico-científicos relacionados à área de Arquitetura e Urbanismo, especialmente os vinculados às atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.

O periódico adota uma política de qualidade e diversidade temática. Publica artigos resultantes de projetos de pesquisa, decorrentes de dissertações de mestrado e teses de doutorado, relacionados ao ensino da Arquitetura e Urbanismo, artigos de revisão, resenhas de livros e entrevistas.

Esporadicamente, publica números temáticos, organizados com base em eventos, atividades específicas de ensino, extensão e pesquisa, ou temas comuns aos trabalhos aceitos.

Público-alvo

O público caracteriza-se por profissionais e estudantes da área de Arquitetura e Urbanismo e também, dada a característica multidisciplinar desse campo do saber, por aqueles de áreas correlatas, como Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Engenharia Civil, entre outras.

Estrutura editorial

A seleção de trabalhos observa criteriosa tramitação, envolvendo processo contínuo de recebimento de artigos, avaliação às cegas por um corpo de pareceristas altamente qualificado, com submissão a, pelo menos, dois pareceristas, retorno aos autores, revisão de normalização e de linguagem, e verificação final pelos autores. Todo o processo editorial é gerenciado por meio do sistema SEER, no portal dos Cadernos.

Indexadores

O periódico está indexado nas bases: ICAP – Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>) e Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (<http://www.latindex.unam.mx/>). Periódico preservado pela Rede Cariniana / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (<http://cariniana.ibict.br>).

Periódico cadastrado no CCN (Catálogo Coletivo Nacional), sob o nº 091873-3.

Visibilidade

Os acessos via portal eletrônico são monitorados pelo Google Analytics, que registram milhares de acessos mensais, provenientes de dezenas de países de todos os continentes.

Submissão de trabalhos / normas de apresentação

A submissão de trabalhos é feita por meio do Portal Eletrônico dos Cadernos, em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>, onde estão disponíveis, também em inglês e espanhol, as normas para a apresentação de trabalhos.



Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

volume 24, número 34

1º semestre de 2017

ISSN 1413-2095 (versão impressa)

ISSN 2316-1752 (versão eletrônica)

C122 Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. – v.1, n.1 (abr. 1993-). –
Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 1993- .
v.
Semestral
ISSN 1413-2095 – versão impressa
ISSN 2316-1752 - versão eletrônica em 2003
1. Arquitetura - Periódicos. 2. Planejamento urbano – Periódicos.
I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

CDU: 72(05)

SUMÁRIO

Apresentação.....8

ANTONIO CARLOS DUTRA GRILLO

Natureza-Ornamento: a arquitetura morfogenética do Art Nouveau contemporâneo10

DIOGO RIBEIRO CARVALHO

*NATURE-ORNAMENT: the morphogenetic architecture of contemporary Art Nouveau •
NATURALEZA-ORNAMENTO: arquitectura morfogenética del Art Nouveau contemporâneo*

Os traços das arquiteturas modernas de saúde em Salvador.....58

ANA CAROLINA DE SOUZA BIERRENBACH

*The traces of modern healthcare architecture in Salvador • Ideales Los indicios de las
arquitecturas modernas de salud de Salvador*

Contrassenso nas estimativas fundiárias para habitação social.....106

TOMÁS ANTONIO MOREIRA

JOANA APARECIDA ZAVAGLIA MASCARENHAS TORRES RIBEIRO

GISELA CUNHA VIANA LEONELLI

*Nonsense in the land estimates for social housing • Disparates en las estimaciones de
tierra para vivienda social*

Estudo de impacto de vizinhança: avaliação após 15 anos de estatuto da cidade.....140

FABIANA WUTRICH

*Neighborhood impact study: evaluations 15 years after the city statute • Estudio de
impacto urbano: evaluación 15 años después del estatuto de la ciudad*

Refuncionalização: transformações na paisagem de Ouro Preto/MG....180

VICTOR LACERDA DA CUNHA
ALTINO BARBOSA CALDEIRA

*Refuncionalization: transformations in the landscape of Ouro Preto/MG •
Refuncionalización: cambios en el paisaje de Ouro Preto/MG*

O uso do espaço residencial na cidade de São Paulo durante o período colonial.....218

ROGÉRIO NOVAKOSKI

*The use of space houses in Sao Paulo City during colonial period • El uso del espacio
residencial en la Ciudad de Sao Paulo durante el periodo colonial*

MHAM - A história e a casa da nobreza maranhense do séc. XIX.....248

GIOVANNA JANSEN DUAILIBE

*MHAM - The history and the house of maranhense nobility of the 19th century • MHAM
- La historia y la casa de la nobleza maranhense del siglo XIX*

**TRABALHOS
ACADÊMICOS**

A arquitetura de uma constelação286

ALEXANDRE MESQUITA SILVA BOMFIM

The architecture of a constellation • La arquitectura de una constelación

Normas para apresentação de trabalhos.....325

Norms for submission of papers • Directrices para presentación de documentos

APRESENTAÇÃO

Antonio Carlos Dutra Grillo¹

De cara nova

Os *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas*, lançados em 1993, completam 25 anos de existência. Uma das tônicas de nosso periódico sempre foi o cuidado com sua diagramação, a partir de um projeto gráfico concebido com esmero. Neste número, comemorando seus 25 anos, inauguramos uma nova programação visual para o periódico, a partir de novas premissas de leitura.

Os *Cadernos* iniciaram sua produção em 1993 na forma impressa, e em 2003 passamos a disponibilizar também a versão digital. Desde o número 30, de 2015, passamos a veicular apenas a versão digital, mas mantendo a mesma diagramação da revista impressa. O site dos *Cadernos* está abrigado no Portal de Periódicos Eletrônicos da PUC Minas, onde os textos de todos periódicos são disponibilizados em *pdf*. A versão digital nesse formato implica em um desafio de diagramação, uma vez que uma mesma imagem de texto é lida em aparelhos eletrônicos de diferentes dimensões, e também a partir do texto impresso. Frente a esse desafio, e cuidando para manter o apuro estético que sempre pautou nossa publicação, resolvemos repensar nosso projeto gráfico.

O formato da página e a diagramação do texto foram concebidos de modo a compatibilizar, de maneira otimizada, uma boa leitura dos textos em *pdf* tanto nos diversos meios digitais – computadores, *tablets* e celulares – como na forma impressa. A estratégia foi trabalhar com a leitura de uma única página nos aparelhos de tela menor – celulares e *tablets*, e de duas páginas nos de tela maior – *notebooks* e PCs. O

formato da página foi pensado de modo que duas páginas ocupassem toda a tela do computador; já o bloco de texto de cada página foi enquadrado em uma proporção 9:16, para leitura em *zoom* no celular. Assim, nos celulares, cada página aparece inteira na tela, com o texto bloqueado na mesma proporção da tela (9:16), e move-se o texto uma só vez a cada página. E nos computadores, utilizando-se o modo de visualização do *pdf* como "exibição em duas páginas", temos duas páginas inteiras, como uma revista aberta, com as páginas ímpares à direita, em uma diagramação com amplas margens laterais. O tamanho da fonte foi definido para gerar uma leitura confortável em ambas as situações: no caso dos celulares, tomando-se como referência um aparelho com tela de 4,5 polegadas (dimensão a partir da qual é mais comum se ler textos em celulares); e no caso dos computadores, considerando-se *notebooks* com telas de 13 polegadas. Caso se opte pelo texto impresso, recomenda-se a impressão em 2 páginas por folha, o que nos dá uma diagramação semelhante à visualizada na tela dos computadores.

Esperamos que gostem.

Antonio Grillo

1. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, foi Editor dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo de 2008 a 2016, e é o responsável pela nova programação visual dos Cadernos.

NATUREZA-ORNAMENTO: A ARQUITETURA MORFOGENÉTICA DO *ART NOUVEAU* CONTEMPORÂNEO¹

Diogo Ribeiro Carvalho²

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p10

Resumo

O presente ensaio objetiva entender a extensão das noções sobre a natureza nos fundamentos arquitetônicos do movimento *Art Nouveau* no final do século XIX e início do XX. A partir da conexão de conceitos correntes à época – como empatia, abstração, evolucionismo, naturalismo, morfogênese e emergência – pretende-se demonstrar como o complexo natureza-ornamento é traduzido do *Art Nouveau* para a contemporaneidade, enquanto alternativa crítica ao racionalismo.

Palavras-chave: Natureza. Ornamento. *Art Nouveau*. Morfogênese. Emergência.

1. Este artigo toma por base investigação em andamento no doutoramento de Diogo Ribeiro Carvalho, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação de Stéphane Huchet.
2. Arquiteto e Urbanista pela UFMG, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, doutorando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG. Professor do Departamento de Arquitetura da PUC Minas. Contato: crdiogo@gmail.com

NATURE-ORNAMENT: THE MORPHOGENETIC ARCHITECTURE OF CONTEMPORARY ART NOUVEAU

Abstract

This essay aims to understand the extent of the influence of notions about nature in the architectural foundations of the *Art Nouveau* movement in the late nineteenth and early twentieth centuries. The connection of current concepts at the time - such as empathy, abstraction, evolutionism, naturalism, morphogenesis and emergence - intends to demonstrate how the nature-ornament complex is translated from *Art Nouveau* to contemporaneity, as a critical alternative against rationalism.

Keywords: Nature. Ornament. *Art Nouveau*. Morphogenesis. Emergence.

NATURALEZA-ORNAMENTO: ARQUITECTURA MORFOGENÉTICA DEL ART NOUVEAU CONTEMPORÁNEO

Resumen

Este estudio tiene como objetivo comprender el alcance de las nociones de la naturaleza en las bases arquitectónicas del movimiento *Art Nouveau* de finales del siglo XIX y principios del XX. A partir de la conexión de los conceptos actuales en el momento - como la empatía, la abstracción, la evolución, el naturalismo, la morfogénesis y la emergencia - está destinado a demostrar cómo el complejo naturaleza-ornamento se traduce del *Art Nouveau* hasta el contemporáneo, como una crítica alternativa de racionalismo.

Palabras-claves: La naturaleza. Adornos. *Art Nouveau*. Morfogénesis. Emergencia.

O desejo de entender forma em termos de formação é uma das razões que a atenção que os arquitetos digitais dão aos desdobramentos científicos recentes, por exemplo na teoria dos sistemas dinâmicos ou na genética que imprime uma ênfase na propriedade de emergência [*emergence*] concebida como uma capacidade de auto-organização que opera por toda a natureza (PICON, 2010, p.63).

Introdução

O teórico francês Antoine Picon (2010; 2013) relaciona a presença do ornamento na contemporaneidade com a evolução da relação que os arquitetos passaram a ter com digital e com a ciência: a metáfora da natureza. A proposta deste artigo é elucidar como o *Art Nouveau*, entre o final do século XIX e início do XX, informou a constituição da condição ornamental da arquitetura atual. Nossa hipótese é em parte derivada da hipótese evolucionária do teórico e historiador do ornamento Owen Jones (1809-1874): a de que um estilo poderia surgir do ornamento, isto é, um sistema ou uma lógica geral poderia ser construído a partir de teste e evolução de um sistema de menor escala, mas cuja complexidade é transmitida ao longo do tempo. Isso significa que experimentações ornamentais poderiam gerar um sistema ornamental maior e mais complexo, que poderia chegar a uma espacialidade total. A arte decorativa e o ornamento do *Art Nouveau* passam a ser um sistema

especial completo particularmente com Antoni Gaudí, um sistema arquitetônico fundado na lógica da natureza. Se a natureza, hoje complexa, é fundamento para a arquitetura atual, é plausível considerar a possibilidade da configuração de sistemas ornamentais reguladores da forma.

O ensaio seguirá por três tópicos que delinearão a discussão: “Empatia e Abstração”; “O Complexo Natureza-Ornamento”; “Emergência e arquitetura morfogenética”; seguidos da conclusão.

Empatia e abstração

As investigações estéticas no âmbito das sensações tiveram grande força a partir do século XVIII, com discursos de Immanuel Kant (1724-1804) e Edmund Burke³ (1729-1797), e ao final do século XIX e início do XX já se via uma série de discussões nos meios filosófico, artístico, arquitetônico e nos primórdios da psicanálise. Uma das contribuições seminais para o assunto foi a tese de doutoramento do historiador de arte Wilhelm Worringer (1881-1965) – Abstrak-

3. Burke publica em 1757 o tratado de estética *A Philosophical Inquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*. Em 1759 teve sua segunda edição lançada, com a reafirmação de seus conceitos básicos e o acréscimo de novos exemplos e considerações, em resposta às críticas publicadas, além de uma introdução ao gosto e uma seção inteira (Poder). É provável que tal introdução tenha sido decorrente do ensaio de David Hume (1711-1776), *On Taste*, publicado apenas dois meses antes do *Enquiry*. Kant publica em 1790 a “Crítica do Juízo”, estabelecendo as bases da estética fenomenológica de Hegel anos depois.

tion and Einfühlung⁴ – que teoriza sobre a lógica dualista de manifestação da arte e particularmente do ornamento ao longo da história, ora fundando-se na abstração, ora na empatia; modos que dependeriam das aspirações dos homens de cada época e lugar, uma espécie de espírito do tempo, mas que viria de urgência e necessidade viscerais. Worringer (1997), dois anos antes da publicação de “Ornamento e Crime” de Adolf Loos (1870-1933), entende que a estética da modernidade passa da consideração da arte do ponto de vista do artista para a impressão do sujeito que contempla a obra, isto é, para a consideração do efeito que uma obra de arte, um objeto ou um espaço têm sobre as pessoas. Esse movimento do objetivismo ao subjetivismo estético no final do século XIX e início do XX culmina na teoria da empatia, formulada fundamentalmente pelo filósofo alemão Theodor Lipps (1851-1914). O objetivo principal de Worringer com seu tratado era demonstrar que o modo da estética da modernidade, que se fundamenta no conceito de empatia, é inaplicável em diversas circunstâncias da história da arte. A empatia seria apenas um dos polos da lógica da produção artística; o outro seria a abstração.

Nós consideramos esse contrapolo uma estética que provém não da necessidade de empatia do homem, mas da sua necessidade de abstração. Assim como a

4. Escrita concluída em 1906 e publicada em 1908. Traduzido para o inglês como *Abstraction and Empathy: A Contribution to the Psychology of Style*, e para o espanhol como *Abstracción y Naturaleza*.

necessidade de empatia como uma pressuposição da experiência estética possui sua gratificação na beleza do orgânico, a necessidade de abstração tem sua beleza na negação da vida do inorgânico, no cristalino ou, em termos gerais, em toda lei e necessidade abstratas (WORRINGER, 1997, p.4) (Tradução nossa).

Nessa definição relacional de empatia e abstração, Worringer faz uma associação entre empatia e as formas orgânicas, entendidas por vivas, e abstração e as formas inorgânicas, entendidas por não-vivas. O autor recupera a teoria estética de Lipps em que se entende que a atividade perceptiva se torna prazer estético no caso da empatia positiva, em que há uma congruência entre “minhas tendências naturais para auto-ativação e a atividade demandada por mim pelo objeto sensual” (WORRINGER, 1997, p.7). É dessa noção tradicional sobre experiência estética que resultam as definições de belo e feio⁵. Isso indicaria, portanto, a pressuposição da existência do processo de empatia em toda e qualquer criação artística a qualquer tempo. Worringer entende que essa pressuposição somente é válida quando a vontade artística de um povo, em local e tempo específicos, está inclinada para a organicidade da vida, isto

5. É interessante observar que na mesma época da formulação da teoria de Lipps, Edmund Burke já discutia os modos de prazer e dor – consideradas paixões opostas – (prazer positivo, dor positiva, prazer negativo e dor negativa), introduzindo mais variáveis na lógica do gosto – como a categoria do sublime – para além de belo ou feio.

é, para o naturalismo de modo geral. Contudo, a tese de Worringer é a de que a tendência decorativa abstrata, a vontade de abstração, está na origem de muitos povos e, inclusive, permanece como tendência dominante em momentos de alto desenvolvimento cultural, em especial nos povos orientais⁶.

Não há, portanto, nenhuma relação causal entre a ornamentação orgânica ou abstrata com a evolução cultural dos povos. Haveria, na verdade, predisposições psíquicas, culturais e religiosas para o desenvolvimento de uma ou outra prática decorativa. Worringer (1997, p.15) indica que a pré-condição para a necessidade de empatia é uma “relação panteística feliz de confiança” entre homem e os fenômenos do mundo exterior, como no caso dos celtas, dos nórdicos e dos gregos com o avançar do tempo. A necessidade de abstração seria o resultado de uma “grande inquietação interna ao homem causada pelos fenômenos do mundo exterior”, configurando-se como um “imenso medo espiritual do espaço” (Idem). A comparação de Worringer com o medo físico de espaços abertos, condição patológica identificada⁷ no homem moderno e agravada ao longo dos séculos XIX e XX, é interessante por ambas se desenvolv-

6. Para exemplos que ilustram essa argumentação, cf. JONES, Owen. A gramática do ornamento.

7. Cf. Trabalhos de Georg Simmel (1858-1918) a partir de *The Metropolis and Mental Life*, de 1903.

erem por uma agravada racionalização, não só do espaço, mas da vida de modo geral, das relações, das crenças, das motivações.

É exatamente esse senso generalizado e exacerbado de racionalidade que levará Adolf Loos a estabelecer uma relação de causalidade entre um Papua e as ornamentações em seu corpo e seus objetos, indicando que o ato ornamental é indício de atraso cultural. De outra maneira, associa a tatuagem na era moderna com a noção de degeneração, imoralidade e perversão.

Os tatuados que não estão presos ou são potenciais ladrões ou aristocratas degenerados. (...) O homem actual, que na sua ânsia interior besunta as paredes com motivos eróticos, é um criminoso ou degenerado. Aquilo que no Papua e na criança é natural é no homem moderno uma manifestação de degeneração (LOOS, 2004, p.224).

Tal argumentação indica a natureza puritana, moralista e higienista de Loos, a qual foi usada como artifício para militar a favor da evolução cultural humana pela supressão da ornamentação. Pela perspectiva de Worringer, essa posição seria a mais radical dentro da necessidade de abstração que se poderia ter à época, especialmente se se considerar que em momento algum Worringer presumiu a ausência do ornamento, mas uma mudança no modo de sua aparição ao longo da história. A vontade de ornamentar sempre exis-

tiu, apenas a natureza dessa vontade artística é que variaria de acordo com as aspirações humanas. Esse embate radical de Loos surge à altura da manifestação arquitetônica e artística de seu oposto, a supremacia naturalista que chega ao seu ápice ao final do século XIX: o *Art Nouveau* que, ao final do século XIX, se mostra como a expressão máxima da vontade de empatia, da preeminência do orgânico sobre o cristalino, do misticismo e do ocultismo sobre o racionalismo. Em última instância, é uma reverência à sabedoria da natureza em detrimento à sabedoria do homem.

A teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882) é apresentada ao mundo em 1859 com *On the Origin of Species*, e teve duas repercussões importantes e opostas na arquitetura: (1) o aumento das investigações sobre o mundo natural – muitos arquitetos passaram a ter interesse no estudo da natureza, que se torna uma das principais fontes nos procedimentos criativos do *Art Nouveau*; (2) a ideia analógica de que se poderia interpretar a história da arquitetura como uma sequência evolutiva garantiu uma série de argumentações para a supressão de estilos arquitetônicos já datados, e do próprio elemento ornamental, em prol de uma arquitetura da modernidade, evoluída e distinta de seus antepassados. O desdobramento da segunda repercussão culmina na atual história da arquitetura moderna. A primeira repercussão é uma das circunstâncias históricas de surgimento do *Art Nouveau* e de seus desdobramen-

tos; evidenciados pela organicidade das formas inspiradas em motivos florais, vegetais e animais e pela sua influência no sistema ornamental de Louis Sullivan (1856-1924) – sua teoria do florescimento – no desenvolvimento do conceito de arquitetura orgânica de Frank Lloyd Wright (1867-1959) nos Estados Unidos, por exemplo.

O complexo Natureza-Ornamento

A lógica estética do *Art Nouveau* é fundamentalmente naturalista. Contudo, não se trata de uma imitação da natureza como ela é, mas do entendimento de como a forma natural se comporta e da tentativa de criação de um novo mundo orgânico nos objetos, nos espaços interiores e exteriores. A tradução, ou mimese, da natureza nas arquiteturas naturalistas e racionalistas se diferem por dualidades: Empíria *versus* Racionalidade. Imaginação *versus* Realidade. Curva *versus* Reta. Particularidade *versus* Generalidade. Empatia *versus* Abstração. Natureza *versus* Homem. Assim, não só a produção humana é distinta em cada caso, mas também o processo de concepção e a mentalidade que fundamentam as práticas.

O conceito *Kunstwollen*, ou “vontade artística absoluta”, que Worringer (1997, p.9) toma emprestado de Alois Riegl, mostra a importância de distinção entre impulso de imitação da natureza e naturalismo. Enquanto o primeiro nada tem de relação com a arte por, apesar de se tratar de uma

necessidade primária do homem, ser, em absoluto, uma habilidade; o segundo é um dos modos como a arte pode se manifestar, regida, portanto, não por habilidade, mas por vontade de criação. Isso implica, necessariamente, uma posição ativa do homem. Observando a arte na história, pode-se construir a hipótese de que a ornamentação é a expressão máxima da arte e manifestação da capacidade criadora e interpretativa do homem⁸. Será na segunda metade do século XIX, não só com o *Art Nouveau*, mas com uma série de publicações de biólogos e evolucionistas, que se reconhecerá cientificamente a lógica formal da natureza como ornamental.

A ideia de tomar emprestado das fontes mais belas da construção e do ornamento [da natureza], de buscar inspiração nos mais belos monumentos concebíveis – a terra, as árvores, as flores, e, lá em cima, o céu – não é mais que o retorno de uma genuína tradição arquitetural (VELDE In DORRA, 1994, p.121).

Ao final do século XIX já era bastante conhecida a “Gramática do Ornamento”, publicada em 1856, do arquiteto inglês Owen Jones (1809-1874), que elaborou uma série de princípios do uso do ornamento a partir de estudos da lógica

8. Cf. RIEGL, Alois. *Stilfragen: Grundlegungen zu einer Geschichte der Ornamentik* (ou em inglês, *Problems of style: foundations for a history of ornament*), de 1893; e BLOOMER, Kent. *The Nature of Ornament: Rhythm and Metamorphosis in Architecture*, de 2000.

ornamental ao longo dos séculos e em culturas distintas. Um dos princípios mais importantes desenvolvidos é o de que “em qualquer período comprometido com a arte, toda ornamentação era enobrecida pelo ideal, e o senso de propriedade nunca era violado por uma representação excessivamente fiel da natureza” (JONES, 2010, p.195). Jones faz tal apontamento no contexto da análise do ornamento no Alhambra, em Granada, Espanha, reconhecendo o ápice da ornamentação moura, resumida no entendimento da lógica na natureza e não em sua cópia.

O alemão Ernst Haeckel (1834-1919) será o biólogo mais importante a construir e defender essa tese a partir da descrição gráfica de inúmeros organismos, inicialmente com a publicação *Die Radiolarien*, em 1862 – um estudo sobre um grupo de organismos unicelulares microscópicos, os radiolários, de impressionante morfologia ornamental, que evidencia uma composição de complexos padrões de simetria remanescentes de cristais (BREIDBACH In HAECKEL, 2012). Haeckel irá continuar suas investigações segundo a noção de que a morfologia das formas orgânicas é análoga à dos cristais⁹, desenvolvendo o que ele chamou de este-reometria orgânica.

Sua ideia era a de que a classificação de formas orgânicas

9. Essa analogia morfológica é particularmente interessante se se considerar o antagonismo proposto por Worringer entre naturalismo e abstração, isto é, entre orgânico e inorgânico ou cristalino.

iria evidenciar níveis cada vez maiores de complexidade, aparentes nas formas exteriores apenas condicionalmente; entretanto, seu tecido iria gradualmente diferenciando-se no curso da evolução. As células individuais, já estruturadas simetricamente, estão integradas nesse tecido; macroscopicamente, elas podem ser parcialmente descritas em termos estereométricos simples, mas elas exibem uma riqueza de padrões complexos em suas estruturas mais finas. Haeckel interpretou essas séries de formas, definidas por tais descrições, como o resultado de uma história contínua das formas de vida. De acordo com sua interpretação, as estruturas básicas da forma orgânica – no caso, células – organizam-se em configurações gradualmente mais complexas. Contudo, organismos que se originam dessa maneira não permanecem inalterados e, sim, são submetidos a outras diferenciações de suas estruturas por meio de herança ou adaptação. Qualquer espécie de uma árvore filogenética é constituída de acordo com regras adquiridas e conservadas ao longo de seu desenvolvimento (BREIDBACH In HAECKEL, 2012). Esse processo evolucionário, que envolve regras pré-estabelecidas, adaptações necessárias e desenvolvimento, é a base de sua “Lei Biogenética”, de 1866.

Essa mesma condição evolucionária é o fundamento da configuração ornamental em arquitetura. A organização do ornamento é rítmica, ou seja, é subordinada a sistemas

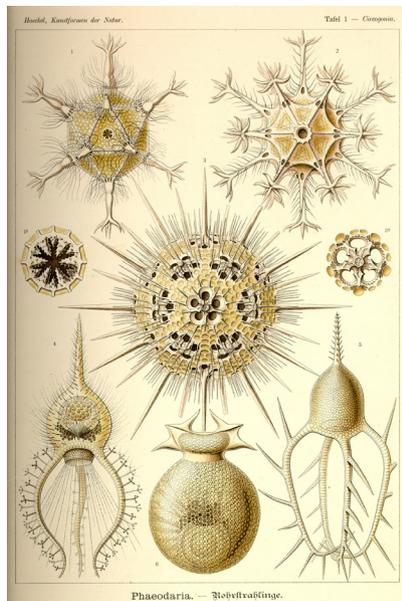


Figura 1 - Classe Radiolária. Plate 1 – *Art Forms in Nature (Kunst-Formen der Natur)* de Ernst Haeckel. Fonte: Kurt Stüber, Online Library (www.biolib.de). Obra de domínio público.



Figura 2 - Classe Radiolária. Plate 61 – *Art Forms in Nature (Kunst-Formen der Natur)* de Ernst Haeckel. Fonte: Kurt Stüber, Online Library (www.biolib.de). Obra de domínio público.

geométricos e de proporção; o ornamento está sempre em relação a algo – física ou simbolicamente – portanto, trabalha a dinâmica de sua forma por meio de metamorfoses (BLOOMER, 2000).

A influência de Haeckel no movimento *Art Nouveau* é considerável, pois se estende desde Louis Comfort Tiffany (1848-1933) em Nova Iorque, a Joseph Maria Olbrich (1867-1908) em Viena, ou ainda, aos trabalhos de August Endell (1871-1918) em Munique. A expressão mais monumental

das formas ornamentais catalogadas pelo biólogo pode ser observada na entrada da Exposição Universal de Paris de 1900, *La Porte Monumental Paris*, na *Place de la Concord*, projetada pelo arquiteto francês René Binet (1866-1911). A estrutura, com um grande domo e três arcos, e sua ornamentação são derivadas da forma de vários radiolários, como *nassellarium* e *porodiscida*¹⁰ (PROCTOR In BINET, 2007). A concepção de tal obra, assim como várias obras *Art Nouveau*, incorpora motivos de um corpo de um trabalho científico que, até então, não tinha sido considerado para a arquitetura e a ornamentação. Em 1893, o jovem arquiteto Binet começa seus estudos sobre natureza a partir da leitura de vários números do *Challenger Expedition*¹¹, disponíveis à época na biblioteca do Museu de História Natural de Paris. Além de Haeckel, haverá diversas influências dos meios científico e arquitetônico que levarão Binet a avançar na hipótese da lógica morfogenética inerente a processos e formas da natureza de servirem de modo e inspiração à arquitetura. René Binet se mostra relevante, não só por ter projetado uma das principais edificações *Art Nouveau* na exposição de 1900 aos 34 anos, mas também

10. No caso, a descrição gráfica de tais organismos encontra-se nas lâminas 65 e 46, respectivamente, do *Report on the Radiolaria (Challenger Report)*, de 1887.

11. O *Challenger Expedition* foi uma série de cinquenta volumes publicados entre 1880 e 1895 por um grupo de cientistas que viajou pelo mundo entre 1873 e 1876 a bordo de um navio de guerra inglês convertido em laboratório, *H.M.S. Challenger*.

pela publicação, dois anos mais tarde, de *Esquisses Décoratives*. Mais que um catálogo decorativo ou ornamental que mostra propostas originais de arquiteturas até joias, evidencia o potencial da lógica metamórfica e adaptativa da



Figura 3 - *Porte Monumental, Place de la Concord, Paris, 1900, de René Binet.*
Fonte: Coleção Digital da *National Gallery of Art de Washington, EUA* (www.nga.gov).

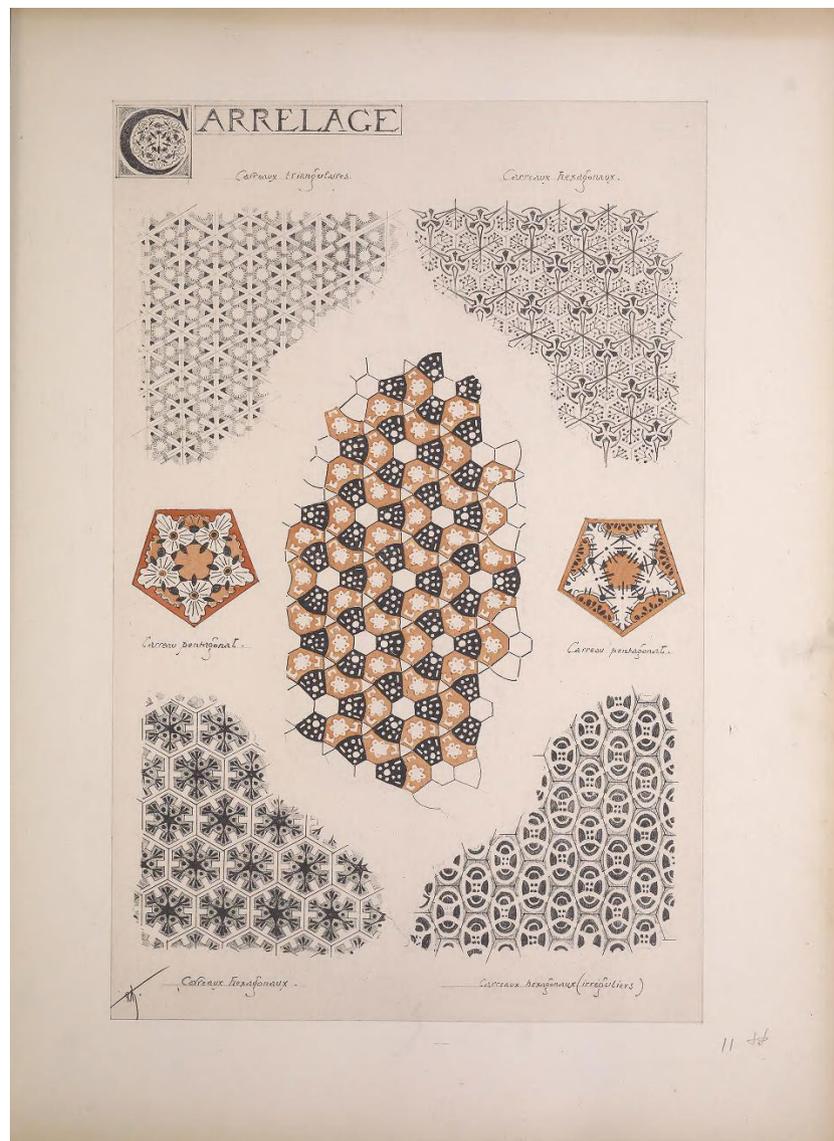


Figura 4 - Ladrilhos de Piso em *Esquisses Décoratives*, de René Binet. Fonte: Coleção Digital da *Biodiversity Heritage Library da Harvard University*, (archive.org). Obra de domínio público.

natureza-ornamento. Trata-se da tentativa de alargamento dos limites da disciplina pelo reconhecimento do potencial de outro campo para geração de novas abordagens espaciais, no caso o caráter evolucionário e ornamental da natureza.

Owen Jones, na última parte da “Gramática do Ornamento”, intitulada “Folhas e Flores da Natureza”, ao abordar a possibilidade da formação de um novo estilo de arte ou novo estilo de ornamento, mostra sua esperança nos jovens do futuro – no contexto de 1856 – e dedica a eles seu livro, o qual poderia mostrar o potencial de desenvolvimento criativo ao estudar atentamente a ornamentação dos antigos e construir o ornamento a partir dos princípios formais e de crescimento evidentes na natureza. Reconhecendo a condição de cópia em que a arquitetura estava inserida à época, com os *revivals* estilísticos historicistas, Owen Jones (2010, p.473-474) faz uma proposição radical e inverte o pressuposto da origem dos estilos, baseada no mito da “invenção súbita” e completa de uma lógica estética: “Vemos razão para acreditar que um novo estilo de ornamento pode ser produzido independentemente de um novo estilo de arquitetura, e, além de mais, que seria um dos meios mais imediatos de chegar a um novo estilo”.

As principais características de uma construção que formam um estilo são, em primeiro lugar, os meios de apoio, em segundo, os meios de cobrir o espaço entre

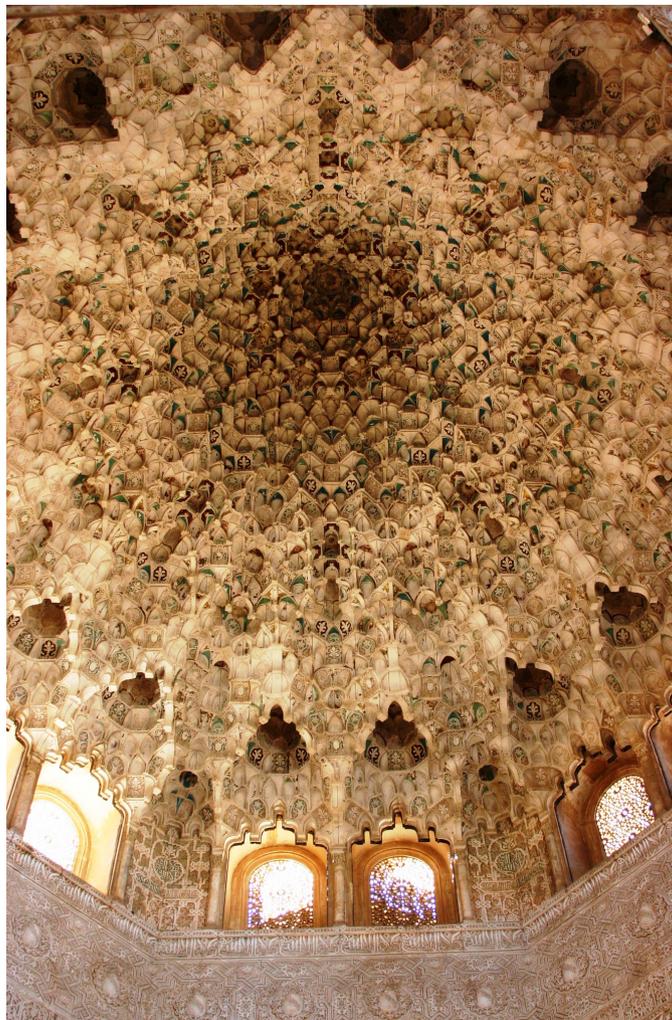


Figura 6 - Cúpula da sala das duas Irmãs evidenciando o trabalho ornamental espacial pela técnica das muqarnas. Fonte: © José Luiz Bernardes Ribeiro / CC-BY-SA-3.0 – Licença *Creative Commons*.

os apoios e, em terceiro, a formação do teto. É a decoração dessas formas estruturais que confere as características ao estilo, e todas seguem tão naturalmente

uma após a outra que a invenção de uma vai determinar o resto (JONES, 2010, p.474-475).

Jones entendia que os ornamentos eram acessórios para a arquitetura, ao mesmo tempo em que os considerava a alma do edifício. A arte decorativa e o ornamento do *Art Nouveau* passam a ser um sistema espacial completo particularmente com Antoni Gaudí, um sistema arquitetônico fundado na lógica da natureza. Enquanto o mundo natural serve de inspiração e referência para toda produção de *design* dentro do movimento, Antoni Gaudí toma a natureza como fundamento, fundação, origem da vida. Sua religiosidade e espiritualidade encaminham seu pensamento em direção à origem divina do mundo, da natureza e do homem, o que o impele a imprimir um “sentido cósmico” (BERGÓS, 1954, p.95) aos seus espaços, da lógica geral formal e estrutural até os detalhes de materiais, figurações e inscrições. Por isso, Gaudí constrói para si uma percepção diferenciada, outro modo de olhar as coisas do mundo, talvez de forma semelhante ao conceito de organicidade de Frank Lloyd Wright.

Este conceito de espaço interior, a primeira e mais vasta integridade é o primeiro grande recurso. É também a verdadeira base para o significado da forma como um todo. Acrescente-se para uma maior clareza conceitual que está na natureza de qualquer edifício orgânico desenvolver-se a partir de seu local, ainda que a interação global esteja já implícita no primeiro recurso. Assim

emerge um organismo do solo em direção à luz sendo esse mesmo solo considerado parte integrante do edifício. Teremos então, em primeiro lugar, o novo edifício como ente Orgânico. Um edifício tão digno como o é uma árvore na natureza (WRIGHT, 2010, p.220).

Roberto Pane, Ignasi de Solà-Morales e outros reconhecem um movimento gradual da obra de Gaudí em direção ao naturalismo, evidente em suas obras de maturidade como no Parque Güell (1900-1914), na Casa Batlló (1904-1906), na Casa Milà (1906-1910) e no Templo da Sagrada Família (1883-1926). Contudo, pode-se construir a hipótese de que a natureza sempre esteve presente enquanto fundamento estético-construtivo nas configurações do arquiteto, desde seus primeiros trabalhos na Casa Vicens (1883-1888), na Casa El Capricho (1883-1885) e na Quinta Güell (1884-1887). Essas edificações são marcadas pela experimentação estilística com o gótico e em especial o Mudéjar, uma mistura hispano-mulçumana, característica exclusiva de certas partes da Península Ibérica. Durante seu tempo de estudante, o livro de Owen Jones *“Plans, elevations, sections and details of the Alhambra”* teve grande influência sobre Gaudí. O entendimento profundo da arte e arquitetura Mudéjar possibilitou tanto a produção de edifícios idiossincráticos e regionalistas, próprios ao lugar, como um pensamento arquitetônico que trabalha dialeticamente a figuração e a abstração. Jones (2010) explica que os árabes e mouros eram proibidos por suas crenças de representar figurativa-



Figura 7 - Referência mudéjar da Casa Vicens de Gaudí. Fonte: © Ian Gampon / CC BY-ND 2.0 – Licença *Creative Commons*.



Figura 8 - Organicidade espacial em escada na Casa Batlló de Gaudí. Fonte: © Chong Ming / CC-BY-AS 3.0 - Licença *Creative Commons*.

mente as formas vivas, o que os levou a interpretar a lógica geométrica e de crescimento das coisas da natureza e atingir a mais alta perfeição na sua ornamentação. Nos padrões geométricos complexos dos ornamentos, estavam imbricadas as leis naturais e, por conseguinte, a lei divina suprema. Se Owen Jones julgava o ornamento mouro como o mais perfeito, John Ruskin considerava a arquitetura gótica¹² como a mais elevada até então, uma posição claramente anticlássica. Sejam pelas circunstâncias geográfica e cultural, sejam pelas influências exteriores, tais modos de ver a arquitetura terão impactos enormes na formação de Gaudí e na construção de sua prática. No recente livro de Lars Spuybroek, *"The Sympathy of Things"*, de 2011, o autor discute as seis características do gótico, a partir do *"The Nature of Gothic"* de Ruskin, que se pode transformar em modos de interpretação da arquitetura de Antoni Gaudí: (1) Selvagem (*"Salvageness"*), que se relaciona a certa ideia de brutalidade, um termo pitoresco, especialmente representando as imperfeições relacionadas com a execução de um projeto pelos operários e artesãos; (2) Mutabilidade (*"changefulness"*), que diz de um sentido de variedade no design, exemplificado na multiplicidade de variações das curvaturas de molduras, dos rendilhados das janelas, das malhas de nervuras das abóbadas; (3) Naturalismo (*"Natu-*

12. Cf. também *"Form Problems of the Gothic"*, de Wilhelm Worringer, publicado originalmente em 1910.

ralism”), que diz da intensa afeição dos operários góticos pelas folhagens vivas e pela natureza de modo geral, que é traduzida nos ornamentos e esculturas – cada folha, galho, nuvem ou pedra são únicos e com suas personalidades; (4) Grotresco (*“Grottesqueness”*), que ocorre em extensão ao Selvagem, tendo a função de estimular a imaginação e mostra-se na presença de figuras monstruosas e de gárgulas; (5) Rigidez (*“Rigidity”*), que diz da interpretação da lógica estrutural gótica como um sistema ativo de suporte e transferência de cargas, análogo aos ossos de um membro ou às fibras de uma árvore; (6) Redundância (*“Redundancy”*), que diz de uma acumulação de detalhes, elementos e ornamentações, que expressaria uma profunda simpatia pela riqueza do mundo físico (SPUYBROEK, 2011, p.13-16).

A fusão das características do Gótico com as do Mudéjar corrobora a possibilidade que Owen Jones proferia sobre o surgimento de um modo arquitetural por meio de um sistema ornamental. Na arquitetura dos mouros, a decoração não só nasce naturalmente da construção, como “a ideia construtiva é executada em cada detalhe da ornamentação da superfície” (JONES, 2010, p.187). Todas as linhas ornamentais surgem umas das outras gradualmente, de modo a torná-las interdependentes para o efeito total contínuo; seu desenho, assim como a percepção do macro ao microscópico de uma árvore ou uma folha, possui uma sucessão de lógicas formais em escalas compositivas do

todo às partes e sempre surge de um ramo ou haste principal. Trata-se de um entendimento do dinamismo de desenvolvimento de um organismo vivo, de uma continuidade e transformação formal natural.

A noção de continuidade em Gaudí é para além de uma composição de linhas ou planos sequenciais. São espaços fluidos e orgânicos como a natureza e o corpo. Uma arquitetura selvagem sugere um crescimento espontâneo e indomável, algo entre o natural e o não-natural construído; cuja mutabilidade está tanto nos detalhes quanto na dinâmica espacial e formal do lugar, como um movimento estático; bela, sublime e grotesca simultaneamente, uma arquitetura com espaços oníricos e fantásticos, em que a cada dobra, reentrância ou passagem há uma surpresa. Trata-se de uma arquitetura que tende para a organicidade constitutiva dos seres vivos, que também é específico e idiossincrático a cada circunstância.

O conceito ruskiano que sintetiza tanto suas prerrogativas quanto as de Gaudí acerca da criação de espaços seja o da *Arquitetura Viva* (*“Living Architecture”*); uma arquitetura que teria “sensações em cada centímetro seu” e acomodaria cada necessidade arquitetural do mesmo modo como os elementos, proporções e provisões de um organismo vivo (RUSKIN, 1989, p.160). Trata-se de um conceito obscuro e de difícil apreensão, apresentado e pouco desenvolvido na *“Lâmpada da Vida”*, mas que tem relações muito próximas

à noção de Empatia de Worringer. A categoria Arquitetura Viva pressupõe a vontade de empatia do espaço para suscitar o movimento de retorno da percepção do corpo e da mente de quem o experimenta. No texto de Ruskin, termos como “substância” e “energia” são postos a caracterizar algo próprio e constituinte de um determinado espaço. Poder-se-ia falar em energia vital de um espaço – comparável à “beleza vital em estética, poder vital nas plantas, força vital nos organismos, e à vitalidade de um corpo ou uma nação” (SPUYBROEK, 2011, p.339) – o que conecta ética e estética e implica uma visão da vida fundada no poder criativo que produz tanto formas animadas como inanimadas. O termo “energia vital”, vinculado à arquitetura, esteve em desuso até pouco tempo – fundamentalmente por ter sido abolida do vocabulário racionalista e, por conseguinte, tomada como irrelevante na maioria das instituições de ensino – e ressurge sob a categoria de “emergência” como fundamento máximo da arquitetura paramétrica e morfogenética corrente.

Emergência e arquitetura morfogenética

O termo “emergência” – *“emergence”*, em inglês, do verbo “emergir” – foi primeiramente utilizado na filosofia pelo inglês George Henry Lewes (1817-1878), em *“Problems of Life and Mind”* (1875), para definir o fenômeno do aparecimento de novas qualidades em um sistema físico quando

da sua passagem de um nível de complexidade para outro, que a princípio não poderiam ser atribuídas às propriedades dos seus elementos constituintes. Um pressuposto, portanto, era que o todo é bem mais que a soma das partes que o constituem.

O termo foi bem aceito à época pela escola inglesa na filosofia e pelas ciências químicas e biológicas. A maior parte dos biólogos, até o final do século XIX, eram “vitalistas” e defendiam a noção de que os organismos vivos possuíam uma energia, ou essência vital, que os animava e impedia seu desenvolvimento. Essa visão era bem distinta dos físicos ortodoxos, que entendiam os seres vivos como semelhantes a máquinas altamente sofisticadas, cujo novo comportamento a cada nível de complexidade era explicável pelas leis básicas da física operando em nível molecular. Os emergentistas, portanto, negavam tanto a existência de uma energia vital como a explicação mecanicista da física reducionista (DAVIES In CLAYTON, 2006). Mas, assim, uma das questões fundamentais passou a ser a própria condição de “estar vivo”, mesmo que nenhum átomo individualmente em um organismo estivesse vivo.

Apesar de o termo ter surgido ao final do século XIX, o filósofo fundamental proponente das teorias emergentistas foi G. W. F. Hegel (1770-1831), com sua filosofia da consciência. A *“Fenomenologia do Espírito”* (1807) oferece uma ontologia temporalizada, cuja categoria do “devir” é

operativa para o sistema da vida, sintetizado na tríade “ser, não-ser, devir”. A oposição entre o ser e o nada é estática e restrita, mas, se postos no tempo, exigem a consideração de um “vir a ser”, do processo de sua autoconfirmação. Isso significa que o ser em si não significa nada, pois o ser está sempre em processo que, mesmo sujeito a influências externas, é fundamentalmente controlado por disposições internas, por exemplo, pela consciência. Essa filosofia do processo influenciou uma geração de filósofos, como o americano William James (1842-1910), o francês Henri Bergson¹³ (1859-1941) e o inglês Alfred North Whitehead (1861-1947).

A filosofia do organismo busca descrever como dados objetivos gradualmente se transformam em satisfação subjetiva, e como ordem nos dados objetivos provê intensidade na satisfação subjetiva. Para Kant, o mundo emerge do sujeito; para a filosofia do organismo, o sujeito emerge do mundo – um “superjecto” ao invés de um sujeito. A palavra “objeto” refere-se à entidade que é potencialmente uma componente da sensação, e a palavra “sujeito” refere-se à entidade constituída pelo processo da sensação, incluindo esse próprio processo (WHITEHEAD, 1978, p88).

13. Sua posição antimecanicista e antirreducionista em relação à ciência, assim como os conceitos de tempo como duração e de intuição como conhecimento – a apreensão imediata da realidade pela “coincidência” com o objeto – foram determinantes para as abordagens da experiência a partir do corpo e da sensação em Deleuze e Didi-Huberman, por exemplo.

O termo “emergência” e suas implicações na ciência foram tomados como irrelevantes com os avanços científicos até a metade do século XX, que explicaram muitas propriedades da matéria e da vida pela elucidação da estrutura fundamental da matéria (na física de partículas – atômicas, nucleares, subatômicas – e na mecânica quântica) e da base molecular da biologia. Um dos principais investigadores emergentistas no início do século XX foi D’Arcy Thompson (1860-1948) com o trabalho *“On Growth and Form”* (1917), no qual argumenta que as formas de plantas e animais poderiam ser entendidas em termos de matemática pura, isto é, da tradução matemática das geometrias naturais presentes nas dinâmicas de crescimento/desenvolvimento e nos processos físicos. Thompson explica as leis que regem a dimensão dos organismos e seu crescimento, a estática e a dinâmica em células e tecidos, incluindo os fenômenos de agrupamento geométrico, membranas sob tensão, simetrias e divisão celular. Explica matematicamente como funcionam as estruturas geodésicas de esqueletos em organismos simples, já registradas por Haeckel desde a década de 1860. Thompson concebia a forma não como algo pronto, mas como um produto de forças dinâmicas que ocorrem em forma de fluxos de energia e de fases de crescimento, semelhante ao pensamento de Ruskin sobre a natureza. O livro teve sua segunda edição em 1942 e a terceira em 1991, quando se volta a haver interesse em recuperar as

origens do estudo sobre morfogênese.

O advento das ciências da complexidade desestabilizou as concepções físico-mecânicas que até então se tinham do mundo. Mais que a coexistência entre caos e ordem na natureza, a noção de derivação da ordem a partir de sistemas caóticos, não-lineares e auto-organizados (autopoiesis) reativou a relevância do conceito de emergência não só na ciência, mas na filosofia, na teoria dos sistemas, na arte e na arquitetura. O emitente físico inglês Paul Davies (In CLAYTON, 2006, p.xi) explica que o uso de simulações computacionais, desde a década de 1960, como uma ferramenta experimental de modelagem de sistemas complexos possibilitou o entendimento de que muitos fenômenos no universo não podem ser previstos apenas com um grupo de equações dinâmicas, mas “são descobertos apenas pelo estudo sistemático das soluções na forma de simulações numéricas”.

O conceito de *autopoiesis*¹⁴ – “auto-formação” – tem sido caro para arquitetos interessados em desenvolver ou aplicar processos generativos para a forma e desde 1980 é o

14. O arquiteto Patrik Schumacher (1961-), sócio em *Zaha Hadid Architects*, é o principal articulador, promotor e teórico do parametricismo em arquitetura e emprega o termo “*autopoiesis*” em seu tratado de mais de 1000 páginas, “*The Autopoiesis of Architecture*,” publicado em dois volumes: “*A New Framework for Architecture*” (2010) e “*A New Agenda for Architecture*” (2011). Schumacher irá considerar a disciplina “arquitetura” como um sistema fechado, auto-referencial. As implicações dessa posição serão discutidas nesse capítulo ainda.

conceito fundamental da morfogênese. O termo foi cunhado pelos neurobiólogos chilenos Humberto Maturana (1928-) e Francisco Varela (1946-2001) com o livro *"Autopoiesis and Cognition: the realization of the living"*¹⁵, no qual propõem uma teoria dos sistemas vivos em que eles são considerados sistemas fechados. O projeto, enquanto um sistema fechado, se desenvolve a partir dos parâmetros internos a ele, ou seja, das regras que o arquiteto/designer/artista escolheu ao seu critério para condicionar e controlar a geração da forma. Enquanto sistema complexo, de muitas variáveis, o uso de *softwares* paramétricos tem sido ferramenta determinante. O sucesso ou insucesso do sistema dependerá, não só dos parâmetros delimitados, mas do modo como se irá lidar com eles.

No âmbito da arquitetura, em 1969, Gordon Pask publica *"The Architectural Relevance of Cybernetics,"* na revista *Architectural Design*, incitando os arquitetos a começar a considerar o espaço construído como um organismo que se adapta a circunstâncias, responde a estímulos e evolui de acordo com princípios de inteligência artificial. Pask (In SPILLER, 2002, p.78) critica a indiferença dos arquitetos com os desdobramentos futuros que seus projetos po-

15. O livro é dividido em duas partes: *"Biology of Cognition"* e *"Autopoiesis: the organization of the living."* Essa segunda parte já havia sido publicada no Chile em 1972 sob o título *"De Maquinas y Seres Vivos,"* mas o termo *autopoiesis* ainda não tinha sido criado, apesar das suas implicações estarem desenvolvidas.

dem ter e invoca a responsabilidade ética de garantir uma evolução “saudável e não cancerígena” da microescala às dimensões urbanas e regionais. Pask especula sobre os potenciais dos projetos assistidos e direcionados por computador e aponta a necessidade de articulação da arquitetura com outras disciplinas para a construção de visões adequadas e amplas do que viria a ser uma arquitetura evolucionária e, sobretudo, para uma “formulação sistemática da maneira como a arquitetura atua enquanto controle social” (PASK In SPILLER, 2002, p.80). Enquanto um dos principais formuladores da cibernética de segunda ordem e da “Teoria Conversacional”, Pask preocupa-se com a dinâmica relacional entre a ambiência e as pessoas, isto é, sobre as circunstâncias, os modos e os graus de controle de cada entidade, uma vez que assumem a dupla condição de controladores e controlados dentro de um sistema auto-organizador. A repercussão de Pask na cultura arquitetônica foi enorme e à época influenciou arquitetos como Cedric Price, John Frazer, o grupo Archigram, Buckminster Fuller, Yona Friedman, Christopher Alexander, Nicholas Negroponte e alunos da *Architectural Association*, instituição com a qual tinha contato próximo.

Da mesma maneira que a influência de Pask foi grande, os modos como os arquitetos interpretaram suas ideias e construíram as suas próprias são também os mais diversos. Um dos desdobramentos importantes foi a contribuição de

John Frazer (1945-) como pesquisador e docente em diversas instituições de ensino, e em especial pela influência de seu livro seminal *"An Evolutionary Architecture"*, lançado em 1995 junto a uma exposição com mesmo nome na *London Architectural Association*. Tratava-se da proposta de um modelo natural para a arquitetura, desenvolvida a partir da investigação sobre modelagem digital de morfogêneses naturais e potenciais aplicabilidades no processo de projeto e de experimentos práticos realizados com seus alunos no estúdio de projeto "Diploma Unit 11", conduzidos com Julia Frazer, entre 1989 e 1996.

44

Uma Arquitetura Evolucionária investiga processos fundamentais de geração da forma em arquitetura, postos em paralelo a uma vasta pesquisa científica por uma teoria da morfogênese no mundo natural. Ela propõe o modelo da natureza como força geratriz da forma arquitetônica. O impressionante poder criativo e de prototipia sem limites da evolução natural são reproduzidos por meio de modelos arquitetônicos virtuais que respondem a variações ambientais. (...). Arquitetura é considerada como uma forma de vida artificial sujeita, como o mundo natural, aos princípios da morfogênese, de códigos genéticos, de replicação e de seleção. O objetivo de uma arquitetura evolucionária é alcançar no ambiente construído o comportamento simbiótico e o equilíbrio metabólico característicos do ambiente natural (FRAZER, 1995, p.9).

Do ponto de vista das teorias da emergência, uma das prin-

cipais questões de que hoje se ocupam a biotecnologia e a bioética é delimitar o limiar entre a matéria viva e a não-viva: quando um agrupamento de átomos, moléculas ou elementos químicos transmutam de um estado inorgânico para atingir uma condição mais complexa e animada? Se o que se tem em comum entre Gaudí e Frazer é o desejo de *animar* a arquitetura, consegue-se perceber lógicas de pensamento semelhantes sobre formações paramétricas derivadas de morfogêneses naturais.

O matemático Benoit Mandelbrot (1924-2010), pioneiro nas teorias da complexidade, escreve em 1983 *"The Fractal Geometry of Nature"*¹⁶. Mandelbrot inicia seu livro com uma provocação aos matemáticos euclidianos que resumiram suas investigações nas formas regulares e simples. O que o impelia naquele empreendimento era a inabilidade dos matemáticos de "descrever o formato de uma nuvem, uma montanha, uma linha costeira ou uma árvore. Nuvens não são esferas, montanhas não são cones, linhas costeiras não são círculos e a casca do tronco da árvore não é lisa,

16. Trata-se da terceira edição em inglês, revisada, reescrita e aumentada, que recebeu o título: *"The Fractal Geometry of Nature."* Segundo o autor, essa edição substitui a primeira versão em inglês, *"Fractals: Form, Chance and Dimension"*, de 1977, que, por conseguinte, substituiu a primeira versão em francês, de 1975, *"Les Objets Fractals: Forme, Hasard et Dimension"*. A inclusão da dimensão "natureza" era um indício da necessidade de aprofundamento científico em dimensões inexploradas, mas reais, do mundo natural, do universo. Apesar de Mandelbrot ter publicado inúmeras pesquisas anteriores a essa publicação, é ela que marca para a ciência formal a origem da Teoria do Caos.

nem o raio viaja em linha reta” (MANDELBROT, 1983, p.1). Os padrões inerentes a essas configurações não haviam sido estudados, pois eram considerados sem forma dentro dos parâmetros euclidianos. O autor propõe então o estudo morfológico do amorfo e uma nova geometria da natureza. O autor sugere o termo fractal a partir do adjetivo latino “*fractus*” e do verbo “*frangere*”, que significa “quebra” ou “criar fragmentos irregulares”. A partir da construção de modelos teórico-matemáticos – sobretudo geométricos – Mandelbrot sugere que a morfogênese de certas configurações naturais amorfas possui regularidade. Essa ordem está implícita não só na complexidade de desdobramento de um padrão, mas na sua qualidade de autossimilaridade escalar. Isso significa que o modo e o “grau de irregularidades e/ou fragmentação são iguais em todas as escalas” (MANDELBROT, 1983, p.1). Com a publicação do livro e subsequente amplo sucesso e influência, biólogos começaram a identificar, por exemplo, padrões fractais em uma série de configurações no corpo humano – na ramificação das artérias e veias; na ramificação dos brônquios, bronquíolos e alvéolos; na rede de neurônios e até no espectro de frequência dos batimentos cardíacos. Leis fractais foram descobertas tanto em fenômenos econômicos, meteorológicos e de dinâmica sísmica, além de sua presença nos mais variados fenômenos da natureza e nas mais variadas escalas. Ao final do século XX, já eram popularizadas fotos evidenciando

as similaridades entre galáxias e átomos (GLEICK, 1988). A biologia evolucionária e vários outros campos passam a ter que rever o modo como abordam a realidade; as escalas macro e micro passam a ser relativizadas (quanto menor ou maior for a escala, mais complexidade se encontra no universo); o cálculo, a representação e a criação de sistemas complexos é possibilitada pelos computadores; os processos passaram a ter um valor maior que o resultado final, uma vez que a noção de estaticidade é substituída pela de dinamicidade (forma por formação).

Uma das práticas arquitetônicas atuais mais radicais que leva ao limite a noção de “estereometria orgânica”, desenvolvida por Mandelbrot, mas lançada por Haeckel no século XIX como um modo de evidenciar uma lei biogenética que desvela semelhanças entre o desenvolvimento morfológico de formas orgânicas e inorgânicas, é a dos arquitetos e programadores alemães Michael Hansmeyer¹⁷ (1973-) e Benjamin Dillenburger¹⁸ (1978-). A partir do projeto “*Digital Grotesque*”, de 2013, eles ganharam notoriedade. Trata-se de uma ambiência ornamental imersiva fabricada digitalmente

17. Atualmente é pesquisador do grupo CAAD (Computer Aided Architectural Design) da Swiss Federal Institute of Technology (ETH) em Zurich. Fez a instalação *Monolith* no Centro de Arte Contemporânea Inhotim, que discute o momento em que a natureza se torna artificial. <http://www.michael-hansmeyer.com/>
18. Atualmente é Professor Assistente na John H. Daniels Faculty of Architecture, Landscape and Design da University of Toronto. <http://benjamin-dillenburger.com/>

e projetada a partir de explorações topológicas complexas e estratégias compositivas digitais derivadas de processos puramente geométricos e determinísticos, sem abertura para incorporar elementos ou procedimentos aleatórios. Algoritmos foram utilizados para criar formas que ao mesmo tempo parecem orgânicas e inorgânicas e que pretendem gerar surpresas pela estranheza e complexidade das dobras e redobras. Os padrões tridimensionais gerados seguem um princípio simétrico, mas ao mesmo tempo possuem formas, tamanhos, movimentos e ritmos variados. O espaço foi fabricado com uma tecnologia de impressão aditiva com areia, que é transformada em arenito artificial. A impressão possui uma resolução de um décimo de milímetro e o espaço possui 3,2 metros de altura e cerca de 16 metros quadrados de área. A tecnologia de impressão 3D por si só já possui um potencial enorme e no *“Digital Grotesque”* foi utilizada de modo impressionante; mas a proposta estética de Hansmeyer e Dillenburger é radical, pois ao levar a ornamentação ao limite do visível e do invisível (da macro à microescala), entre o natural e o artificial (as formas parecem ter surgido de processos naturais de formação e possuem uma plasticidade orgânica que, pelo excesso, tem-se consciência de que são artificiais), entre caos e ordem (o espaço se cria pela transformação de uma dobra em outra dobra, um processo metamórfico fluido que deixa rastro, solidifica-se e evidencia sua formação), a

percepção é desafiada a decifrar o indecifrável.

Assim, conceitos como autossimilaridade escalar, autopoiesis, emergência e dinâmicas não-lineares, evidentes nos vários campos que permeiam a teoria da complexidade,

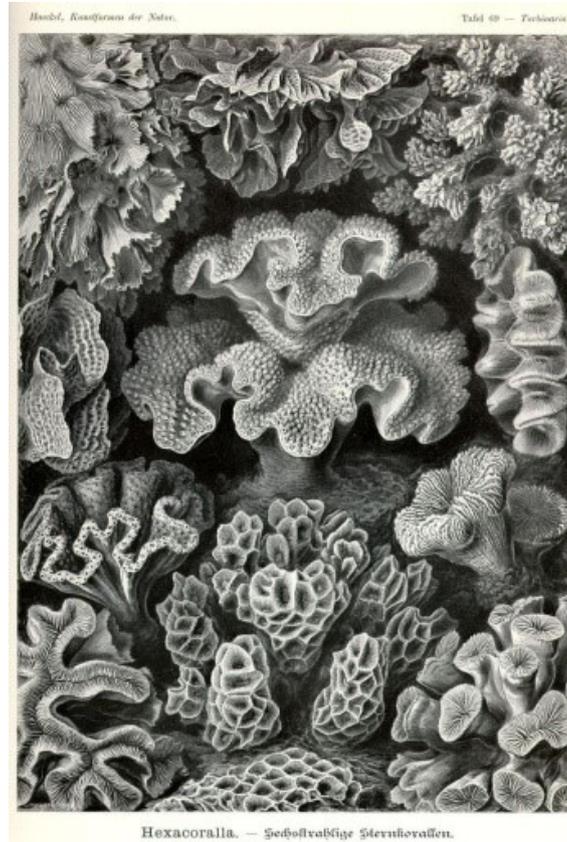


Figura 9 - Corais. Gravura de Ernst Haeckel em "Kunstformen der Natur" (1904).
Fonte: HAECKEL, 2012.

20. Cf. duas edições da AD, uma editada por Marcos Cruz e Steve Pike: "Neoplastic Architecture", vol. 78, no. 6, 2008; e outra por Neil Spiller e Rachel Armstrong: "Proto-cell Architecture", vol. 81, no. 2, 2011.



Figura 10 - Um dos experimentos do projeto Digital Grotesque. Fonte: <http://www.digital-grotesque.com/>

50



Figura 11 - Detalhe ornamental intrincado. Fonte: <http://www.digital-grotesque.com/>



Figura 12 - Imagem que mostra a escala do espaço. Fonte: <http://www.digital-grotesque.com/>

têm sido base para investigações de diversos arquitetos e artistas, não só na vertente biomimética¹⁹ atual, mas recentemente na convergência de suas práticas com a biotecnologia, em especial para a confecção de materialidades bio-sintéticas, em que se pretende a hibridização entre o natural e o artificial. Esse tipo de arquitetura tem sido chamado de "*Protocell Architecture*"²⁰. O complexo natureza-ornamento toma dimensões impensáveis, cujos limites estão desconhecidos.

19. Cf. Janine Benyus: "*Biomimicry: innovation inspired by nature*," 1997. Cf. as duas edições da AD (Architectural Design) editadas por Michael Hensel, Achim Menges e Michael Weinstock: "*Emergence: Morphogenetic Design Strategies*," vol. 74, no. 3, 2004; e "*Techniques and Technologies in Morphogenetic Design*," vol. 76, no. 2, 2006.

Conclusão

Este ensaio teve como pressuposto uma “condição ornamental” para a arquitetura atual e refere-se à natureza do novo panorama que se instala na contemporaneidade que, mesmo com toda sua diversidade, suas limitações e seus potenciais, constitui um momento chave na história recente; é a supremacia do intrincado, do voluptuoso, do exuberante. Esse panorama em expansão demanda um chamado para a reflexão crítica sobre que condição que se quer para o ornamento.

52

O que une as práticas e o *Art Nouveau* é o conceito de padrão inerente aos processos e configurações formais da natureza: as operações de analogia, repetição, variação e diferenciação, embutidas na sua lógica, são seus fundamentos. A necessidade de reconhecimento de padrões naturais é algo intrínseco à percepção humana e pertence a uma longa tradição de descrição e representação da natureza pela filosofia, pela arte e pela ciência. Portanto, faz-se necessário simultaneamente recuar em direção às bases e fundamentos do ornamento histórico e avançar em uma agenda para o ornamento contemporâneo, que deve contemplar, a nosso ver, a natureza para além das dimensões do paramétrico-matemático e do tecno-científico.

É próprio do mecanismo da percepção a construção de significado. Isso significa que as figuras não têm escapatória,

elas serão imbuídas de dimensões simbólicas. Talvez o ornamental, a abertura para o sensível e o simbólico, seja a mesma natureza da arquitetura. Se o ornamento é imbricado na arquitetura, assim também o é a arte: uma epistemologia contemporânea para a arquitetura deve ter a arte como contrabalanceamento da ciência; na verdade, para essas intenções tomarem corpo e haver embrenhamento, somente uma epistemologia das práticas espaciais e do sensível conseguirão atravessar o cientificismo racionalista e acessar a natureza por outras vias.

Referências

ARMSTRONG, Rachel (ed.); SPILLER, Neil (ed.) **ProtoCell Architecture**. London: Wiley, Architectural Design Magazine, vo. 81, n.2, march/april 2011.

BASSEGODA, Joan Nonell. **Gaudí o espacio, luz y equilibrio**. Madrid: Criterio, 2002.

BEESELEY, Philip; BONNEMAISON, Sarah. **On Growth and Form: Organic Architecture and Beyond**. Dalhousie University: Tuns Press and Riverside Architectural Press, 2008.

BERGÓS, Joan. **Gaudí: L'home i L'obra**. Barcelona: Ariel, 1954. 180p.

BINET, René; PROCTOR, Robert; BREIDBACH, Olaf. **From nature to form**. Munique: Prestel, 2007. 96p.

BLOOMER, Kent. **The Nature of Ornament: Rhythm and Metamorphosis in Architecture**. New York: W. W. Norton & Company, 2000. 240p.

BRUNET, Cesar Martinell. **Conversas com Gaudí**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 216p.

BUSH-BROWN, Albert. **Louis Sullivan**. New York: George Braziller,

1960. 128p.

CASANELLES, Eusebi. **Antonio Gaudi**: A Reappraisal. London: Studio Vista, 1967. 256p.

CHU, Carl S. A metafísica da arquitetura genética e da computação. In SYKES, Krista (org.). **O campo ampliado da arquitetura**: Antologia teórica 1993-2009. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p.322-330. Tradução de Denise Bottmann.

CLAYTON, Philip (ed.); DAVIES, Paul (ed.). **The Re-Emergence of Emergence**: The Emergentist Hypothesis from Science to Religion. Oxford: Oxford University Press, 2006. 330p.

COLLETTI, Marjan (ed.). **Exuberance**: New Virtuosity in Contemporary Architecture. London: Wiley, Architectural Design Magazine, vo. 80, n.2, march/april 2010.

CRUZ, Marcos; COLLETTI, Marjan. **The return of the figural**. 2010. Disponível em <http://marcoscruzarchitect.blogspot.com.br/2010/12/return-of-figural.html>

FAHR-BECKER, Gabriele. **Art Nouveau**. Postdam: h.f.ullman, 2012. 425p.

FOCILLON, Henri. **The Life of Forms in Art**. New York: Zone Books, 1992. 190p.

GREENHALGH, Paul. **Art Nouveau**: 1890-1914. New York: Harry N. Abrams, Inc, 2000. 496p.

HEACKEL, Ernst; BREIDBACH, Olaf; HARTMANN, Richard. **Art Forms in Nature**: The Prints of Ernst Haeckel. Munich: Prestel, 2012. 139p. 2ª edição.

HEACKEL, Ernst; BREIDBACH, Olaf. **Art Forms from the Ocean**: The Radiolarian Atlas of 1862. Munich: Prestel, 2013. s/p.

HENSBERGEN, Gijs van. **Gaudí**: a biography. New York: Perennial, 2003. 322p.

JONES, Owen. **A gramática do ornamento**: ilustrado com exemplos

de diversos estilos de ornamento. São Paulo: Editora SENAC , 2010. 504p.

LEACH, Neil. Digital Morphogenesis. In PUGLISI, Luigi Prestinzena. **Theoretical Meltdown**. AD – Architectural Design, v. 71, n.1, 2009. p.33-37.

LEVIT, Robert. **Contemporary Ornament**: The Return of the Symbolic Repressed. Harvard Design Magazine, Spring/Summer 2008, n. 28. 2008. p.1-8.

LOOS, Adolf. **Ornamento e crime**. Lisboa: Cotovia, 2004. 279 p.

MANDELBROT, Benoit. **The fractal geometry of nature**. New York: W. H. Freeman and company, 1983.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. **Antoni Gaudí (1852-1926)**. São Paulo: MASP, 1988. 281p.

MOUSSAVI, Farshid (ed.); KUBO, Michael (ed.). **The function of ornament**. Barcelona: Actar, 2008. s/p.

PAIM, Gilberto. **A Beleza sob Suspeita**: o ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier e outros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 147p.

PANE, Roberto. Nova contribuição ao estudo de Gaudí entre a crítica de arte e a psicologia. In MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. **Antoni Gaudí (1852-1926)**. São Paulo: MASP, 1988. p.16-35.

PAYNE, Alina (ed.); NECIPOGLU, Gulru (ed.) et al. **Histories of Ornament**: From Global to Local. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2016. 453p.

PEVSNER, Nikolaus. **Origens da Arquitetura Moderna e do Design**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 224p. Tradução de Luiz Raul Machado.

PICON, Antoine. **Digital Culture in Architecture**: an introduction for the design professions. Basel: Birkhauser, 2010. 224p.

_____. **Ornament**: The politics of Architecture and Subjectivity. Chichester: John Wiley & Sons, 2013. 168p.

RIEGL, Alois. **Problems of style**: foundations for a history of ornament. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1992. 406p. Tradução para o inglês de Evelyn Kain.

RODRIGUES, José Manuel et al (org.). **Teoria e Crítica de Arquitectura** – Século XX. Lisboa: OASRS, 2010. 1022p.

RUSKIN, John. **Modern Painters**: Part IV. New York: John Wiley, 1863. 421p.

_____. **The Seven Lamps of Architecture**. New York: Dover, 1989. 222p.

_____. **Selections From the Works of John Ruskin**. Cambridge, Massachusetts: The Riverside Press, 2012. 286p. Kindle Edition.

SEMPER, Gottfried. **The Four Elements of Architecture and other writings**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010. 314p. Tradução de Harry F. Mallgrave e Wolfgang Herrmann.

SCHUMACHER, Patrik. **The Autopoiesis of Architecture**: A New framework for architecture. London: Wiley, 2011. Vol.1. 461p.

_____. **The Autopoiesis of Architecture**: A New Agenda for architecture. London: Wiley, 2012. Vol.2. 774p.

SPUYBROEK, Lars. **The Sympathy of Things**: Ruskin and the Ecology of Design. Rotterdam: V2_Publishing, 2011. 400p.

WEINSTOCK, Michael. **The Architecture of Emergence**: Evolution of Form in Nature and Civilisation. London: Wiley, 2010.

WHITEHEAD, Alfred North. **The concept of nature**. Project Gutenberg Ebook, 2006. Ebook n. 18835.

WORRINGER, Wilhelm. **Form Problems of the Gothic**. New York: G. E. Stechert & Co., 1920. Edição: Authorized American Edition. 146p.

_____. **Abstraction and Empathy**: A Contribution to the Psychology of Style. Chicago: Ivan R. Dee, 1997. 144p.

WRIGHT, Frank Lloyd. Em defesa da arquitetura, 1908. In RODRIGUES, José Manuel et al. **Teoria e Crítica de Arquitectura** – Século XX. Lis-

boa: OASRS, 2010a. p.50-60.

ZERBST, Rainer. **Gaudí**: Obra Arquitectónica Completa. Köln: Taschen, 2005. 239p. Tradução: Casa das Línguas, Lda. Tradução: Alberto Marsicano.

Recebido em: 20/02/2016

Aprovado em: 02/12/2016

OS TRAÇOS DAS ARQUITETURAS MODERNAS DE SAÚDE EM SALVADOR

Ana Carolina De Souza Bierrenbach¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p58

Resumo

O artigo apresenta de forma sucinta as arquiteturas das instituições de saúde de Salvador durante a primeira metade do século XX, todas consideradas “modernas”. Aponta suas características iniciais, indica suas importâncias e assinala as suas situações atuais. Para tanto, aplica um método que consiste fundamentalmente na pesquisa e interpretação de “pistas voluntárias” (que são informações claras e repetidas deixadas de um modo propositado nos documentos) e de rastros involuntários (que são informações mais discretas e dispersas deixadas sem intenções tão nítidas).

Palavras-chave: História. Arquitetura Moderna. Salvador.

1. Arquiteta pela FAU-Mackenzie, Historiadora pela FFLCH-USP, mestre pelo PPGAU-UFBA, doutora pela ETSAB-UPC, pós-doutorado pela Università degli Studi di Napoli Federico II. Professora da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. E-mail: linabiba@yahoo.com



THE TRACES OF MODERN HEALTHCARE ARCHITECTURES IN SALVADOR

Abstract

The article presents briefly the architectures of healthcare in Salvador during the first half of the 20th century, all considered “modern”. It specifies their initial characteristics, indicates briefly their importance and their current situations. For doing that the article uses a method that consists mainly in searching and interpreting documents through the “voluntary signs” (which are clear and repeated information left in a deliberate way in the documents) and through the “involuntary tracks” (that are more discreet and dispersed information left without clear intentions).

Keywords: History. Modern Architecture. Salvador.

LOS INDICIOS DE LAS ARQUITECTURAS MODERNAS DE SALUD DE SALVADOR

Resumen

El artículo presenta las arquitecturas de las instituciones de salud de Salvador durante la primera mitad del siglo XX, todas consideradas “modernas”. Apunta sus características iniciales, indica brevemente sus importancias y sus situaciones actuales. Utiliza un método que consiste en la búsqueda y interpreteación de documentos a través de las “pistas voluntarias” (que son informaciones claras y repetidas dejadas en los documentos de un modo deliberado) y de los “rastros involuntarios” (que son informaciones más discretas y dispersas dejadas sin intenciones precisas).

Palabras-claves: Historia. Arquitectura Moderna. Salvador.

“Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto.” Machado de Assis

Em Salvador, existem arquiteturas que pertencem a diferentes momentos. Estão intactas, transformadas, arruinadas ou desaparecidas. Certas arquiteturas recebem reconhecimento e remetem à história da cidade e dos cidadãos. Mas a maior parte das arquiteturas soteropolitanas, especialmente aquelas realizadas no decorrer do século XX, são escassamente reconhecidas e pouco ou nada remetem às histórias locais. Mas, enquanto perdurem traços dessas arquiteturas, por mais precários que sejam, será possível recuperar as suas memórias para contar as suas histórias².

Para que se possa tratar de tais arquiteturas, aplica-se um método para acessar as informações contidas nos documentos. O método consiste na pesquisa e interpretação de pistas voluntárias e de rastros involuntários. Tal método se estrutura basicamente a partir das formulações teóricas de dois autores: Jeanne Marie Gagnebin e Carlo Ginzburg³.

2. Para maiores esclarecimentos sobre o método, vide: BIERRENBACH, Ana Carolina. *Arquiteturas da recordação e do esquecimento: por um reconhecimento das manifestações modernas soteropolitanas*. Salvador, ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA IV, 2013. Salvador, **Anais...**, 2013.

3. Carlo Ginzburg e Jeanne Marie Gagnebin referem-se à utilização desses rastros aparentemente irrelevantes para a reconstituição de diferentes circunstâncias. Ginzburg aponta a conformação de um método histórico “indiciário” que tem seus primórdios

Pistas voluntárias são aquelas deixadas nos documentos de uma forma clara e repetida, com a intenção de perdurar e indicar determinados acontecimentos, tendendo a transmitir e consolidar sempre as mesmas histórias. A arquitetura se apresenta como um documento específico que possui uma forte conexão com as pistas voluntárias: é realizada com abundantes recursos e, supostamente, tem a capacidade de perdurar mais no decorrer do tempo do que outros tipos de documentos. Torna-se, assim, um meio oportuno para a transmissão e consolidação de certos conteúdos referentes àqueles que detêm poderes e influências.

Os **rastros involuntários** são aqueles que se apresentam nos documentos, de um modo discreto e disperso, demandando maior atenção por parte dos pesquisadores para que possam ser captados. Essa situação indica que tais rastros não têm a intenção de se fixarem enquanto pontos de referência capazes de se consolidarem historicamente. A arquitetura também porta em si a possibilidade de permitir acesso aos rastros involuntários. De qualquer modo, a utilização de um olhar atento é fundamental para possibilitar

no caçador que seria o primeiro a “narrar uma história, porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GINZBURG, 2012, p.152). Jeanne Marie Gagnebin também menciona a potencialidade do rastro: “é um fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um animal em fuga, ele denuncia uma presença ausente. (...). Rígorosamente falando, rastros não são criados (...) mas sim deixados e esquecidos” (GABNEBIN, 2006, p.113).

que, a partir do reconhecimento dos rastros involuntários, aconteça a reconstituição de histórias que tendem a permanecer esquecidas.

Mas existe outra possibilidade: as **pistas voluntárias podem se transformar em rastros involuntários**. Isso acontece quando documentos produzidos com determinadas intenções passam a ser lidos a partir das suas contraposições, destacando outros elementos existentes que não são inicialmente previstos para aparecer e transmitir informações. São elementos incontrolados que despontam, tornando possível rastrear traços de outras histórias existentes por detrás das histórias mais notórias que pretendiam ser contadas. O texto usa o método mencionado para apresentar, de modo sintético, as arquiteturas das instituições de saúde realizadas em Salvador durante a primeira metade do século XX⁴. Pretende-se apontar as suas características iniciais, indicar de forma sucinta as suas importâncias e assinalar as suas situações atuais⁵. Há que se considerar que, embora exista um incipiente reconhecimento das suas existências⁶, tais arquiteturas continuam passando despercebidas tanto pelos historiadores quanto pelos cidadãos. É trabalho

4. O marco temporal do texto compreende o começo até meados do século XX.

5. Todos os títulos dos documentos consultados para o artigo são mantidos nas suas grafias originais. Entretanto, quando citados, optou-se por adotar a grafia atual, por ser impossível verificar a situação original da grafia de grande parte deles.

do historiador descobrir essas histórias encobertas pelo descaso e pelo tempo.

Para acessar essas arquiteturas, parte-se de documentos diferenciados: por um lado estão os próprios edifícios remanescentes, fontes primárias privilegiadas de acesso tanto às pistas voluntárias quanto aos rastros involuntários. Por outro lado, há textos e imagens publicados principalmente em dois periódicos (**A Tarde** e **Diário de Notícias**), em algumas revistas (**Etc, Rotary, Técnica**, entre outras) e em alguns boletins médicos. Há que se salientar que a maioria dessas fontes é produzida por instituições públicas ou privadas detentoras de poderes e influências, que tendem a constituir e consolidar determinadas histórias. Mas, tal como indica Carlo Ginzburg, é possível chegar às experiências recalcadas da história a partir das suas próprias manifestações dominantes, que são justamente aquelas que têm maior possibilidade de perdurar no tempo. Ginzburg afirma que “ao escavar os textos, contra a intenção daqueles que o produzem, vozes incontroladas podem emergir”⁷.

6. O DOCOMOMO-BAHIA, atualmente coordenado pelo professor José Carlos Huapaya Espinoza, tem um papel importante para o reconhecimento da arquitetura moderna de Salvador. Também se destacam os trabalhos realizados por Anna Beatriz Galvão, Paulo Ormino Azevedo, Nivaldo Andrade Júnior e Juliana Cardoso Nery. Uma importante referência sobre o tema pode ser consultada em Lins; Santana; Silva, 2012.

7. GINZBURG, Carlo. **Threads and traces: true, false, fictive**. Los Angeles/ Londres: University of California Press, 2012, p.3. Tradução da autora.

Assim, trata-se de usar essas fontes tanto para extrair as pistas voluntárias quanto as involuntárias. Isso se torna necessário na medida em que fontes portadoras daqueles que têm poderes e influências mais escassos dificilmente se mantêm.

Pistas Voluntárias

Pistas voluntárias evocam a existência de um relevante aparato de saúde em Salvador, “com um acervo notável de obras” (MARGEM..., 1937, s/p) que conta com hospitais gerais, especializados e edifícios de assistência hospitalar. Tal acervo parece responder de forma apropriada às necessidades da população.

Existem notícias sobre a obtenção dos recursos, construções, inaugurações e usos desses edifícios. Mencionam-se os esforços e conquistas dos seus realizadores, que são entidades públicas ou particulares, sendo que em determinadas circunstâncias as duas atuam em parceria, com diferentes responsabilidades. As primeiras são compostas pelas diferentes escalas de poder, do municipal ao federal. As segundas contam muitas vezes com a participação de profissionais da saúde e instituições filantrópicas⁸.

A atuação de tais entidades particulares é indicada como fundamental para a estruturação do tratamento de algumas doenças, com a implementação de institutos de pesquisa e com a construção de edifícios. A tuberculose é uma dessas

doenças que tem altíssima taxa de mortalidade na cidade e que possui entidades que assinalam a necessidade da instalação de dispensários, preventórios e sanatórios (SILVEIRA, 1937, p.18). O mesmo acontece com o problema do câncer, também com um obituário com cifras altas, o que indica a importância da construção de um hospital (IMPORTANTE..., 1940, s/p). A proteção à maternidade e à infância também é foco de atenção, com a recomendação de uma estrutura que deve comportar maternidades, hospitais infantis, abrigos maternos, pupileiras, escolas de puericultura, creches e lactários (SILVEIRA, 1937). Nos documentos há referências a hospitais gerais, tanto públicos quanto particulares.

Entre os primeiros está o “imponente” (CONSTRUCÇÃO..., 1935, s/p) **Hospital de Pronto Socorro** (ou Hospital Getúlio Vargas)⁹(Figura 2). Localizado no bairro do Canela, é

8. Com relação ao papel institucional, a partir do primeiro período Vargas (1930-1945), o governo atua por meio de um modelo centralizador com políticas de saúde pensadas de modo unificado e com aplicações nacionais a partir de diretrizes do Ministério da Educação e Saúde. Tal estrutura se mantém no governo Dutra e no segundo governo Vargas, embora cada qual apresente especificidades (COSTA (2011, p.6); HOCHMAN (2005, p.131)). No plano federal a Divisão de Obras do Ministério da Saúde define as diretrizes dos edifícios em todo o país (COSTA, 2011, p.17). Sua atuação estabelece programas arquitetônicos, especifica orçamentos, executa e fiscaliza obras.

9. Arquiteto Chefe da Prefeitura do Distrito Federal. Cia. Construtora Nacional. Inauguração – 18/09/1941. (CIA. CONSTRUTORA..., 1936), (CONSTRUÇÃO, 1935) e (SERÁ..., 1941).

construído em “obediência aos rigores da exigência técnica, quer do ponto de vista arquitetônico, quer do higiênico” (É UMA..., 1936, s/p), dispondo de “amplas e magníficas acomodações” (QUE..., 1938, s/p). O hospital concentra-se em um único bloco em formato aproximado a um “H”, que conta com uma composição escalonar. A fachada principal do edifício apresenta poucos sinais de ornamentação: por um lado articula elementos que possuem dimensões horizontais e verticais, como frisos e colunas; por outro apresenta um equilíbrio entre partes cheias e vazias, a primeira conformada pelas janelas ritmadas, e a segunda, pelos amplos terraços.

Mas o maior destaque fica para o “grandioso” (PAPEL..., 1948, p.3) **Hospital das Clínicas** (atual Hospital Universitário Edgard Santos – HUPES)¹⁰ (Figura 1), situado nas proximidades do Pronto Socorro. Afirma-se que “é construído dentro da técnica moderna, indispensável para a maior imponência e perfeição do edifício” (MARGEM..., 1937, s/p). Sua implantação também assume aproximadamente a forma de um “H”, possuindo uma ala central e quatro alas laterais. Com uma composição escalonar, há uma especial atenção na solução dos cruzamentos e das extremidades

10. Arquiteto Hyppolito G.Pujol Jr., sob as diretrizes do Engenheiro Ernesto Campos; Construtora Emílio Odebrecht. Pedra fundamental – 19/10/1937; inauguração – 22/11/1948 (COSTA (2010), MARGEM... (1937) e REVESTIR-SE-Á... (1937, s/p)).



Figura 1 - Fachada Principal do Pronto Socorro, s/d. Fonte – HUPES



Figura 2 - Fachada principal do Hospital das Clínicas, s/d. Fonte – HUPES

das suas alas. Na ala central destaca-se um corpo que possui na sua parte posterior um auditório semicircular e na parte frontal a entrada principal do edifício. Essa última possui uma ornamentação que adota volutas de inspiração *art déco*. Nas alas laterais não há ornamentação. Suas fachadas também são marcadas pela presença de janelas ritmadas e por extensos terraços contínuos que oferecem ao edifício uma horizontalidade predominante. Trata-se de um edifício monumental que possui um enorme impacto no seu entorno.

O **Hospital Português**¹¹ (figura 3) é instalado inicialmente na Colina do Bomfim. Nos anos 1930 é transferido para o “aristocrático” bairro da Graça, ocupando um casarão que é adaptado para o uso hospitalar e modernizado, adotando na sua fachada principal uma platibanda escalonada. No final da mesma década realiza-se, ao seu lado, um “magnífico” bloco com “salas amplas e arejadas”, que possui, por sua vez, uma volumetria escalonada. Tal recurso possibilita que os dois blocos estabeleçam um diálogo entre seus elementos escalonados. Segundo notícias, o edifício mais recente tem uma “bela fachada, muito simples” (OBRA..., 1938, s/p). De fato, quase não conta com decorações, apresentando apenas um friso que separa a sua base e seu corpo

11. Construtora Odebrecht. Adaptação do bloco antigo – 08/03/1931; inauguração novo bloco – 29/05/1938; inauguração do bloco modernista da maternidade – 1957 (OBRA, 1938).

e circunda a escadaria.

O **Hospital Manoel Victorino**¹², localizado no bairro de Nazaré, nas proximidades de outros importantes hospitais, é considerado “uma organização modelar, (...) no tipo dos hospitais modernos, de belo aspecto arquitetônico” (ÁLBUM..., 1954, s/p). Com uma implantação em “L” o edifício apresenta uma solução que recorre ao modernismo. As fachadas laterais se estabelecem com uma modulação ritmada, sendo que uma delas, as estruturas dos módulos, assume um aspecto de *brises*, elemento também presente na terceira fachada.

Além dos hospitais gerais, há também a notória presença de hospitais especializados e de outras instalações relacionadas com a saúde pública.

Na “bucólica paisagem” de Brotas (INSTITUTO..., 1940) encontra-se o **Hospital Aristides Maltez**¹³ (Figura 4). Destinado ao tratamento e internamento de pacientes cancerosos e aos estudos em torno da moléstia (BAHIA..., 1951, s/p),

12. Arquiteto Flávio Amílcar Régis do Nascimento. Construtora Régis Agostin. Inauguração – 30/01/1951; obras concluídas – 1954 (ANDRADE JÚNIOR (2011, p.135), CENTENÁRIO (1997) e ÁLBUM (1954)).

13. Arquiteto Luiz Arantes, sob diretrizes de Ernesto Campos. Consultoria de Hélio Duarte. Eng. Belmiro Silva. Pedra Fundamental – 25/10/1940; início das obras – 1945; inauguração primeira ala – 02/01/1952 e inauguração da segunda ala – 22/05/1956; conclusão das obras – 1984. Pavilhão Landulfo Alves – inauguração 1963 (INSTITUTO, 1940, HOSPITAL, 1992, MALTEZ, 1957 e SECRETARIA, 1940).



Figura 3 - Pavilhões do Hospital Português, s/d. Fonte – Arquivo Histórico do Município de Salvador/FGM.

70



Figura 4 - Hospital Aristides Maltez, s/d – HAM

preenche “os requisitos técnicos de um Hospital Moderno” (22 ANOS..., 1959). Apresenta inicialmente um monobloco longitudinal em formato de “I” ao qual se adere na parte posterior um volume irregular que corresponde à circulação vertical. Na parte frontal, apresenta um volume central mais alto com pequenas janelas enfileiradas, delimitado por dois volumes cilíndricos que são fechados por vidraças nas suas partes inferiores e superiores e abertos com a presença de pilotis circulares nas partes intermediárias. Nas partes laterais, apresenta extensas varandas abertas, cuja horizontalidade é minimizada pela presença repetida de outros pilotis circulares. O edifício possui semelhanças com o Pronto Socorro.

Quanto ao tratamento da tuberculose, aparece o **Preventório Santa Terezinha**¹⁴, situado no “salubérrimo arrabalde” de Brotas (PREVENTÓRIO..., 1936, s/p) (figura 5), destinado aos filhos de tuberculosos. Afirma-se que está instalado “dentro da técnica, de modo a propiciar todo o conforto aos seus internados e a atender, perfeitamente, à finalidade a que se propõe” (FUNDAÇÃO..., 1945, p.9). Conta com um extenso bloco horizontal que assume praticamente uma forma em “I”, com dois andares do qual se destacam balcões lineares cobertos com marquises que correspondem aos solários, que marcam a horizontalidade predominante,

14. Em obras em 1936; inauguração – 17/05/1945. Acervo HEOM, (MACHADO (2007, p. 198) e PREVENTÓRIO... (1936)).

amenizada apenas pela cadência da fenestração. Demarca-se a entrada principal por um volume canelado disposto da cobertura. Por meio desses recursos concebe-se um edifício que tem semelhanças com o Pronto Socorro e com o Hospital A. Maltez.

Mas o edifício mais referenciado para o tratamento da tuberculose é certamente o “moderníssimo” (UM RÓL..., 1938, s/p) **Hospital Santa Terezinha** (atual Hospital Especializado Octávio Mangabeira – HEOM) (figura 6)¹⁵, localizado no subúrbio da cidade, no bairro do Pau Miúdo. O hospital pretende dispor “de todos os recursos exigidos pela técnica moderna” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1940, s/p). Alega-se que a concepção do edifício está “destinada a atender às suas verdadeiras necessidades, por isso a sua edificação obedeceu aos mais exigentes requisitos da ciência” (HOSPITAL..., 1941, s/p). Essa correspondência com as demandas científicas começa com a própria escolha da área “vasta e aprazível” (NÃO..., 1938, s/p) onde é construído, que conta com a constante presença de ventilação e insolação demandada para os sanatórios.

Inicialmente o Hospital se conforma a partir de um bloco principal que possui três blocos secundários associados, assumindo uma forma aproximada de um “E”. O progra-

15. Atribuído ao Eng. Souza Aguiar. Construtora Emílio Odebrecht. Início das obras – 25/04/1937; conclusão das obras, 15/09/1941; inauguração – 03/01/1942 (MAIS..., 1944).

ma pretende responder às demandas de atendimento e internação dos doentes de um modo “sóbrio e eficiente” (SILVEIRA, 1937, p.22). Os leitos de enfermarias são determinantes para a conformação do bloco principal: nos dois primeiros pavimentos são atendidas as classes sociais mais baixas com enfermarias maiores; no terceiro pavimento, as enfermarias tornam-se menores para receber os pacientes de baixa renda que precisam de maior isolamento; no quarto pavimento são ainda menores, com apenas um leito, destinadas a atender pacientes de classes sociais mais altas. Essa situação afeta a conformação volumétrica do edifício, que se torna mais estreito nos pavimentos superiores. O volume é demarcado por linhas horizontais e extremidades curvas que correspondem aos solários. Na parte central da edificação, o volume principal apresenta um recuo e uma marquise marca a sua entrada principal. O edifício conforma-se assim com a “simplicidade e modéstia” (SILVEIRA, 1937, p.23) buscadas inicialmente.

Para combater a doença, difunde-se a construção da denominada “Cidade dos Tuberculosos”, no entorno do Hospital Santa Terezinha. Trata-se de uma obra “de vulto”, que pretende “comportar todos os serviços técnicos exigidos para o tratamento ou averiguações da doença” (MAIS..., 1974, s/p). Segundo Andrade Júnior, surgem para isso o **Sanatório de Triagem**, o **Pavilhão de Triagem**, o **Pavilhão de Serviços Gerais**¹⁶ e o **Dispensário da Cruz Vermelha**¹⁷.



Figura 5 - Preventório Sta. Terezinha. Fonte – (FUNDAÇÃO, 1945, p.7).

74

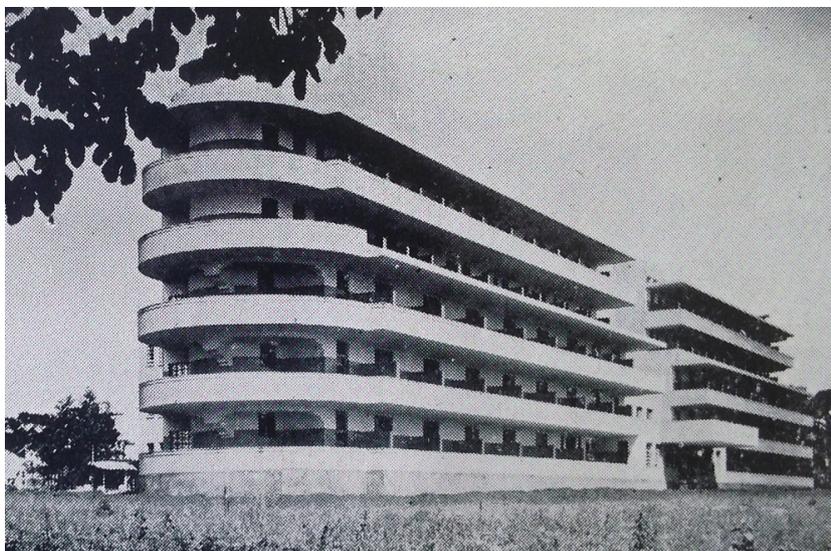


Figura 6 - Hospital Santa Terezinha. Fonte – (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. ESTADO DA BAHIA, 1940, s/p)

Esses blocos, todos com formatos semelhantes a um “H”, são considerados “construções simples, porém completas”, que se conformam a partir de padrões do modernismo com edifícios que se apresentam em blocos articulados por rampas ou passarelas, com janelas em fita e pilotis. Tais construções “obedecem ao plano que está sendo seguido nacionalmente” (COLABORA..., 1947, s/p).

O “modelar” (ENTREGA, 1944, s/p) **Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose – IBIT**¹⁸ (Figura 7) – também é salientado pelos documentos. Tem inicialmente um projeto com um caráter monumental, mas o edifício, que é finalmente construído no Calabar, possui características mais modestas. Acomoda-se em um “salutar” terreno inclinado de esquina e conta com um programa considerado sem precedentes (SILVEIRA, 1971, p.58), mas que acaba por conquistar “instalações adequadas” (PRIMEIRO..., 1939, p.02). A distribuição do edifício procura atender as suas necessidades funcionais contendo espaços destina-

16. Arquitetos Diógenes Rebouças e Jorge Machado Moreira (Sanatório de Triagem). Inaugurações referenciadas nos dias 27/01/1951 e 02/07/1952 (ANDRADE JR, 2011, p.125, COMBATE, 1952, p.2).

17. Arquitetos Newton Secchin e Pedro Rossi. Pedra fundamental – 29/10/1948 (PROTEÇÃO, 1948, s/p); inauguração 27/01/1951 (ANDRADE JÚNIOR, 2011, p.125).

18. Obra do “fabuloso” Arquiteto Hélio Duarte, Companhia Brasileira imobiliária de Construções. Início das obras 05/11/1942; inauguração 29/09/1944. Vide Silveira (1971, p.76).

dos à assistência aos tuberculosos, profilaxia da doença, ensino e preparo de técnicos especialistas e pesquisa (SILVEIRA, 1977, p.65). Possui inicialmente um bloco único com volumetria irregular e com a presença de linhas retas e curvas. As aberturas da fachada não respondem a nenhuma composição, mas às necessidades dos ambientes internos. Tal solução arquitetônica corresponde aos procedimentos arquitetônicos adotados por Duarte que, segundo Silveira, “não se preocupa com a fachada, mas sim com a essência do edifício” (SILVEIRA, 1971, p.59). E a sua essência é resumida como uma obra modesta, acanhada, mas, sobretudo, com “excelente funcionalidade” (SILVEIRA, 1971, p.65). É um edifício que responde tanto às suas demandas de uso quanto às características do terreno no qual está situado.

O projeto da **Clínica Tisiológica da UFBA**¹⁹ é apresentado como um local destinado a formar “os técnicos para o combate de um dos maiores flagelos da humanidade” (GRANDE, 1952, p.02). Afirma-se que o edifício é realizado “dentro dos melhores padrões técnicos” (ÁLBUM..., 1954, s/p). Apresenta um volume único que adquire uma forma aproximada a um “I”, com a inserção de um volume anexo

19. Arquitetos Alexandre Costa Neto, Newton Secchin, Marcos Studart e Leslie R. Inke. Início das obras – 1950; informação sobre inauguração com duas datas: 27/01/1951 (Andrade Júnior, 2011, p.133) ou 16/10/1952 (GRANDE..., 1952, p.02). Ver também Clínica... (1957, p. 244-245).

no nível do térreo. Na fachada principal destacam-se o ritmo estrutural e a presença de partes cheias e vazias, relacionando-se claramente com os princípios do modernismo, sendo um exemplo significativo.

Para a atenção às mães e às crianças, nos documentos aparecem referências a um amplo aparato de instalações de saúde que consistem em maternidades e hospitais. E há também inúmeras menções à assistência para a maternidade e infância com a presença de abrigos maternos, pupileiras, lactários e as escolas de puericultura, referidos anteriormente.

Concebe-se no princípio do século XX a “grandiosa” (MATERNIDADE, apud AMARAL, 2005, p.58) **Maternidade Climério Azevedo**²⁰, instalada no bairro de Nazaré. Trata-se de um edifício que recebe mães carentes e pensionistas e pretende seguir “as exigências científicas mais modernas” (MATERNIDADE, apud AMARAL, 2005, p.53-54). Na sua primeira fase realiza-se uma maternidade composta por “diversos pavilhões, construídos com todos os requisitos indispensáveis a uma boa higiene, ligados pela face interna por largas varandas cobertas, circunscrevendo áreas ajardinadas e formando um belo conjunto que dá ao visitante a

20. Companhia Construtora Nacional. Inauguração – 1935; bloco antigo – inauguração – 30/10/1910. (COMPANHIA (1935), MATERNIDADE (apud AMARAL, 2005, p.58), NOTÁVEL... (1936, p.08)).

impressão alegre e sadia, que deve ser de grande conforto às parturientes que ali procuram assistência" (REFORMA, apud AMARAL, p.58). Realiza-se um edifício com referências ecléticas, que embora apresente decorações mais simplificadas, mantém frontões triangulares e curvos adornados. Com o tempo, torna-se necessária a ampliação da maternidade e constrói-se o "sóbrio e moderno" pavilhão para pensionistas (figura 8). O novo pavilhão rompe com a continuidade dos anteriores e é construído isoladamente, com um partido em "E". É um edifício que parte de uma composição e que possui elementos claramente inspirados

78



Figura 7 - Fachada principal do IBIT, s/d. Fonte – (CARICCHIO, 1946, s/p)



Figura 8 - Fachada Pavilhão Hospital Climério Azevedo. Fonte – (ROTARY..., 1937, s/p.)

no *art déco*.

Para as crianças, realiza-se o **Hospital Alfredo Magalhães** (também conhecido como Hospital das Crianças)²¹, construído no alto do Morro do Menino Jesus, no bairro do Rio Vermelho, “à beira-mar” (PRÓ PARVULUS, 1935, p.02). Trata-se de um hospital que se pretende “modesto, porém moderno”, mas que termina assumindo um caráter monumental (MAGALHÃES, apud SANTOS, 2014, p.116).

21. Engenheiro Julio Conti. Início das obras – 1923; inauguração do primeiro pavilhão – 25/12/1936; instalação da maternidade – 31/01/1952 (INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NA BAHIA (1935), Leite (1952) e Santos (2014, p.132)).

Destina-se ao tratamento de crianças com doenças infectocontagiosas e é concebido a partir de um sistema de pavilhões para diferentes especialidades, com possibilidades de ampliações no decorrer do tempo (MAGALHÃES, apud SANTOS, 2014, p.115). No princípio dos anos 1950, um dos pavilhões é adaptado para se tornar uma maternidade “destinada verdadeiramente às gestantes pobres” (LEITE, 1952, s/p). Entretanto, o conjunto acaba contando com apenas 3 pavilhões que isoladamente se apresentam com as formas em “I”, mas se articulam entre si formando um “U”, ao redor de um jardim. O edifício frontal é mais compacto e os outros dois laterais são mais extensos, contando ambos com terraços correspondentes a solários. Não há uma acentuação da horizontalidade dos edifícios e sim uma demarcação de um ritmo vertical pela repetição de colunas nos terraços. Entre os elementos que podem ser encontrados no edifício estão colunas clássicas e frontões estilizados.

No bairro do Tororó é instalado o “moderno” (OBRAS, 1952) **Hospital Martagão Gesteira** (antigo Hospital de Crianças da Liga Baiana contra mortalidade infantil)²², que tem como missão aumentar o número de leitos para crianças pequenas e prematuras. É implantado sobre uma grande plataforma com volumes articulados, conformando aproximada-

22. Arquiteto Hélio Duarte. Companhia Brasileira Imobiliária e de Construções. Pedra fundamental – 02/1951; inauguração apontada em 1965 (ANDRADE, 2011, p. 118) e 1967 LIONS (1968, p.85)).

mente um “L” O volume frontal é um paralelepípedo baixo, com dois andares. A sua fachada principal é formada pelo andar inferior apresentando pilotis destacados ao centro, parcialmente camuflados à esquerda e integrados com as janelas à direita. O volume posterior é mais alto e apresenta uma solução de fachadas diferente, com janelas em fita. Apresenta claras referências do modernismo.

As pistas voluntárias assinalam principalmente os aspectos monumentais e imponentes dos edifícios, mas também comparecem edifícios mais simples e modestos. A existência de edifícios com fachadas decoradas é considerada pelas fontes consultadas como positiva, mas o mesmo pode ser dito daquelas fachadas com pouca ou nenhuma decoração. Todas as soluções arquitetônicas e todos os estilos são considerados igualmente válidos.

Constantemente as soluções arquitetônicas são citadas como “modernas”, realizadas a partir de respostas às demandas de caráter “técnico” ou “científico”. No âmbito técnico e científico, indicam-se tanto os equipamentos instalados nas instituições de saúde quanto as próprias soluções arquitetônicas adotadas, que, de acordo com as fontes, primam por ser cômodas, ventiladas e higiênicas. Assinala-se também a presença de um moderno sistema de saúde que, de um modo econômico, eficiente e racional, é supostamente capaz de responder às demandas de todos os estratos da população.

Outro elemento que se identifica é a menção ao caráter “modelar” de edifícios que pretendem dar exemplo para outros. Em determinados documentos se indica também que certos edifícios, por sua vez, são realizados a partir dos parâmetros fornecidos por outros, o que demonstra a aplicação dos modelos difundidos no âmbito nacional e aplicados na Bahia. De fato, há correspondências entre as soluções aplicadas nacionalmente e aquelas usadas localmente. Nota-se a progressiva superação dos sistemas de múltiplos blocos para a construção de blocos independentes (COSTA, 2010), que passam a ser indicados como a melhor forma para reduzir infecções e obter benefícios funcionais e econômicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1965). Aparecem assim soluções que seguem partidos em “H” (Hospital das Clínicas, Pronto Socorro, etc.), em “I” (Hospital Aristides Maltez, Preventório Santa Terezinha, etc.); em “E” (Hospital Santa Terezinha, novo bloco da Maternidade Climério Azevedo).

Pistas Involuntárias

Há poucos documentos indicando a existência de outras instalações de saúde em Salvador. Não há muitas notícias sobre a obtenção de recursos, as construções, inaugurações e usos, mesmo que alguns dos edifícios tenham dimensões consideráveis e pareçam ser relevantes para a cidade. Alguns edifícios ainda estão erguidos e outros já

foram demolidos. Certamente uma pesquisa mais aprofundada poderia revelar outras pistas voluntárias, mas interessa aqui tratar dos rastros involuntários detectados de certos edifícios, encontrados de modo discreto e disperso nos documentos, aparecendo usualmente em pequenas notas nos jornais, revistas e boletins, geralmente com poucas imagens.

Pode-se dizer isso sobre o “majestoso templo” (SAMPAIO, 1928, p.124) do **Hospital Espanhol**²³ (Figura 9) que se situa em “um dos melhores pontos da cidade” (EDIFÍCIO..., 1933, s/p), em uma colina no Porto da Barra. O edifício possui uma arquitetura eclética e adquire um aspecto monumental devido à sua implantação e à presença de duas torres que se posicionam diante da vista para o mar. Posteriormente, recebe uma ampliação que adere plenamente ao modernismo.

O mesmo vale para o **Hospital Ana Nery** (anterior hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas – IAPETC)²⁴, que apesar de ser monumental, é pouco citado pelos documentos. Localizado entre os bairros da Caixa d’Água e o Largo dos Queimados,

23. Inauguração no princípio do século XX. Atualmente o complexo encontra-se desativado.

24. Atribuído ao arquiteto Moacyr Fraga. Pedra fundamental – 02/07/1947 (SOUZA, 2015, P07); inauguração do setor de cardiologia – 1962 (ANDRADE JÚNIOR, 2011, p.128).



Figura 9 - Hospital Espanhol, s/d. Fonte – Arquivo Histórico do Município de Salvador/FGM

84

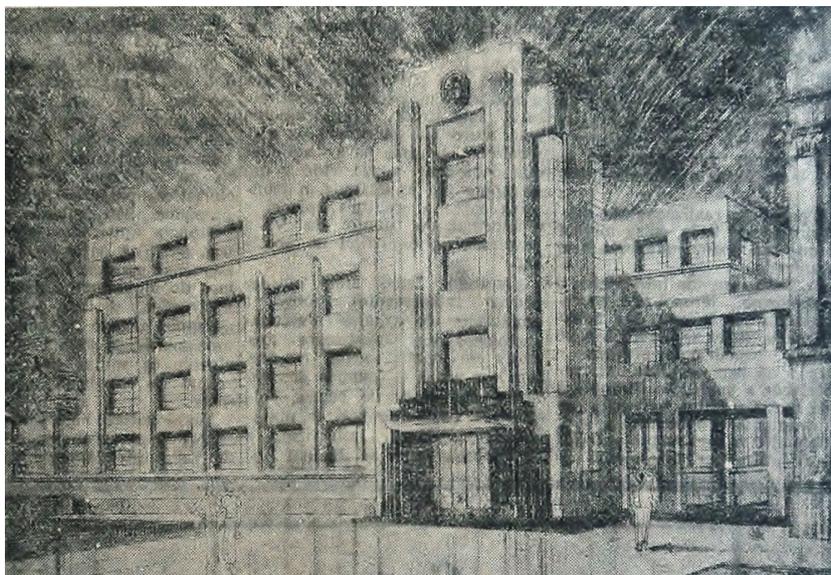


Figura 10 - Ambulatório Silva Lima. Fonte – (OBRA BENEMÉRITA..., 1938, s/p)

também se posiciona em uma colina. Apresenta um monobloco em formato aproximado a um “I”, cuja parte central se destaca em dimensão e em altura, sinalizando o acesso principal. É exatamente nesse ponto que o edifício, no demais isento de ornamentação, recebe óculos e caneluras que fazem referências às colunas clássicas. Afirma-se que o edifício se pauta naquele realizado no Rio de Janeiro para IAPETC, fato que parece corresponder à realidade, uma vez que os dois hospitais possuem aspectos muito semelhantes (ANDRADE (2012, p. 241); SOUZA (2015, p.6)).

No entorno do Hospital Santa Izabel, cujo edifício principal é construído no final do século XIX, ergue-se o novo pavilhão do ambulatório **Silva Lima**²⁵ (Figura 10). Embora se afirme que é uma obra “vultuosa”, há poucos documentos sobre esse edifício. Conforma-se como um pavilhão a mais do hospital, com partido aproximado a um “H” e conta com uma composição escalonada e frisos verticais que o relacionam a uma estética *art déco*.

Com relação ao tratamento da tuberculose, há notícias dispersas sobre outros equipamentos instalados na cidade. É o caso do primeiro Dispensário que aparece para o tratamento da “peste branca” na cidade, denominado **Ramiro Azevedo**²⁶, que possui uma estrutura modesta no Campo da Pólvora. Durante muitos anos permanece em estado de

25. Companhia Brasileira de Construção. Pedra fundamental – 24/02/1938. Vide Obra Benemérita... (1938, s/p).

abandono, mas “ressurgiu das ruínas a que chegara, ampliado, provido de novas instalações” (PREVENTÓRIO..., 1939, p.25). Trata-se de um pequeno edifício que ainda utiliza uma composição tradicional, com formato de “U”, que mantém colunas clássicas e elementos decorativos.

No contexto do Hospital Santa Terezinha realiza-se um primeiro anexo para ampliar sua capacidade, sobre o qual há poucas referências. Trata-se do **Pavilhão Hélio Marchado**²⁷ para o tratamento de crianças (PROTEÇÃO, 1948). Também se constitui como um bloco único com dois andares e extremidades curvas que seguem as características do sanatório.

Para completar, há também rastros de dois outros hospitais especializados. O primeiro é o **Hospital Juliano Moreira** (antes denominado São João de Deus) para o tratamento de doentes mentais, em Brotas. As referências sobre o pavilhão destinado aos pensionistas de sexo masculino do pavilhão **Aristides Novis**²⁸ são poucas (JACOBINA, 2001, p.305). É um edifício isolado que utiliza recursos inspirados no *art déco*.

A mesma inspiração orienta o projeto do **Hospital Santa**

26. Início das obras – 1907; Primeira inauguração – 14/09/1919; reinauguração – 29/05/1937 (MACHADO (2007, p. 198) e SILVEIRA (1937, p.16)).

27. Inauguração – 28/10/1948 (PROTEÇÃO, 1948, s/p).

28. O Asilo São João de Deus existe desde 1874 (JACOBINA, p.209). Inauguração do Pavilhão Aristides Novis – 1936 (JACOBINA, p.305).

Luzia²⁹, nas proximidades do Hospital Santa Izabel. O edifício, pretende “agasalhar os doentes de visão”, e tem um “belo prédio” cuja planta segue “os preceitos da ciência”, possuindo “linhas modernas” (VAI..., 1938, s/p). Não há como confirmar se o projeto é de fato realizado segundo tais indicações.

Pistas voluntárias encontradas na maior parte dos documentos apontam a existência de um sistema de saúde moderno, eficiente e racional que atende de modo apropriado a todas as camadas da população local e que pretende expandir-se pelas principais cidades do Estado, obedecendo a uma mesma orientação central (CONSTRUÇÃO..., 1935). Mas, a partir da observação atenta das entrelinhas e notas de rodapé dos documentos, pode-se detectar uma situação contraposta: indica-se que embora tal sistema de saúde possa até existir na capital, não possui um alcance suficiente, e não prima pela eficiência ou pela racionalidade. É o que demonstra o seguinte trecho de um documento, afirmando que o referido sistema de saúde é incapaz de atender à população da cidade de modo satisfatório: “A Bahia é uma cidade, dia a dia, mais carente de hospitais” (...) incompletos, deficientes, lotados” (FALTA..., 1943, s/p). De fato, embora muitas instituições de saúde sejam inauguradas com toda pompa, com a presença dos seus pro-

29. Pedra fundamental – 1938 (VAI..., 1938).

motores e de autoridades importantes como presidentes, ministros e prefeitos, o que se nota é que existe uma dificuldade em concluí-las, equipá-las e mantê-las em pleno funcionamento. Um dos problemas apontados é a falta crônica de recursos, que faz com que os administradores das instituições tenham que apelar continuamente para “o interesse” das autoridades (VISITA...1952, s/p) ou para as pessoas de “bom coração” (22 ANOS..., 1959) para poder concluir as obras e manter os edifícios em funcionamento.

A duração de determinadas obras demonstra a dificuldade para finalizar as construções dos edifícios. No caso do Hospital das Clínicas, a obra “marcha lentamente” (PAPEL..., 1948, s/p) e termina em 11 anos. Essa situação repete-se para os hospitais Aristides Maltez, Alfredo Magalhães, Martagão Gesteira, Ana Nery, etc.

A questão das limitações para equipar e manter os edifícios em funcionamento também é demonstrada:

Devemos ser francos. Aí estão, por exemplo, o Pronto Socorro e o Hospital Santa Terezinha. Edificações magníficas e instalações que se deve acreditar correspondem ao aspecto exterior. Entretanto, concluídos há já bastante tempo, ainda continuam inteiramente inúteis. Permanecem fechados. (...) De que valem hospitais luxuosos, suntuosos, magníficos para serem mostrados aos visitantes, se permanecem de portas cerradas, inteiramente inúteis? (INSTITUTO..., 1940, s/p).

A situação específica dos edifícios para tratamento da “peste branca” é mencionada em outras circunstâncias. Afirma-se que a taxa de mortalidade se mantém alta na Bahia (MORAES, 1956, s/p), fato que é influenciado pela insuficiência do tratamento oferecido, já que “apenas 28% dos hospitais, pavilhões e dispensários construídos pelo governo estão em funcionamento” (COLABORA..., 1947, s/p).

A condição das maternidades e hospitais infantis não é muito diferente, sendo a mortalidade de mães e dos seus filhos considerada bastante alta. Uma das dificuldades assinaladas é a carência de maternidades: “o número de leitos de que dispomos, nesta capital, é verdadeiramente irrisório face à população de gestantes” (LEITE, 1952, s/p). Menciona-se a carência de leitos principalmente para crianças pequenas e prematuras (OBRAS..., 1952).

A falta de hospitais na cidade causa a morte de pacientes “até na porta dos hospitais”, (MORRE-SE, 1956., s/p). Um repórter denuncia a complexidade do problema:

Atravessamos dias difíceis. (...) Há, entre tantos males, o da assistência médica que atinge sobretudo a camada grossa da população. Tratando-se de um povo dizimado por doenças do fígado e verminoses, tuberculose e a sífilis, seria de esperar que a população fosse condignamente amparada pelas autoridades, proporcionando facilidades hospitalares, remédios, o que de fato não acontece (MORRE-SE ..., 1956, s/p).

As condições higiênicas dos edifícios são contestadas por algumas fontes, assim como as suas comodidades. É o que se pode notar em uma notícia que se refere ao Pronto Socorro, que possui “salas acanhadas. Gabinetes quase improvisados, inclusive o de Raios X. (...) Trancados os gabinetes, outros recintos, adaptados para os diversos misteres da ciência médica ainda por funcionar” (FREIRAS..., 1942, s/p).

Além dos problemas de funcionamento, há uma má distribuição das instalações de saúde na cidade, com hospitais gerais concentrados em áreas centrais e poucos especializados dispostos em áreas distantes, de difícil acesso pela população. Segundo notícias, os bairros suburbanos “viveram sempre esquecidos pelos poderes públicos, relegados a um plano de inferioridade”. Como exemplo, menciona-se o projeto da maternidade de Periperi, que nunca é concluído (DUTRA, 1948, s/p). Entre os hospitais realizados em áreas periféricas estão aqueles destinados a doenças infecciosas. Justificam-se suas localizações pela necessidade de estarem em áreas “vastas e aprazíveis” e, sobretudo, “salubres”, mas nota-se que também se pretende manter os pacientes isolados do contato com o resto da população, por serem considerados uma “temerosa praga social” (ATRASADAS..., 1939, p.02).

Além de assinalar a situação precária dos hospitais, os documentos também mencionam a influência que as péssi-

mas condições de moradias na cidade têm na saúde da população (HOSPITAL..., 1941, s/p): “Vivendo em situação difícil, habitando pardieiros ou choças que se amontoam em matagais infectos ou à beira de pântanos palúdicos, é sobretudo a família pobre que enfrenta (...) o problema da luta pela vida” (MAIS, 1944, s/p). Ressaltam-se também os contrastes dessa situação com o restante da cidade que possui “bangalôs elegantes, templos magníficos da cidade nova” (REDIMIR..., 1944: s/p).

Os rastros involuntários, tal como foram apresentados até aqui, revelam a existência de algumas instituições de saúde em Salvador que por algum motivo não ganham o mesmo destaque nos documentos do que as demais. As causas desse ocultamento merecem ser exploradas em posteriores pesquisas.

Tais rastros também assinalam que, apesar de muitas edificações serem realizadas segundo diretrizes técnicas e científicas que se manifestam nas soluções arquitetônicas, nem sempre, na prática, o resultado corresponde com as premissas iniciais. Apontam as limitações e contradições de um sistema de saúde que, apesar de prometer eficiência e racionalidade, é incapaz de atender de uma forma apropriada a maior parte da população soteropolitana, que permanece excluída dos padrões de modernidade difundidos pelos documentos.

Das pistas voluntárias aos restos involuntários

Pouco resta da monumentalidade e imponência dos edifícios apontados inicialmente pelas pistas voluntárias. Também é difícil detectar a permanência das suas soluções eficientes e racionais. Há muito tais edifícios perderam suas condições moderníssimas para assumirem suas obsolescências permanentes, contrariando aquilo que se pretendia: que deixassem marcas persistentes dos seus impactos arquitetônicos ou das ações dos seus promotores para o melhoramento da saúde da população soteropolitana.

As pistas voluntárias também assinalam a intenção de validar todas as expressões arquitetônicas da modernidade de um modo permanente. Mas tal validação mostra-se extremamente precária e transitória. Na atualidade, as correntes arquitetônicas vigentes na modernidade não têm mais muita representatividade. Não existe um reconhecimento dos seus valores, nem por parte da população, das instituições, e nem mesmo pelos profissionais que atuam no meio arquitetônico. Essa situação pode ser demonstrada pelas inúmeras intervenções realizadas nos edifícios de saúde existentes na cidade no decorrer do tempo, ou mesmo pelas suas desativações ou demolições precoces.

Um dos pontos a ser assinalado é a descaracterização dos partidos adotados. Tais partidos são um elemento marcante na história hospitalar, referindo-se diretamente aos mé-

todos para tratamento das doenças (MINISTÉRIO (1965); COSTA (2009)), que se transformam utilizando inicialmente um sistema de blocos múltiplos separados e posteriormente blocos independentes. Esses blocos podem ser compactos ou escalonados, com diferentes formatos, em “E”, “H”, “I”, “L” etc. Atualmente, na maior parte dos edifícios tratados no texto, não se pode mais ter uma leitura clara do partido inicialmente adotado, uma vez que blocos secundários foram sendo anexados aos principais de modo indiscriminado. O mesmo pode ser dito dos monoblocos com formas prismáticas claras adotadas predominantemente pelo modernismo, que também perdem a clareza das suas leituras com a inserção de anexos³⁰. Há também outros edifícios que foram completamente “soterrados” pelos seus anexos³¹.

Um dos aspectos mais marcantes dos edifícios que ado-

30. Essa situação acontece em maior ou menor medida em todos os hospitais que ainda existem. O IBIT passa por uma primeira ampliação realizada por Hélio Duarte e inaugurada em 12/05/1955. Embora o arquiteto transforme a volumetria anterior, o faz de acordo com as diretrizes anteriores, fato que não ocorre com alterações posteriores. Em 12/10/1971 inaugura-se o novo pavilhão do Hospital do Tórax, ao lado do IBIT, mas com um bloco modernista completamente independente, projetado pelo mesmo arquiteto (ANDRADE JÚNIOR (2011, p.118); SILVEIRA (1977)). No caso do Hospital Espanhol realizam-se vários anexos ao bloco eclético e um novo bloco modernista é construído em 1963 (NOVAS..., 1963, s/p).

31. Essa situação acontece no Pronto Socorro, atual Escola Estadual Manoel Novaes e no Hospital Português, por exemplo.

tam soluções funcionalistas, mesmo naqueles que ainda são influenciados pelo *art déco*, é a presença nas fachadas de extensos terraços lineares que possibilitam a percepção de uma série de planos sobrepostos. Esses terraços são constantemente fechados para a ampliação das instalações hospitalares, impossibilitando a apreensão das linhas e planos característicos dos edifícios³².

Nos edifícios que utilizam soluções do modernismo também acontece uma interferência na percepção das suas volumetrias e na composição das suas fachadas, com aberturas ou fechamentos das suas partes constituintes, com a alteração dos elementos de vedação característicos como *brises* e *cobogós*, além do ocultamento da estrutura³³.

Outro ponto que merece ser mencionado são os materiais utilizados interna e externamente, que são substituídos indiscriminadamente, sem preocupação de manutenção da unidade dos detalhes arquitetônicos característicos dos edifícios originais. As superfícies acabam se transformando em colchas de retalhos³⁴. Ainda cabe destacar a presença

32. Essa situação acontece no Hospital das Clínicas, no Aristides Maltez e no Santa Terezinha. No antigo Preventório Santa Terezinha não existe mais referência a sua antiga fachada. Outros edifícios com características tendendo ao ecletismo ou ao *art déco* encontram-se mais preservados, como os pavilhões da Maternidade Climério Azevedo ou o Dispensário Ramiro Azevedo.

33. Isso se dá nos pavilhões modernistas no entorno do Hospital Santa Terezinha, na Clínica Tisiológica e no Hospital Martagão Gesteira.

de outros elementos que interferem substancialmente na apreensão dos edifícios como a presença de aparelhos de ar-condicionado, grades, guaritas, cabos, toldos, painéis de propagandas... E, para completar, alguns edifícios sequer existem mais³⁵.

Assim sendo, pode-se perceber que os traços das arquiteturas de saúde soteropolitanas ainda perduram, mas suas permanências estão sendo constantemente ameaçadas. Existe escassa preocupação por parte das instituições públicas ou privadas, dos profissionais de saúde ou mesmo dos arquitetos pela preservação das características fundamentais desses edifícios. Certamente a preservação das arquiteturas de saúde é um tema complexo, pois é necessária uma constante adaptação das suas instalações às técnicas hospitalares mais atuais. Mas trata-se de um desafio que é necessário afrontar para que tais arquiteturas possam continuar deixando seus rastros na cidade.

34. Essa situação acontece em praticamente todos os hospitais que ainda mantêm vestígios dos revestimentos originais misturados com aqueles de diferentes épocas.

35. Essa situação acontece com um dos blocos do Hospital Português, o mais antigo, substituído pelo edifício modernista da maternidade em 1957; o Hospital Alfredo Magalhães; a maior parte dos pavilhões do antigo hospital Juliano Moreira foi demolida.

Referências

22 ANOS de lutas sem treguas. **Boletim de divulgação da Liga Bahiana Contra o Câncer**. Salvador, n. 2, ano 2, s/p, mai. 1959.

568 doentes mentais internados no Hospital Juliano Moreira. **Diário de Notícias**, Salvador, 27 ago. 1943. s/p.

AINDA no âmbito de ação da Secretaria de Educação e Saúde. **Diário de Notícias**, Salvador, 10 nov. 1938, s/p.

ALBUM Comemorativo da Cidade do Salvador. São Paulo, Habitat Editora, 1954.

AMARAL, Marivaldo. **Da comadre para o doutor – a Maternidade Clímério de Oliveira e a nova Medicina da Mulher na Bahia Republicana (1910-1927)**. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo. Arquitetura Moderna e as instituições de saúde na Bahia na década de 1930-1950. In: SOUZA, Christiane; BARRETO, Maria. (Org). **História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Manole/Fiocruz, 2011. p. 101-145.

APOIO E auxílio para o prosseguimento da obra do IBIT. A presidente da LBA visita o edifício em construção. **A Tarde**, Salvador, 11 mai. 1944. p.2.

APOIO oficial a uma obra grandiosa. **Diário de Notícias**, Salvador, 10 ago.1947. s/p.

ATRASADAS as obras do Santa Terezinha! **A Tarde**, Salvador, 10 fev. 1939. p.2.

BAHIA vai ter um hospital de cancerosos (A). **[s.n]**, [s/i], 3 abr. 1951.s/p

CAPITÃO Juracy Magalhães faz do seu relatório ao chefe da nação a sua mensagem à Assembléia Constituinte do Estado (O). **Diário de Notícias**, Salvador, 25 abr. 1935 2ª seção, s/p.

CARICCHIO, Enrani. **Cia. Brasileira Imobiliária de Construções S.A.**,

Bahia. Salvador, Imprensa Vitória, 1946.

CARICCHIO, Enrani. **Cia. Brasileira Imobiliária de Construções S.A., Bahia.** Salvador, Imprensa Vitória, 1949.

CASA das Mães (A). **Diário de Notícias**, Salvador, 08 ago. 1930. s/p.

CEM contos para o Hospital Santa Izabel. **Diário de Notícias**, Salvador, 18 set. 1931. s/p.

CENTENÁRIO do engenheiro Oswaldo Augusto da Silva. **A Tarde**, Salvador, 5 ago. 1997.

CIA Construtora Nacional. **Diário de Notícias**, Salvador, 07 nov.1936. s/p.

CLÍNICA Tisilógica da Universidade da Bahia. **Revista Acrópole**, Rio de Janeiro, n.223, p.254-255, mai. 1957.

COLABORA a Bahia na luta contra tuberculose. **Diário de Notícias**, Salvador, 18 dez.1947. s/p.

COMBATE decisivo à peste branca: novos hospitais serão inaugurados no dia 02 de julho. **A Tarde**, Salvador, 16 jun. 1952, p.02.

COMPANHIA Construtora Nacional S.A. Novo Pavilhão em construção na “Maternidade Climério de Oliveira.” **Diário de Notícias**, Salvador, 25 abr. 1935, s/p.

CONSTRUCÇÃO de um modelar Hospital de Pronto Socorro (A). **Diário de Notícias**, Salvador, 22 fev.1935. s/p.

COSTA, Renato. Hospitais de clínicas de São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro: arquitetura para a saúde entre duas modernidades. In: ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, Editora PROURB, 2010, s/p.

COSTA, Renato. Patrimônio moderno da saúde e os desafios para a sua valorização. O exemplo do Rio de Janeiro. In: VIII SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, s/p.

DISPENSARIO Ramiro de Azevedo – apella, pelo seu director, para os

extremos da caridade particular (O). **Diário de Notícias**, Salvador, 09 abr. 1931. s/p

DUTRA, Luiz. **Abandonados os subúrbios da capital**. Diário de Notícias, Salvador, 18 jul. 1948. s/p.

É UMA importante realização! **Diário de Notícias**, Salvador, 04 abr. 1936. s/p.

EDIFÍCIO do Hospital. **ETC**, Salvador, ano VII, n.216, s/p, 15 jul. 1933.

EMILIO Odebrecht & Cia. Construtores. **Diário de Notícias**, Salvador, 10 mar. 1938. s/p.

ENTRE o fechamento dos “Postos” e a abertura dos “Centros”. **Diário de Notícias**, Salvador, 24 abr. 1931. s/p.

ENTREGA, ontem, do Edifício do IBIT. A solenidade de ontem – o auxílio de particulares e do Estado. **Diário de Notícias**, Salvador 24 abr. 1944. s/p.

FALTA de Hospitais na Bahia. **Diário de Notícias**, Salvador, 01 jul. 1943. s/p.

FREIRAS enfermeiras, espontaneamente, velando pelos acidentados. **Diário de Notícias**, Salvador, 16 jun. 1942. s/p.

FUNDAÇÃO Anti-Tuberculosa Santa-Terezinha. **Fundação Anti-Tuberculosa – Síntese das suas atividades. 1936-1945**. Salvador: Imprensa Oficial, 1945. 15p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, esquecer, escrever**. São Paulo: Editora 34, 2006, p.113.

GINZBURG, Carlo. **Threads and traces: true, false, fictive**. Los Angeles/Londres: University of California Press, 2012.

GRANDE obra para a ciência (Uma). **A Tarde**, Salvador, 17 out. 1952, p. 02.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)** Educar em revista, Curitiba, p127-141, 2005.

HOJE é o centenário de Aristides Maltez, um orgulho baiano na luta contra o câncer. **Correio da Bahia**, 31 ago. 1982. s/p

HOSPITAIS para os bancários da Bahia. **Diário de Notícias**, Salvador, 30 nov. 1947. s/p

HOSPITAL Aristides Maltez – 40 anos de trabalho dedicados a Bahia. **Gerência Hospitalar, Sociedade Beneficente São Camilo**, Salvador, ano V, p.3, nov. 1992.

HOSPITAL Aristides Maltez e o controle do câncer do colo de útero no Brasil. **Dynamis**, Granada, vol.34, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4321/S0211-95362014000100003>>. Acesso: 15/04/2016.

HOSPITAL das clínicas da Bahia, único no gênero em todo o Brasil. **Diário de Notícias**, Salvador, 23 mai. 1948, p.3.

HOSPITAL de crianças (O). **Diário de Notícias**, Salvador, 25. Jun.1932. s/p.

HOSPITAL Santa Terezinha vai ser, afinal, inaugurado (O). **Diário de Notícias**, Salvador, 22/05/1941, s/p.

IBIT cuida de construir um edifício para seus serviços e estudos. **A Tarde**, 21 mai. 1942. p.2

IMPORTANTE sessão no Hospital Santa Isabel. **[s/n]**, 27/01/1940, s/p.

INAUGURAÇÃO das novas instalações do H. do cancer. **Diário de Notícias**, Salvador, 22 mai. 1956. s/p.

INAUGURAÇÃO oficial do novo Hospital Português. **Diário de Notícias**, Salvador, 08 jun, 1931. s/p.

INAUGURADO o “Hospital Santa Terezinha” – obra de grande importância social. **Diário de Notícias**, Salvador, 03/01/1942. s/p.

INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DA BAHIA. **Na inauguração do Primeiro Pavilhão do “Hospital Alfredo Magalhães (para crianças)**. Salvador, INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DA BAHIA, 1935.

INSTITUTO do câncer. **A Tarde**, Salvador, 26 out. 1940. s/p.

JACOBINA, Ronaldo. **A prática psiquiátrica na Bahia (1847-1947)**. 2001. 481f. Tese (Doutorado) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-MS). Rio de Janeiro.

LEITE, A. Fraga. Maternidade popular a ser inaugurada ainda este mês. **Diário de Notícias**, Salvador, 04 jan. 1952. s/p.

LINS, Eugenio; SANTANA, Mariely; SILVA, Marivaldo (org.). **Salvador e a Baía de Todos os Santos**. Sevilha: Junta de Andaluzia/Sevilha, 2012. 536p.

LIONS CLUBE DE SALVADOR. **A nova cidade do Salvador**. Porto Alegre: Artes Gráficas. S.A, 1968.

MACHADO, Almério. A história da pneumologia na Bahia: tributo ao professor César Augusto de Araújo. *Gazeta Médica da Bahia* Salvador, n.77, p.195-209, jul/dez. 2007. Disponível em: <www.gmbahia.ufba.br/adm/arquivos/artigo14_20072.pdf>. Acesso em 16/04/2016.

MAIS de 2000 leitos para tuberculosos. **Diário de Notícias**, Salvador, 17 dez. 1947. s/p.

MAIS de mil internados já recebeu o Santa Terezinha. **Diário de Notícias**, Salvador, 12 abr. 1944. s/p.

MALTEZ, Ruy. Esboço histórico da Campanha Contra o Câncer na Bahia. **Arquivos de Oncologia**, Salvador, p.8-25, 1957.

MARGEM da construção do imponente palacio do Hospital das Clínicas – interessantes e oportunas referencias, derredor da grande e poderosa firma Emilio Odebrecht (Á). **Diário de Notícias**, Salvador, 21 out. 1937. s/p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento Nacional de Saúde. Divisão de Organização Hospitalar. **História e evolução dos hospitais**. Rio de Janeiro, 1965. 588p.

MODERNO Hospital para a Bahia – o sanatório Manoel Vitorino funcionará em 1949. **A Tarde**, Salvador, 18 set. 1947. p.2.

MORAES, Walfrido. Tuberculose: um doloroso problema social do país.

Diário de Notícias, Salvador, 24 de jun. 1956. s/p.

MORRE-SE até na porta dos hospitais. **Diário de Notícias**, Salvador, 15 jun. 1956. s/p.

NÃO tardará a conclusão do Hospital Santa Terezinha – em menos de tres meses, entregal-o-ão prompto os constructores. **Diário de Notícias**, Salvador, 12 ago. 1938. s/p.

NOTÁVEL administração do Sr. Juracy Magalhães na Bahia. **Correio de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1936. p.8.

NOVAS Instalações. **Diário de Notícias**, Salvador, 31 e 01 de abr. 1963. s/p.

O IBIT cuida de construir um edifício para seus serviços e estudos – o Estado auxiliará com 1/3 do custo da obra – pormenores do futuro estabelecimento. **A Tarde**, Salvador, 21 mai. 1942. p.02

OBRA BENEMÉRITA da Santa Casa – a construção do Ambulatório coube á Companhia Brasileira S/A. **Diário de Notícias**, Salvador, 21 fev. 1938. s/p.

OBRA DE finalidade humana. **Diário de Notícias**, Salvador, 26 mai. 1938. s/p.

OBRAS do Hospital das Crianças (As). **Diário de Notícias**, Salvador, 10 dez. 1952. p.3.

OLIVEIRA FILHO, Roque. **Memórias Insanas (os hospitais psiquiátricos e a disciplinarização social em Salvador)**. 1994. 134f. Dissertação (mestrado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia.

PAPEL de magna relevancia do H. das Clinicas. **Diário de Notícias**, Salvador, 18 nov. 1948, p.3.

PORTO FILHO, Ubaldo. Alfredo Magalhães. Disponível em: <<http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/>>. Acesso em: 16/04/2016.

PREVENTÓRIO de Brotas na berlinda (O). **Diário de Notícias**, Salvador, 29 abr.1936. s/p.

PREVENTÓRIO na luta contra a tuberculose. **Revista Rotary**, Salvador, ano 1, n.1, p.24-28, jul. 1939.

PRIMEIRO passo está dado. **A Tarde**, Salvador, 14 abr. 1939. p.02.

PRÓ PRAVULUS – façamos um Hospital para as creanças. **A Tarde**, Salvador 18 out. 1935, p. 02.

PROTEÇÃO aos menores tuberculosos. **Diário de Notícias**, Salvador, 29 out.1948. s/p.

QUASE concluido o Instituto de Investigação da Tuberculose. **Diário de Notícias**, Salvador, 08 nov.1943. s/p.

QUE há de novo com o Hospital de Prompto Socorro e porque o mesmo ainda não está funcionando (O). **Diário de Notícias**, Salvador, 26 mai. 1938. s/p.

REAL Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro e Hospital Português nos séculos XX e XXI. Disponível em: <<http://150anos.hportugues.com.br/historia/plonearticle.2006-12-01.1518033679>>. Acesso em: 30/03/2016.

REDIMIR a infancia da mais cruel molestia. **Diário de Notícias**, Salvador, 06 jul.1944, s/p.

REVESTIR-SE-Á de grande solennidade – O lançamento, amanhã, da pedra fundamental do Hospital Das Clínicas. **Diário de Notícias**, Salvador, 18 out. 1937.

ROTARY CLUB DA BAHIA; GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Polyanthéia**. Salvador: Seção de Artes Graficas da Escola de Aprendizes de Bahia, 1937.

SAMPAIO, Lauro. **Indicador e guia pratico da cidade do Salvador-Bahia**. Salvador: Typographia Agostinho Barboza & C. 1928.

SANTA Izabel comemora 100 anos. **A Tarde**, 31 jul. 1993.s/p.

SANTOS, André A. **“Quem ampara a infância trabalha pela pátria”:** **filantropia e puericultura no Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia (1903-1923)**. 2014. 196f. Dissertação (Mestrado em

História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. ESTADO DA BAHIA. **Boletim de Educação e Saúde**, Salvador, vol. 1, Bahia Gráfica e Editora Ltda, dez. 1940.

SERÁ instalado solenemente. Hoje às 15 horas, o Novo Serviço de Pronto Socorro. **Diário de Notícias**, Salvador, 18 set. 1941. s/p.

SILVA, Camila. **Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas: da Enfermagem Laica à Religiosa – 1946-1951**. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Maria Elisa. Registrar, orientar, controlar: o Dispensário Ramiro Azevedo e as ações contra a tuberculose na Bahia. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional dos Professores e Universitários de História (ANPUH), 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371345582_ARQUIVO_COMUNICACAOXXVIIANPUH2013.Registrar,orientar,controlar.pdf>. Acesso em 17 mai. 2015.

SILVEIRA, José. **A campanha antituberculosa na Bahia**. Salvador: Companhia e Editora Gráfica da Bahia, 1937.

SILVEIRA, José. **À sombra de uma sigla ou 40 anos de IBIT**. Salvador, 1977.

SITUAÇÃO do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia (A). **A CAPITAL**, Salvador, s/p, set. 1947. .

SOCIEDADE Espanhola inaugura a 31 2 novos pavilhões com 182 leitos. **Diário de Notícias**, Salvador, 24 e 25, mar 1963. s/p.

SOUZA, Christiane. Hospital Ana Nery (1940-1950) – mais saúde para os trabalhadores da Bahia. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, Associação Nacional dos Professores e Universitários de História (ANPUH), 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434405665_ARQUIVO_hospitalaneryanpuh2015.pdf>. Acesso em 17 mai. 2016.

SOUZA, Christiane. Saúde Pública e Assistência na Bahia da primeira metade do século XX: o protagonismo dos médicos e das mulheres de elite. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional dos Professores e Universitários de História (ANPUH), 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300886528_ARQUIVO_anpuh2011-historiasaudeBahia.pdf> Acesso em: 17 mai. 2016.

UM crédito especial de quase 15 milhões de cruzeiros. **Diário de Notícias**, Salvador, 19 dez. 1943. s/p.

UM RÓL de importantes construções – está a cargo da grande firma Emilio Odebrecht. **Diário de Notícias**, Salvador, 23. Jun. 1938. s/p.

VAI começar a construção do Hospital Santa Luzia. **Diário de Notícias**, Salvador, 12 out. 1938. s/p.

VELOSO, Alberto. Na casa das criancinhas que a sorte esqueceu. **Diário de Notícias**, Salvador, 30 mar. 1946. s/p.

VISITA do Ministro da Saúde. **A Tarde**, 23 mai. 1956. s/p.

VISITA do prefeito às obras do Hospital de Crianças, no Tororó. **Diário de Notícias**, Salvador, 30 dez. 1952, s/p.

CONTRASSENSO NAS ESTIMATIVAS FUNDIÁRIAS PARA HABITAÇÃO SOCIAL¹

Tomás Antonio Moreira²
Joana Aparecida Zavaglia Mascarenhas
Torres Ribeiro³
Gisela Cunha Viana Leonelli⁴

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p106

Resumo

Valores pagos na aquisição de terra para habitação social sempre foram muito elevados e raramente as estimativas de custo estavam relacionadas às estimativas de terras necessárias para enfrentamento do *déficit* habitacional. A partir do Plano Nacional de Habitação, a viabilização de terra está condicionada à formulação de planos habitacionais e à sua articulação com instrumentos de política e planejamento urbano. As novas formulações não têm revelado muitos avanços em relação às estratégias anteriormente praticadas na trajetória da política habitacional e em especial da política fundiária. Frente à necessidade de maior compreensão das recentes formulações das políticas fundiárias, este artigo tem como objetivo analisar a estimativa de terras e a estimativa de custo para habitação de interesse social propostos em Planos de Habitação de Interesse Social de municípios da Região Metropolitana de Campinas. Como procedimentos metodológicos, adotou-se a análise dos cálculos da demanda por terra e a construção de quadros

temáticos para a análise das estimativas de terra e custos. O trabalho permitiu identificar a fragilidade da abordagem da questão fundiária nos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, tendo em vista o contrassenso nas estimativas de terras para sanear o *déficit* habitacional.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Política Fundiária. Política Habitacional. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Região Metropolitana de Campinas.

1. Este artigo toma por base investigação em andamento “Avanços e Desafios de Planos Municipais de Habitação em Regiões Metropolitanas: o caso da RM de Campinas”, financiada pelo CNPq – Processo: 485375/2013-3.

2. Arquiteto e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Mestre em Ciências Aplicadas orientação Habitat & Desenvolvimento pela Université Catholique de Louvain, PhD em Estudos Urbanos pela Université du Québec à Montréal. Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. E-mail: tomas_moreira@sc.usp.br

3. Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: joana.zavagliaribeiro@gmail.com

4. Arquiteta e Urbanista pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo / Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Dra. em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Professora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: gisela@fec.unicamp.br

NONSENSE IN THE LAND ESTIMATES FOR SOCIAL HOUSING

Abstract

Cash paid in the acquisition of land for social housing have always been very high and rarely cost estimates were related to estimates of land necessary to confront the housing deficit. From the National Housing Plan the feasibility of land is subject to the formulation of housing plans and their articulation with policy instruments and urban planning. New formulations have not revealed many advances over the strategies previously practiced in the trajectory of housing policy and in particular the land policy. Faced with the need for greater understanding of the recent formulation of land policies, this article aims to analyze the estimation of land and the cost estimate for social housing proposed in Social Housing Plans of the Campinas Metropolitan Area. As methodological procedures adopted the analysis of the calculations of demand for land and construction of thematic frameworks for the analysis of land and cost estimates. The work identified the weakness of the land issue approach within Local social housing, given the nonsense in the grounds of estimates to stabilize the housing deficit.

Keywords: Urban Planning. Policy Land. Housing Policy. Municipal Plan for Social Housing. Campinas Metropolitan Area.

DISPARATES EN LAS ESTIMACIONES DE TIERRA PARA VIVIENDA SOCIAL

Resumen

Los efectivos pagados en la adquisición de terrenos para viviendas sociales siempre han sido muy altos y pocas veces las estimaciones de costo se relacionan con las estimaciones de las tierras necesarias para enfrentar el déficit de vivienda. Desde el Plan Nacional de Vivienda la viabilidad de la tierra está sujeta a la formulación de los planes de vivienda y su articulación con los instrumentos de política y planificación urbana. Nuevas formulaciones no han revelado muchos avances sobre las estrategias previamente practicadas en la trayectoria de la política de vivienda y en particular de la política de tierras. Ante la necesidad de una mayor comprensión de la reciente formulación de políticas de suelo, este artículo tiene como objetivo analizar la estimación de la tierra y la estimación del costo de la vivienda social propuestas en los planes de Vivienda Social de municipalidades de la Región Metropolitana de Campinas. Como procedimientos metodológicos han sido adoptados el análisis de los cálculos de la demanda de tierras y la construcción de marcos temáticos para el análisis de las estimaciones de la tierra y de costos. El trabajo identifica la debilidad del enfoque de la cuestión del suelo, dado los disparates de las estimaciones de tierras para estabilizar el déficit de vivienda.

Palabras-claves: Planificación Urbana. Política del Suelo. Política de Vivienda. Plan Municipal de Vivienda Social. Región Metropolitana de Campinas.

Política fundiária na política habitacional brasileira

No início dos anos 2000, uma nova composição da política habitacional passou a reger as diretrizes e os instrumentos para sua aplicação. Desde então, novos marcos legais foram instituídos, bem como a regulação local na elaboração, a implementação e a gestão de políticas habitacionais. Compõem esse novo marco legal institucional a Política Nacional de Habitação (PNH), o Sistema Nacional de Habitação (SNHIS), o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), assim como os Planos Estaduais e Municipais de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Faz parte desse novo marco de regulação o Conselho das Cidades, no qual se inicia um processo participativo, por meio da realização das conferências municipais, estaduais e nacional das cidades e os processos participativos constituídos ao longo da elaboração dos Planos Diretores Municipais (PDM) e dos PLHIS (CARDOSO, MOREIRA, 2009; 2011; BRASIL, 2012).

A formulação da PNH partiu da concepção de uma dívida social acumulada no país, fruto das desigualdades sociais e da concentração de renda características da sociedade brasileira, juntamente com uma restrição histórica do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda (FERREIRA, 2005; MARICATO, 2006; AZEVEDO, 2007). A PNH definiu que as estratégias específicas de cada ente federado estariam expressas nos planos de habitação, documen-

tos que passariam a representar as políticas habitacionais de cada nível de governo. Os planos estariam alinhados à PNH a partir das diretrizes estabelecidas pelo PLANHAB, formulado pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

O PLANHAB procurou estabelecer propostas que levassem em conta a diversidade da problemática habitacional no país, as especificidades regionais e municipais, bem como as diferentes visões dos segmentos ligados ao setor da habitação (BONDUKI, 2008). Enquanto um instrumento da PNH, o PLANHAB teve como objetivo desenhar estratégias, tanto públicas quanto privadas, para o equacionamento do *déficit* habitacional. Para que fosse possível alterar substancialmente o quadro habitacional, essas estratégias deveriam incorporar ações simultâneas de longo, médio e curto prazo, considerando quatro eixos principais: financiamento e subsídios; arranjos e desenvolvimento institucional; cadeia produtiva da construção civil; e política fundiária urbana (BRASIL, 2009).

Em relação ao eixo da política fundiária, o PLANHAB elencou diretrizes que pudessem ser consideradas pelos governos municipais em suas políticas e ações, tendo-se dois objetivos principais: garantir acesso à terra urbanizada, legalizada e bem localizada para a provisão de HIS (unidades prontas ou lotes) na escala exigida pelas metas do PLANHAB; e regularizar os assentamentos informais, garantindo a permanência dos moradores de baixa renda (BRASIL, 2009).

Em conjunção com a PNH, estabeleceu como princípios a implementação dos instrumentos e das diretrizes gerais da política urbana, dispostos pelo Estatuto da Cidade, visando garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, assim como o melhor ordenamento e controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa da terra e a viabilizar o seu acesso pela população de baixa renda.

Diversos municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas, localizada no Estado de São Paulo (RMC), elaboraram seus PLHIS, fomentando uma conjuntura para a articulação das políticas fundiária e habitacional (DENALDI, LEITÃO e AKAISHI, 2011). Entre 2007 e 2014, praticamente 80% dos municípios da RMC haviam concluído o processo de elaboração de seus PLHIS, sendo eles: Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Cada município aderiu ao SNHIS a partir de 2006, de modo a contar com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para a implementação da política habitacional definida em seu PLHIS (BRASIL, 2005).

Entretanto essa conjuntura não se revelou favorável ao se constatar que a instrumentalização para uma política fundiária local se demonstrou deficitária. Um dos motivos

que explicam esse quadro é que a disponibilização de recursos como dimensão estratégica para financiamento, subsídio e otimização da cadeia produtiva da construção civil teve como foco ampliar a participação da iniciativa privada nos processos de produção. Com isso, apostou-se no equacionamento da problemática habitacional por meio de estruturas privadas de obtenção da terra para a política pública.

Nessas estruturas, os lucros e os gastos fundiários têm peso significativo, o que coloca a terra urbana na linha de disputa de capitais, contrariando a dimensão estratégica de aplicação de uma política de solo que tenha como viés o controle social da apropriação da terra e a garantia de localizações que qualifiquem o acesso aos benefícios do processo formal de urbanização para a população de baixa renda. Nesse sentido, apesar das recentes diretrizes nacionais apresentarem um discurso que considerou a inclusão de uma nova política fundiária na PNH, repetiram-se erros semelhantes aos praticados no passado, nos quais as ações de produção de moradias não foram acompanhadas de políticas de solo redistributivas, tendo contribuído para aprofundar o quadro de precariedade e segregação socioespacial nas cidades (AVILA, 2006; MOREIRA e RIBEIRO, 2016).

Para compreender o papel dos municípios da estruturação de uma política fundiária, tem-se como objetivo analisar a estimativa de terras e de custo para habitação de interesse

social propostos nos Planos de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Por meio da estimativa de terras e de seus custos, identificam-se as intensões, os conflitos e as contradições na promoção do direito à habitação no nível municipal. A pesquisa teve como recorte territorial seis dos vinte municípios que compõem a RMC: Americana, Campinas, Itatiba, Indaiatuba, Santa Barbara D'Oeste e Valinhos. Como procedimentos metodológicos, adotou-se a análise dos cálculos das estimativas de terra e de seus custos e foram construídos cinco quadros que focalizaram três categorias de análise: o *déficit* habitacional dos municípios, as demandas fundiárias da política de produção de moradias e as estratégias de ação propostas para aquisição das terras demandadas pelo quadro habitacional evidenciado. Essas categorias foram colocadas à luz do período de planejamento proposto pelos PLHIS(s), bem como do contexto normativo e regulatório que permite ou impede a concretização do princípio da função social da propriedade para a democratização do acesso à terra. A partir desse conjunto de quadros, foram extraídos os elementos que discorrem sobre as estimativas de terra e de seus custos, de modo a inferir o quanto a abordagem fundiária está incorporada como proposição para o enfrentamento do déficit habitacional.

Abordagem da questão fundiária delineada no plano nacional de habitação

O Sistema Nacional de Habitação (SNH) considera três aspectos fundamentais para uma abordagem adequada da questão fundiária para a HIS: o volume de terra necessário ao atendimento das demandas habitacionais acumuladas e futuras, o volume de recursos necessário a esse atendimento e o potencial fundiário existente e disponível nos municípios para a construção de novas moradias (DENALDI, 2009).

Em relação ao primeiro aspecto, o SNH recomenda como procedimento técnico a definição de uma fração ideal de terreno para cada domicílio. Uma vez definida a fração ideal, seu valor deve ser multiplicado pelo valor correspondente às necessidades habitacionais, tanto acumuladas como futuras. Dessa maneira é identificada a quantidade de terra exigida para enfrentamento da problemática estimada para o horizonte temporal dos PLHIS(s). A definição da fração ideal de terra está associada à definição da tipologia habitacional e dos parâmetros urbanísticos pensados para os projetos a serem empreendidos por meio das ações propostas pelos PLHIS(s). Para ambas as definições, os Planos podem tomar como referência os parâmetros de parcelamento e uso do solo já praticados nos municípios, em geral dispostos em legislações ou regulamentos específicos que estabelecem critérios diferenciados para HIS,

como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou as normas relativas à implantação de Empreendimentos de HIS (EHIS). Não obstante, os PLHIS(s) podem identificar a necessidade de elaboração de novos parâmetros habitacionais e urbanísticos, no intuito de permitir determinados empreendimentos, qualificá-los ou adequá-los às características das demandas a serem atendidas (DENALDI, 2009).

Em relação ao segundo aspecto a ser considerado na formulação de estratégias de ação, a SNH orienta que os PLHIS(s) devem estimar o volume geral de recursos necessário à sua produção. Com essa estimativa, torna-se possível definir como o município enfrentará sua problemática habitacional em termos financeiros, ponderando sua capacidade de investimento no setor e as fontes orçamentárias existentes e disponíveis nas demais esferas de governo. Para efeitos de cálculo, o custo total da produção habitacional deve considerar três componentes: o custo da construção da moradia, o custo da infraestrutura e o custo da terra. Como nem todos os municípios possuem estoque de terras públicas que pode ser disponibilizado para a política social de habitação, faz-se necessário calcular o custo das terras de propriedade privada, tendo-se em conta a compra ou a desapropriação como sua forma de obtenção (DENALDI, 2009). Para a estimativa dos custos de infraestrutura e de construção de moradias, a SNH orienta como referências os valores médios já utilizados pelos municípios em suas ações habitacionais;

os parâmetros de custos apresentados no PLANHAB; e os valores de empréstimo ou transferência de recursos estabelecidos no âmbito dos programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal. No que se refere aos custos da terra, seu cálculo deve levar em consideração o preço médio do metro quadrado de terra urbanizada praticado em cada município, cuja referência pode partir tanto do valor venal utilizado pelo poder público para cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) quanto dos valores praticados no mercado de terrenos e imóveis (DENALDI, 2009).

Em relação ao terceiro aspecto, os municípios devem ter o conhecimento das condições em que ocorre a oferta habitacional, em especial as condições de acesso à terra e a disponibilidade de solo urbanizado. A SNH recomenda que os PLHIS(s) quantifiquem e qualifiquem as áreas aptas para a produção de HIS, a partir da definição de critérios que permitam sua delimitação e sua posterior destinação para atendimento das demandas acumuladas e futuras. A SNH e o PLANHAB consideram como áreas aptas: as terras vazias e urbanizadas delimitadas como ZEIS; as terras de propriedade pública ou privada, urbanizadas e adequadas à implantação de HIS; os domicílios vagos e os imóveis não utilizados ou subutilizados; loteamentos ou setores urbanos com grande percentual de lotes não ocupados; bem como as áreas já ocupadas por população de baixa renda, cuja diretriz de intervenção corresponde à remoção e re-

construção de unidades habitacionais na própria área do assentamento (MCIDADES, 2008; MCIDADES, 2010; DENALDI, 2009). As áreas aptas devem ser delimitadas e caracterizadas nos PLHIS(s), para que a formulação de estratégias de ação seja feita de forma apropriada. Elas devem ser mapeadas em quantidade suficiente para atendimento dos domicílios correspondentes ao déficit acumulado e à demanda futura priorizada no horizonte temporal dos Planos (DENALDI, 2009).

Estimativa de terras para habitação de interesse social na Região Metropolitana de Campinas

No que se refere ao conceito de *déficits* habitacionais e ao primeiro aspecto colocado pelo SNH – a estimativa de terras para produção de Habitação de Interesse Social (HIS) –, os municípios analisados da Região Metropolitana de Campinas podem ser organizados em três grupos: municípios que estimam o volume de terra necessário ao atendimento do conjunto de suas necessidades habitacionais – Campinas e Itatiba; municípios que realizam a estimativa de terra apenas para a demanda a ser atendida – Americana e Santa Bárbara d’Oeste; e municípios que não estimam o volume de terra para atendimento das demandas habitacionais – Valinhos.

Nos grupos cujos municípios estimaram, total ou parcialmente, o volume de terras para HIS, a estimativa consid-

erou as diretrizes sugeridas pela SNH no que diz respeito à definição da fração ideal e das tipologias habitacionais a serem adotadas nos empreendimentos. Dessa forma, para estimar as necessidades fundiárias da produção de HIS, os PLHIS(s), estabeleceram diferentes cotas de terreno para cada domicílio, considerando a possibilidade de implantação de diferentes tipologias habitacionais e a constituição de cenários que pudessem atender à diversidade das demandas identificadas.

Em relação às frações ideais de terra, Campinas e Itatiba adotaram cotas brutas de terreno, cujos critérios foram estabelecidos a partir da previsão de uma reserva de áreas não edificáveis. Essa reserva se justifica pelo fato de muitos terrenos poderem apresentar áreas de proteção ambiental ou alguma restrição à urbanização (PMC, 2011), assim como serem necessários para a implantação de sistemas viários e de equipamentos públicos e de lazer (PMIT, 2011ab).

Nos demais municípios que estimaram as necessidades fundiárias, a definição tomou como critério os parâmetros estabelecidos pelas legislações urbanísticas locais, em especial o Plano Diretor e as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo. Americana utilizou as normas urbanísticas impostas tanto para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como para as zonas com permissão de uso residencial; Santa Bárbara d'Oeste usou o lote mínimo legalmente instituído no município; Indaiatuba aproveitou o "lote pa-

drão” das zonas de uso onde se permite HIS (Tabela 1).

No caso de Valinhos, embora o PLHIS tenha identificado as frações ideais de terra e as tipologias habitacionais a serem adotadas, não há uma estimativa do volume fundiário total necessário ao atendimento das demandas. Ressalta-se que as frações e seus critérios foram indicados no âmbito da definição dos custos das unidades habitacionais ao se tratar dos recursos estimados para HIS pelos PLHIS(s).

Em todos os municípios analisados, embora os critérios de definição das tipologias habitacionais tivessem como objetivo atender à diversidade característica das demandas locais, a definição dos parâmetros da unidade de moradia esteve associada às referências existentes e disponíveis para cálculo da estimativa dos custos da produção. Os PLHIS(s) estabeleceram, portanto, critérios de atendimento a partir de diferentes tipos de unidade habitacional, levando-se em conta parâmetros de área construída cujos custos já tivessem sido estabelecidos por outros órgãos ou instituições ligadas ao setor habitacional. Campinas e Indaiatuba estabelecem parâmetros construtivos e de custo similares para suas tipologias (Tabela 1), tendo como referência adotada o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que estipula 45-48 metros quadrados para as unidades habitacionais, sejam elas verticais ou horizontais.

A partir das frações ideais e tipologias adotadas, os PLHIS estimaram a necessidade de mais de 20 milhões de met-

Critérios e referências adotados pelos PLHIS(s) para a estimativa de terras para HIS						
Municípios analisados	Fração ideal de terra		Tipologia habitacional			Referências
	Critérios	Parâmetros (m ²)	Critérios unidade habitacional (UH)	Parâmetros (m ²)	Custo UH com infraestrutura*	
Americana	Plano Diretor, Lei de zoneamento /ZEIS; zonas com permissão de uso residencial	150 m ²	"Embrião" em lote urbanizado	-	R\$ 24.000,00	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) Cooperativa Nacional da Habitação e Construção (COOPERTET O)
		85 m ²	Horizontal (sobreposta)	-	R\$ 38.000,00	
		60 m ²	Vertical (apartamento)	51 m ²	R\$ 51.500,00	
Campinas	Cotas com previsão de área não edificável em função de restrições à urbanização	250 m ² (cota bruta)	Horizontal (casa térrea)	48 m ²	R\$ 48.000,00	PMCMV
		125 m ² (cota líquida)	Vertical (casa sobreposta / apartamento)	48 m ²	R\$ 52.000,00	
Indaial	Lei de zoneamento / zonas com permissão de HIS	"lote padrão"	Horizontal (casa térrea)	48 m ²	R\$ 48.000,00	PMCMV / Prefeitura Municipal
			Horizontal (sobreposta)	44 m ²	R\$ 51.000,00	
			Vertical (apartamento)	44 m ²	R\$ 65.000,00	
Itaíba	Cotas com previsão de área para implantação de sistema viário e equipamentos	250 m ² (cota bruta)	Horizontal (casa térrea)	45 m ²	R\$ 45.000,00	SNH / Plano Nacional de Habitação (PLANHAB)
		125 m ² (cota líquida)	Horizontal/ Vertical (casa sobreposta / apartamento)	45 m ²	R\$ 50.000,00	
Santa Bárbara d'Oeste	Lei de Parcelamento / lote mínimo permitido no município	175 m ²	"Embrião" em lote urbanizado	33 m ²	R\$ 38.000,00	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)
		140 m ²	Horizontal (sobreposta geminada)	42 m ²	R\$ 47.000,00	
		80 m ²	Vertical (apartamento)	37 m ²	R\$ 34.000,00	
Valinhos	-	200 m ² (lote mínimo)	Horizontal	-	R\$ 63.300,00	Portal da Construção (PINI Web)
		600 m ² (lote mínimo)	Vertical	-	R\$ 62.800,00	

* Valores médios correspondentes ao ano de elaboração dos Diagnósticos dos PLHIS(s).

Fonte: elaborado pelos autores, a partir do Diagnóstico Habitacional dos PLHIS(s) dos municípios analisados (PMA, 2008a; PMC, 2009; PMI, 2010; PMIT, 2011; PMSOB, 2011; PMV, 2012).

Tabela 1 - Critérios e referências adotados pelos PLHIS(s) para a estimativa de terras para HIS. Fonte: Elaborado pelos autores.

ros quadrados de terra para atendimento das demandas por HIS. Entretanto, essas demandas representam 76% do que representam seus *déficits* habitacionais, segundo o conceito adotado pelo PNH (Tabela 2).

Estimativa de terra para atendimento das necessidades e demandas habitacionais									
Municípios analisados	Componentes das necessidades habitacionais				Demandas a serem atendidas ¹		Estimativa de terra		
	Deficit habitacional (Dh)	Demanda futura (Df)		Total (PNH) ²	Total (PLHIS)	% / componentes	Total (m ²)	Demanda de atendimento	
Americana	7.301	4.539 estimada 1	8.178 ³ estimada 2	15.477	5.183	33,5%	701.137	5.183	
Campinas	30.871	33.515		64.386	65.000	101,0%	15.989.250,00 ⁴	63.957 ⁴	
Indaiatuba	10.832	-		13.955 ⁵	7.709	55,2%	440.000	7.709	
Itatiba	2.302 adotado 1	2.333 adotado 2	6.552 estimada	3.256 adotada	8.885	63,1%	1.952.750 ¹ estimado Dh adotado 1	1.971.500 Dh adotado 1 + Df estimada	8.854 ⁴ Dh adotado 2+ Df estimada
Santa Bárbara d'Oeste	10.294	2.450		12.744	9.026	70,8%	970.250	9.026	
Valinhos	6.095	-		9.042 ⁵	3.148	34,8%	-	-	
Total	67.726⁶	50.693⁶		124.489	95.675	76,8%	20.072.137⁶	94.318⁶	

1. Não realiza estimativa. 2. Unidades habitacionais indicadas como metas físicas de atendimento dos programas de produção habitacional, nos conteúdos / documentos das Estratégias de Ação. 3. Segundo conceito de necessidades habitacionais adotado pela PNH (Dh + Df). 4. Para efeitos de cálculo, considerou-se a demanda futura estimada 2 (8.176 domicílios). 5. Exclui a demanda do remanejamento de unidades habitacionais em assentamentos precários. 6. Para efeitos de cálculo, considerou-se como Total (PNH): Dh + (Dh - Total PLHIS). 7. Para efeitos de cálculo total, considerou-se em Itatiba: Dh adotado; Df estimada; total de terra adotado; e demanda de atendimento equivalente a 8.443 unidades habitacionais - conforme adotado no PLHIS. Fonte: elaborado pelos autores, a partir dos PLHIS(s) dos municípios analisados (FMA, 2005a; PMC, 2009; PMI, 2010; PMIT, 2011; PMSOB, 2011; PMV, 2012).

Tabela 2 - Estimativa de terra para atendimento das necessidades e demandas habitacionais. Fonte: Elaborado pelos autores.

Campinas apresenta a maior necessidade fundiária do conjunto. Isso se deve ao fato de ela concentrar o maior déficit habitacional, a maior demanda futura por novas moradias e pelo fato de considerar ambos os componentes para o cálculo da estimativa de terra.

Itatiba, que embora apresente a segunda maior necessidade de terra, não concentra os maiores *déficits* habitacionais, mas, sim, a menor de todo o conjunto. Indaiatuba, Santa Bárbara d'Oeste e Americana apresentam *déficits* bem mais expressivos, embora suas necessidades fundiárias

estejam abaixo das necessidades de Itatiba. Essas diferenças se dão pelo fato de esses três municípios não terem considerado, para a estimativa de terra, o total de seus *déficits* habitacionais, mas, sim, as demandas previstas para serem atendidas pelo poder público.

No caso de Americana, observa-se, pela Tabela 2, que a estimativa de terra apresentada no PLHIS abrange apenas 33,5% do total de suas necessidades. O PLHIS informa que o município precisa de cerca de 700 mil metros quadrados de terra para atender pouco mais de cinco mil domicílios no decorrer de seu horizonte temporal (2009-2020). Entretanto, somente seu *déficit* habitacional compreende mais de sete mil domicílios. O município apresentou a estimativa de terra na etapa das Estratégias de Ação e não na fase de Diagnóstico Habitacional. A abordagem fundiária é, portanto, realizada no intuito de se verificar o potencial existente e disponível e não com o objetivo de se estimar as necessidades fundiárias das demandas habitacionais.

No caso de Itatiba, o PLHIS apresenta duas referências numéricas para o volume de terras demandadas para atendimento de suas necessidades habitacionais – uma na fase de Diagnóstico e outra na fase das Estratégias de Ação. Essas divergências podem estar relacionadas tanto a decisões políticas quanto a questões técnicas. Decisão política no sentido de se adotar, no caso da demanda futura, a referência que o poder público se propõe a atender

nos programas de ação; e questão técnica no sentido das divergências poderem estar associadas a uma revisão dos conteúdos do produto do Diagnóstico, para a formulação das Estratégias de Ação.

Em Santa Bárbara d'Oeste, a estimativa do volume de terras é feita sobre a demanda, a qual representa 70% das necessidades habitacionais do município e a ela correspondem os domicílios que compõem a coabitação e os imóveis cedidos, bem como a demanda futura situada nas faixas de renda de zero a três salários mínimos. Considerando esse percentual, o PLHIS desenvolve três estudos para cálculo das necessidades e custos da terra e da produção habitacional, apontando cenários de atendimento segundo combinações entre as diferentes frações e tipologias habitacionais que foram definidas. Levando-se em conta essa combinação, o PLHIS estima a necessidade de 970.250m² de terra para atender à demanda priorizada pelo poder público. No entanto, o PLHIS informa a necessidade de reservar um percentual de terras para a implantação de sistemas de áreas livres públicas e de áreas institucionais, o que implica na redução de 50% do volume de terras para produção habitacional (SOB, 2011, p. 78-80). Considerando a perda percentual de áreas, o volume de terra identificado pelo PLHIS de Santa Bárbara atenderá, portanto, não a 70%, mas a 35% do *déficit* habitacional do município.

As análises expostas mostram uma grande fragilidade dos

PLHIS(s) no tocante à abordagem da estimativa de terra e sua relação com o levantamento das problemáticas habitacionais.

Estimativa de custos da terra para habitação de interesse social

Todos os municípios tratam do volume de recursos necessários à aquisição de terra e à produção habitacional. O que os diferencia é a forma de abordagem da questão ou a sua abrangência em relação ao enfrentamento do *déficit* habitacional. Os municípios podem ser organizados em três grupos: municípios que estimam os recursos necessários ao atendimento do *déficit* habitacional – Campinas e Itatiba; municípios que estimam recursos apenas para as demandas a serem atendidas – Americana, Indaiatuba e Santa Bárbara d’Oeste; e municípios que estimam os custos isolados da terra e das diferentes tipologias habitacionais adotadas, mas que não os consolidam, não possibilitando identificar o volume global de recursos necessários ao atendimento das demandas por novas moradias – Valinhos.

Levando-se em conta as especificidades da identificação dos custos da terra, os municípios podem ser organizados em três outros subgrupos (Tabela 3): (A) municípios que informam os custos da terra segundo a localização de terras para HIS (Americana e Valinhos); (B) municípios que informam o custo da terra segundo uma média do preço

do metro quadrado (Indaiatuba, Itatiba e Santa Bárbara d'Oeste); e (C) municípios que não informam o custo da terra (Campinas).

Pela Tabela 3, é possível visualizar as disparidades do preço do metro quadrado da terra entre os diferentes municípios. Em Americana e Valinhos, as áreas centrais possuem maiores custos de terra, não apenas em relação às áreas periféricas, mas, também, em relação aos custos de terra dos demais municípios. Por sua vez, as áreas periféricas e as ZEIS de Americana concentram preços fundiários muito

Critérios e referências adotados pelos PLHIS(s) para a estimativa de custos da terra para HIS						
Sub grupo	Municípios analisados	Critérios	Referência	Terra		
				Localização	Custo/ m ² (R\$)	
A	Americana	Valores de solo urbano, segundo localização e dimensão das glebas aptas para HIS	Planta de Valores Reais / Prefeitura	Perímetro central < 10.000m ²	336,00	
				Perímetro central > 10.000m ²	158,20	
				ZEIS de vazios	38,00	
				Áreas periféricas	36,58	
	Valinhos	Valores de solo urbano, segundo localização de terras	Prefeitura		Área central	São Cristóvão 231,52
						Santa Cruz 250,00
						Santana 186,74
					Área periférica	Santa Elisa 130,00
						Espírito Santo 150,00
						Santa Escolástica 160,00
B	Indaiatuba	-	-	-	45,00	
	Itatiba	Média do preço do m ² de terra	Prefeitura	-	100,00	
	Santa Bárbara d'Oeste	-	Pesquisa com setor imobiliário local	-	100,00	
C	Campinas	-	-	-	-	

- Não realiza estimativa.
Fonte: elaborado pelos autores, a partir dos PLHIS(s) dos municípios analisados (PMA, 2008a; PMC, 2009; PMI, 2010; PMIT, 2011; PMSOB, 2011; PMV, 2012).

Tabela 3 - Critérios e referências adotados pelos PLHIS(s) para a estimativa de custos da terra para HIS. Fonte: Elaborado pelos autores.

mais baixos do que as áreas periféricas de Valinhos, as quais apresentam valores de terra superiores à média dos custos praticados em Itatiba e Santa Bárbara d'Oeste, por exemplo, onde o valor da terra é relativamente similar. Em Indaiatuba, a média de custos de terra segue os custos das ZEIS de Americana, ou seja, apresenta um dos valores mais baixos dentre os seis municípios.

Na maioria dos municípios, os preços fundiários foram embasados em referenciais de valores adotados pelo poder público, à exceção de Santa Bárbara d'Oeste e Americana – que adotaram referenciais praticados no mercado de imóveis – e Campinas, que não realizou a estimativa dos custos da terra, embora tenha estimado o total de recursos necessários ao atendimento do conjunto de suas necessidades habitacionais.

No caso de Indaiatuba, cujo PLHIS adota para cálculo dos custos da produção os valores praticados pelo PMCMV (BRASIL, 2009; CEF, 2009), há a estimativa dos custos necessários à obtenção da terra. Diferentemente de Campinas, essa estimativa considera apenas a demanda a ser atendida e não o conjunto do *déficit* habitacional. O PLHIS de Indaiatuba é um dos que não se apropriou do conceito de *déficit*, não incorporou informações sobre a demanda futura e, em decorrência, a estimativa da quantidade de terra abrangeu apenas 55% do que seriam as demandas reais do município. A estimativa dos custos da terra se deu,

portanto, sobre esse percentual, resultando um volume de recursos 45% inferior ao que seria realmente necessário.

Inserido no subgrupo de municípios que estimam o custo da terra a partir do preço médio do metro quadrado, Indaiatuba estima ser necessário mais de R\$ 19.000.000,00 para a compra dos 440 mil metros quadrados de terra demandados pela população beneficiária do PLHIS. Esse valor representa cerca de 4% dos custos totais estimados para a produção habitacional, tomando-se como base a média de R\$ 45,00 por metro quadrado de terra. Esse percentual dos custos da terra em relação aos custos totais da produção se coloca bem abaixo dos valores evidenciados nos outros municípios.

Em Santa Bárbara d'Oeste e Itatiba, por exemplo, cujo preço médio da terra gira em torno de R\$ 100,00/m², o percentual dos custos fundiários em relação aos custos totais da produção atinge mais de 20% (Tabela 4).

Embora o município de Itatiba se enquadre no grupo cuja estimativa do volume de terra e de recursos envolveu todo o conjunto do *déficit* habitacional, os custos totais do componente terra foram calculados apenas para parte do déficit, uma vez que o município já dispunha de um banco de terras públicas. Além desse banco de terras, dimensionado em 156.000m², o PLHIS considerou que 316.750m² de terrenos poderiam ser obtidos por meio do instrumento da dação em pagamento, pelo fato de apresentarem dívi-

Estimativa de custos para atendimento das necessidades e demandas habitacionais										
Municípios Analisados	Necessidades habitacionais				Estimativas de terra e custos					
	Componentes		A serem atendidas ¹		Terra		Produção habitacional		Demanda das estimativas de custos	
	Deficit habitacional (Dh)	Demanda futura (Df)	Total	% / Componentes	Total (m ²)	Custo total (R\$)	Custo global (R\$)	% Custo terra / Custo global		
Americana	7.301	4.539	8.176 ²	5.183	33,5% ²	701.137	52.702.087,78	198.195.858,91	26,6%	5.183
Campina	30.871	33.515	65.000	101,0%	15.989.250,00	-	3.197.850.000,00 ³	-	-	63,957 ⁵
Indaítuba	10.832	-	7.709	55,2% ⁴	440.000	19.800.000,00	505.723.000,00	3,9%	-	7.709
Itatiba	2.333 (adotado)	8.552 (estimada)	5.809	63,1%	1.971.500 ³ (adotado)	149.875.000,00 ⁶	604.788.898,00 ⁶	24,8%	-	8.443 ³ (Dh adotado + Df estimada)
S. Bárbara d'Oeste	10.294	2.450	9.026	70,8%	970.250	97.025.000,00	436.905.002,94	22,2%	-	9.026
Valinhos	6.095	-	3.148	34,8% ⁴	-	-	-	-	-	-
Total	67.726	50.893	95.675	76,8%	20.072.137	319.402.087,78	4.943.443.559,85	-	-	94.318

– Não realiza estimativa. 1. Unidades habitacionais indicadas como metas físicas de atendimento dos programas de produção habitacional, nos conteúdos/documentos das Estratégias de Ação. 2. Para efeitos de cálculo, considerou-se a demanda futura estimada em 8.176 domicílios. 3. Considera o total das necessidades habitacionais (Dh + Df), excluindo-se a demanda do remanejamento de unidades habitacionais em assentamentos precários. 4. Para efeitos de cálculo, considerou-se como Demanda Futura: (Dh - Total a serem atendidas), conforme conceito PNH. 5. Estimativa realizada para 76% do total de terra estimada, o que atenderia 6.418 domicílios (76% das necessidades habitacionais - Dh adotado + Df estimada). 6. Os custos globais consideram os custos de 76% do volume de terra estimada + os custos estimados para produzir moradias para atender 100% das necessidades habitacionais. Fonte: elaborado pelos autores, a partir dos PLHIS(s) dos municípios analisados (PMA, 2008a; PMC, 2009; PMI, 2010; PMIT, 2011; PMSOB, 2011; PMV, 2012).

Tabela 4 - Estimativa de custos para atendimento das necessidades e demandas habitacionais. Fonte: Elaborado pelos autores.

das tributárias superiores a 50% de seu valor venal (PMIT, 2001a). Considerando a disponibilidade de terra pública e a intenção de obtenção dos terrenos com dívida ativa, o PLHIS calcula custos apenas para o volume de terras que precisa ser adquirido. Esse volume representa 76% do total de terras estimadas para o atendimento do *déficit* acumulado e da demanda futura por novas moradias.

Santa Bárbara d'Oeste, por sua vez, não considerou como problemática do PLHIS o total de seu *déficit* habitacional e, portanto, realiza a estimativa de terra e custos apenas para os domicílios previstos para serem atendidos. Esses domicílios representam 70% do *déficit* habitacional e não incluem o *déficit* quantitativo correspondente ao

ônus excessivo com aluguel e à demanda futura situada nas faixas de renda entre três e cinco salários mínimos.

A estimativa de terras no PLHIS de Santa Bárbara não representa, portanto, as necessidades fundiárias das demandas a serem atendidas, já que os R\$ 97 milhões calculados para atender à demanda dos 9.026 domicílios cobririam somente 4.513 domicílios, o que significa o enfrentamento de apenas 43% do *déficit* habitacional acumulado.

A estimativa das necessidades fundiárias no PLHIS de Itatiba não considera a demanda do *déficit* em assentamentos precários cuja ação de intervenção é o remanejamento de unidades habitacionais. Por tal aspecto, a estimativa de custos da terra exclui essa demanda, uma vez que ela será atendida na própria área do assentamento. Já a estimativa dos custos da produção volta a incluí-la, visto que há a necessidade da provisão de novos domicílios para seu atendimento. O mesmo ocorre no PLHIS de Campinas, a estimativa do volume global dos custos da produção compreende a demanda do remanejamento, as demais parcelas do *déficit* quantitativo e a demanda futura prioritária.

No caso do município de Indaiatuba, nota-se que o total de terra e custos estimado é menor do que o apresentado nos demais municípios, sobretudo do que em Americana, por exemplo, onde a demanda habitacional das estimativas é bem inferior.

As decisões tomadas no processo de elaboração dos PLHIS(s) – tais como demandas habitacionais a serem atendidas, fração ideal de terra dos empreendimentos, tipologias de HIS, articulação de parâmetros com as legislações urbanísticas – configuram, portanto, o desenho das propostas de ação voltadas à aquisição de terras para a política de produção habitacional.

Considerações finais

Nos municípios de Americana, Campinas, Indaiatuba, Itatiba, Santa Bárbara d'Oeste e Valinhos, pertencentes à RMC, os cálculos de custos e estimativa de terra para HIS não foram dimensionados considerando o *déficit* estabelecido pelo SNH. Dentre os seis municípios analisados, apenas Campinas e Itatiba incorporaram o conceito de necessidades habitacionais, o que significa que apenas esses dois conseguiriam tratar a questão fundiária considerando as demandas acumuladas (*déficit*) e futuras (demanda prioritária) por habitação. Americana, Indaiatuba e Santa Bárbara d'Oeste consideraram como necessidades habitacionais apenas as demandas previstas para serem atendidas pelas propostas de ação dos PLHIS. Valinhos, por sua vez, foi o único município que não considerou o conceito de necessidades habitacionais. Isso significa que, nesses últimos quatro municípios, tanto o volume de terra quanto o de recursos, assim como a delimitação de terras para

HIS não foram estimados de forma suficiente para sanar o problema habitacional local, tornando frágil qualquer proposta de ação. Por outro lado, mesmo nos municípios que atenderam as diretrizes iniciais das necessidades habitacionais, diversas questões foram observadas no tocante à fragilidade da abordagem da questão fundiária. As inconsistências nas informações sobre a estimativa e terras e custos se fizeram presentes em todas as três categorias de análise adotadas para a leitura dos PLHIS(s).

As inconsistências do cálculo do *déficit* habitacional refletiram no cálculo da demanda fundiária e seus custos, repercutindo na distorção do enfrentamento final das necessidades habitacionais. As decisões sobre este enfrentamento partiram da própria tarefa de estimar o *déficit* habitacional, fundiário e os custos necessários à execução da política de produção de moradias na etapa de Diagnóstico Habitacional, em que se deveria apresentar uma leitura da realidade e não uma decisão estratégica de execução da política. Isso fez com que as indicações de terra, de recursos e as demandas a serem cobertas pelas ações do PLHIS(s), no processo posterior de formulação das Estratégias de Ação, tornassem-se ainda mais inconsistentes enquanto propostas de enfrentamento do problema. Se os municípios consideravam em seus diagnósticos estimativas que contemplavam o atendimento das demandas, nas estratégias de ação esse atendimento diminuiu ainda mais, colocando em xeque

o papel do PLHIS enquanto um instrumento para definir medidas ao equacionamento dos problemas habitacionais.

Em princípio, poder-se-ia afirmar que os PLHIS(s) revelariam uma possível incapacidade financeira ou fundiária dos níveis locais em atender seus déficits habitacionais, mas não que revelariam a exclusão precoce, por parte dos municípios, do enfrentamento de suas problemáticas.

Em relação às linhas de produção habitacional, as estratégias para sua viabilização se colocaram como parte financeira dos custos totais da moradia. Nessa perspectiva, os PLHIS(s) buscaram definir estratégias voltadas a diminuir o peso dos custos fundiários e com isso diminuir os recursos necessários para a produção habitacional, não onerando demasiadamente os cofres públicos. Os custos da terra chegam a impactar mais de 20% dos custos totais da produção de moradias e, em alguns casos, esse percentual acabaria por comprometer 1% de todo o orçamento público municipal.

A dificuldade ou ausência de controle do solo torna-se ainda mais nítida ao verificar que a preocupação dos PLHIS(s) em baratear os custos da terra se relaciona a uma preocupação de diminuir os custos da produção ou diminuir os recursos de contrapartida municipal – o que revela uma lógica privada de se empreender uma política pública cujo viés deveria ser intervir para distribuir e não somente procurar alternativas que busquem contornar um problema.

O próprio fato dos municípios se ausentarem em assumir maiores responsabilidades na aplicação dos recursos previstos para a produção habitacional revela a intenção em se ausentar no maior controle do uso do solo e no enfrentamento da problemática da valorização fundiária, a qual se mostra custosa aos cofres públicos.

A presente pesquisa distingue as limitações do PLHIS como um instrumento para a concretização de um planejamento habitacional e traz uma contribuição a respeito dos investimentos públicos relativos às estimativas de terra e de custos em municípios da RMC, explicitando o distanciamento com a formulação de uma política fundiária eficaz.

Facilitar o acesso à terra e baratear o custo da habitação para a implementação de políticas públicas são metas fundamentais para viabilizar o desenvolvimento urbano democrático. No entanto, as metodologias de construção dos *déficits* habitacionais, da demanda fundiária e dos cálculos de custos devem ser alinhadas para que esse enfrentamento seja consistente e efetivo e não um contrassenso. Caso contrário, os PLHIS serão peças regulatórias fragilizadas antes mesmo de serem implementados.

Referências

AVILA, P.C. (2006). **Urban Land Use Regulations in Brazil**: Land Market Impacts and Access to Housing. Lincoln Institute–World Bank. Disponível em: http://www.chs.ubc.ca/consortia/courses/library/Dowall-Brazil_Urban_Land_Housing_Markets-2006.pdf. Acesso em abril 2016.

AZEVEDO, S. de. (2007) Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, p. 12-41.

CARDOSO, A. L. (2011) **Habitação de Interesse Social**: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrololes.net/download/adauto_cardoso.pdf. Acesso em maio 2016.

BONDUKI, N. (2008) **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 1, p. 70–104. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em março 2016.

BRASIL. (2009) Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Habitação**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politicanacional-de-habitacao/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. Acesso em 10 janeiro 2016.

_____. (2005) Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Habitação**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politicanacional-de-habitacao/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. Acesso em 10 janeiro 2016.

_____. (2008) Ministério das Cidades. **Planos Locais de Habitação de Interesse Social** - EAD-PLHIS. Brasília: Ministério das Cidades.

_____. (2009) Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 08 jul. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em 04 fevereiro 2016.

CEF, Caixa Econômica Federal. (2009) **Minha Casa, Minha Vida: moradia para as famílias, renda aos trabalhadores, desenvolvimento para o Brasil**. Brasília: Caixa Econômica Federal. Disponível em: http://www.adh.pi.gov.br/minha_casa_minha_vida.pdf. Acesso em 04 fevereiro 2016.

DENALDI, R. (2013a) Panorama da política habitacional no Brasil a partir de uma leitura regionalizada dos recentes planos locais de habitação de interesse social (PLHIS) elaborados no país. In: XV Encontro Nacional da ANPUR. Recife. **Anais...** Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), p. 1-6.

_____. (Org.). (2013b) **Planejamento habitacional**: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação. São Paulo: AnnaB-lume.

Diagnóstico do setor habitacional. In: SANTA ROSA, Junia; DENALDI, Rosana (Org.). Curso à distância: **Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009, p. 151-177

DENALDI, R.; LEITÃO, K.; AKAISHI, A. (2011) O recente processo de elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social no Brasil: limitações e perspectivas. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT1-1-784-20110111235517.pdf>. Acesso em 26 abril 2016.

FERREIRA, J. S. W. (2005) A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, 2005, Bauru-SP. **Anais...** Bauru-SP: Universidade Estadual Paulista- UNESP-Bauru; SESC-Bauru. Disponível

em: <http://cidadesparaquem.org/textos-academicos/2005/8/21/a-cidade-para-poucos-breve-historia-da-propriedade-urbana-no-brasil>. Acesso em abril 2016.

MCIDADES, MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação**. Versão para debates. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. **Guia de Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social** – SNHIS. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2008. Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/index.php/sistema-nacionalde-habitacao-de-interesse-social-snhis/754-guia-de-adesao-ao-snhis>>. Acesso em 04 abr. 2016.

MARICATO, E. (2006) **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: IPEA.

MOREIRA, T. A. (2009) **The National Housing Project and The new National Housing Policies in Brazil**: proposals and advances for the right of housing. *Jornal for Housing Science*, v. 33, n. 2, pp. 89-98.

MOREIRA, T. A.; RIBEIRO, J. A, Z. M. T. (2016) **A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação**: considerações a partir do início do século XXI. *Cadernos Metrôpoles*, v. 18, n. 35, p. 15-31.

PMA, Prefeitura Municipal de Americana. (2008a) **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Americana-SP**: Produto 2. Diagnóstico Técnico. Americana-SP: Prefeitura Municipal de Americana/ Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano/ Cooperativa Inteira.

_____. (2008b) **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Americana-SP**: Produto 3. Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Americana. Americana-SP: Prefeitura Municipal de Americana/ Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano/ Cooperativa Inteira.

PMC, Prefeitura Municipal de Campinas. (2011) **Plano Municipal de Habitação de Campinas**. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria de Habitação. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/planohabitacao-2012.pdf>. Acesso em 29 out. 2015.

PMI, Prefeitura Municipal de Indaiatuba. (2010a) **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Indaiatuba** – PLHIS. Indaiatuba-SP: Prefeitura Municipal de Indaiatuba / Objetiva Administração de Negócios Ltda.

_____. (2010a) Lei Complementar nº 09 de 22 de outubro de 2010. Dispõe sobre a revisão e consolidação da Lei no 4.067, de 24 de setembro de 2001, que dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município de Indaiatuba – PDI e dá outras providências. **Imprensa Oficial**, Indaiatuba-SP, 28 out. Disponível em: http://www.camaraindaiatuba.sp.gov.br/leis/arquivos/leicomplementar_09.PDF. Acesso em: 02 fevereiro 2016.

_____. (2010c) Lei Complementar no 10 de 22 de outubro de 2010. Dispõe sobre a alteração, atualização, revisão e consolidação da lei nº 4.066, de 24 de setembro de 2001, que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Indaiatuba, e dá outras providências. **Imprensa Oficial**, Indaiatuba-SP, 28 out. Disponível em: http://www.camaraindaiatuba.sp.gov.br/leis/arquivos/leicomplementar_10.PDF. Acesso em: 02 fevereiro 2016.

PMIT, Prefeitura Municipal de Itatiba. (2011a) **Plano Municipal de Habitação de Itatiba-SP**: Relatório 2.2. Diagnóstico – versão revisada. Itatiba-SP: Prefeitura Municipal de Itatiba/ DEMACAMP.

_____. (2011b) **Plano Municipal de Habitação de Itatiba-SP**: Relatório 3.2. Estratégias de Ação – versão final. Itatiba-SP: Prefeitura Municipal de Itatiba/ DEMACAMP.

PMSBO, SANTA BÁRBARA D'OESTE. (2011) Lei nº 3.297, de 29 de junho de 2011. Autoriza o Poder Executivo adotar medidas visando à participação do Município no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, aprova e institui o Plano Municipal de Habitação, cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e institui o

respectivo Conselho Gestor, dando outras providências. **Diário Oficial do Município**, Santa Bárbara d'Oeste-SP, 29 jun. Disponível em: http://www.santabarbara.sp.gov.br/v4/index.php?pag=mostra&dir=sec_de_negocios_juridicos&tabela=indiceleis&id=6143. Acesso em: 05 março 2016.

PMV, Prefeitura Municipal de Valinhos. (2012) **Plano Municipal de Habitação de Valinhos-SP**. Valinhos-SP: Prefeitura Municipal de Valinhos. Disponível em: http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/arquivos/desenvolvimento_social/PLHIS_Minuta_Final.pdf. Acesso em: 05 março 2016.

SANTA ROSA, J.; DENALDI, R. (2009). **Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD-PLHIS_publicacao.pdf. Acesso em: 30 abril 2016.

ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA: AVALIAÇÃO APÓS 15 ANOS DE ESTATUTO DA CIDADE¹

Fabiana Wütrich²

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p140

Resumo

O artigo objetiva contribuir com a discussão da aplicabilidade do Estudo de Impacto de Vizinhança, instrumento de política urbana incluído no Estatuto da Cidade. Para tanto, são apresentados dados que permitem o reconhecimento quantitativo da sua incorporação pelos municípios, demonstrando a sua situação 15 anos após aprovação da lei federal, assim como uma análise qualitativa, concentrada no aglomerado metropolitano de Curitiba. Os resultados obtidos permitem apontar desafios e recomendações de modo a orientar a elaboração de leis específicas no âmbito municipal.

Palavras-chave: Estudo de Impacto de Vizinhança. Estatuto da Cidade. Aglomerado Metropolitano de Curitiba.

1. Este artigo toma por base as investigações decorrentes do mestrado de Fabiana Wütrich, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Gislene Pereira.
2. Arquiteta Urbanista, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: fabiana.wutrich@gmail.com

NEIGHBORHOOD IMPACT STUDY: EVALUACION 15 YEARS AFTER THE CITY STATUTE

Abstract

The article aims to contribute to the discussion of the applicability of the Neighborhood Impact Study, an urban policy instrument included in the City Statute. This paper shows the incorporation of this instrument by the municipalities 15 years after the approval of the federal law, as well as qualitative analysis, focused at the Metropolitan Agglomeration of Curitiba. Results allow us to point out challenges and recommendations to guide the elaboration of specific laws in the scope of other municipalities.

Keywords: Neighborhood Impact Study. City Statute. Metropolitan Agglomeration of Curitiba.

ESTUDIO DE IMPACTO URBANO: EVALUACIÓN 15 AÑOS DESPUÉS DEL ESTATUTO DE LA CIUDAD

Resumen

Este artículo pretende contribuir a la discusión acerca de la aplicabilidad del Estudio de Impacto Urbano, instrumento de gestión y política urbana oriundo del Estatuto de la Ciudad. Los datos presentados permiten el reconocimiento cuantitativo de su incorporación por los municipios 15 años después de la adopción de la ley federal. Permiten también un análisis cualitativo centrado en la Aglomeración Metropolitana de Curitiba. Los resultados señalan cuestiones principales y recomendaciones para guiar la gestión y desarrollo de leyes municipales específicas.

Palabras-claves: Estudio de Impacto Urbano. Estatuto de la Ciudad. Aglomeración Metropolitana de Curitiba

Introdução

Durante o constante e contínuo processo de produção do espaço urbano, os interesses dos diversos agentes sociais podem colidir (GOTTDIENER, 1997), tornando necessárias intervenções que permitam minimizar tais conflitos. Os instrumentos de planejamento urbano tradicionalmente utilizados, como o plano diretor e a lei de zoneamento, uso e ocupação do solo, por exemplo, nem sempre são capazes de identificar ou evitar tais conflitos, ou mesmo prever os possíveis impactos que determinados empreendimentos e/ou atividades podem gerar na vizinhança ou na cidade como um todo. Ademais, esses instrumentos tampouco são capazes de informar com precisão a reação e a capacidade de absorção desses impactos, sejam no sistema viário, nas redes de infraestruturas ou até mesmo na oferta de vagas em equipamentos comunitários. Em relação às limitações da lei de zoneamento, por exemplo, ela

por si só não é capaz de mediar todos os conflitos de vizinhança, apesar de, em inúmeras cidades, ter logrado garantir a proteção da qualidade de vida de alguns bairros – principalmente aqueles ocupados por residências unifamiliares em lotes grandes. Estes últimos podem comportar grandes empreendimentos que, mesmo atendendo aos requisitos da Lei, provocam profundos impactos nas vizinhanças: sobrecarga no sistema viário, saturação da infraestrutura – drenagem, esgoto, energia elétrica, telefonia -, sombreamento e poluição so-

nora, entre outros (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p.198).

Assim, mesmo que tais empreendimentos estejam em conformidade com a legislação, eles podem desencadear impactos em uma vizinhança consolidada³ ou que já começa a apresentar sinais de saturação.

Com o propósito de exigir a análise detalhada de determinados tipos de empreendimentos e/ou atividades urbanas, condicionando sua aprovação a um conjunto de medidas adaptativas, mitigadoras e/ou compensatórias, ou mesmo restringindo a implantação dos mesmos, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) incluiu no rol de instrumentos de política urbana o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Este artigo objetiva contribuir com a discussão sobre a aplicabilidade do Estudo de Impacto de Vizinhança 15 anos após a aprovação do Estatuto da Cidade. Para tanto, são apresentados dados que permitem o reconhecimento quantitativo da sua incorporação pelos municípios brasileiros, assim como uma análise qualitativa, concentrada no aglomerado metropolitano de Curitiba. Os resultados obtidos permitem apontar desafios e recomendações de modo a orientar a elaboração de leis municipais específicas.

3. No contexto desta pesquisa, entende-se por vizinhança consolidada aquela que possui todos os lotes edificados e cujos parâmetros de ocupação correspondam ao índice máximo permitido pelo zoneamento.

Estudo de impacto de vizinhança: Conceito, objetivos e características

O cumprimento da função social da propriedade urbana e da cidade, princípio norteador da política urbana no Brasil pós-Estatuto, também é almejado pelo EIV, uma vez que por meio da sua aplicação se busca separar o direito de propriedade do direito de construir. Isso significa afirmar que, ainda que um proprietário deseje construir em consonância com a legislação urbana, “cada interferência na utilização ou ocupação de um determinado lote urbano produz impactos sobre seu entorno, podendo interferir diretamente na vida e na dinâmica urbana de outros” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p.198).

144

Assim, o EIV foi incluído no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), como um dos instrumentos de política urbana⁴, com a finalidade de *mediar possíveis conflitos entre os interesses privados dos agentes produtores do espaço urbano* (CAPEL, 1974) e *o direito à qualidade de vida daqueles que habitam ou transitam no entorno da área onde se pretende implantar o empreendimento*. O EIV avança sobre as limitações dos instrumentos básicos de planejamento urbano, como o plano diretor e a lei de zoneamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001), uma vez que condiciona a aprovação

4. Capítulo II – Dos Instrumentos da Política Urbana; Seção I – Dos Instrumentos em Geral; Art. 4º, inciso VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

de determinadas tipologias de empreendimento e/ou atividades com potencial de gerar impactos urbanos a uma análise prévia, (art. 36, Lei nº 10.257/01) baseada, minimamente, no conjunto de critérios estabelecidos na mesma Lei Federal (art. 37, Lei nº 10.257/01). Esses critérios podem ser complementados no momento de elaboração de lei municipal que deve regulamentar sua aplicação pelos municípios brasileiros. A análise exigida pelo EIV visa potencializar os possíveis impactos positivos e identificar e propor soluções para adaptar, mitigar ou compensar os possíveis impactos negativos que esses empreendimentos podem gerar na vizinhança ou mesmo na cidade como um todo.

Portanto, seu objetivo final é a *promoção da democratização da gestão urbana* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001), já que inclui a participação da população no processo de aprovação de grandes empreendimentos. Dessa forma, ao tornar mais democrático e inclusivo o processo, esse instrumento “consagra o ‘Direito de Vizinhança’ como parte integrante da política urbana, condicionando o direito de propriedade” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p.199).

Concorda-se com Rocco (2009), portanto, que reconhece como novidade intrínseca ao EIV o seu papel de “mediador” de interesses entre os agentes produtores do espaço urbano, como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado (CAPEL, 1974) e a população, visando garantir a (re)produção

de cidades sustentáveis.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) dedica três artigos (36 ao 38) para definir as diretrizes para implementação do EIV. O artigo 36 determina que cabe ao município, por meio de lei municipal posterior, estabelecer as tipologias de empreendimentos e/ou atividades, privadas ou públicas, que merecerão sua aplicação. Conforme afirma

CRITÉRIOS PREVISTOS NO ART. 37	OBSERVAÇÕES SOBRE OS CRITÉRIOS DO ART. 37	
	AUTOR(ES)	COMENTÁRIOS
Adensamento populacional	Venceslau (2008); Pilotto, Santoro e Freitas (2013)	Analisar desde a capacidade da infraestrutura e da rede de serviços públicos da área de influência até aspectos relacionados a impactos socioeconômicos, como a migração de mão de obra ou mesmo gentrificação, por exemplo.
Equipamentos urbanos e comunitários	Menegassi e Osório (2002); Venceslau (2008)	Avaliar a relação entre a distribuição da população sobre o território urbano e a oferta/disponibilidade de equipamentos urbanos e comunitários, de modo a não sobrecarregar áreas vizinhas.
Uso e ocupação do solo	Venceslau (2008)	Analisar a adequação do empreendimento ao uso do solo predefinido, avaliando-se os usos e ocupações existentes e possíveis para os lotes vizinhos, assim como possíveis tendências de ocupação pós-empreendimento.
Valorização imobiliária	Menegassi e Osório (2002); Cavalcanti e Lins (2008); Venceslau (2008)	Avaliar se o empreendimento gerou valorização ou desvalorização imobiliária às edificações vizinhas. Propor recuperação da valorização caso esta seja decorrente de investimento público.
Geração de tráfego e demanda por transporte coletivo	Venceslau (2008)	Avaliar se tanto o sistema como a infraestrutura viária existente comportam a nova carga de veículos e viagens a serem geradas pelo empreendimento.
Ventilação e iluminação	Menegassi e Osório (2002)	Avaliar o empreendimento em relação à escala da cidade, de modo que a insolação e ventilação para o espaço urbano sejam respeitados a partir dos parâmetros construtivos definidos pela legislação.
Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural	Venceslau (2008)	Verificar a sua compatibilidade do novo empreendimento com a paisagem urbana.

Quadro 1 - CRITÉRIOS DO ARTIGO 37 DO ESTATUTO DA CIDADE E OBSERVAÇÕES SOBRE SEUS OBJETIVOS SEGUNDO AUTORES. Fonte: Elaborado pela autora (2016) com base na bibliografia.

Rocco (2009), por meio dessa determinação federal, a singularidade e autonomia legal de cada municipalidade passam a ser reconhecidas e respeitadas. Entretanto, ao mesmo tempo, surge o risco de parcialidade na definição das tipologias de empreendimentos sujeitos ao EIV, com vistas a favorecer determinado grupo de agentes.

O artigo 37 apresenta um conjunto mínimo de critérios que devem ser analisados previamente à implantação dos empreendimentos, de modo a contemplar o reconhecimento dos efeitos positivos e negativos sobre a qualidade de vida da população residente na área e/ou em suas proximidades. Diversos autores já se debruçaram sobre esses critérios e o quadro a seguir busca apresentar uma sistematização desses entendimentos.

Por fim, o artigo 38 traz à tona a questão da relação entre o EIV e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Porém, com base na literatura⁵, pode-se encontrar diferentes interpretações para esse artigo, entendendo os instrumentos como: (i) distintos; (ii) complementares ou (iii) similares; o que pode resultar em conflitos no estabelecimento de competências de atuação de cada um deles.

5. ANTUNES (2004); PRESTES (2005); POVEDA (2003); TOMAINK (2008); VENCESLAU (2008); SOUZA (2002); ROCCO (2009); PILOTTO, SANTORO E FREITAS (2013).

A evolução da incorporação do EIV pelos municípios brasileiros 15 anos após a regulamentação do Estatuto da Cidade

Para um reconhecimento quantitativo da evolução da incorporação do EIV pelos municípios brasileiros, foram analisados dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que monitora diversas áreas de desenvolvimentos dos municípios, o que inclui aspectos referentes à estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais, particularmente as prefeituras, de forma periódica desde 1999. O monitoramento quanto à incorporação dos instrumentos de política urbana pelos municípios brasileiros começou a ser registrado na edição do MUNIC de 2005⁶.

No primeiro ano de monitoramento, apenas 7,5% dos municípios afirmavam possuir o instrumento, o que corresponde, em números absolutos, a 417 municípios. Já em 2008, três anos após o primeiro levantamento de dados, pode-se observar um salto quantitativo, quando foram contabilizados 12,9% de municípios com o instrumento presente em seus PDs. No MUNIC 2009 registrou-se novo avanço: 18,9% ou 1056 municípios afirmavam possuir EIV. Ocorre,

6. Para os pesquisadores responsáveis pelo levantamento, EIV é definido como "o estudo realizado antes da aprovação do empreendimento ou da atividade para mostrar seus efeitos quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades" (MUNIC-IBGE, 2005, p.233).

porém, uma retração nesse percentual entre os anos de 2009 e 2012, reduzindo-o para 11,6%.

O grande avanço registrado no ano seguinte, 2013, deve ser analisado com cautela, uma vez que os pesquisadores alertam para uma mudança metodológica no processo de coleta e formatação dos dados relativos aos instrumentos de política urbana a partir de 2013, passando a inserir, em colunas diferentes, os municípios que possuem (i) o instrumento como parte integrante do Plano Diretor; e (ii) o instrumento regulamentado por lei específica. Mais importante, eles reforçam que o quantitativo elaborado nesse momento não possui “comparabilidade perfeita com os resultados de anos anteriores” (MUNIC, 2013, p.55). De fato, muitos municípios que declararam possuir o instrumento anteriormente estavam passando pelo processo de revisão de seus Planos, o que implica no processo de revisão de suas leis e instrumentos de planejamento, ou mesmo sua revogação (MUNIC, 2013). De qualquer maneira, em 2013, o total de municípios que afirmam possuir o instrumento, seja incorporado ao PD ou por meio de lei específica, é de 26,8% ou 1493 municípios. A atualização dos dados realizada em 2015 apresentou um pequeno aumento desse percentual, indicando que são 1905 municípios que incorporaram o instrumento, o que corresponde a pouco mais de 1/3 do total de municípios brasileiros (GRÁFICO 1).

Outra informação trazida pela pesquisa é a relação inversa

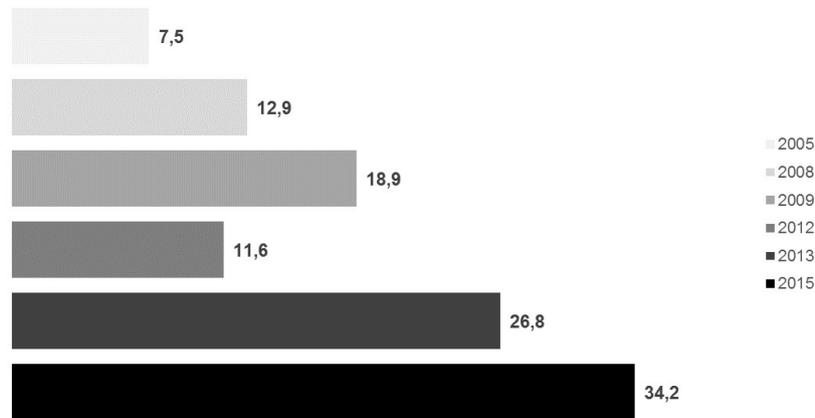


Gráfico 1 - PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE POSSUEM EIV, 2005 - 2015. FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, MUNIC 2005, 2008, 2009, 2012, 2013 e 2015, organizado pela autora (2016).

entre incorporação do EIV no plano diretor e população. Do total de 5570 municípios do país, 19,51% incorporaram o instrumento, ou 1087 em números absolutos. Sendo que desses, 797 estão no grupo de municípios com até 50.000 habitantes e 290 no grupo de municípios com maior população. A relação entre lei específica e população, por sua vez, é mais equilibrada na Classe 7, que corresponde ao conjunto de municípios com mais de 500 mil habitantes, como mostra o gráfico a seguir.

Estudo de caso: a aplicabilidade do EIV no aglomerado metropolitano de Curitiba⁷

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) estabelece como obrigatória a elaboração do plano diretor para, dentre outros,

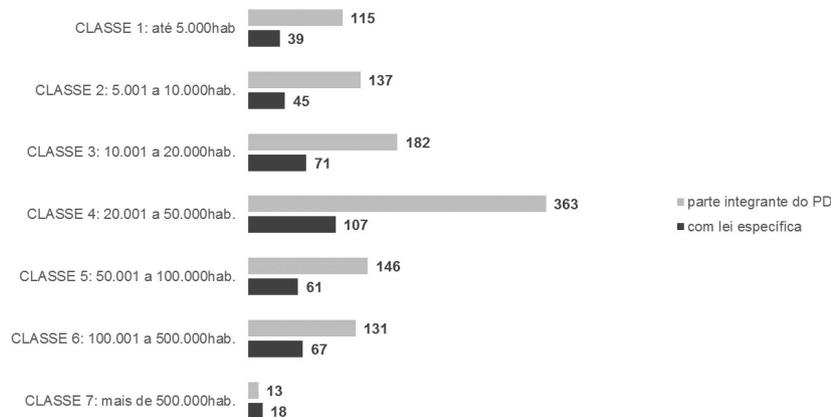


Gráfico 2 - NÚMEROS ABSOLUTOS / PERCENTUAL DA INCORPORAÇÃO DO EIV PELOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, SEGUNDO CLASSE DE POPULAÇÃO, 2013. FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, MUNIC 2013, organizado pela autora (2016).

“os municípios pertencentes a regiões metropolitanas e aglomerações urbanas” (art.41, II, Lei Federal nº 10.257/01). Também estabelece como obrigatória a sua revisão periódica, a cada 10 anos (art. 40, § 3º). Assim, torna-se relevante para o encaminhamento da pesquisa empírica reconhecer a situação dos municípios integrantes do aglomerado met-

7. O recorte espacial escolhido para a presente pesquisa foi definido por Firkowski (2001) com base no trabalho Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira (IPARDES, 2000), que entende aglomerado metropolitano de Curitiba ou aglomeração de caráter metropolitano como “uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contiguidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário)” (IPARDES, 2000, p.68. Grifo nosso). Segundo Firkowski (2001), o aglomerado me-

ropolitano de Curitiba quanto ao processo de revisão obrigatória de seus respectivos planos diretores.

SITUAÇÃO DO PD (fev./2016)	MUNICÍPIO	LEI PLANO DIRETOR
VIGENTE (extrapola o prazo de revisão)	Almirante Tamandaré	Lei Complementar nº 01/06
	Araucária	Lei Complementar nº 05/06
	Fazenda Rio Grande	Lei Complementar nº 04/06
	Quatro Barras	Lei nº 01/06
	Campo Magro	Lei nº 717/12*
	Pinhais	Lei nº 1232/11**
EM REVISÃO	Campo Largo	Lei nº 1812/05
	Colombo	Lei nº 875/04
	Piraquara	Lei nº 854/06
REVISADO (2ª geração pós-EC)	Curitiba	Lei nº 14771/15
	São José dos Pinhais	Lei Complementar nº 100/15
	Campina Grande do Sul	Lei Complementar nº 18/15

Quadro 2 - SITUAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES DO RECORTE ESPACIAL EM RELAÇÃO À REVISÃO OBRIGATÓRIA – 2016. FONTE: Site Leis Municipais (www.leismunicipais.com.br), organizado pela autora (2016).

Nota: *O município de Campo Magro elaborou sem primeiro PD em 2012.

**A Lei nº505/01 foi revogada pela lei de 2011, sem a realização de processo de revisão do plano diretor.

tropolitano de Curitiba corresponde à dinâmica metropolitana e compreende a mancha de ocupação contígua, ou seja, municípios vizinhos e com alta densidade e mancha de ocupação única, sendo, portanto, composta por Curitiba e mais 11 municípios de um total de 29 que compõem a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), quais sejam: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

A partir da análise dos planos diretores dos municípios que compõem o recorte espacial, é possível identificar **quatro níveis distintos quanto ao estágio de incorporação do EIV**, quais sejam:

- Nível A – **inexistente**: o instrumento EIV não está incluído na lei do PD (Campo Largo);
- Nível B – **existente, porém de forma nominal**: o EIV é mencionado no rol de instrumentos de política pública do município e/ou sua aplicação é associada a outro instrumento (Campo Magro e Pinhais);
- Nível C – **existente, em capítulo específico**: a função e as características do instrumento são descritas em artigos da lei do PD, que reforçam a necessidade de lei municipal posterior para regulamentar sua aplicação (Almirante Tamandaré);
- Nível D - **existente, em capítulo específico, com detalhamento**: além de conter a função e as características do instrumento, a lei do PD inclui mais detalhes sobre sua aplicação, tais como: medidas mitigadoras ou compensatórias; inclusão de novos critérios de análise do impacto urbano além daqueles previstos no artigo 37 do Estatuto da Cidade; o conjunto de secretarias municipais que participa do processo de análise do estudo também é incluído; e, em alguns casos, são elencadas as tipologias de empreendimento e/ou atividades sujeitas à sua aplicação. Essa é a

situação recorrente no aglomerado metropolitano de Curitiba, o que corresponde a 58% dos municípios (Quatro Barras, Fazenda Rio Grande, Curitiba, Araucária, Campina Grande do Sul, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais). Cabe destacar que, atualmente⁸, parte dos municípios do aglomerado está em processo de revisão do PD (Campo Largo, Colombo e Piraquara) e alguns, ainda que vigentes, estão completando o ciclo de 10 anos, aproximando-se do período de início desse processo (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande e Quatro Barras). Sendo assim, os níveis/estágios de incorporação do EIV pelos planos diretores municipais tendem a sofrer modificação nos próximos anos.

154

Ao se analisar a aplicabilidade do EIV no aglomerado metropolitano de Curitiba, o conjunto de municípios que apenas incorporou o instrumento no PD corresponde a 50%, considerando-se todos os níveis de incorporação identificados (B, C e D), indo da mera menção ao instrumento (Campo Magro e Pinhais) à inclusão das tipologias de empreendimentos sujeitas à elaboração do estudo (Fazenda Rio Grande e Quatro Barras). Dentre os municípios que incorporaram, o que corresponde em números absolutos a 11 municípios, apenas 5 apresentam regulamentação posterior, ou seja, 45%.

8. Para a conclusão desta pesquisa, foi estabelecida uma data limite para a atualização desse processo: 01 de fevereiro de 2016.

A ausência de regulamentação em Curitiba pode ser vista com certa surpresa, uma vez que o município tem sido considerado, por muitas décadas, referência em planejamento urbano. Maiores investigações com a relação à não regulamentação do instrumento e à insistência no uso do RAP, definido em 1997, precisam ser ainda realizadas; assim como em relação ao “Sistema EIV”, proposto no novo PD aprovado em 2015, que depende de regulamentação posterior para iniciar o funcionamento.

Especificidades da aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança nos municípios do aglomerado

Dos cinco municípios que possuem o instrumento regulamentado (FIGURA 1), apenas dois o aplicam de maneira contínua há pelo menos cinco anos, sendo eles Araucária e São José dos Pinhais. A seguir, são apresentados alguns achados de pesquisa sobre a aplicação do EIV nesse conjunto de municípios.

Araucária

Situado a sudoeste de Curitiba, o perímetro urbano de Araucária limita-se ao norte e leste com o polo, com os municípios de Campo Largo ao norte, Balsa Nova e Contenda a oeste, Fazenda Rio Grande, Mandirituba a leste, e Quitandinha ao sul (FIGURA 1). Possui uma população de 119.123,

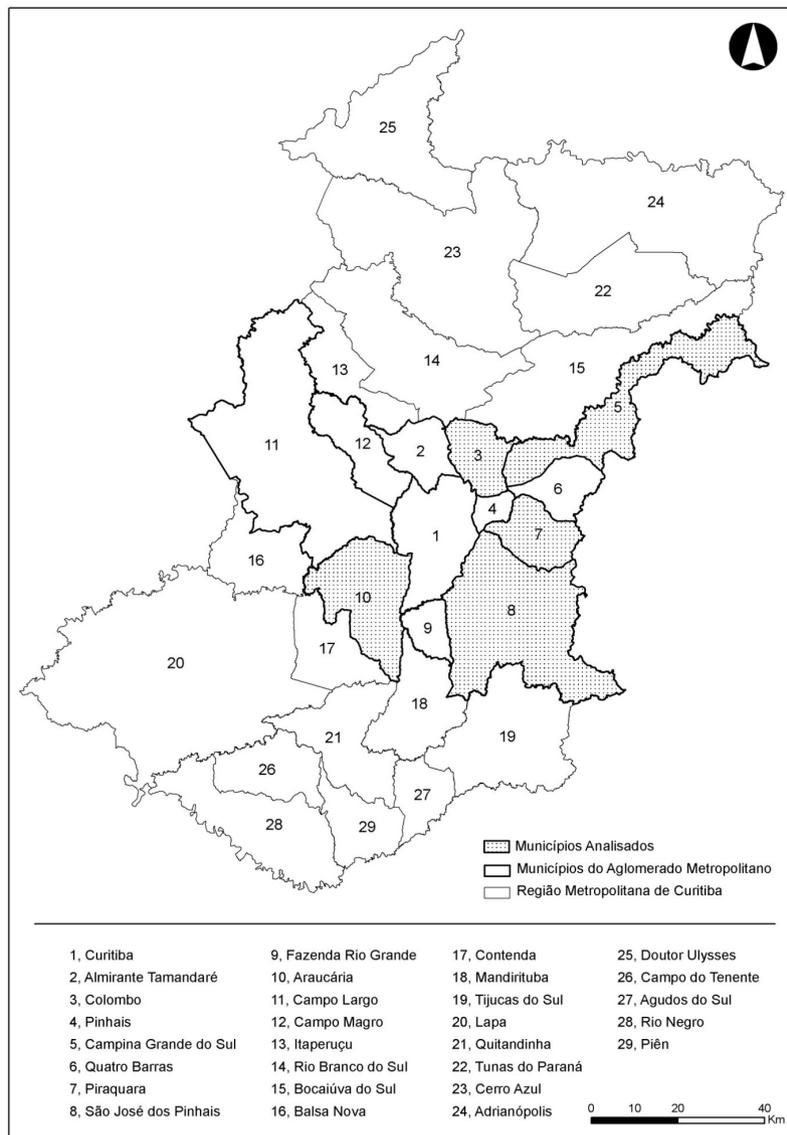


Figura 1 - MUNÍCIPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. MUNICIPIOS COM EIV REGULAMENTADO. FONTE: COMEC (2006), Firkowski (2001). Elaboração: Elena Brandenburg (2016).

sendo que desse total 92,5% corresponde à população urbana. Em relação ao aglomerado metropolitano, representa 4% da população. Segundo projeção apresentada pelo IBGE (2010), a população estimada do município para 2015 é de 133.428 habitantes, um crescimento de 12%.

O PD do Município, definido pela Lei Complementar nº 05 (ARAUCÁRIA, 2006), trata do instrumento em quatro momentos. Primeiramente, o inclui no rol de instrumentos jurídicos e urbanísticos da política municipal (art. 81, XI); em seguida, menciona a necessidade de sua elaboração para cada Operação Urbana Consorciada aprovada (118, V); inclui um capítulo específico (artigos 125 a 131); e, por fim, inclui o EIV na relação de instrumentos de democratização da gestão municipal, que são entendidos como “aqueles que têm por objetivo promover a gestão municipal descentralizada e participativa” (art.142).

Araucária aplica o instrumento desde 2009 com base no capítulo específico contido no Plano Diretor. Apenas em 2011 as orientações para a elaboração e apresentação do EIV foram estabelecidas, com a aprovação da Resolução nº 03 (ARAUCÁRIA, 2011) pelo Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD).

Os anexos que compõem essa resolução visam auxiliar as equipes na elaboração do EIV, o qual deverá abordar: (i) caracterização do terreno/lote e do entorno e memorial descritivo do empreendimento; (ii) impactos no período da obra;

(iii) impactos no período de operação; e (iv) proposições para mitigar e/ou compensar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos. Ainda, quanto à realização de audiência pública, são expostas orientações para sua realização e também sobre como o estudo deve ser apresentado nesse momento do processo de avaliação.

A Resolução nº 02 (ARAUCÁRIA, 2012) estabelece o fluxo de ações e procedimentos de apresentação, avaliação e aprovação do EIV. As responsabilidades de cada um dos agentes que participam do processo de aprovação também estão definidas na Resolução nº 02/12. Cabe destacar que os ônus definidos pelo Município, decorrentes dos impactos urbanos gerados, ou seja, a execução das medidas mitigadoras e/ou compensatórias, são de total responsabilidade do empreendedor (proprietários dos meios de produção, proprietário fundiário e promotor imobiliário), enquanto que à Prefeitura (Estado) compete analisar o estudo e divulgá-lo à população interessada por meio da realização de audiências públicas.

Araucária tem tido uma experiência positiva na intenção de promover a gestão democrática, realizando audiências públicas como parte do processo de aprovação dos EIVs. A divulgação da audiência ocorre por meio do site da Prefeitura e também pelo Diário Oficial, constando data e os estudos que serão apresentados; em uma mesma audiência geralmente são apresentados vários EIVs⁹. No entanto,

conforme destacado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento¹⁰, órgão responsável pela tramitação do EIV na Prefeitura, a participação da população tem sido tímida. O maior público participante de uma audiência foi registrado após a realização de uma estratégia de divulgação diferente, em que panfletos contendo informações como data e horário da audiência, assim como quais os projetos que seriam apresentados, foram distribuídos na vizinhança dos empreendimentos.

Dentro das tipologias de empreendimento e atividades em que a aplicação do instrumento é obrigatória, estabelecidas tanto pelo Plano Diretor como pela Resolução nº 03/11, foram analisados mais de 70 EIVs, desde que o Município passou a aplicar o instrumento.

As tipologias de empreendimentos e atividades que foram submetidas à análise nesse período (2009-2015) são apresentadas no GRÁFICO 3. Pode-se observar que praticamente metade dos projetos submetidos para análise são de indústrias, enquanto que o uso habitacional corresponde a aproximadamente 30%. As demais tipologias (edifícios religiosos, de serviço, supermercados e diversos), somadas, contabilizam os 20% restantes.

9. O Município já realizou 25 audiências públicas. A última ocorreu em outubro de 2015.

10. Foram realizadas entrevistas nos seguintes municípios: Araucária, Campana Grande do Sul, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais em fevereiro de 2016.

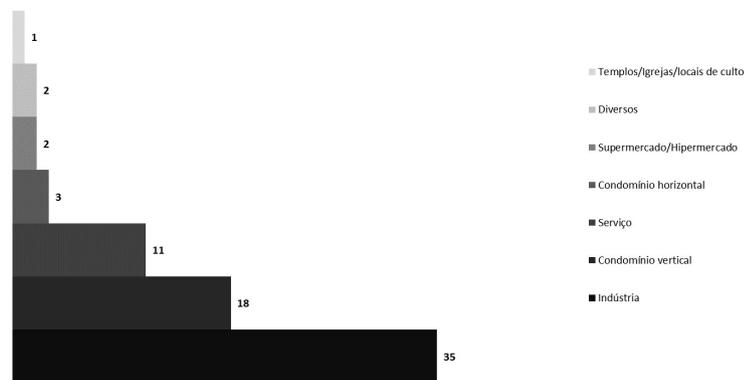


Gráfico 3 - NÚMERO DE EIVs ANALISADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, POR TIPOLOGIA, 2009-2015. FONTE: Secretaria de Planejamento (2016), organizado pela autora (2016).

A equipe responsável pela análise dos EIVs é composta por técnicos das Secretarias Municipais de Urbanismo, Planejamento e Meio Ambiente. No entanto, é o Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD) o responsável por aprovar ou não os estudos submetidos. Esse conselho é formado por técnicos das seguintes Secretarias: Educação, Meio Ambiente, Urbanismo, Planejamento, Finanças, Saúde e a Companhia de Desenvolvimento do Município de Araucária (CODAR) e, também, membros da sociedade civil (conselhos de classe, organização não governamental, associação de moradores).

Alguns entraves identificados pela equipe da Secretaria de Planejamento no processo de aplicação do EIV estão relacionados: (i) à definição das áreas de influência, que fica a cargo do empreendedor, ou seja, da equipe técnica

contratada para a elaboração do estudo e, com isso, existe uma enorme variedade de áreas que não estão relacionadas necessariamente com os impactos analisados; (ii) ao uso de aspectos/critérios definidos para a elaboração de EIA/RIMA na elaboração de muitos EIVs submetidos; e (iii) à formação das equipes técnicas que elaboram os EIVs, que, em muitos casos, são compostas por engenheiros ou técnicos ambientais e, portanto, não apresentam a diversidade de profissionais que um estudo multidisciplinar exige. Isso significa que é frequente a submissão de EIVs que negligenciam os demais aspectos. Com isso, o processo de tramitação é interrompido diversas vezes e o Estudo é devolvido para que o empreendedor complemente a análise desses impactos. Portanto, ainda que as propostas de contrapartidas sejam apresentadas pelo empreendedor, elas podem ser alteradas ao longo do processo por três diferentes instâncias de análise: a equipe técnica que analisa o EIV; o CMPD e as decisões resultantes da audiência pública. Logo, as alterações e complementações durante a tramitação do EIV, entre Município e empreendedor, decorrentes de aspectos negligenciados nas análises, podem também desencadear a não finalização do processo, conforme comentado anteriormente.

Uma solução proposta pela equipe técnica de Araucária e que vem sendo aplicada desde 2012 para tentar padronizar as entregas dos estudos, foi a definição de um modelo su-

cinto que contêm as informações necessárias para a elaboração do EIV¹¹.

Com o objetivo de minimizar os entraves identificados ao longo dos sete anos em que o instrumento vem sendo aplicado no Município, está em processo de elaboração uma lei municipal específica.

Campina Grande do Sul

O Município está localizado a nordeste do aglomerado metropolitano, limitando-se, ainda, com Bocaiúva do Sul ao norte, Colombo a oeste e Quatro Barras a sul. (FIGURA 1) O censo demográfico de 2000 (IBGE) registrava uma população residente em área urbana de 25.961 habitantes. Em dez anos esse número passou para 31.961 habitantes, um crescimento populacional de mais de 23% apenas na área urbana. Em relação ao aglomerado metropolitano, a população do município representa 1,31%. A população total estimada para 2015 é de 41.821 habitantes, registrando um crescimento de 7,87% em cinco anos.

A Lei nº 376 (CAMPINA GRANDE DO SUL, 2015), que dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV/RIV foi regula-

11. O modelo do município de Araucária pode ser encontrado em: WÜTRICH, F. A aplicabilidade do Estudo de Impacto de Vizinhança no Aglomerado Metropolitano de Curitiba. 214f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, 2016.

mentada em 2015 e é composta por dez artigos, além de um anexo que apresenta o Termo de Referência com o conteúdo mínimo que deve ser apresentado no estudo.

O Termo de Referência, anexo à Lei, detalha o conteúdo que deve ser apresentado no EIV/RIV, dividido em oito tópicos: (i) identificação do empreendimento e do responsável técnico; (ii) caracterização geral do empreendimento; (iii) caracterização do sistema construtivo do empreendimento; (iv) estabelecimento das áreas de influência do empreendimento; (v) diagnóstico da situação atual nas áreas de influência definidas; (vi) identificação e análise dos impactos ambientais na vizinhança, decorrentes das fases de construção e operação do empreendimento; (vii) proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias, tanto para a fase de construção como para de operação; (viii) elaboração de programa de monitoramento dos impactos ambientais e da implantação de medidas a eles relacionadas, sejam para mitigar e/ou compensar.

Com relação ao item iv sobre a área de influência do empreendimento, o Município define como “as áreas geográficas a serem afetadas pelo impacto” e que podem ser diferentes, dependendo do aspecto a ser analisado, podendo ser: tráfego de veículos, circulação de pedestres, valorização/desvalorização imobiliária, uso do solo, etc., ou seja, relaciona a definição da área de influência com conjunto de aspectos mínimos previstos no artigo 4º da mesma Lei

(CAMPINA GRANDE DO SUL, 2015, p.6).

Conforme informação do Setor de Urbanismo, ainda não foi concluído nenhum processo de tramitação do EIV no Município, o que impossibilita a análise sobre a sua aplicabilidade. O conselho responsável pela sua análise e aprovação, no entanto, já foi estabelecido por meio da Lei nº388/15, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Gestão Territorial e Meio Ambiente do município de Campina Grande do Sul. O único empreendimento de impacto urbano em trâmite no momento em que a municipalidade foi consultada¹² se refere a um loteamento de 120.500m².

Colombo

Localizado a nordeste de Curitiba, Colombo limita-se também com os municípios de Almirante Tamandaré a oeste, Rio Branco do Sul ao norte, Bocaiúva do Sul a nordeste, Campina Grande do Sul a leste, Quatro Barras a sudeste e Pinhais a sul. (FIGURA 1). O Município é o terceiro mais populoso da RMC, depois de Curitiba e São José dos Pinhais, com 212.967 habitantes e, desse total, 95,4% residem na área urbana. Em relação ao aglomerado metropolitano, o município representa 7,24% da população total (IBGE,

12. Novamente, cabe lembrar que os contatos com os municípios que regulamentaram o instrumento foram realizados durante o mês de fevereiro de 2016.

2010). O Censo 2010 (IBGE) projeta para o ano de 2015 um crescimento de 9,13% da população, em cinco anos.

O Plano Diretor de Colombo, regulamentado pela Lei nº875 (COLOMBO, 2004a), trata do instrumento em diversos momentos, e o denomina *Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança*, uma vez que o estudo é elaborado justamente com o objetivo de identificar previamente a implantação de determinados empreendimentos e/ou atividades e os possíveis impactos urbanos deles decorrentes.

Em um primeiro momento, a Lei menciona a necessidade de audiência pública, debates e consultas públicas quando da aplicação de instrumentos em que haja transformação de uma área, caso do EIV, como uma das medidas para a implementação da Estratégia para Gestão Democrática Urbana e Ambiental (art.39, IV, V). Em outros dois momentos ao longo do PD, a necessidade de elaboração de EIV é relacionada à aplicação de dois instrumentos indutores do desenvolvimento urbano: consórcio imobiliário (art.93, §3º, II) e operação urbana consorciada (art.101, §1º, V). Por fim, entre as competências do Conselho Municipal de Gestão Territorial e Ambiental (CMGTA) foi incluído “opinar sobre a concessão de licença submetida a Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança nos termos desta Lei e da Lei de Uso e Ocupação do Solo” (art. 150, XIII).

A Lei nº 877 (COLOMBO, 2004b) é a responsável por regulamentar o EIV no Município. Por meio de capítulo especí-

fico, que conta com 15 artigos, são definidos os critérios para sua aplicação.

Diferentemente das tipologias definidas pela legislação e os critérios quantitativos estabelecidos para o cabimento ou não da elaboração de EIV, na prática, o Município exige a elaboração do estudo apenas para empreendimentos residenciais acima de 30 unidades.

Ademais, não existe procedimento registrado para o trâmite do processo e o número de EIVs submetidos ainda não foi sistematizado. Também não houve, até o momento, realização de audiências públicas para inclusão da população.

Uma vez que o PD estava em processo de revisão durante o ano de 2016, a expectativa dos técnicos municipais é que com o término do processo de revisão seja aprovada uma lei específica para tratar do instrumento para que maiores instruções sobre procedimentos sejam definidas. A carência de equipe técnica na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, que conta com apenas dois engenheiros e um arquiteto, também pode ser um dos motivos para a aplicação parcial do instrumento e ausência de informações sobre o processo de tramitação.

Piraquara

O Município está localizado a leste de Curitiba; além do polo, faz divisa com Quatro Barras ao norte, Pinhais a oeste, São José dos Pinhais (FIGURA 1). Segundo o Censo

2000, a população urbana do Município era de 33.801 habitantes. Dez anos depois, no Censo 2010, esse número passou para 45.738 habitantes, o que representa um aumento de 35,31%. Dentre os cinco municípios analisados, Piraquara possui o menor percentual de população urbana em comparação à população total, com apenas 49% de seus habitantes residindo em áreas urbanas, segundo dados do Censo 2010¹³. Em relação ao total da população do aglomerado metropolitano, Piraquara contribui com 3,17%. Ainda, segundo estimativas do Censo 2010, a população do Município teria ultrapassado a marca dos 100.000 habitantes no ano de 2015.

O Plano Diretor do Município, definido pela Lei nº 854 (PIRAQUARA, 2006), trata do EIV em quatro momentos. Primeiramente, o inclui no rol de instrumentos jurídicos e urbanísticos da política municipal (art. 88, X); em seguida, menciona a necessidade de sua elaboração em cada Operação Urbana Consorciada aprovada (103, V); inclui um capítulo específico (artigos 117 a 120); e, por fim, inclui o EIV na relação de instrumentos integrantes do processo de planejamento urbano, devendo ser regulamentado por meio de lei municipal específica (art.151, XII). A lei específica nº 891

13. Cabe esclarecer que o censo demográfico desconsidera a população do Guarituba como urbana, uma vez que ela está excluída do perímetro urbano do Município. Embora a origem do espaço derive do processo de urbanização/metropolização, ou seja, essa área é de fato urbana, ainda que a lei desconsidere.

(PIRAQUARA, 2007), que dispõe sobre o instrumento, possui 19 artigos, que definem as características para sua aplicação no Município.

Ainda que o instrumento seja regulamentado no Município, desde 2008 apenas dois EIVs foram submetidos para análise desde então, segundo informações de um dos técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Isso se deve principalmente às condições ambientais do Município, uma vez que 93% do território corresponde à Área de Manancial de Captação de água. Enquanto os outros 7% são compostos por Bacia Litorânea, Unidades de Conservação do Parque Estadual do Marumbi e o Parque Estadual da Serra da Baitaca sendo, portanto, áreas de proteção ambiental. Outra questão ambiental que dificulta a aprovação de qualquer empreendimento, seja gerador de grande impacto ou não, é a existência de aproximadamente mil nascentes no Município.

Diante da fragilidade ambiental, todos os projetos (de edificações, loteamentos e desmembramentos) tramitados no Município são enviados para o órgão ambiental estadual, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), por conta das questões ambientais e para o órgão de gestão metropolitana, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), conforme estabelecido no artigo 13 da Lei nº 6.766/79.

São José do Pinhais

O Município está localizado a sudeste de Curitiba e delimita-se também com os municípios de Fazenda Rio Grande e Mandirituba a leste, Tijucas do Sul ao sul, Piraquara e Pinhais ao norte (FIGURA 1). Segundo dados do Censo 2010, São José dos Pinhais é o município mais populoso da RMC depois de Curitiba, com 264.210 habitantes, sendo que desse total 90% corresponde à população urbana. Em relação à população do aglomerado metropolitano, representa 8,98%. Ainda, segundo projeção do IBGE (2010), a população estimada para 2015 corresponde a 297.895, com um crescimento de 12,7%.

O primeiro Plano Diretor pós-Estatuto aprovado no Município, definido pela Lei Complementar nº9 (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004), não trata de modo específico sobre o EIV e também não o inclui no rol de instrumentos de política urbana, apenas relaciona sua elaboração à construção de habitação de interesse social (art.15); à realização de operação urbana consorciada (art.30, V); e atribui ao Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (CMPDU) analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de EIV (art.43, IX).

No entanto, assim como ocorre no município de Colombo, é com base na Lei de Zoneamento, Uso e a Ocupação do Solo e Sistema Viário (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2005),

que São José dos Pinhais aplica o instrumento. Embora não apresente um capítulo específico para tratar normas e procedimentos quanto à elaboração, tramitação, análise, mitigação e divulgação, o único artigo que trata do assunto é bastante extenso, totalizando sete parágrafos, que foram sendo complementados e corrigidos por leis posteriores¹⁴.

Com base nos casos de pertinência quanto à aplicação do instrumento, estabelecidos no caput do artigo 14 da Lei nº 16/05, foram analisados mais de 300 EIVs desde que o Município passou a aplicar o instrumento em meados de 2010.

Dentre as tipologias de empreendimentos e atividades analisadas nesse período, pode-se observar no GRÁFICO 4 que as indústrias correspondem a 25%; os edifícios comerciais, depósitos de logística e barracões a 32%; enquanto que EIVs de conjuntos habitacionais, sejam verticais ou horizontais, correspondem a 40% dos EIVs submetidos. Essas proporções confirmam a permanência da vocação industrial do Município (FIRKOWSKI, 2001), assim como a demanda por moradia, uma vez que foi registrado crescimento populacional de 29% em uma década.

Em relação aos critérios para análise dos estudos, previstos na lei nº16/05, dependendo do projeto (atividade) e da área onde se pretende implantar o empreendimento (lo-

14. Lei Complementar nº 29 (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2007) e Lei Complementar nº 58 (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2011).

calização), são acrescentados novos critérios, especialmente relativos ao meio ambiente. Essa situação está relacionada ao fato de o Município possuir grande quantidade de rios, incluindo dois mananciais de abastecimento público (Rio Pequeno e Rio Itaqui).

Os entraves identificados no processo de aplicação do instrumento estão relacionados ao cumprimento das contra-

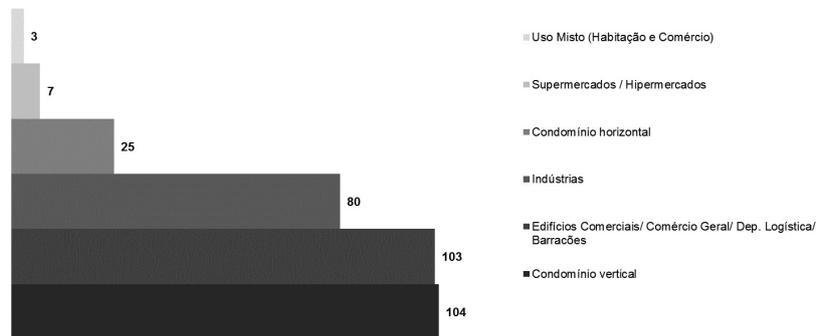


Gráfico 4 - NÚMERO DE EIVs ANALISADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, POR TIPOLOGIA, 2010-2016. FONTE: Secretaria de Urbanismo (2016), organizado pela autora (2016).

partidas, que, em muitos casos, ainda não estão finalizadas no momento em que a implantação do empreendimento já está concluída, aguardando a emissão do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra (CVCO)¹⁵. A demora no cumprimento das medidas exigidas para mitigar e/ou com-

15. Corresponde a um documento que certifica que a edificação anteriormente licenciada, por meio do Alvará de Construção, Reforma e/ou Ampliação, Reforma Simplificada ou Alteração encontra-se concluída.

pensar os impactos urbanos previstos protela a emissão dessa certificação e pode gerar situações descritas pelos técnicos como “guerra de titãs”, visto que gera um embate entre os grandes agentes produtores do espaço (CAPEL, 1974; GOTTDIENER, 1997): Estado, de um lado, e promotores imobiliários ou mesmo proprietários dos meios de produção, de outro.

O monitoramento e a fiscalização da execução das contrapartidas ficam a cargo do agente administrativo da secretaria municipal relacionada à medida mitigadora ou compensatória, definida dentre aquelas que fazem parte da equipe técnica de avaliação do estudo: Urbanismo, Obras, Trânsito e Transporte e Meio Ambiente. Tratando do objetivo da aplicação do instrumento, qual seja, a promoção da gestão democrática, não existem diretrizes legais para a realização de audiência pública em São José dos Pinhais, assim como os resultados obtidos no estudo e as contrapartidas definidas não são informadas à população

Durante o primeiro semestre de 2016, o Município estava desenvolvendo a revisão da Lei nº 16/05, que dispõe sobre o Zoneamento, Uso e a Ocupação do Solo e Sistema Viário. A lei deverá trazer conteúdo referente à aplicação do EIV, incluindo o rol de tipologias de empreendimentos e atividades a ele sujeitos, conforme definido pela lei anterior. Deverão ser acrescentados novos casos de obrigatoriedade, trazidos pela experiência adquirida durante os anos

em que o EIV vem sendo solicitado aos empreendedores. A elaboração da lei municipal específica para regulamentar a sua aplicação, conforme previsto no artigo 80 da segunda geração do Plano Diretor, portanto, foi postergada até que o processo de aprovação da lei de zoneamento seja finalizado.

Cabe ressaltar que não existe um acompanhamento do órgão de gestão metropolitano na implantação e aplicação do instrumento. No entanto, qualquer empreendimento situado na coroa de urbanização periférica, cuja área de influência extrapole o limite político-administrativo de um único município, por exemplo, representa um cenário em que diretrizes metropolitanas se fazem necessárias. O recém-aprovado Estatuto da MetrÓpole (Lei Federal nº 13.089/15), que estabelece uma nova escala de planejamento e gestão urbanos, que excede a municipal, pode representar um avanço nessa questão.

Considerações finais

A partir da análise da função do instrumento, as diretrizes propostas para sua aplicação e a análise de sua aplicabilidade no conjunto de municípios pesquisados, foram identificados alguns desafios e recomendações, tanto para técnicos municipais como para os profissionais responsáveis pela elaboração dos estudos, relativos a conteúdos complementares a serem incluídos nas leis específicas munici-

país.

A intenção do Estatuto da Cidade ao obrigar a elaboração de lei específica para regular a aplicação do instrumento objetiva, principalmente, a definição da *relação de empreendimentos e/ou atividades* sujeitos à elaboração do estudo para subsidiar o seu processo de licenciamento e aprovação, conforme a demanda do mercado e a realidade local. No entanto, diante do observado na revisão conceitual do instrumento e na pesquisa empírica, cabe apresentar algumas sugestões de conteúdo, a serem incluídas nessa lei, de modo a evitar interpretações confusas em relação ao propósito do instrumento:

174

- Conceitos relacionados ao EIV: alguns conceitos devem ser esclarecidos na legislação municipal de modo a garantir que o entendimento do município sobre a questão esteja claro para o empreendedor, quais sejam: (i) empreendimento e/ou atividade gerador de impacto urbano; (ii) impacto urbano; (iii) vizinhança; (iv) diferenças entre medidas adaptativas, mitigadoras e compensatórias; (v) público e privado; e (vi) área de influência direta e indireta;

- Relação entre o conjunto de aspectos a serem analisados e a proposição de medidas adaptativas, mitigadoras e compensatórias possíveis de serem exigidas: um artigo deve abordar cada uma destas questões separadamente. Porém, um terceiro artigo poderia associar as duas questões, relacionado os tipos de impactos (socioeconômicos, ambien-

tais, paisagísticos, culturais e urbanos) com as contrapartidas apropriadas, para evitar que elas fiquem restritas ao sistema viário;

- Tramitação do EIV na prefeitura: seja por meio de descrição das etapas de avaliação, com inclusão de prazos ou por meio de fluxograma, essa informação deve constar na lei, pois deixa claro para o empreendedor todas as etapas do processo de avaliação e o tempo estimado;

- Definição de equipe técnica responsável pela elaboração do Estudo: diante da natureza multidisciplinar do EIV, que deve compreender os impactos socioeconômicos, culturais, paisagísticos, urbanos e ambientais e da recorrência de estudos que contemplam apenas aspectos relativos ao sistema viário ou que se valem de critérios do EIA para sua elaboração, faz-se necessário incluir na lei um artigo que exija equipe multidisciplinar, e indique as áreas de formação profissional desses integrantes;

- Responsabilidades do Município e do Empreendedor: a exemplo dos municípios de Araucária e Campina Grande do Sul, a especificação de atribuições e obrigações de cada um dos agentes sociais envolvidos deve ser explicitada, de modo a evitar mal-entendidos ou omissões de ambas as partes;

- Procedimentos para divulgação do EIV e realização de audiência pública: sugere-se a inclusão de um artigo que

defina regras claras sobre a divulgação do estudo, que poderá ser por meio de nota no diário oficial do município, com os principais pontos apresentados no estudo, incluindo as contrapartidas definidas; assim como a data prevista para a realização de audiência pública;

- Inclusão do modelo de EIV anexo à lei: o município de Araucária elaborou um modelo, encontrado no site da prefeitura, que objetiva facilitar e uniformizar a entrega dos estudos, bem como garantir que todos os tópicos previstos no estudo sejam elaborados.

Referências

176

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 5, de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e ações estratégicas e dá outras providências para as ações de planejamento no município de Araucária. Paraná: **Câmara Municipal de Araucária**, 2006. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 27 out. 2015.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. Resolução nº003, de 31 de março de 2011. Estabelece as orientações para elaboração e apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). **Conselho Municipal do Plano Diretor de Araucária**, 2011. Disponível em: <www.araucaria.pr.gov.br> Acesso em: 27 out. 2015.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. Resolução nº02, de 03 de maio de 2012. Estabelece o fluxo de ações e procedimentos de apresentação, avaliação e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). **Conselho Municipal do Plano Diretor de Araucária**, 2012. Disponível em: <www.araucaria.pr.gov.br> Acesso em: 27 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, edição de 11 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-norma-pl.html>> Acesso em: 26 maio 2015.

CÂMARA, DOS DEPUTADOS. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. **Brasília, Instituto Polis**, 2001.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía**, vol. VII, nº 1-2, Universidad de Barcelona, 1974, p. 19-56. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880/56672>> Acesso em: 24 nov. 2015.

CAMPINA GRANDE DO SUL. Prefeitura Municipal. Lei nº376, de 22 de julho de 2015. Dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança EIV/RIV do município de Campina Grande do Sul, estado do Paraná. Paraná: **Câmara Municipal de Campina Grande do Sul**, 2015b. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 27 nov. 2015.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. Lei nº875, de 16 de fevereiro de 2004. Institui o Plano Diretor do município de Colombo, estado do Paraná, e dá outras providências. Paraná: **Câmara Municipal de Colombo**, 2004a. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2015.

COLOMBO. Prefeitura Municipal. Lei nº877, de 16 de fevereiro de 2004. Institui as Normas de Uso e Ocupação do Solo no município de Colombo, estado do Paraná, e dá outras providências. Paraná: **Câmara Municipal de Colombo**, 2004b. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 09 nov. 2015.

FIRKOWSKI, Olga L. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 278f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997.

IPARDES. **Redes urbanas regionais: Sul**. (Série Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, v. 6). Brasília: Convênio IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPEA, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3080/1/Livro-Redes%20urbanas%20regionais-Sudeste>> Acesso em: 31 jan. 2016.

MUNICIPAIS, IBGE (2005). Pesquisa de Informações Básicas. Perfil dos municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>> Acesso em: 28 nov. 2015.

MUNICIPAIS, IBGE (2013). Pesquisa de Informações Básicas. Perfil dos municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>> Acesso em: 28 nov. 2015.

PIRAQUARA. Prefeitura Municipal. Lei nº854, de 09 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no município de Piraquara e dá outras providências. Paraná: **Câmara Municipal de Piraquara**, 2006. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 09 nov. 2015.

PIRAQUARA. Prefeitura Municipal. Lei nº891, de 18 de maio de 2007. Dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e o Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV, e dá outras providências. Paraná: **Câmara Municipal de Piraquara**, 2007. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 09 nov. 2015.

ROCCO, Rogério. **Estudo de Impacto de Vizinhança**: Instrumento de Garantia do Direito às Cidades Sustentáveis. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº9, de 23 de dezembro de 2004. Institui o Plano Diretor do município de São José dos Pinhais, estado do Paraná. Paraná: **Câmara Municipal**

de São José dos Pinhais, 2004. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 22 fev. 2016.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal. Lei nº16, de 11 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo e Sistema Viário do Município de São José dos Pinhais, estado do Paraná. Paraná: **Câmara Municipal de São José dos Pinhais**, 2006. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 09 nov. 2015.

Recebido em: 15/01/2015

Aprovado em: 16/5/2017

REFUNCIONALIZAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DE OURO PRETO/MG

Victor Lacerda da Cunha¹
Altino Barbosa Caldeira²

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p180

Resumo

O processo de refuncionalização do patrimônio cultural, com base na ideologia do capital global, materializa novas territorialidades nos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados, a partir de estratégias de intervenção e produção do espaço urbano. O estudo em questão tem por objetivo desenvolver uma pesquisa sobre o processo de refuncionalização ocorrido em Ouro Preto/MG, a partir da elevação da cidade à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em especial quanto às atividades turísticas e comerciais no centro histórico da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Refuncionalização. Atividade Turística.

1. Geógrafo e Mestre em Geografia pela PUC-Minas, Professor do Colégio Santo Agostinho e Coordenador pedagógico do COOPVEST. Email: victorgeo@hotmail.com

2. Arquiteto pela UFMG, Doutor pela Universidade de Sheffield/Inglaterra, professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de pós-graduação em Geografia da PUC Minas. Email: altinocaldeira@gmail.com



**REFUNCTIONALIZATION: TRANSFORMATIONS
IN LANDSCAPE OF OURO PRETO/ MG**

Abstract

The refunctionalization process in cultural heritage areas, based on ideology of the global capital, materializes new territorialities in the architectural and urbanistic sets, starting from strategies of intervention and production of urban space. The present study aims to develop research about the refunctionalization process occurred in Ouro Preto/MG/Brazil since the city was considered as Cultural Heritage of Humanity by UNESCO, particularly related the touristic and shopping activities in the historic city center.

Keywords: Cultural Heritage. Refunctionalization. Touristic activity.

REFUNCIONALIZACIÓN: CAMBIOS EN EL PAISAJE DE OURO PRETO / MG

Resumen

El proceso de refuncionalización del patrimonio cultural, basado en la ideología del capital global, incorpora nuevas territorialidades en los conjuntos arquitectónicos y urbanísticos protegidos, con estrategias de intervención y producción del espacio urbano. El presente estudio tiene como objetivo desarrollar la investigación en el proceso de refuncionalización que tuvo lugar en Ouro Preto/MG/Brasil desde la elevación de la ciudad a la categoría de Patrimonio Cultural de la Humanidad por la UNESCO, especialmente en las actividades turísticas y comerciales en el centro histórico.

Palabras-claves: Patrimonio cultural. Refuncionalización. La actividad turística.

Introdução

Os projetos de Arquitetura propostos para as cidades do mundo contemporâneo apresentam *design* arrojado, com emprego de novas tecnologias, seguindo as tendências de interesse de um mercado cada vez mais globalizado. No campo do urbanismo, metrópoles de todo o mundo apresentaram, nas últimas décadas, grandes reformas estruturais, o que muitos urbanistas preferem chamar de “requalificação urbana”. Essas alterações no espaço urbano já construído, embora tragam um período longo de transtornos, são imprescindíveis para o desenvolvimento de novas estratégias e atratividade para o comércio e o turismo urbano.

182

O capital em pessoa é hoje o grande produtor dos novos espaços urbanos, por ele inteiramente requalificados. Dessa forma, o espaço público e a fisionomia das cidades têm sido determinados ou ditados, em grande parte, por estratégias empresariais, que contam com o apoio e o aval estatais (ARANTES, 2000, p. 226).

No Brasil, eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas levam as principais cidades a se reestruturarem urbanisticamente, criando novas estruturas que permitem o acesso a um grande número de turistas, facilitando a mobilidade urbana e deixando um legado para a população local. Recentemente, essas alterações não só permearam os grandes centros urbanos, como também passaram a fazer

parte de importantes intervenções em cidades de pequeno e médio porte. Nesse caso, as modificações espaciais são, na maioria das vezes, relacionadas às atividades turísticas, o que condiciona essas cidades a um modelo de organização diferenciado das grandes metrópoles.

Entretanto, as cidades turísticas de pequeno e médio porte que apresentam como principal atrativo o seu patrimônio histórico, geralmente se configuram com uma barreira limitadora às intervenções espaciais propostas pelo capital. Os bens tombados, especialmente os imóveis, não podem sofrer nenhuma alteração estrutural ou de fachada, levando o mercado a atuar de uma forma diferenciada nessas áreas, evitando modificações em sua forma e estrutura, porém, agregando-lhes novas funções. Daí o conceito de refuncionalização, caracterizado pela preservação das estruturas já construídas e permissão apenas da alteração funcional desses bens (RABHA, 1985).

Neste artigo se propõe a investigar o processo de refuncionalização ocorrido na cidade histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais. Símbolo do apogeu do Ciclo do Ouro, no Brasil Colônia, a antiga sede do governo mineiro foi marcada pela soberania política da Coroa Portuguesa e pela influência constante da Igreja Católica. A escolha de Ouro Preto como objeto de estudo se deve ao fato de a cidade ser um dos principais complexos arquitetônicos, urbanísticos e artísticos preservados no Brasil, possuindo grande rele-

vância turística, intensificada pelo interesse do capital nas últimas décadas.

Por outro lado, considera-se a necessidade de se demonstrar, por intermédio de uma perspectiva geográfica e cultural, os novos usos que vêm sendo atribuídos ao patrimônio arquitetônico em Ouro Preto. Para isso, levam-se em conta as alterações no uso original das edificações e as transformações que impactam sobre a autenticidade do sítio histórico, permeado por essas novas funções. Nesse sentido, carece de serem analisados os projetos de valorização cultural e de refuncionalização do patrimônio, desenvolvidos a partir dos interesses turísticos.

Assim, diante das novas características impostas pelo capital, as cidades históricas, como Ouro Preto, adaptam-se a uma nova lógica de uso e de funcionamento de seu patrimônio tombado. O crescimento da atividade turística impõe novas organizações sobre o espaço geográfico e o comércio torna-se cada vez mais dinâmico, principalmente nas áreas mais centralizadas da cidade. É, pois, necessário delimitar as parcelas do território onde a atividade comercial é mais atuante, analisando-se o grau de refuncionalização que marca novas territorialidades sobre antigas estruturas urbanas, permitindo novas percepções sobre o território, a partir da dimensão social, material e simbólica da antiga Vila Rica.

Ouro Preto: A geografia, a história e o processo de ocupação

Ouro Preto é hoje um dos principais ícones urbanos remanescentes do período colonial brasileiro, guardando importantes referências à nossa história, cuja expressão mais visível encontra-se refletida em seu conjunto arquitetônico, como representação material dos modos de viver daquele período. Comportando, atualmente, mais de 70 mil habitantes, o município está localizado na zona metalúrgica de Minas Gerais, conhecida como Quadrilátero Ferrífero, e faz divisa com mais nove municípios, estando situado a cerca de 100 km de Belo Horizonte. O município de Ouro Preto é cortado pela BR-356, que faz a conexão da sede municipal com a capital mineira. Destaca-se, também, a presença da Ferrovia Centro-Atlântica, que é importante no escoamento do minério extraído na região, até o litoral brasileiro, conforme mostra a Figura 1.

O município de Ouro Preto encontra-se sobre a cadeia montanhosa da Serra do Espinhaço, encaixada em um grande vale localizado entre a Serra de Ouro Preto, ao norte, e a Serra do Itacolomy, ao sul. Na morfologia urbana destacam-se elevações com mais de 1150m de altitude, configurando um relevo muito acidentado e de declives muito íngremes, o que conduziu a uma ocupação, tanto dos vales como das vertentes que os delimitam.

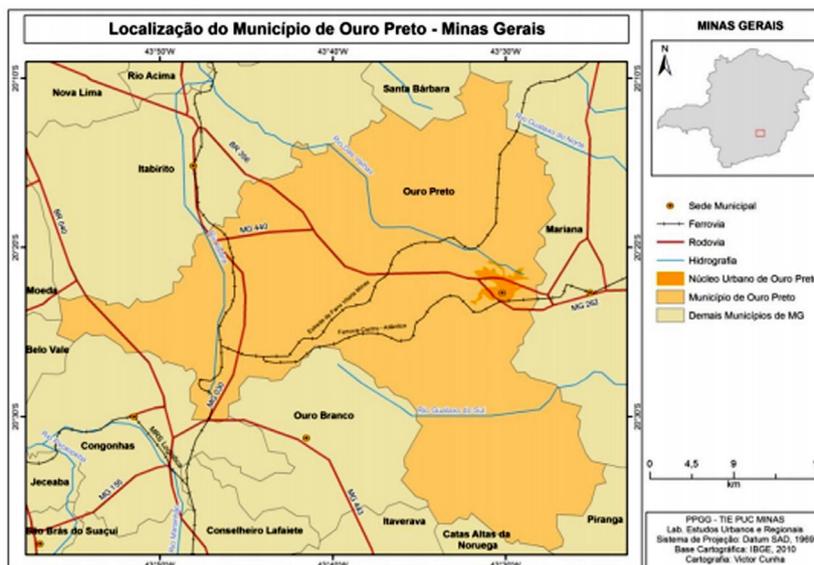


Figura 1 - Localização do Município de Ouro Preto/MG. Fonte: Cartografia Victor Cunha.

186

A região foi ocupada pelos bandeirantes paulistas ao final do século XVII, quando a Coroa Portuguesa estimulou a busca por metais preciosos. Lançando-se na densa Mata Atlântica, os bandeirantes atravessaram a Serra do Mar e enfrentaram as aguerridas tribos indígenas, sendo responsáveis pelos primeiros fluxos de interiorização e pela descoberta do ouro na região do Itacolomy.

Investindo contra a Serra do Mar, vencendo a Mantiqueira que parecia sem fim, o paulista atingia os campos altos das nascentes do Paraopeba, rompia sempre nova morraria, atingia o Guaicuí, ou rio das Velhas, que já sabia afluente do São Francisco, subia a descia, para,

afinal, retroceder à região de Ouro Preto (SALES, 1965, p.24).

A descoberta do ouro negro despertou o interesse de muitos colonos do litoral e um aumento expressivo de novos portugueses no Brasil. O forte deslocamento demográfico para as Minas Gerais proporcionou uma intensa ocupação das áreas mineradoras, situadas às margens dos ribeirões,



Figura 2 - Vista Parcial da Cidade de Ouro Preto. Fonte: Luiz Fontana, 1946.

das encostas e dos sopés das serras. A região mineradora possibilitou a formação da primeira sociedade eminentemente urbana no período colonial. A urbanização, diferentemente do resto do país, se deu a partir de um espaço de produção, em que o *locus* da produção e do poder quase se

confundiam (MONTE-MOR, 2001).

A Figura 2, registrada na década de 1940, configura bem o modelo de assentamento ocorrido em Ouro Preto. No centro da fotografia, é possível observar a ocupação do sopé da serra, justamente por oferecer menor grau de declividade e apresentar porções mais suaves. Essas condições permitiram que grandes edificações, como as igrejas e edifícios públicos, ganhassem destaque na paisagem, desde que foram assentados em platôs criados em elevações. Na lateral esquerda da fotografia, é possível identificar a Igreja de São Francisco de Paula, situada em um platô na porção intermediária da encosta.

No centro da fotografia, mais próximo do observador, vê-se a fachada posterior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, acima dela, a lateral da Igreja de São José e, mais acima, a fachada frontal da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, todas elas construídas em pedra e cal com interiores ricos em imaginária e pinturas parietais.

Historicamente, os traçados das ruas foram sendo definidos de acordo com a topografia do terreno, conectando as áreas de extração do minério às praças, largos e igrejas. Essa distribuição espacial, formada pelas edificações e pelo conjunto de vias, cumpriu um importante papel na estrutura da cidade, onde a maior dificuldade em termos de acessibilidade era o próprio relevo. Ao acompanhar as curvas de nível do sítio e apreciar o percurso que fosse menos

íngreme, as ruas foram surgindo nos fundos dos vales, ao longo das cumeadas e nas meias encostas.

Em 1720, Vila Rica se torna a sede da província de Minas Gerais, após ser desmembrada da Capitania de São Paulo. Ao poucos, o modesto aglomerado disforme foi dando lugar a um conjunto urbano de belas construções executadas com maior rigor arquitetônico e cuidadoso detalhamento. Ainda nesse período, muitos comerciantes experimentaram uma rápida ascensão social e contribuíram para o adensamento urbano, com a expansão de novas vias, a construção de sobrados suntuosos, igrejas e obras públicas.

O crescimento vertiginoso da população e o adensamento de edificações nos arraiais na primeira década do século XVIII demonstravam o delineamento de uma paisagem tipicamente urbana que, aos poucos, se espalhava dos vales para as encostas das montanhas, acompanhando a atividade mineratória [...] os primeiros esboços de uma intensa vida urbana, jamais vista na colônia, até então, foi propiciada pelo desenvolvimento da atividade comercial, da prática religiosa e de outras atividades acessórias urbanas que marcaram o cotidiano dos moradores dos arraiais da mineração (CIFELLI, 2005, p. 123).

As edificações religiosas e institucionais foram se instalando onde o comércio era mais concentrado. Essas construções estavam diretamente relacionadas ao enriquecimento decorrido do comércio e da mineração. Assim, a

arquitetura doméstica, destinada a uma classe mais abastada, tinha por objetivo destacar a importância de seus proprietários diante da sociedade que procurava ostentar suas riquezas por meio da qualidade estética e funcional das construções residenciais. Do mesmo modo, as Irmandades disputavam a melhor qualidade construtiva para as edificações religiosas, contratando os melhores construtores e artífices. A administração da colônia, por sua vez, contribuía com obras públicas de pavimentação, construção de pontes e chafarizes.

A forte relação entre o Estado e a Igreja interferia significativamente na organização do espaço urbano colonial, expressando o poder e a influência na organização da sociedade para a manutenção da ordem vigente. Os templos religiosos e os imóveis da administração colonial sempre assumiram espaços privilegiados na geografia da antiga Vila Rica. Em meio a uma topografia acidentada, esses imóveis foram assentados em pontos mais elevados ou de meia encosta, onde era possível encontrar áreas de fácil nivelamento. Esses platôs receberam imponentes construções que realçaram a interferência religiosa e política na organização urbana e na vida dos habitantes locais (Fig. 2 e 3).

O Morro de Santa Quitéria, onde está instalada a atual Praça Tiradentes, é uma demonstração nítida do assentamento de equipamentos públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência) em frente ao Palá-

cio do Governador da Província (que atualmente pertence à Universidade Federal de Ouro Preto). Naquele tempo, a “Igreja, ligada ao Estado, era um instrumento de urbanização em face de uma política genérica e evasiva da Coroa, em relação ao planejamento, construção ou ordenamento das cidades coloniais” (LEMOS 1999, p. 37). A influência da Igreja na organização urbana das cidades mineiras do século XVIII é comparada a exemplos ocorridos nas cidades medievais europeias, quando a edificação dos templos religiosos se beneficia de localização privilegiada no espaço urbano (LE GOFF, 1992).

No último quarto do século XVIII, Vila Rica começa a dar sinais de falência econômica com o esgotamento do ouro. Apesar disso, a Coroa portuguesa forçava uma tributação excessiva e a insatisfação por parte de grupos da sociedade mineradora tornava-se cada vez maior, culminando na Inconfidência Mineira, quando os rebeldes foram descobertos e punidos. Essa demonstração de patriotismo, no entanto, não foi em vão, pois semeou a reação a Portugal que culminou com a Independência do Brasil.

A chegada do século XIX marcou o forte crescimento da economia cafeeira no oeste paulista e na região do Vale do Paraíba, levando a antiga região aurífera a deixar de ser a referência econômica no Império, embora continuasse politicamente ativa. Com a Independência, em 1822, Vila Rica é elevada à condição de Cidade Imperial de Ouro Preto.

Mesmo com a proclamação da República, em 1889, Ouro Preto ainda permaneceu como capital de Minas Gerais, até Belo Horizonte ser inaugurada, em 1897, para assumir essa função. Com a mudança da sede do governo estadual, no entanto, uma drástica retração demográfica foi inevitável.

Somente a partir da década de 1920 foi que as práticas de conservação do patrimônio histórico, constituído pelas edificações e seus bens artísticos integrados, começaram a ganhar força. A preservação dos conjuntos arquitetônicos e artísticos das cidades mineradoras só se viabilizou, de fato, após a visita dos intelectuais modernistas Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral a Minas Gerais, em 1923. Viviam-se os reflexos da Semana da Arte Moderna, que buscava valorizar a arte e o artista nacional. O barroco ouro-pretano passou a ser reconhecido como arte brasileira autêntica e o escultor e arquiteto Aleijadinho celebrado como sua maior figura. Os esforços propagados por esses intelectuais na defesa do patrimônio arquitetônico e artístico só alcançaram seus objetivos alguns anos mais tarde, em 1937, já no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (atual IPHAN). Ouro Preto passaria, desde então, a contar com uma legislação e um corpo técnico que assegurava a defesa de seu patrimônio histórico. A partir daí, o Estado começou a organizar uma política de preservação e documentação do acervo cultural das cidades mineradoras

e reconheceu a necessidade de proteger a história expressa fisicamente em seus monumentos.

No ano de 1931, a antiga capital de Minas Gerais já havia sido objeto de uma legislação especial, assinada pelo então prefeito João Batista Ferreira Velloso, que proibiu qualquer tipo de alteração nas fachadas do centro histórico. Dois anos mais tarde, em 1933, a cidade foi elevada a Monumento Nacional e, cinco anos depois, registrada no Livro de Tombo do SPHAN. A preservação do patrimônio construído durante o período áureo da mineração e da documentação que fazia referencia às histórias vividas pela sociedade ouro-pretana, associado às tristes lembranças da escravidão, acabou despertando uma curiosidade internacional pela cidade. Em setembro de 1980, na quarta sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada em Paris, Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade.

Considerada obsoleta, atrasada e decadente logo após perder a centralidade política e administrativa de Minas Gerais, Ouro Preto ressurgiu décadas mais tarde com os impactos da modernidade, sem perder a aura do passado. O progresso industrial do sudeste brasileiro e a necessidade da implantação de áreas industriais na região fizeram a cidade experimentar um novo crescimento demográfico e uma expansão urbana para além do centro histórico tombado (CUNHA, 2014, p. 41).

Depois que a cidade recebeu esse título, houve uma supervalorização imobiliária dos terrenos e das construções, especialmente na região do centro histórico. O crescimento das atividades turísticas foi acompanhado do processo de refuncionalização do patrimônio tombado da cidade, quando antigos edifícios e casarões residenciais passaram a abrigar atividades comerciais como restaurantes, pousadas, hotéis, padarias, lanchonetes, bares, *ateliers* e lojas de artesanato. Assim, grande parcela da população local foi “forçada” a deixar o centro histórico da cidade para dar espaço aos novos tipos de comércio que visava atender, sobretudo, aos turistas. O crescimento desordenado de novos bairros, por sua vez, passou a exercer um grande im-

194



Figura 3 - Vista parcial, a partir do mesmo local da Figura 2. Fonte: Carlos Dias,

pacto na paisagem ouro-pretana. A abertura de novos loteamentos, o adensamento das áreas de risco, a ocupação de espaços públicos e o impacto direto sobre as áreas verdes promoveram uma nítida descaracterização da ambiência urbana que abriga o patrimônio tombado pelo IPHAN e pela UNESCO (Figura 3).

Apesar das alterações ocorridas no aspecto geral do conjunto arquitetônico e urbanístico, as atividades de preservação conduzidas pelo IPHAN conseguiram manter um importante trabalho de preservação da estrutura colonial. Pressionada por um sistema de interesses distintos, no qual se sobressaem, primeiramente, o interesse pelo capital, a cidade resiste ao paradoxo entre a conservação do seu patrimônio, o expansionismo comercial, a geração de empregos, a gentrificação do centro histórico e a periferização da população mais humilde. Por isso, a Ouro Preto de hoje merece olhares mais cuidadosos, estudos mais sistematizados e novas leituras que permitam compreensões dialéticas a partir de outras percepções.

Patrimônio Cultural: A expressão da memória social ao longo da história

O reconhecimento do patrimônio cultural se estabelece pela identificação dos seus significados. A percepção da carga simbólica contida em cada patrimônio auxilia a desvendar o significado histórico-social deste patrimônio. [...] E é esta memória que impele a ver

o passado e a inventar o patrimônio dentro dos limites possíveis estabelecidos pelo conhecimento (MONASTIRSKY, 2009, p.324).

A memória, enquanto fenômeno coletivo permite promover a relação entre membros de um mesmo grupo a partir de uma ideia de continuidade e de manutenção da identidade. De acordo com Peralta (2007), a memória e a identidade de uma determinada sociedade coexistem nas peculiaridades do passado dessa coletividade e pela manutenção de símbolos que permitem identificar os diversos grupos que dela participam. Para Arantes (1984), o valor simbólico de um objeto é decorrente da importância adquirida pela memória coletiva e pressupõe a necessidade de preservação de algo que é representativo para muitos.

O patrimônio cultural se constrói por meio da memória e da identidade cultural de um determinado grupo social, reproduzidos ao longo da história. As relações construídas no passado, representadas em manifestações como o folclore, as festas típicas, os modos de fazer e criar, no tipo de comércio, nos contornos urbanos e nas formas de sua arquitetura, são utilizadas como instrumentos de composição cultural, contribuindo para ampliar a dimensão do que se chama de patrimônio.

O conceito de patrimônio cultural tem sido cada vez mais valorizado e estudado por profissionais que buscam compreender o motivo da atração de diversas pessoas pela

herança de outros povos. Isso se justifica pela curiosidade natural por outras culturas e por outros modelos de vida. De acordo com Barreto (2000), a ideia de patrimônio cultural teve início no século XIX com o propósito de:

[...] criar referenciais comuns a todos que habitavam o mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de costumes nacionais, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais (BARRETO, 2000, p.16).

Para Caldeira (2014, p.131), “a curiosidade e o encantamento por outros ambientes, que se diferenciam do lugar habitual, despertam o interesse de muitos e fazem com que se sintam impelidos a viajar”.

A definição de patrimônio histórico encontra-se também associada ao conceito de monumento (BRUSADIN; SILVA, 2012), pois, quando um bem material, cujo valor é reconhecido por uma coletividade, passa a ter importância enquanto herança, isso faz com que ele adquira uma relação indissociável entre memória social e identidade cultural.

A Carta de Atenas, elaborada em 1931, foi uma das primeiras manifestações de caráter coletivo em que se definiram propostas voltadas à preservação dos bens patrimoniais. A partir de então, em outros congressos e seminários entre profissionais da área, geraram conceitos que permitiram uma evolução nesse sentido, como a Carta de Veneza, de

1964, em que se lê:

A noção de monumento histórico compreende a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA DE VENEZA, Art. 1 °, 1964).

Em novembro de 1972, na cidade de Paris, a UNESCO organizou uma convenção referente à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Em sentido amplo, a definição de “Patrimônio Cultural e Natural” passou a ser estabelecida como:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, Artigo

1 °, 1972).

Dentre os estudiosos que se prestam a analisar o patrimônio na contemporaneidade, destaca-se Paes (2009), que interpreta o sentido do patrimônio remetendo à história socio-cultural e a uma análise técnica e política:

[O patrimônio é] cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou intangíveis, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas (PAES, 2009, p. 163-164).

As ideias de pertencimento e valor da expressão social sobre o território conduzem ao raciocínio e à obrigação de se conservar os bens como forma de se manter uma história que não mais se reproduz. O tombamento de um bem patrimonial passa, portanto, pela ideia de sua conservação para as gerações futuras e também ressalta o caráter legal e técnico para essa conduta, culminando em diretrizes e normas que regulamentam a patrimonialização dos bens no espaço geográfico.

Desse modo, as cartas patrimoniais são constituídas por uma coleção de princípios que traduzem as diretrizes e os

critérios a serem utilizados na conservação e proteção do patrimônio histórico e cultural. Observa-se que o conceito de patrimônio cultural evoluiu e se adaptou conforme o contexto histórico e os conceitos acadêmicos. Para se compreender o seu significado, deve-se rejeitar a ideia mercantil e puramente turística a que é sempre relacionado e entendê-lo de forma mítica, resultante da interação entre o ser humano e sua ambiência. O patrimônio só pode ser analisado em seu contexto cultural, no qual cada monumento revela uma história e permite compreender o passado vivido naquele espaço.

É importante não apenas apreciar e conhecer visualmente o patrimônio, mas sim apreendê-lo enquanto instrumento de identidade, de memória e de reconhecimento. Reconhecer e associar a própria história à história da sociedade por meio do patrimônio cultural é um exercício de cidadania (BURDA; MONASTIRSKY, 2011, p. 122).

A partir das definições dadas acima, fica evidente que *o patrimônio cultural decorre da compreensão da dinâmica temporal conferida ao espaço geográfico*, que é historicamente construído e deve ser analisado funcionalmente e simbolicamente a partir de vários elementos, por meio de uma relação íntima entre o passado e o presente. A definição de patrimônio cultural surgiu, portanto, ao longo da história, pela necessidade de se preservar aquilo que foi marcado pela história social e pelas rápidas mudanças

impostas pelo presente.

O Patrimônio cultural de Ouro Preto

No Brasil, a necessidade de preservar o patrimônio histórico nacional ganhou força no século XX, a partir da visita dos intelectuais modernistas a Ouro Preto, em 1923, quando eles perceberam nas cidades barrocas de Minas Gerais a identidade da nação brasileira, o que deu início às discussões e reivindicações para a preservação daquele patrimônio cultural. Após a visita desse grupo de intelectuais à Ouro Preto, foram definidas as formas de atuação, por parte do Estado, que resultou na elevação do seu conjunto urbano à condição de Monumento Nacional, em 1933.

Esse reconhecimento representou um novo momento para a história da antiga capital mineira, que se encontrava estagnada desde a transferência da sede do governo mineiro para Belo Horizonte. Foi, também, uma forma de se reconstruir simbolicamente a sua história, conferindo-lhe prestígio no contexto nacional.

As características particulares do acervo arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto e sua forte relação com a história de Minas e do Brasil atraíram para a cidade vários artistas e intelectuais, que passaram a lhe conceder referências elogiosas, tais como Mario de Andrade e Afonso Arinos. A presença anterior dos modernistas e de seus inúmeros trabalhos, com foco na cidade, conferiu à Ouro Preto uma importância fundamental no



Figura 4 - Vista da descida da Rua das Flores, em 1946. Fonte: Luiz Fontana,

processo de sua construção como relíquia da nação e na formulação dos discursos sobre a preservação do patrimônio no Brasil (CUNHA, 2014, p. 61).

Logo após a criação do SPHAN, em 1938, Ouro Preto teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico elevado à condição de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Fig. 4). A partir da inscrição nos Livros do Tombo, Ouro Preto deixava a condição de “cidade esquecida” e passava a atrair dezenas de visitantes curiosos pelo seu barroco colonial. Mais do que isso, a cidade passou a atrair também novos habitantes, empenhados em gerar renda por meio do turismo. O crescimento demográfico e a presença cada vez mais intensa de visitantes configuraram, no entanto, uma relação conflituosa entre preservação patrimonial e desenvolvim-

ento urbano e econômico (CIFELLI, 2005).

As rápidas transformações urbanas, acentuadas a partir da década de 1960, alertaram os órgãos públicos sobre a necessidade de se desenvolverem planos para a proteção do patrimônio cultural de Ouro Preto.

Em 1966 e 1967 ocorreram duas visitas do perito Michel Parent, cujo relatório publicado pela UNESCO, em 1968, se remete à cooperação entre o IPHAN e a organização, no sentido da prática e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico (LEAL, 2008).

Na década de 1970, o processo de crescimento de Ouro Preto tem continuidade, tornando-se alarmante e inegável para os responsáveis por sua preservação, o que, somado à apologia do planejamento, estimulou o Patrimônio a dar os primeiros passos visando à formulação de planos para os centros históricos (MOTTA, 1987, p.118).

Muitas iniciativas de planejamento para Ouro Preto foram realizadas a partir de então. Dentre as principais, destaca-se o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, elaborado por meio de um convênio assinado pelo governo federal, estadual e as prefeituras de ambos os municípios. O plano de conservação foi realizado entre os anos de 1973 e 1975, pela Fundação João Pinheiro, e tornou-se a principal tentativa de se implantar em

Ouro Preto e em Mariana um planejamento voltado para a preservação do patrimônio cultural, associado ao desenvolvimento econômico e social.

O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana avançava ao tratar a preservação do patrimônio numa perspectiva que ia além do seu acervo físico, mas como uma forma de melhoria das condições de vida das populações locais. Ele pode ser encarado como um retrato de sua época. Não só pelo fato de trazer um rico diagnóstico sobre os dois municípios, mas também por se tratar de um produto que carrega em seu bojo a concepção de planejamento urbano compreensivo e de viés tecnocrático, vigente na década de 1970 (TEIXEIRA; MORAES, 2013, p.14).

204

A preocupação pelo conjunto arquitetônico e cultural de Ouro Preto culminou com o seu legítimo reconhecimento mundial, em 1980, por meio da elevação da cidade a Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, tornando-se o primeiro sítio brasileiro a conquistar esse título. Entre os dez critérios para avaliar a importância dos sítios históricos, a cidade foi escolhida por dois deles: representar uma obra prima do gênio criativo humano e por se manter como um testemunho único e excepcional da tradição cultural de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido (UNESCO, 1980).

Todavia, mesmo com o reconhecimento em nível internacional, os órgãos responsáveis pela preservação do pat-



Figura 5 - A mesma vista da Figura 4, em 2013. Fonte: Carlos Dias, 2013.

rimônio e os poderes públicos não impediram que o patrimônio ouro-pretano fosse agredido. O crescimento das atividades turísticas, a expansão urbana e a intensa ocupação irregular de áreas de risco e de áreas verdes continuaram a ameaçar a descaracterizar o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade. Além disso, problemas referentes ao trânsito de veículos de grande porte no centro histórico e de infraestrutura sanitária precária também prejudicaram as ações preservacionistas na cidade (Fig. 5). Por isso, em 2003, Ouro Preto passou a compor a lista de patrimônio em risco da UNESCO, sendo advertida da possibilidade de perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (CIFELLI, 2005).

Atualmente, o grande desafio do IPHAN é conciliar a ex-

pansão urbana da cidade com os seus possíveis impactos sobre os bens tombados. O IPHAN atua, sobretudo, no difícil papel de orientar os proprietários que desejam executar projetos de construção, reforma ou ampliação nas áreas protegidas por tombamento, algo que tem sido tratado de modo bastante complexo pelo próprio Instituto. As intervenções devem ser feitas de acordo com diretrizes determinadas pelo órgão, que se vale de critérios definidos pela legislação vigente e que incluem regras, normas e diretrizes em escalas diversas, entre as quais o volume da construção, o equilíbrio entre o número de vãos e as vedações, a altura de telhados e a taxa de ocupação do terreno (IPHAN, 2007).

Ouro Preto passa a representar um lugar onde uma memória histórica teria se preservado, um “lugar de memória”; sua imagem de cidade colonial serve ao presente como um atestado dos feitos passados que refletem os valores constitutivos da identidade mineira e brasileira. Essa identidade está resguardada da ação destrutiva do tempo nos vestígios que lhe foram resistentes; tais vestígios somente resistem porque provêm de uma origem que é tida como pura e incorruptível. Assim, a identidade de um povo, de uma nação, não sofre os abalos do tempo porque enraíza-se num ponto de origem inviolável. A identidade funda-se nessa ideia de uma origem alheia às transformações do devir; um lócus de valores puros que delineiam o caráter de uma nação. O mito de origem é um dos principais pressupostos que irá orientar a busca do valor histórico intrínse-

co nos objetos do passado (NATAL, 2006, p. 9).

Certamente, a necessidade de se preservar um complexo histórico, arquitetônico e urbanístico dessa grandeza vai muito além de resguardar antigas materialidades que remontam a um passado marcado pela riqueza do ouro e pela consternação da escravidão. Preservar também significa fixar as memórias e as manifestações identitárias marcadas de diferentes maneiras sobre seu território. O antigo se torna, pois, o lugar da memória que sobrevive no presente às abruptas transformações decorrentes da sociedade industrial e da velocidade trazida pelas novas tecnologias.

Refuncionalização: os reflexos a partir da atividade turística

O turismo cultural tem se tornado, nas últimas décadas, uma realidade para muitos municípios que buscam se desenvolver economicamente. A valorização de vários tipos de manifestações culturais, entre as quais o folclore e o artesanato, têm provocado profundas mudanças na organização de muitas cidades, gerando ganho para a população e, ao mesmo tempo, alterando os significados relacionados à memória social do lugar (SCHNEIDER, 2006).

Na cidade de Ouro Preto, a atividade turística é atraída pelo grandioso acervo patrimonial formado por monumentos religiosos e civis, entre os quais se encontram as igrejas, capelas, sobrados, casario térreo, vias calçadas em pedra,

chafarizes e pontes. Além disso, os museus da cidade abrigam bens artísticos do período barroco e constituem grande parte da memória e da cultura local, além de representarem um importante papel na história e na tradição brasileira. Tamanha importância fez do turismo cultural uma realidade para Ouro Preto, a partir da década de 1960.

Costa (2008, p.4) confirma o interesse do mercado pelas cidades históricas quando evidencia:

O espaço geográfico construído historicamente torna-se matéria-prima para diversas atividades sociais, dentre elas a prática do turismo, que se apropria de um patrimônio histórico, artístico e cultural, como ocorre em São João Del Rey, Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina, Salvador, Recife etc., promovendo uma nova lógica de organização socioespacial, voltada para a realização da atividade turística, de forma a responder a demandas externas ao lugar que se subordina aos interesses do mercado e dos agentes hegemônicos (COSTA, 2008).

O crescimento do turismo trouxe mudanças na vida cotidiana da cidade. Dentre as principais alterações, destaca-se o processo de refuncionalização que implicou em fortes mudanças no uso original de alguns imóveis e mesmo de áreas do centro histórico. Muitas habitações foram transformadas em hotéis e em estabelecimentos comerciais, alterando as características, tanto das relações dos indivíduos com o espaço urbano, como os costumes da população. Essas transformações se constituíram, portanto, como uma nova



Figura 6 - A mesma vista da Figura 4, em 2013. Fonte: Carlos Dias, 2013.

relação entre a população local e o turismo, configurando-se como uma situação dialética, pois, como afirma Castriota (2009, p. 147): “Se, por um lado, (o turismo) lucra com o fluxo de visitantes, por outro, condena o uso transgressor que aquele público faz dos seus lugares tradicionais”.

Paes-Luchiari (2006) aponta para o interesse do capital pelas cidades históricas, a partir do processo de refuncionalização, afirmando que:

[...] ao se apropriarem das formas que encerram longos processos de representação social, provocam rupturas na identidade coletiva local e subvertem o caráter público desses bens históricos. Como exemplo podemos

citar os projetos de revitalização dos centros históricos de muitas capitais, [...] onde as populações locais mais pobres foram desapropriadas de suas antigas territorialidades para dar lugar a centros culturais, restaurantes, bares, cafés, shoppings, hotéis, casas de espetáculos, lojas de souvenirs, ateliês, acessíveis apenas às populações de alto poder aquisitivo (PAES-LUCHIARI, 2006, p.43).

A supervalorização dos bens tombados e de sua ambiência trouxe mudanças nas porções periféricas da cidade de Ouro Preto (Fig. 6).

O notório processo de segregação socioespacial tornou-se uma consequência certa da refuncionalização e do aumento significativo de empreendimentos comerciais que visam atender aos turistas. Logo, foi inevitável o deslocamento da população de menor poder econômico para áreas periféricas aos centros históricos. A consequência foi o forte adensamento de áreas de risco e o impacto direto sobre os recursos naturais, que também fazem parte da paisagem urbana tombada.

O processo de refuncionalização do patrimônio cultural, uma tendência de ações descompromissadas com o passado e com o lugar, propicia a expulsão da população residente destes espaços turísticos, seja através da intensificação da especulação imobiliária que impossibilita a permanência das famílias de baixa renda nestes espaços centrais, seja através da intensa banalização

pela cenarização estimulada pelos agentes do capital, que redundam no estabelecimento de lugares inacessíveis ao residente e no esquecimento das práticas culturais locais (COSTA, 2008, p. 69).

As recentes paisagens urbanas se tornam a expressão maior do capitalismo turístico, impondo novas organizações à estrutura social no território. Essas novas configurações da paisagem, por sua vez, nos levam a certo aprimoramento ou embelezamento do patrimônio edificado, embora não fiquem visíveis os reflexos da gentrificação ocorrida naquele espaço urbano. Assim, os centros históricos refuncionalizados representam a dinamização da atividade turística e a elitização do patrimônio histórico, implicando no enriquecimento estratégico a partir da reincorporação de áreas degradadas, da segregação socioespacial e da criação de novas territorialidades.

Considerações finais

Ouro Preto é considerado um dos principais conjuntos arquitetônicos e urbanísticos do Brasil pela sua importante história, pelo valor simbólico relacionado à memória do período colonial e pelo seu patrimônio conservado. A análise de novas configurações e transformações na paisagem urbana representa uma oportunidade de se estabelecer novos olhares, por meio dos quais se pode identificar comportamentos contemporâneos associados a uma

antiga estrutura urbana. Essas transformações possibilitam reflexões acerca do conceito de patrimônio cultural, ampliando a importância da relação existente entre a memória social e a herança cultural expressa no território. Nesse sentido, este estudo evidenciou, sob uma perspectiva geográfica e cultural, o papel das intervenções que alteram o uso e a função original dos imóveis pertencentes ao conjunto.

Trata-se de uma consequência da dinâmica comercial exigida pelo capitalismo global, propondo interações entre o patrimônio cultural e a crescente atividade turística. Assim, este trabalho analisou os reflexos das atividades relacionadas ao turismo, a sua dinâmica de apropriação territorial e o processo de refuncionalização do patrimônio cultural, adaptado para atender aos interesses do mercado.

O reconhecimento de Ouro Preto como a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade fez dela uma cidade prestigiada. A valorização dos seus bens patrimoniais, como símbolos da história e da identidade nacional, provocou o interesse da especulação empresarial, que atuou sobre o território, o espaço e a paisagem, conferindo-lhes uma nova dinâmica econômica.

A atividade turística, embora tenha ampliado novas oportunidades de renda e impulsionado a geração de empregos diretos, refletiu-se, também, em impactos negativos quanto à descaracterização da paisagem no entorno da área tombada. A supervalorização imobiliária dos terrenos e das

construções no centro histórico de Ouro Preto, bem como o intenso processo de refuncionalização do patrimônio tombado, forçaram a saída dos habitantes mais humildes para a periferia da cidade.

Desse modo, o crescimento desordenado de novos bairros também representou uma mudança na paisagem de Ouro Preto. A abertura de novos loteamentos, o adensamento das áreas de risco, a ocupação de espaços públicos e o impacto direto sobre as áreas verdes promoveram uma nítida descaracterização na ambiência do conjunto arquitetônico, ameaçando a perda do título de Patrimônio Cultural da Humanidade conferido pela UNESCO.

Deve-se, portanto, buscar um equilíbrio coerente quanto ao uso e à função social do patrimônio construído, que deve ser mantido como um direito social a ser apropriado de forma coletiva e, ao mesmo tempo, exercer as funções que atendem diretamente ao público turista. Para isso, é necessária uma maior participação da sociedade civil na idealização e na gestão do turismo, de modo que parte das receitas geradas por essa atividade seja utilizada pelo poder público para garantir, não só a preservação do patrimônio, mas, também, os interesses sociais da população.

Referências

- ARANTES, Otília. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000. P. 226.
- BARRETO, Margarita et. al. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas. Papyrus. 2003.
- BRUSADIN, Leandro; SILVA, Rafael Henrique. **O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto**. Cultura / Ano 6 -Nº 01 - Fev (2012).
- BURDA, Naomi Anaue; MONASTIRSKY Leonel Brizolla. **Perspectiva geográfica sobre o patrimônio arquitetônico da cidade da Lapa, PR**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 3, n. 1, p. 115-123, jan./jun. 2011.
- CALDEIRA, A. B. Cultura e Turismo. In: Raphael de Carvalho Aranha, Antônio José Guerra. (Org.). **Geografia aplicada ao turismo**. 1ed. São Paulo: Oficina de textos, 2014, v., p. 131-156.
- CARTA DE VENEZA. **II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos**, Veneza, 1964. Adoptada pelo ICOMOS, em 1965.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- COSTA, Everaldo Batista da. **Refuncionalização de patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização sócio espacial em núcleos urbanos tombados**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 6, n. 2, p.53-73, 2008.
- CUNHA, Victor Lacerda da. **A refuncionalização do patrimônio cultural e a mercantilização urbana a partir das atividades turísticas: um estudo de caso sobre o centro histórico de Ouro Preto/MG** (2014, p. 61). Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação espacial, Pontifícia Universidade católica de Minas Gerais, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **Memória, História e memória**. São Paulo: Editora

da UNICAMP, 1996.

LEAL, Claudia F. Baeta (org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

LEMONS, C. S.; JULIÃO, L.; ANASTASIA, C. M. J. **Dos Bandeirantes aos modernistas**: um estudo histórico sobre Vila Rica. Oficina do Inconfidência: revista de trabalho. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, Ano 1, V. 0, dez 1999, p. 17-132.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Espaço Urbano**: memória social e patrimônio cultural. Revista Terra Plural, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 323-334, jul./dez. 2009.

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Cedeplar, UFMG, 2001.

MOTTA, L. 1987. **A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, p. 108-122.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História – Londrina, 2006

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. UNESCO, 1973.

PAES, M. T. D. "Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico". In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de base comunitária** – diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem; Ministério do Turismo, 2009. p. 162-176.

PAES, M. T. D. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 17, 2005, pp. 95-105.

PAES-LUCHIARI, M.T.D. (2006a). **Patrimônio cultural**: uso público e privatização do espaço urbano. (pp. 47-60) Revista GEOGRAFIA, AG-

ETEO/UNEP, Vol. 31, N. 01, Jan./Abril, Rio Claro, S.P.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social:** uma resenha crítica. In: Arquivos da memória, Antropologia, Escola e Memória: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa n. 2, 2007.

RABHA, Nina Maria de Carvalho e. **Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro.** Revista Rio de Janeiro, v. 1, n. 1. Niterói, UFF, 1985. P. 39.

SALES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar:** um roteiro de Ouro Preto. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, 1965.

SCHNEIDER, S. Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. In: **Diálogos do Turismo:** Uma viagem de inclusão. Brasília, Ministério do Turismo, 2006.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos; MORAES, Fernanda Borges de. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana e suas inter-relações com a história do planejamento urbano e regional no Brasil.** In: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 15-18 Out., Porto Alegre, RS. 2013.

O USO DO ESPAÇO RESIDENCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO DURANTE O PERÍODO COLONIAL

Rogério Novakoski¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p218

Resumo

Este artigo propõe uma análise do programa funcional das casas coloniais da elite social paulistana, principalmente dos sobrados dos séculos XVIII e XIX, na área urbana da cidade, para a melhor compreensão do uso espacial da área interna dessas casas, do modo de vida e das necessidades de seus proprietários, da relação entre homens e mulheres e da convivência com os escravos dentro da mesma edificação. Muito se fala da estética arquitetônica, no entanto há poucos estudos sobre o programa funcional e suas mudanças com o passar do tempo. Hoje, não se sabe tanto sobre o modo de vida dentro dos casebres e sobrados do período colonial em São Paulo, mesmo porque, infelizmente, não se tem mais uma arquitetura existente capaz de contar bem a história dos primeiros séculos da cidade. A

1. Rogério Novakoski é arquiteto com mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU Mackenzie, e especialização em Desenho Ambiental e Arquitetura da Paisagem pela FAU Mackenzie. É professor nas áreas de Arquitetura e Design de Interiores na Unip e em cursos técnicos do Senac. Email: rogerionovakoski@terra.com.br

metodologia desta pesquisa é bibliográfica e documental, pautada em levantamentos e análises de trabalhos nas áreas da Arquitetura, do Urbanismo, da Sociologia e da Antropologia; e também em algumas figuras e fotografias.

Palavras-chave: São Paulo. Arquitetura colonial. Programa funcional.

THE USE OF SPACE HOUSES IN SAO PAULO CITY DURING COLONIAL PERIOD

Abstract

This article proposes an analysis of the functional program of the houses in the colonial period, of the social elite of Sao Paulo city, especially the houses of the eighteenth and nineteenth centuries, in the urban area, for better understanding of spatial use of the internal area of these houses, the way of life and the needs of their owners, the relationship between men and women and the coexistence with the slaves within the same building. Much is said of the architectural aesthetics however there are few studies on the functional program and its changes over time. Today, not much is known about the way of life within the modest homes and the big houses of the colonial period of the city of Sao Paulo, because unfortunately we have no more architecture to tell the story of the early centuries of the city. The research methodology is bibliographical and documentary, based on surveys and analysis work in the areas of Architecture, Urbanism, Sociology and Anthropology; and also in some figures and photographs.

Keywords: Sao Paulo. Colonial architecture. Functional program.

EL USO DEL ESPACIO RESIDENCIAL EN LA CIU- DAD DE SAO PAULO DURANTE EL PERÍODO CO- LONIAL

Resumen

En este artículo se propone un análisis del programa funcional de las casas coloniales de la élite social de Sao Paulo, en especial las casas de los siglos XVIII y XIX, el área urbana de la ciudad para la mejor comprensión de la utilización espacial de la zona interna de estas casas, modo de vida y necesidades de sus propietarios, la relación entre hombres y mujeres y la convivencia con los esclavos dentro del mismo edificio. Se habla mucho de la estética arquitectónica, sin embargo, hay pocos estudios sobre el programa funcional y sus cambios en el tiempo. Hoy en día, no se sabe mucho acerca de la forma de vida dentro de las cabañas y casas de la época colonial en Sao Paulo, hasta porque, por desgracia, ya no tenemos una arquitectura existente así puede contar la historia de los primeros siglos de la ciudad. La metodología de esta investigación es bibliográfico y documental, basado en encuestas y trabajo de análisis en las áreas de arquitectura, urbanismo, sociología y antropología; y también en algunas figuras y fotografías.

Palabras-claves: Sao Paulo. Arquitectura colonial. Programa funcional.

Introdução

A configuração arquitetônica da moradia revela os aspectos da vida privada do morador, suas necessidades, detalhes da organização familiar, sua relação com a cidade onde mora, seu contato com culturas nacionais e estrangeiras e o uso de sua casa como forma de expressão social. A casa é a arquitetura mais íntima do homem, o seu abrigo e a construção cultural de uma determinada sociedade, manifestada na organização de seus ambientes, na disposição do mobiliário e pelos fragmentos da cultura material, exigidos conforme o seu programa de necessidades.

Por meio de uma metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, este artigo tem como objetivo a análise do uso espacial das casas que foram vagarosamente formando o centro urbano da cidade de São Paulo durante todo o período colonial, isto é, entre os séculos XVI e a primeira metade do século XIX, principalmente com o foco nas casas da elite social da época: os sobrados dos grandes comerciantes e fazendeiros, construídos somente no final do período colonial. Este estudo descreve o contexto histórico do surgimento de São Paulo; o aparecimento das casas bandeiristas na área rural e as primeiras casas urbanas; a influência dos migrantes mineiros na arquitetura e nos costumes paulistanos; e a compreensão dos programas funcionais dos sobrados coloniais urbanos, pertencentes às famílias abastadas dos séculos XVIII e XIX, em uma fase de

ainda grande pobreza da cidade.

A urbanização da cidade com casebres e sobrados

No centro urbano de São Paulo, durante todo o período colonial, a quantidade de casas ao redor do colégio dos jesuítas e das igrejas foi aumentando vagarosamente, dando forma à região central. Os moradores da área urbana construía normalmente casas mais simples que as rurais. As casas construídas por jesuítas para o abrigo de índios continuavam com um aspecto bem primitivo, feitas com paus roliços e telhado de palha, como as ocas, porém havia também casas em taipa de pilão e telhado com telhas de canal de cerâmica. Somente no século XVIII foram aparecer casas mais sofisticadas, pertencentes às famílias mais abastadas de São Paulo. Sendo assim, por todo o período colonial, foi sempre mais comum encontrar, na região urbana, casas de índios, mamelucos, tropeiros e aventureiros nômades, que construía suas moradias propositalmente provisórias, que não lhes custava substituir por outras parecidas, depois de alguns poucos anos.

Os fazendeiros, durante o período colonial, foram preenchendo toda a área rural, com suas grandes propriedades e, com isso, o resto da população foi estabelecendo-se no centro urbano e em pequenas propriedades agrícolas próximas a ele.



Figura 1 - Representação da primeira cabana para abrigo dos jesuítas, construída em 1554. Na imagem pode ser vista uma técnica construtiva indígena bem simples, utilizando paus roliços e telhado de palha. Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/festas/anchie01.htm>. 31/03/2017.

Até o início do século XVIII, apesar do crescimento da região, São Paulo ainda era uma cidade pequena e rústica, sem ter uma contribuição relevante no desenvolvimento do país. Porém, já se percebiam algumas mudanças em relação à sociedade dos séculos anteriores. A figura do fazendeiro bandeirante, valente e dominador, foi dando lugar à do novo fazendeiro dos engenhos de açúcar nas áreas rurais e à do comerciante esperto e bom negociador no centro urbano da cidade (MORSE, 1970). Com o crescimento do comércio no século XVIII, a cidade passou a ser

habitada por diversos tipos de comerciantes: seleiros, ferreiros, sapateiros, marceneiros, artesãos, tecelões, entre muitos outros.

Os finais de semana e outras datas especiais de comemoração eram dias em que esses senhores de engenho e suas famílias visitavam o centro urbano da região. Passavam alguns dias em seus sobrados com o intuito de comprar sal, trigo, artigos manufaturados, roupas, escravos negros, bem como participar de eventos religiosos e políticos da região.

A casa rural e a migração mineira

Antes da chegada dos jesuítas, a arquitetura local, assim como em todo o país, era vernácula e indígena. A morada do índio na região caracterizava-se por algumas madeiras roliças estruturais fincadas na terra e outras funcionando como vigas definidoras de uma abóboda coberta de palha. Era a morada conhecida como oca, um espaço fresco e escuro, limitado por paredes com poucas e pequenas aberturas, mas com um sistema bem eficaz de ventilação. Esse modelo arquitetônico da moradia foi, aos poucos, sendo substituído pelo modelo conhecido hoje como “casa bandeirista”.

O professor e pesquisador Carlos Lemos costuma comparar a casa bandeirista a uma “esfinge semidecifrada” (LEMOS, 1999, p.20), pela dificuldade em se estudar sua

arquitetura e seus programas funcionais, devido aos poucos “restos arquitetônicos” incompletos que dela se têm ainda, além dos raros documentos em textos e desenhos que nos poderiam ajudar a compreendê-la melhor.

Mas, mesmo com essa escassez de dados, pode-se concluir que a casa bandeirista de São Paulo não teve quase nenhuma alteração desde o início do século XVI até a primeira metade do século XVIII, no aspecto da técnica construtiva, do partido arquitetônico e do programa funcional da casa. Essa observação é importante, pois demonstra que a sociedade dessa época passou mais de dois séculos por uma estabilidade sociocultural, econômica e tecnológica (LEMOS, 1999).

Os colonos brancos, moradores mais abastados de São Paulo no início do período colonial, chamados também de fazendeiros, tinham suas famílias grandes formadas pelo fazendeiro patriarcal, sua esposa, cerca de dez ou mais filhos, alguns agregados, hóspedes viajantes e escravos indígenas e negros. As escravas concebiam também, normalmente, filhos de seus senhores (MORSE, 1970).

Essas famílias, no século XVI, moravam em fazendas ao redor do centro urbano paulistano. Eram grandes propriedades rurais com ocupações bem fragmentadas, geralmente formadas pela construção principal, no modelo bandeirista, onde ficava a família do fazendeiro, e outras com funções diversas, dispersas pelo terreno: construções onde

dormiam os escravos, depósitos de vários tipos de cereais, paióis, moinhos de trigo ou milho, a área do monjolo, o galinheiro, o curral, a moenda, entre outras construções, conforme a necessidade dos serviços na fazenda.

Nessa época, as fazendas eram o abrigo principal da elite do planalto de Piratininga. Era na fazenda que a família morava e cuidava do seu plantio de subsistência e dos seus animais. Era ali que os fazendeiros recebiam os tropeiros e os acolhiam no quarto de hóspedes, e era também onde faziam trocas e compras debaixo do telhado dos alpendres das casas.

Essa hospitalidade dos fazendeiros significava muito mais que um ato bom e cordial, como diz Carlos Lemos: “Era uma obrigação social que garantia a sobrevivência da comunidade” (LEMOS, 1999, p.30). Porém, lembrando que esse fazendeiro de São Paulo tinha um caráter de “bicho do mato” desconfiado e era o chefe de uma grande família inserida em uma sociedade patriarcal rígida, ele não permitia que as mulheres ficassem no alpendre ou próximas de qualquer abertura da casa, expostas aos olhares dos “estranhos”, como eram chamados os visitantes desconhecidos da época. Isso justificava muito bem o desenho “fechado” da casa bandeirista, com a presença de suas alcovas e poucas aberturas de portas e janelas.

Nessas casas, o alpendre dava acesso também à capela, onde o fazendeiro recebia o padre para os eventos religio-

sos da família. A grande distância em relação ao centro urbano impedia a ida frequente à igreja, daí a capela ser um espaço comum e fundamental inserido no programa funcional da casa rural.

O centro urbano, nos séculos XVI e XVII, era desprezado pela população paulista, principalmente pela elite da sociedade. Porém, os fazendeiros passaram a construir suas casas também na área urbana para utilizá-las em ocasiões especiais, como festas religiosas ou reuniões políticas da Câmara Municipal. Nos outros dias, essas casas ficavam abandonadas, sem muita importância para eles. A elite da sociedade paulistana demorou a ter seus sobrados urbanos e, quando isso aconteceu, eles não surgiram com tanta exuberância, como alguns que já existiam em outras cidades do país.

O enriquecimento da classe social dos produtores de açúcar teve consequências em toda a região: o crescimento maior na área urbana da cidade e nas vilas ao redor, o aumento do consumo e das atividades dos comerciantes, a introdução do trabalho artesanal doméstico e o aumento da compra de escravos negros. Então, a partir da segunda metade do século XVIII, esse novo cenário passou a interessar também aos mineiros que, desiludidos com o esgotamento do ouro em suas terras, começaram a migrar para a região de São Paulo.

A mudança da função da fazenda bandeirista para o engen-

ho de açúcar e a instalação de grande número de mineiros no planalto provocaram algumas alterações na arquitetura rural, mas pouco na arquitetura das casas urbanas. Com a cultura mineira, chegou a São Paulo a técnica de construção em taipa de mão, ou pau a pique, já muito usada nas terras das Minas Gerais. Os mineiros trouxeram, também, o uso da estrutura de “gaiola”, pois haviam aprendido a execução dessa técnica com os engenheiros militares portugueses, que desenvolveram esse novo método estrutural para proteger melhor as edificações, depois do terrível terremoto ocorrido em Lisboa, no ano de 1755. Contudo, com o passar do tempo, as técnicas paulistas e mineiras misturaram-se, e muitas construções do final do século XVIII passaram a utilizar grossas paredes externas em taipa de pilão e paredes internas e divisórias em taipa de mão. Além dessas técnicas construtivas, com os mineiros apareceram, também, o forro de madeira, as sacadas mais salientes e o desenho curvo das vergas sobre as portas e janelas, quebrando um pouco o aspecto rude e de linhas rígidas bandeiristas dos sobrados e casebres urbanos da época.

O programa funcional das casas urbanas

A organização funcional dos ambientes nos casebres populares da área urbana era muito parecida para os moradores mais humildes da região. Aliás, era muito parecida em todo o país (REIS FILHO, 2011). Isso se explica pelo desenho es-

treito e comprido das casas e pela implantação de residências geminadas com telhados de duas águas no modelo urbano português. Era difícil fugir ao modelo padrão formado por uma sala de recepção, logo à entrada, acessível através da porta principal; um corredor que saía dessa sala e acessava os dormitórios sem janelas, chamados também de alcovas ou camarinhas; e, ao fundo, a varanda, espaço de transição para o quintal.

O programa funcional dos sobrados apresentava poucas diferenças em relação ao dos casebres. Os sobrados eram casas urbanas de propriedade dos fazendeiros e comerciantes abastados, com uma arquitetura que permitia que o morador deixasse todo o pavimento térreo para usá-lo como um estabelecimento comercial. Caso o morador não fosse um comerciante, deixava normalmente o espaço térreo vazio (REIS FILHO, 2011) pronto para acomodar seus escravos e seus animais. O acesso da rua à edificação era por algumas portas que se abriam para a loja e por outra porta, de onde saía um corredor lateral que ia até o fundo do terreno e também levava a uma escada que permitia o acesso ao pavimento superior. Nesse piso superior, outro corredor ligava a sala de visitas, localizada à frente da casa, e à varanda ou “sala de viver”; aos fundos. Anexo à varanda no piso superior ou sob um telheiro no quintal, havia um espaço destinado somente à preparação e cozimento dos alimentos, a cozinha. Na área central, entre a sala de visitas

e a varanda, o corredor era ladeado pelas portas de acesso às alcovas. Ao fundo do terreno, assim como nos casebres, ficava o quintal.

A sala de recepção, como era conhecida nos casebres, tinha a mesma função social da sala de visitas dos sobrados. Era nesse ambiente que se recebiam os amigos convidados e os visitantes “estranhos”, bem como o ambiente onde aconteciam as comemorações da família, os almoços e os jantares especiais.

A entrada nesses espaços da casa não permitia o acesso físico e visual do visitante ao setor privativo e de serviços da casa. Em dias de visitas, as mulheres recolhiam-se em suas alcovas ou na varanda, ao fundo da casa, para se esconderem dos olhos abusados dos visitantes “estranhos”.

Alguns comerciantes mais humildes, principalmente os artesãos, usavam a sala de recepção também como um espaço de trabalho. No entanto, os mais ricos tinham a condição de construir os seus sobrados e podiam separar melhor a área de trabalho da área social da casa.

Durante os três primeiros séculos de São Paulo, o interior das casas urbanas, bem como o das casas rurais, foram desprovidos de luxos e requintes. As casas tinham poucas mobílias, e as poucas que havia tinham prioridade em seu aspecto funcional, constituindo-se em: “caixas” de madeira, baús, poucas mesas e cadeiras, bufetes, catres ou cam-

as. Nas salas de visitas, apesar de seu caráter social, não havia mobiliários bonitos e luxuosos; porém, nos sobrados da cidade do final do século XVIII, já era comum encontrar um sofá com assento de palha e três ou quatro cadeiras dispostas em alas rigorosamente paralelas. Quando havia visitas das quais as mulheres podiam participar, os homens sentavam-se nas cadeiras, e as senhoras, nos sofás (BRUNO, 1991).

Os espaços dos casebres tinham o seu piso em terra batida. Os sobrados tinham o pavimento térreo também em terra batida, e o pavimento superior com um assoalho estruturado por grossos barrotes de madeira. A madeira preferida dos forros e assoalhos era, por sua durabilidade, a canela-preta.

As alcovas eram pequenas, abafadas e escuras. Por estarem no centro da casa, longe das portas e janelas, e pela necessidade do resguardo das moças e senhoras da casa, elas não eram ambientes agradáveis e tinham apenas as funções de descanso e resguardo. Essas alcovas tinham normalmente forros de madeira e, acima deles, funcionava um espaço de depósito da casa.

Em algumas casas urbanas, assim como nas rurais, havia alguns quartos para hóspedes. Nos sobrados, as alcovas e quartos de hóspedes ficavam no pavimento superior, e os quartos dos escravos sempre no piso térreo.

Era comum, até o século XVII, que as mulheres dormissem em catres e os homens, em redes. Na região de São Paulo, ainda uma região muito pobre nesse período colonial, as camas foram aparecer somente na segunda metade do século XVII, como símbolo de riqueza e poder (DONATO, 2005). As redes, influências do modo de vida dos índios, eram utilizadas não somente nas alcovas, mas, também, nas varandas das casas urbanas e rurais. Seus guinchos eram presos em estruturas de madeira separadas das paredes da casa, pois a taipa de pilão não era capaz de reter os pontos de fixação.

A varanda dessas casas era constituída por espaços grandes com, geralmente, o seu comprimento igual a toda a largura do terreno da casa. Tinha funções muito importantes, pois era não somente um espaço de transição, mas também de preparação e cozimento dos alimentos. Era, ainda, utilizada pela família como um ambiente de convivência, para sentar-se à mesa e alimentar-se no dia a dia, daí ser chamada também de “sala de viver”. Em alguns inventários pesquisados no período colonial, foram encontradas descrições de algumas tripeças² nessas varandas, principalmente nas casas rurais. Eram peças utilizadas no ato de cozer (LEMOS, 1999), e a sua montagem na varanda ou no quintal permitia

2. Na casa bandeirista, a “tripeça” costumava ser uma estrutura triangular de blocos de terra apoiados no chão, usada como base para as painéis de cerâmica.

que o cozimento dos alimentos não ocorresse em um local único da casa. Porém as varandas não possuíam nenhuma peça fixa de uso para o cozimento, como um fogão ou uma lareira (SAIA, 2012). Eram espaços de apoio à cozinha e deveriam ser ótimas para essa função devido à sua ventilação. Possuíam janelas voltadas ao quintal ou paredes bem vazadas, com somente um guarda-corpo de balaústres simples em madeira de canela-preta para proteção. Essa madeira, muito utilizada em todo o período colonial nas casas bandeiristas, passou, então, a ser muito rara no século XVIII. Daí para frente foi necessário o uso alternativo de madeiras inferiores na construção de casas, como, por exemplo, a peroba.

As varandas eram muito utilizadas pelas mulheres da casa, pois lá elas estavam protegidas e escondidas dos olhares de visitantes, um lugar de onde elas podiam vigiar as crianças nos quintais e também realizar muitos dos seus serviços domésticos.

O trabalho da mulher colonial, até o século XVIII, estava vinculado a tudo que era doméstico e familiar: administrar a casa, preparar alimentos, cuidar das crianças e vigiá-las, ou seja, enquanto o homem cuidava do exterior, ela cuidava de tudo que pertencia ao interior da casa. Tanto nas varandas das casas de engenho quanto nos sobrados urbanos da época era comum encontrar as senhoras, as mocinhas e as escravas reunidas ali para trabalhar ou conversar. En-

tretanto, nesses momentos, era normal que houvesse uma divisão espacial entre as mulheres brancas e as negras (LEMOS, 1999). Na varanda, sempre havia mesas e bancos de madeira, e lá se produziam artesanato caseiro, panos de algodão, roupas, redes, chapéus de feltro, sabão, óleo de combustível, xaropes, remédios e utensílios diversos para uso doméstico; preparavam-se doces e realizavam-se diversos outros trabalhos relacionados à produção de alimentos na cozinha.

No final do século XVIII, o cozimento de alimentos nas casas urbanas deixou de ser ambulante ou de acontecer fora do corpo da casa, como faziam os índios, e passou a ocorrer em um único local, a cozinha, sempre localizada ao lado da varanda, muitas vezes como um “puxado” da casa e sob um telheiro.

Os portugueses pouco contribuíram no desenho da cozinha paulista e na organização desse espaço dentro da casa colonial. Se os portugueses estavam acostumados ao uso do “fogão-lareira” dentro da casa para cozer seus alimentos e aquecer os ambientes, os índios estavam acostumados a montar suas fogueiras fora de suas ocas (LEMOS, 1976). Os índios faziam fogueiras dentro de suas ocas somente com a função de enfumaçar a área interna e expelir os insetos, mas a preparação dos alimentos acontecia sempre fora. Porém, como afirma Carlos Lemos em sua obra “Cozinhas, etc.” (1976), esse hábito não foi algo tão difícil de

ser absorvido pelos portugueses, pois eles já conheciam esse costume dos mouros de cozinhar ao relento nas terras ibéricas e, também, o calor tropical favorecia o retiro de qualquer aparelho de aquecimento da área central da casa. Além disso, o serviço culinário estava diretamente ligado ao trabalho escravo, o que também favoreceu o maior afastamento possível da cozinha em relação à zona de habitação da casa colonial, principalmente, dos sobrados. Enquanto os casebres mantinham suas cozinhas dentro da casa, como um espaço de grande importância, os sobrados da elite social expulsavam a cozinha para o fundo da casa e pouco se preocupavam com a qualidade da construção desses ambientes. Suas paredes eram mal feitas e mal acabadas, bem diferentes do resto da casa. Enquanto o caipira mameluco se reunia para conversar com a família e seus amigos da cidade e do sertão, os colonos e os comerciantes ricos ignoravam a cozinha, utilizada somente por seus escravos.

Nessas cozinhas do século XVIII, podiam-se encontrar utensílios de ferro, latão, cobre, estanho, porcelana, madeira e alguns poucos em prata. Objetos em vidro ainda eram raríssimos (DONATO, 2005). Se os portugueses não contribuíram tanto na arquitetura e organização desse espaço, pelo menos trouxeram certos utensílios para a cozinha paulista e brasileira, além de contribuições ao cardápio.

Na cozinha, para os serviços de preparação dos alimentos

e limpeza dos utensílios, sempre foi indispensável a água. Por isso, era fundamental que fosse buscada em rios, riachos e chafarizes próximos e armazenada em potes para o uso diário. A limpeza de objetos da casa, em geral, era feita ao fundo da casa, no quintal, ao lado do “puxado” da cozinha. A água era guardada também para a higiene pessoal, feita em gamelas e grandes bacias de latão, principalmente nos banhos das mulheres e crianças, dentro de suas próprias alcovas. Os homens, na maioria das vezes, banhavam-se nos riachos da região.

No quintal, era comum haver a latrina ou “casinha”, um espaço pequeno, discreto e fechado, com um buraco no piso de terra para os moradores deixarem ali os seus dejetos.

Os quintais das casas urbanas eram áreas muito importantes aos moradores, pois representavam a raiz da vida rural dentro de sua propriedade. Eram áreas reservadas para hortas e pomares e, também, locais onde as crianças brincavam sob o controle de suas mães, dentro do perímetro da casa. Eram delineados por cercados, que preservavam os fundos da casa, protegendo suas plantações e impedindo que os seus animais fugissem (LEMOS, 1999).

A fragmentação dos espaços de serviço ao fundo dos sobrados transformou o quintal também em uma área de grande circulação dos escravos para a distribuição dos mantimentos, a preparação da farinha de mandioca e o tratamento dos animais domésticos. Era comum encontrar, no quintal,

construções avulsas com funções de depósito, despensa, galinheiro, quarto para os escravos e pequenas cozinhas.



Figura 2 - Estrutura padrão de um sobrado colonial (plantas do pavimento térreo, à esquerda, e do pavimento superior, à direita). Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011, p.29.

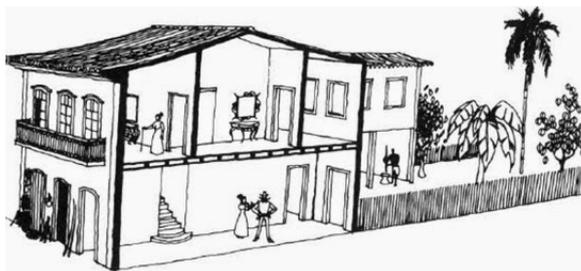


Figura 3 - Desenho em perspectiva do sobrado colonial apresentado na figura 2. Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011, p.29.



Figura 4 - Casa colonial térrea em taipa de pilão, localizada na Aldeia de Carapicuíba/SP, área construída pelo Padre José de Anchieta para proteção dos índios. Fonte: Autor (2013).

Entretanto, todas elas eram sempre mal feitas, escondidas e desprezadas pelos moradores dos sobrados.

A casa e a rua

Uma novidade que apareceu nos sobrados do século XVIII foram as sacadas ou balcões, peças que surgiram não somente por uma simples imposição do partido arquitetônico português, mas, principalmente, por uma nova necessidade de abertura à área externa de maneira segura, criando, as-

sim, um “posto de observação” voltado à rua.

O centro urbano foi crescendo e as ruas passaram a ter uma função mais ampla do que simplesmente uma via de transporte, tornando-se a área da cidade onde aconteciam os principais eventos públicos: festividades, procissões, julgamentos e enforcamentos. Além disso, as ruas começaram a ser muito mais usadas pela população como pontos de encontro no dia a dia.

No início do século XVIII, as ruas passaram a ter para a sociedade uma importância maior, inexistente nos dois séculos anteriores. Então, as ruas de terra, danificadas pelas águas das chuvas, sujas de lixo e excrementos de animais, repletas de ervas daninhas e cheias de buracos, começaram a incomodar a população e os vereadores da cidade. Cerimônias públicas e procissões eram prejudicadas pelo piso irregular e pela sujeira, e era difícil caminhar à noite pelas ruas, quase sem nenhuma iluminação e repletas de buracos. Dessa forma, o poder municipal e a sociedade preocuparam-se em cobrar um cuidado especial com essas áreas públicas. Os moradores passaram a ter um zelo maior pela parte da rua frontal à sua casa, enxergando-a como continuação de sua própria moradia e a Câmara Municipal determinou a pavimentação das vias públicas, inicialmente com pedras brutas (BRUNO, 1991). Como consequência desse novo significado das vias públicas, as sacadas começaram a surgir no século XVIII e passaram a ser interessantes como “postos de observação” do movi-

mento das ruas, da vida alheia e dos principais eventos da cidade que ali ocorriam. Passou a ser chique e atraente ter sacadas nas salas de visitas abrindo-se às ruas e, quanto mais importante e movimentada fosse a rua da casa, maior atração e interesse oferecia ao seu proprietário.

Em São Paulo, por todo o século XVIII, as sacadas foram construídas com piso de madeira, suportado por cachorros também de madeira, desenhados nas pontas dos grossos barrotes que formavam a estrutura para o assoalho do piso superior e saíam além do plano da fachada para suportar a sacada. Possuíam um guarda-corpo em madeira, preferencialmente a canela-preta, estruturado por balaústres ou treliças e, em algumas situações, suportando acima um painel de muxarabis, cobrindo todo o resto do vão até a altura do beiral.

O muxarabi era um anteparo de origem mourisca, trazido ao Brasil por portugueses ou espanhóis, formado por treliças de madeira para uma vedação que favorecia a circulação do ar e barrava os excessos dos raios solares e os olhares indiscretos dos transeuntes das ruas (MELLO, 1973). Dessa forma, os muxarabis permitiam aos moradores da casa, principalmente às mulheres, o uso da sacada como um “ponto de observação”, permitindo a visão de fora e impedindo a de dentro.

O uso de rótulas nas janelas e dos muxarabis em algumas sacadas indicava uma cerimônia social parecida com aquela

existente nos campos rurais da cidade, em que se usava o alpendre como um “filtro” para a casa. Esse padrão de sociabilidade caracterizava as tradições comportamentais daquela sociedade patriarcal e também se refletia nas roupas das mulheres de elite com a imagem retórica de ócio e pudor e com o uso de capas e véus resguardando as idas à igreja (MARINS, 2001, p.73).

Frequentemente, entretanto, as mulheres não se mostravam, nem à mesa, diante dos hóspedes masculinos; saíam à rua sob a vigilância masculina, e usualmente para fins religiosos. Com poucas soirées e sem as rajadas de manias e modas estrangeiras a soprarem pela cidade, as moças casavam-se com apenas 13 a 14 anos e ocupavam-se em casa a fazer bordados, rendas, doces, e à noite, a tocar violão e cantar (MORSE, 2001, p.60 e 61).

O sistema patriarcal queria as mulheres, sobretudo as moças, as meninas, as donzelas, dormindo nas camarinhas ou alcovas de feitio árabe: quartos sem janela, no interior da casa, onde não chegasse nem sequer o reflexo do olhar pegajento dos *donjuans*, tão mais afoitos nas cidades que no interior. Queria que elas, mulheres, pudessem espiar a rua, sem ser vistas por nenhum atrevido: através das rótulas, das gelosias, dos ralos de convento, pois só aos poucos é que as varandas se abriram para a rua e apareceram os palanques, esses mesmos recatados, cobertos de trepadeiras (FREYRE, 2004, p.317).



Figura 5 - Janela com verga curva e guarda-corpo treliçado (Santana de Parnaíba/SP). Fonte: Autor (2013).

Além das sacadas, era também comum encontrar nas fachadas, principalmente dos sobrados, os mirantes. Eram pequenas janelas situadas abaixo dos frechais, sob os beirais voltados à rua, vãos característicos da arquitetura bandeirista.

Considerações finais

Em relação ao programa funcional, os sobrados paulistanos, até o final do século XVIII, foram mostrando divisões mais definidas, ainda que não muito rígidas: os setores social,

privativo e de estar-serviço, sendo este último referente às varandas e ao quintal, que funcionavam para a vida cotidiana dos moradores e também para o uso dos escravos. O setor privativo ficava no eixo central de circulação da casa.

Nos sobrados, essa setorização funcional foi uma novidade na época em relação às casas anteriores, mostrando uma preocupação um pouco maior na organização da casa, pois tanto os casebres mais simples quanto as antigas ocas não se preocupavam com a divisão das funções da casa. A segregação e o resguardo da mulher da elite social, somados à convivência de dois extremos das classes sociais sob o mesmo telhado, favoreceram essa organização padrão, que ainda é encontrada, de forma muito semelhante, na arquitetura da residência atual.

Porém, apesar de ter um desenho bem mais claro e definido nos sobrados, essa setorização aparecia também em alguns casebres e de forma não tão diferente. Na verdade, a diferença entre a casa das famílias abastadas e a casa de famílias mais modestas manifestava-se nitidamente no tamanho da construção e no número de móveis, isto é, de forma quantitativa e pouco qualitativa. O fato de aquela sociedade ter vivido por mais de dois séculos isolada no planalto e fechada em um modo de vida patriarcal, transmitido de geração a geração, impediu que os paulistanos, até o início do século XVIII, buscassem algo novo, independentemente de sua condição financeira. Para os abasta-

dos ou não, as paredes externas da casa eram construídas em taipa de pilão, que já limitava e definia o desenho da casa em muitos aspectos do partido arquitetônico. Dentro dela, redes, catres, caixas, baús e tripeças eram encontrados como equipamentos comuns e necessários a todas as famílias. O diferencial caracterizava-se pelas quantidades. Até então, São Paulo não era uma cidade rica, o que também contribuía para que houvesse um modo de vida muito parecido em toda a sociedade daquela época.

A vida cotidiana dentro da casa ocorria, praticamente, em um único pavimento. Tanto em casas térreas como em sobrados, a vida social, a privativa e os serviços aconteciam no mesmo piso, característica típica do período colonial. Nos sobrados, a adição de mais um pavimento favorecia uma separação maior dos espaços de uso diário da família e de acomodação dos escravos. O sobrado também favorecia ainda mais o resguardo das mulheres da casa, pois a presença cotidiana da mulher na casa ocorria na varanda, na cozinha e nas alcovas, ambientes protegidos ao fundo do terreno e suspensos no andar superior. O piso térreo era utilizado somente pelos homens da casa e pelos escravos.

Assim, o programa funcional das casas coloniais urbanas refletia, de forma muito fiel e verdadeira, a cultura e as características gerais de uma sociedade patriarcal, modesta, livre de luxos e de outros interesses, senão aqueles transmitidos por seus antecessores e já inseridos no cotidiano da região isolada do planalto.

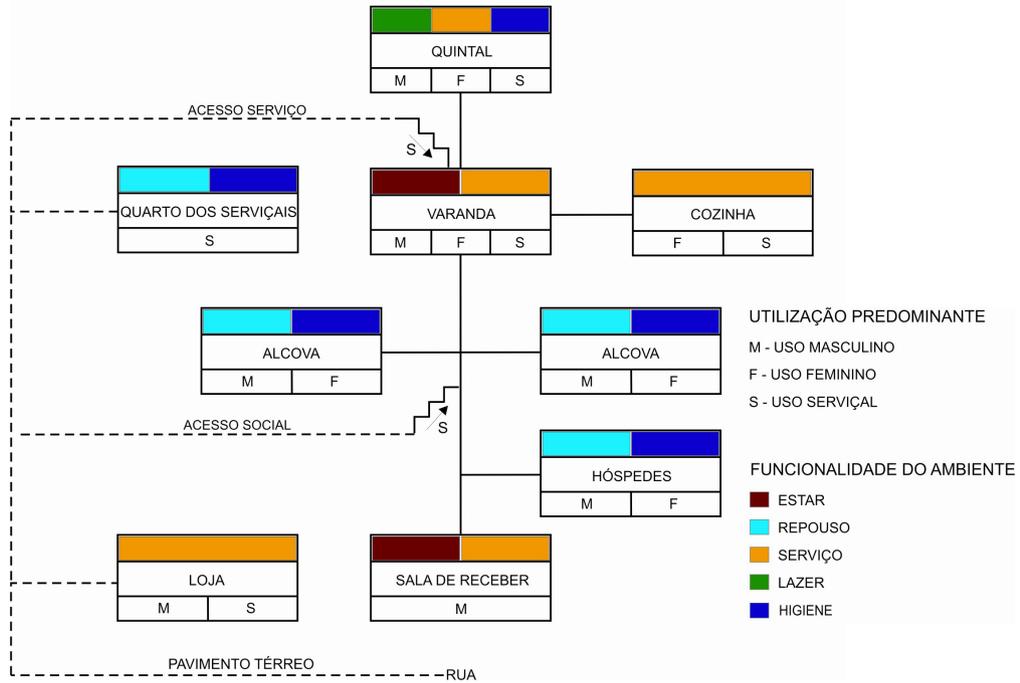


Figura 6 - Organograma funcional padrão do sobrado colonial. Fonte: Autor (2013).

Referências

BRUNO, Ernani Silva. **Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo – Vol. 1, 2 e 3**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

DONATO, Hernani. **História dos Usos e Costumes do Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**. São Paulo: Editora Global, 2004.

LEMOS, Carlos. **Casa Paulista: História das Moradias Anteriores ao Eclétismo Trazido pelo Café**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Cozinhas, etc: Um Estudo Sobre as Zonas de Serviço da Casa Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

_____. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula – Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, Séculos XVII a XX**. São Paulo: Editora Humanitas, 2001.

MELLO, Eduardo Kneese de Mello. **A Herança Mourisca da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973.

MORSE, Richard. **Formação Histórica de São Paulo – da comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

MHAM- A HISTÓRIA E A CASA DA NOBREZA MARANHENSE DO SÉC. XIX¹

Giovanna Jansen Duailibe²

DOI: 10.5752/P2316-1752.2017v24n34p248

Resumo

Este artigo trata da edificação que sedia o Museu Histórico e Artístico do Maranhão – MHAM e abriga uma exposição permanente que utiliza seus cômodos para retratar usos e costumes de uma residência nobre maranhense do séc. XIX. Seu objetivo é analisar como costumes da época influenciavam hábitos e espaços de morar e se justifica pela necessidade de compreensão das transformações desses espaços ao longo do tempo. Para tal, serão analisadas sua tipologia e qualificação do espaço interior, com base no método adotado por Costa e Lima (2005) e em levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: MHAM, Residências maranhenses, Edificações do séc XIX, Costumes socioculturais.

1. Com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA

2. Arquiteta e Urbanista pela UEMA e Designer pela UFMA, Mestre em Engenharia Civil pela UFSC, Doutoranda do Programa de Doutorado em Arquitetura da ULISBOA, Professora do Departamento de Arquitetura e Design da Universidade Ceuma.

MHAM- THE HISTORY AND THE HOUSE OF MARANHENSE NOBILITY OF THE 19TH CENTURY

Abstract

This article deals with the building that hosts the Maranhão Historical and Artistic Museum – MHAM and hold a permanent exposition that uses rooms to depict uses and customs of a 19th century noble residence in Maranhão. The objective is to analyze how customs of this time period influenced habits and living spaces, and is justified by the to understand transformations of these spaces over time. For this to happen, its typology and interior space qualification will be analyzed based on the method adopted by Costa; Lima (2005) and in a bibliographic search.

Keywords: MHAM, Maranhão residences, 19th century buildings, Socio-cultural Customs.

MHAM- LA HISTORIA Y LA CASA DE LA NOBLEZA MARANHENSE DEL SIGLO XIX

Resumen

Este artículo trata la edificación de la sede del Museo Histórico y Artístico de Maranhão – MHAM - que abriga una exposición permanente que utiliza sus habitaciones para retratar usos y costumbres de una residencia noble de Maranhão del siglo XIX. Su objetivo es analizar cómo las costumbres de la época influenciaban los hábitos y espacios de vivir y se justifica por la necesidad de comprensión de las transformaciones de estos espacios a lo largo del tiempo. Para ello, serán analizadas su tipología y calificación del espacio interior, con base en el método adoptado por Costa; Lima (2005) y en levantamientos bibliográficos.

Palabras-claves: MHAM, Residencias de Maranhão, Edificaciones del siglo XIX, Costumbres socioculturales.

Introdução

O Solar Gomes de Sousa (figura 1), localizado em São Luís, no Maranhão, cuja arquitetura e distribuição espacial, característicos do século XIX, testemunharam sobre os costumes e modos de vida das famílias nobres e abastadas oitocentistas maranhenses, é um dos mais belos exemplares desse tipo de arquitetura na cidade.



Figura 1 - Fachada do Solar. Fonte: Elaborada pela autora.

Considerado uma referência material e imaterial para a cidade, sua importância cultural e histórica o habilita como

objeto a ser estudado, pois é importante registrar, de modo mais aprofundado, o uso das edificações do século XIX, a fim de se compreender melhor os hábitos de morar de outrora.

Entretanto, há poucos dados disponíveis publicados sobre o imóvel. Nesse intuito, justifica-se este artigo, cujo objetivo geral é analisar o solar enquanto moradia e, especificamente, identificar os usos de seus espaços e os hábitos de morar que permeavam a ocupação residencial. Ele é parte de uma pesquisa que analisa os hábitos de morar ao longo do tempo e sobre como o tipo de moradia, se oitocentista, moderna ou contemporânea, influencia no desenvolvimento das atividades realizadas no interior dessas habitações pelos moradores, que adaptam as casas mais antigas, considerando seus usos, hábitos e necessidades contemporâneas.

Para análise do solar e das demais edificações estudadas na pesquisa, como em Duailibe (2017), foram utilizados os métodos da pesquisa bibliográfica e a análise adotada por Costa e Lima (2005) a ser explicada mais adiante.

Embora seja uma edificação de arquitetura Pombalina em São Luís, a análise sobre o imóvel não se aprofundará nesse contexto, já realizada em Duailibe (2016), dada a sua excepcionalidade material e imaterial, pois o objetivo deste artigo é estudar a influência de hábitos e costumes nesse tipo de espaço de morar do séc. XIX, mas de maneira a poder

compará-lo posteriormente, sob os mesmos critérios, com as outras edificações analisadas.

Recorte espacial da edificação em estudo

O Solar Gomes de Sousa encontra-se na Rua do Sol, número 302, dentro dos limites da Zona do patrimônio Histórico – ZPH - , no centro de São Luís, capital do Maranhão, estado localizado no nordeste do Brasil.

A edificação abriga o Museu Histórico e Artístico do Maranhão - MHAM - e é um monumento tombado pelo governo do estado, através do decreto número 11507 de 1990, e está dentro da área inscrita como Patrimônio Mundial da Humanidade, além de, também, pertencer à área de tombamento estadual e de tombamento federal, esse último, com limite rerratificado em 2013, que hoje se iguala ao limite da área inscrita como Patrimônio Mundial (Figura 2b).

A figura 2a a seguir exhibe a localização do MHAM, no centro da cidade, com um X vermelho, cujo entorno apresenta vários sobrados do séc. XVIII e XIX, sendo alguns já descaracterizados e/ou em mau estado de conservação.

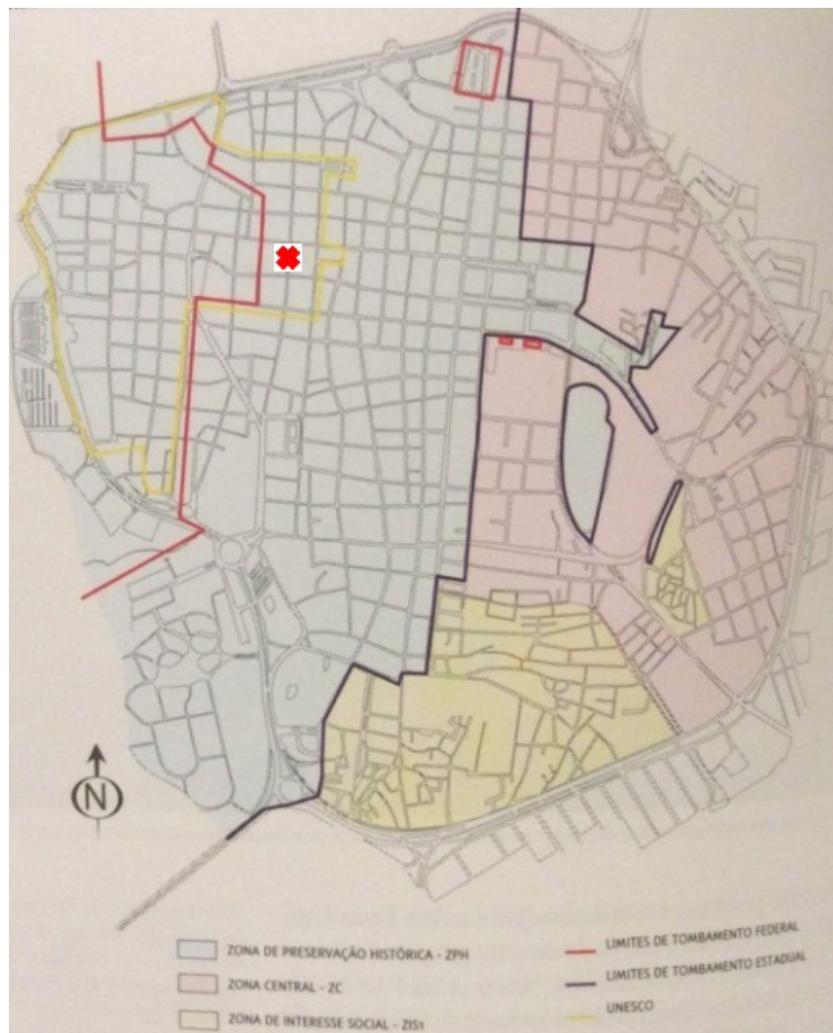


Figura 2a - Zonas e limites de proteção cultural no centro antigo de São Luís até 2013. Fonte: Adaptado de São Luís (2008) e Stella Brito.

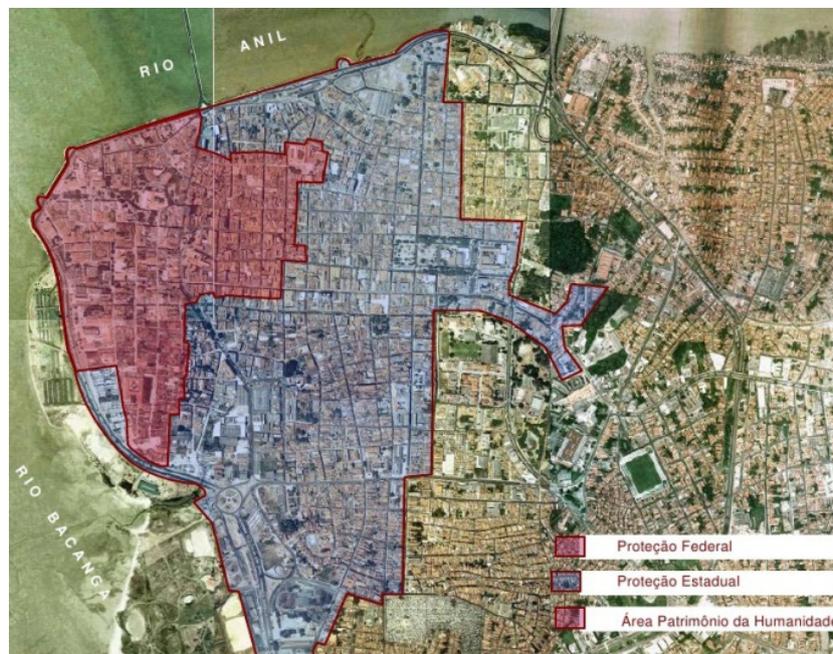


Figura 2b - Zonas e limites após rerratificação da área de tombamento federal.
 Fonte: Adaptado de São Luís (2008) e Stella Brito.

Contextualização histórica

Em 1682, 70 anos após a fundação da cidade de São Luís, a Coroa Portuguesa criou a Companhia de Comércio do Maranhão, com a finalidade de aumentar seus ganhos. Mas, de acordo com São Luís (2008), foi a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, pelo Marquês de Pombal, que impulsionou o primeiro dos dois ciclos “responsáveis pelo rápido desenvolvimento da província”, entre 1780 e 1820, em razão do cultivo de algodão para abastecer as indústrias da metrópole. O se-

gundo, entre 1850 e 1870, se deu em razão da produção de açúcar.

O Solar Gomes de Sousa data do ano de 1838, período em que o Maranhão e São Luís prosperavam, resultado da contínua expansão para o interior da ilha do núcleo fundacional da cidade, que começou com a implantação de um plano de arruamento executado por Francisco Frias de Mesquita, engenheiro-mor do estado do Brasil em 1615.

Ele foi construído pelo Major Ignácio José Gomes de Sousa, filho de José Antônio Gomes de Sousa e neto de Antônio Gomes de Sousa. Costa (2013) explica que o português Antônio Gomes de Sousa nasceu em 1710, em Lordelo, Vila Real, mas se mudou para o Brasil, onde foi fazendeiro no estado do Grão-Pará e Maranhão e assumiu diversos cargos políticos.

De acordo com São Luís (2008), lá também residiu seu filho Joaquim Gomes de Sousa, um ilustre intelectual maranhense, que foi pioneiro em estudos matemáticos no Brasil e ainda hoje é considerado um dos maiores matemáticos do país.

De acordo com a Fundação Projeto Rondon (1979), em 1857, o major vendeu o Solar ao Sr. Alexandre Colares Moreira, senador do Brasil durante a chamada república velha e governador do Maranhão de 1902 a 1904. No mesmo ano, o então novo proprietário comprou o terreno ao lado e o transformou em jardim da residência. Portas de acesso e

janelas laterais foram abertas ligando a casa ao jardim. Essa foi a primeira reforma realizada no Solar, que manteve suas demais características originais.

Santo e; Marcelo (2006) explicam o porquê de muitos casarões no centro histórico de São Luís terem sido preservados:

A manutenção de boa parte do centro antigo e suas imediações com as características originais deu-se pela estagnação econômica da cidade ao fim do séc. XIX o que não permitiu mudanças urbanísticas drásticas nem por parte do poder público, nem privado (SANTO; MARCELO, 2006).

São Luís (2008) relata ainda que Artur e Aluísio Azevedo usaram o teatro da casa para leitura e ensaio de seus trabalhos quando eram jovens.

Em 1918, conforme a Fundação Projeto Rondon (1979), os descendentes do Sr. Alexandre Colares Moreira venderam o imóvel a José Francisco Jorge, grande industrial do setor têxtil do estado e Vice-cônsul da Rússia, Bolívia e Colômbia. Seus herdeiros o venderam ao governo do estado em 1967, que o comprou com a finalidade de transformá-lo em Museu. Nesse mesmo ano, o Solar foi reformado e restaurado para a instalação do MHAM.

O Solar Gomes de Sousa foi, portanto, moradia de descendentes de uma das famílias mais tradicionais e poderosas da sociedade maranhense dos séculos XVIII e XIX, Os

Gomes de Sousa.

Segundo Mota (2008), um grupo familiar, assim designado, ia além da consanguinidade e coabitação, podendo incluir membros de outras famílias e “relações rituais, como as de compadrio, ou de aliança política”.

Costa (2013) completa que eram denominadas “casas” maranhenses os conjuntos familiares que incluíam as linhas diretas de sucessão e suas ramificações genealógicas. Com famílias numerosas, era comum que as edificações pertencentes às “casas” maranhenses abrigassem vários familiares e suas linhagens. Inclusive, era costume que um patriarca, ao deixar em testamento uma edificação a um herdeiro, ordenasse que ainda assim ela deveria continuar recebendo seus descendentes que estivessem de pouso na cidade ou pelo tempo que fosse preciso, dispondo os bens imóveis sob a lógica do conjunto familiar.

Dessa forma, compreendem-se os grandes solares maranhenses com seus inúmeros quartos que abrigavam uma gama de familiares residentes ou de passagem.

Aqui se pode fazer a primeira colocação acerca das transformações vividas pela sociedade brasileira no geral e especificamente a maranhense. Sobre a época correspondente ao período colonial em que as famílias abastadas viviam em fazendas e eram dirigidas sob a forma de clã, cujo patriarca geria todos os seus descendentes e fazia uso de

suas vidas para ampliar fortunas, por meio de casamentos. Suas casas na cidade refletiam esse poderio patriarcal. Seja no número de cômodos, para alojar a todos, incluindo os escravos, seja na sua composição espacial que precisava “imitar” uma fazenda e suas zonas.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa e análise da edificação, foram utilizados como métodos a pesquisa bibliográfica, busca em escritos e vídeos sobre a casa, seu uso, o museu, a arquitetura e o contexto histórico da época em que foi construída e o método de análise utilizado por Costa e Lima (2005), que fizeram uma análise arquitetônica de uma residência moderna na cidade de João Pessoa.

Na análise do Solar dos Gomes de Sousa, foram considerados, entre outros, os critérios utilizados por Costa e Lima (2005), a fim de explicar os usos dos espaços e os hábitos de morar da época. Além desses critérios, outros pormenores relevantes foram abordados.

Costa e Lima (2005), primeiramente, contextualizaram a edificação a partir da história e do desenvolvimento da cidade para depois analisarem em separado a implantação, composição volumétrica e organização espacial. Neste artigo, embora se tenha usado os mesmos critérios, o que é importante para comparação posterior com o estudo re-

alizado em outras edificações, a análise desses pontos é feita sob a ótica da história local e dos costumes da época.

Além dos pontos abordados pelos autores citados, o mobiliário presente na residência e sua infraestrutura à época foram analisados considerando os modos de vida de outrora, na tentativa de associar esse espaço de morar com os hábitos e costumes não só dos moradores, mas de uma parte da sociedade da época.

A qualidade espacial do interior da edificação e os materiais de acabamento foram abordados em Duailibe (2016).

Análises e resultados

A localização

O Solar Gomes de Sousa foi construído no limite da área urbanizada considerada a mais antiga da cidade. A fig. 3 a seguir apresenta o centro histórico da cidade de São Luís, sua expansão ao longo dos séculos e a localização do Solar marcada com um X vermelho.

O terreno

O terreno tem uma área aproximada de 834m², sendo 21m de testada. A contar com os jardins e anexo dos fundos, o número sobe para 1356m².

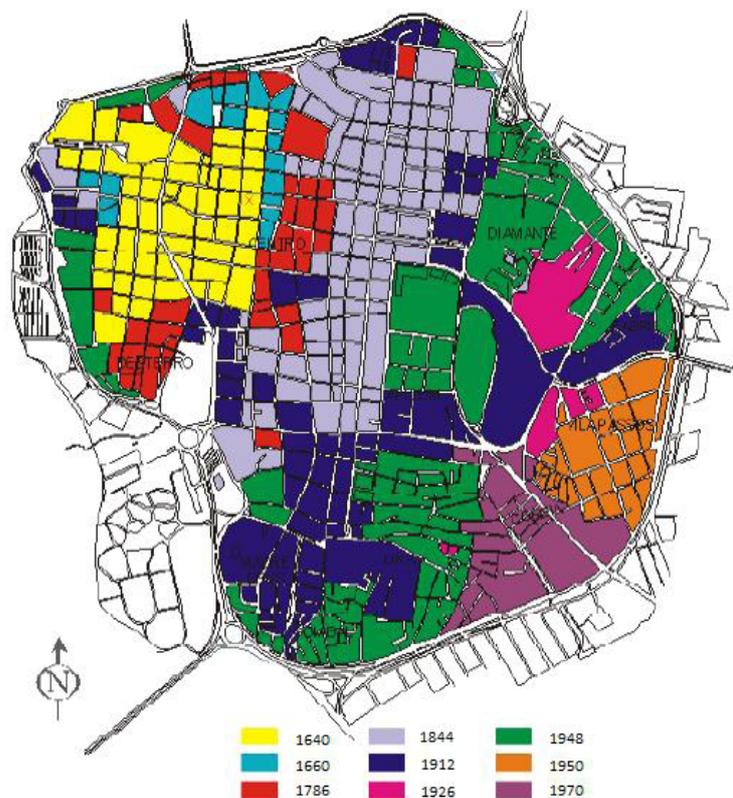


Figura 3 - Evolução/Expansão do Centro Histórico de São Luís: 1640/1970 (sobre base cartográfica de 2001). Fonte: Santo; Marcelo (2006) Apud ESPÍRITO

A implantação

O Solar Gomes de Sousa foi implantado na mesma quadra onde estão o Solar do Barão de Grajaú (outro exemplar da arquitetura pombalina na cidade, também do século XIX) e o prédio da antiga sede da faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado, do século XX. Pode-se perceber, também, na figura 4, a proximidade do imóvel com a igreja de São



Figura 4 - Imagem aérea da quadra e entorno do Solar Gomes De Sousa. Fonte: Google Earth (grifo da autora).

João, uma das principais e mais antigas da cidade, datada de 1665.

A edificação foi implantada no seu lote em formato de “U”, ocupando todo o limite do terreno original, como pode ser visto na figura 5. Não há recuos frontal e lateral, exatamente como de costume para as casas da época. Posteriormente, os terrenos do Jardim e o dos fundos foram anexados. Atualmente, o jardim lateral é ligado por uma escada ao jardim do Solar do Barão de Grajaú, onde até 2014 funcionou o Museu de Arte Sacra do Maranhão. A figura 5 apresenta as duas edificações, com o MHAM em destaque.

Segundo Silva (2013), essa configuração de uma casa volta-

da para seu interior e geminada é típica de uma época em que a preocupação com invasões imperava:

Ao analisarmos o traçado urbano de Frias de Mesquita para o núcleo originário de São Luís, observamos uma certa modulação das quadras. Estas podem ser consideradas como verdadeiras fortalezas pois as mesmas são fechadas, não há entrada lateral e o miolo de quadra é que funcionava como uma área de serviço. Além disso, os prédios são geminados e as fachadas são paredes de pedra muito espessas e muito grossas (SILVA, 2013).

262

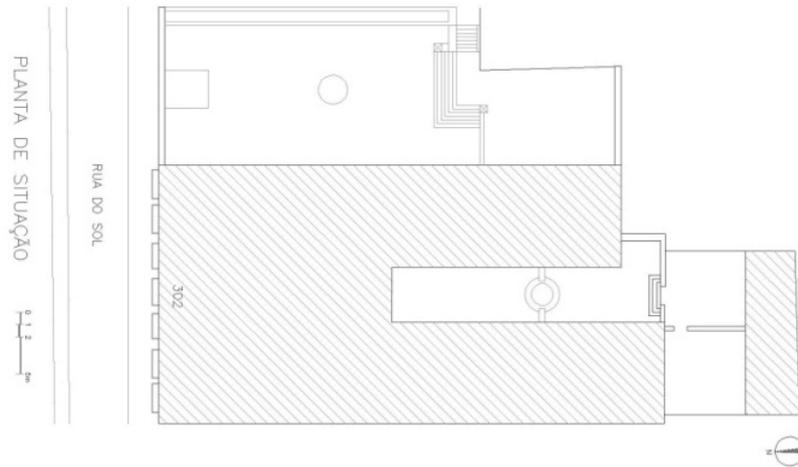


Figura 5 - Planta de Situação do Solar Gomes De Sousa (MHAM) e do Solar do Barão de Grajaú. Fonte: Elaborada pela autora.

Com a fachada frontal voltada para o norte, o terreno encontra-se em posição privilegiada, pois sua frente recebe a ventilação predominante da região, a nordeste. O recebimento desses ventos é favorecido pela segunda fachada,



Figura 6 - Montagem com fotos da segunda fachada. Fonte: Elaborada pela (figura 6) para onde janelas e portas foram abertas, com a aquisição do terreno vizinho pelo segundo morador.

A edificação ocupa 723m² do terreno original, alcançando uma taxa de ocupação de 87%. A área livre, desconsiderando os jardins, é de aproximadamente 104m². A alta taxa de ocupação é típica das construções coloniais, quando não havia ainda a exigência de afastamentos, recuos e áreas livres mínimas.

Tipologia e composição volumétrica

O Solar Gomes de Sousa se encaixa perfeitamente na descrição de Silva (2013), quando este expõe que

os solares eram construções de acabamento requintado, exclusivamente de uso residencial das famílias abastadas... primavam pela suntuosidade e apuro no acabamento, apresentando portadas em pedras de cantaria, algumas de feições neoclássicas com frontões

triangulares, balcões sinuosos, sacadas em pedra de lioz, com guarda-corpos em gradis de ferro forjado ou fundido em desenhos apurados. Internamente, no pavimento térreo um grande vestíbulo, com piso geralmente decorado em seixo de rio e pedra de lioz dá acesso à escada principal que conduz aos pavimentos superiores onde realmente a família habitava, pois o térreo era destinado a abrigo de carruagens e dependências de serviços (SILVA, 2013).

Segundo Santo e Marcelo (2006), edificações como o Solar em estudo, fruto do desenvolvimento da Companhia de Comércio, seguiram os mesmos princípios hoje reconhecidos como Barroco Pombalino, resultado plástico das medidas

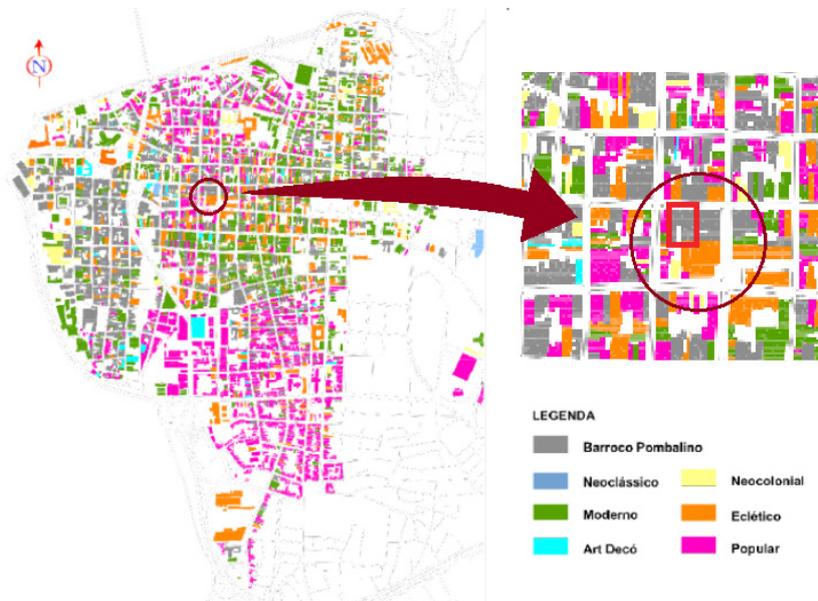


Figura 7 - Levantamento Urbanístico de 98- Centro Histórico de São Luís.

normalizadoras propostas pela equipe a serviço de Pombal na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755 e cujas características foram descritas acima por Silva (2013).

A figura 7 a seguir, que exhibe um levantamento urbanístico dos estilos arquitetônicos presentes no centro histórico de São Luís, mostra o MHAM, demarcado com um retângulo vermelho, como uma edificação considerada Barroco-Pombalina. O solar está inserido em meio a edificações em sua maioria Barroco-Pombalinas, Ecléticas e Populares.

São dessa época os detalhes construtivos que adaptaram o Barroco Pombalino ao clima quente de São Luís, como o fechamento das varandas em madeira, com rótulas móveis, os forros “espinha de peixe”, que permitiam a circulação do ar e o pé direito elevado, que favorecia a ventilação e aumentava a zona de conforto do usuário, todos encontrados no Solar Gomes de Sousa e apresentados por Duailibe (2016).

A edificação possui um único volume, em formato de “U”, de onde se sobressai um pequeno mirante (figura 8).

A fachada ocupa toda a testada principal do lote. É praticamente simétrica, como as construções tradicionais e apresenta a portada com volutas e frontão triangular (figuras 9a e 9b).

As Janelas e portas possuem arcos abatidos emoldurados em cantaria, simetricamente distribuídos. Acima, as sete



Figura 8 - Fachada do Solar. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Figura 9a - Fachada do Solar, vista da rua. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Figura 9b - Detalhe da Portada. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

janelas são rasgadas com balcões sacados de pedra e guardados por gradis de ferro forjado.

O programa

O imóvel possui térreo e pavimento superior, além de um mirante. Embora hoje os espaços do Solar estejam adaptados para as instalações do Museu, o programa a ser apresentado aqui reflete o da edificação enquanto residência no século XIX.

O Solar é composto por vestibulo, área para guarda de carruagens, charretes e cavalos, área para guarda de palanquins, teatro, escadas, pátio interno, jardins, cômodos de serviço, sala de música, sala da família, sala de visitas, biblioteca, quarto do casal, quarto da moça, quarto do rapaz, quarto do bebê, quarto de costura, alcovas e cozinha - sobre a distribuição desses espaços, falar-se-á adiante.

Sobre os tipos de cômodo existentes na habitação, muito se pode relacionar com a sociedade patriarcal, escravocrata, sexista e recatada da época.

A existência de ambientes destinados à guarda de carruagens, charretes e cavalos demonstra se tratar de uma residência de luxo, uma vez que as carruagens e charretes eram transporte da nobreza. O mesmo se dá para o Palanquim, que também tinha seu lugar assegurado. O palanquim era uma cadeira de passeio utilizada pela nobreza e carregada por escravos (figura 10).



Figura 10 - Palanquim utilizado no século XIX, em exposição no MHAM. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Durante muitos anos, o pátio interno foi considerado como parte do serviço nos lares brasileiros, por ser um ambiente de livre circulação dos escravos nas casas oitocentistas. Era no pátio que se encontravam os poços que abasteciam as residências, como acontece no MHAM (figura 11). Aragão (2008) afirma que após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, no início do século XIX, algumas mudanças de hábitos e costumes foram percebidas. O uso de afastamentos frontais e laterais para melhor ventilar e dar privacidade aos cômodos permitiu a criação de jardins apenas ornamentais e contemplativos, separando-os das hortas e pomares, que ficavam na parte posterior do lote. Essa “setorização” do espaço verde da casa contribuiu para



Figura 11 - Poço no pátio interno do MHAM. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

o uso de serviço dos pátios e jardins posteriores.

Segundo Aragão (2008), posteriormente, no início do século XX, as casas mais abastadas se desprenderam totalmente dos limites do lote, sendo implantadas no centro do terreno e rodeadas por jardins, seguindo moldes europeus. Entretanto, o uso dos fundos e pátios internos pelos escravos para serviço já havia se consolidado.

Atualmente essa ideia ainda persiste, mas já existe uma forte tendência de integração do pátio posterior (hoje conhecido como quintal) com os espaços sociais. Esses espaços, que até então eram impensáveis para receber as visi-

tas, vêm se transformando, cada vez mais, em áreas de lazer das residências brasileiras. Para Novaes (2013), essa nova função dos pátios residenciais se deve a vários motivos, como o crescimento desordenado das cidades e consequente insegurança e distanciamento para a locomoção, que incentivam a população a fazer seu lazer em casa.

Outro ponto é a falta de necessidade de espaços de circulação tão grandes para os “serviçais”, uma vez que hoje, ainda nas famílias mais abastadas, o número de funcionários é menor que a quantidade de escravos que uma família nobre mantinha. Na obra “O Mulato”, escrita em 1881, Aluísio Azevedo descreve a realidade da época nas casas da cidade, o que dá indícios do número de escravos por Solar, fora aqueles do sexo masculino, utilizados para os serviços pesados:

a criadagem de Manuel e Maria Bárbara constava não apenas de Brígida e Benedito, mas também de uma cafuza, já idosa, chamada Mônica, que amamentara Ana Rosa e lavava a roupa da casa, e mais de uma preta só para engomar, e outra só para cozinhar, e outra só para sacudir o pó dos trastes e levar recados à rua. E apesar desse pessoal, o serviço era sempre tardio e defeituoso (AZEVEDO, 1994).

Como não há mais escravos e os moradores tem cada vez menos ou nenhum empregado doméstico em casa, é necessário dar um novo uso ao local onde antes ficavam

as dependências dos empregados e por onde eles transitavam. Ainda, as casas têm ficado cada vez menores e é preciso otimizar os espaços, tornando-os mais eficientes, considerando-se os costumes locais. Por exemplo, atualmente, uma família que recebe visitas para um churrasco no domingo (refeição que é, por hábito, simultaneamente preparada e consumida) acaba tendo dificuldades em utilizar ao mesmo tempo a cozinha, a sala de jantar e ainda uma área aberta da casa onde seria preparado o churrasco. Ao integrar a cozinha com a área externa, o preparo dos alimentos é facilitado. Como não há empregados e os próprios moradores e visitas irão preparar os alimentos, será preciso um “estar/jantar” nessa área externa onde se dará a reunião.

Novaes (2013) reconhece que essa questão acabou alterando a configuração arquitetônica de casas contemporâneas, onde a sala, antes voltada para frente da casa, voltou-se para o quintal, nova área de lazer da moradia.

No lugar de um espaço destinado apenas à realização de serviços domésticos, com varal para estender as roupas e cômodos para guardar badulaques, ele representa atualmente um dos espaços mais cobiçados da residência, onde famílias inteiras o usufruem como área de descanso, colocam em prática seus hobbies e revigoram as energias para encarar a correria da vida moderna... Principalmente em dias de sol, ele torna-se quase que um clube, onde amigos e familiares batem



Figura 12a e 12b - Vistas da sala de música. Fonte: TVBRASIL (2015).

papo, aproveitam a piscina, fazem churrasco ou provam as delícias preparadas pelo anfitrião — ou por quem é eleito para colocar em prática os seus dotes culinários. Sem contar na possibilidade de momentos intimistas que são aproveitados para cuidar das plantas, dos animais de estimação, para ler um livro e até para ficar em silêncio apenas a ouvir os sons da natureza (NOVAES, 2013).

Por essa mesma razão, atualmente, é possível encontrar muitas casas brasileiras de classe média e alta com duas cozinhas. Quando os moradores não conseguem unir esses espaços a fim de facilitar as atividades, acabam construindo uma nova cozinha na área externa destinada ao lazer. Quanto aos vários espaços destinados aos serviços e ao alojamento de escravos do solar Gomes de Sousa, eles são

mais um exemplo da sociedade escravocrata oitocentista, cujos escravos realizavam as mais diferentes tarefas domésticas.

Ainda sobre os ambientes domésticos do Solar, segundo a TVBRASIL (2015), a existência de uma sala de música (figura 12a e 12b) entrega um comportamento feminino do século XIX: as mulheres, filhas de famílias ricas, viviam na cidade e seus *hobbies* eram tocar piano, cantar, falar francês e ir ao teatro, ao contrário do comportamento feminino do século XVIII, quando a mulher era mais rural, ligada à igreja e propensa aos trabalhos com escravos.

A existência de muitos quartos na casa reforça a constatação de uma família à época sob outros moldes, a de família por parentela, com agregados, como colocaram Mota (2008) e Costa (2013). Os solares podiam chegar a ter de 10 a 14 moradores.

A presença de um quarto de costura também revela um costume feminino da época.

Hoje, a alteração das famílias do conceito de clã para famílias nucleares alterou significativamente os espaços da casa, a começar pelo número de quartos existentes.

O Zoneamento

A implantação em “U” e o número de pavimentos favorecem o seu zoneamento que conta com área social, íntima



Figura 13 - Zoneamento do Solar Gomes de Sousa enquanto residência. Fonte: Elaborada pela autora.

e de serviço (figura 13).

O térreo é predominantemente usado para o serviço, com exceção do teatro existente, enquanto no pavimento superior ficam o setor íntimo e o social. Pode-se perceber como os ambientes eram interligados entre si.

Ainda para TVBRASIL (2015), o zoneamento do Solar também aponta uma série de costumes e hábitos de morar antigos, considerados pela sociedade atual como ultrapassados e até mesmo polêmicos.

O quarto masculino era o único da casa que não tinha liga-



Figura 14 - Quarto da moça. Fonte: TVBRASIL (2015).

276

ção com os demais. A entrada ficava em frente à escada dos escravos, aos fundos, o que permitia o acesso de escravas durante a noite ao quarto do rapaz. Já o quarto da moça solteira (figura 14) era o mais próximo do quarto do casal, para que a mesma fosse vigiada pelo pai, pois ela precisava se manter “pura”.

Ainda hoje, costumes sexistas são percebidos em lares brasileiros, cujo posicionamento dos quartos dos filhos sugere uma liberdade maior àqueles do sexo masculino.

O quarto do bebê, no solar, ficava entre o quarto da moça e o do rapaz, pois sua proximidade com o quarto da mãe não era necessário, uma vez que existia a escrava designada para cuidar apenas do recém-nascido. Por também amamentar a criança, essas escravas eram chamadas de “amas de leite”.

Hoje, na sociedade brasileira, a figura da “babá”, como são

chamadas as empregadas domésticas que cuidam de crianças, ainda é uma forte realidade, tanto na classe alta como na média, em uma proporção bem maior do que a percebida em países onde a escravidão não existiu ou foi abolida mais cedo. Entretanto, algumas medidas sociais dos últimos governos vêm diminuindo sensivelmente sua presença, uma vez que a classe baixa está tendo acessos a mais renda e buscando empregos mais valorizados e com salários mais justos.

As salas “sociais” da casa, a de música, onde por vezes eram realizados saraus, a de visitas e a da família espelham a necessidade de reserva familiar, uma vez que seu posicionamento é estratégico, para que as visitas não adentrassem a casa. Estão posicionadas à chegada da escada e são interligadas entre si.

277



Figura 15 - Varanda e sala de jantar do Solar Gomes de Sousa. Fonte: TVBRASIL

Na varanda, cômodo mais utilizado, era onde se encontrava a mesa de refeições (figura 15). Da varanda é possível ver todos os cômodos da casa. Sua posição estratégica permite que o patriarca possa controlar tanto os escravos fora da casa quanto a família dentro, como também certifica TV-BRASIL (2015).

Embora os quartos de costura e de vestir estejam representados na exposição do MHAM, sua localização não é exata. Sabe-se, entretanto, que ficavam obrigatoriamente na zona íntima da casa.

O mobiliário

Os mobiliários de época existentes na exposição do MHAM não são originais da casa, mas foram doados por antigos moradores locais para que a exposição que retrata o modo de morar da nobreza fosse montada. É interessante observar como a influência europeia nos costumes da sociedade local é demonstrada em um mobiliário de modelo europeu que tenta copiar os espaços de morar além-mar.

Um dos mobiliários mais emblemáticos do MHAM é a Cadeira trono (figura 16), que consiste em uma cadeira de madeira com espaldar alto com um rasgo no assento. Abaixo do rasgo, havia um penico.

A cadeira era utilizada nos quartos, uma vez que a casa não dispunha de instalação sanitária. Os dejetos eram transportados por escravos



Figura 16 - Cadeira trono. Fonte: TVBRASIL (2015).

Todo o esgotamento sanitário era realizado pelos escravos, mais conhecidos como “tigres” que carregavam as latas de dejetos de dentro do quarto dos senhores até o térreo para posteriormente serem despejados na maré. Os escravos chamavam-se “tigres”, pois durante o trajeto da casa até a maré carregavam as latas com os dejetos, no qual escorriam um líquido de tom amarelado em suas costas que ao longo do tempo marcavam a sua pele com faixas de cor amarelada que se assemelhavam à pele de um tigre (Luiz Phelipe Andrès apud Silva, 2013).

Outro mobiliário que atrai para um costume da época é o exemplo de berço do quarto dos bebês, um modelo austríaco, aberto nas laterais (figura 17a), com a cadeira da escrava representando o posto de guardadora. Como havia sempre a escrava cuidadora da criança por perto e acordada, não havia a preocupação de ela cair, ao contrário do



Figura 17a - Berço do quarto do bebê. Fonte: TVBRASIL (2015).



Figura 17b - Quarto do casal com modelo de berço mais seguro. Fonte: TVBRASIL (2015).

berço encontrado no quarto do casal, para onde a criança era levada à noite (figura 17b).

A Figura 17b apresenta ainda a cama com dossel e o baú de couro onde eram guardados trajes femininos. A casa possui também um oratório, típico das residências oitocentistas, indicando a fé católica.

Na sala da família (figura 18a), pode-se perceber um Recamier (figura 18b), mobiliário comum da época, cujo nome, segundo a TVBRASIL (2015), é em homenagem a Jolie Bernar, conhecida como madame Recamier, amante do pintor Jacques Louis David, que a retratava deitada em um móvel similar. O quadro de Jacques Louis David, *Madame Recamier*, de 1800, encontra-se no Louvre de Paris.



Figura 18a - Sala da família. Fonte: TVBRASIL (2015).



Figura 18b - Recamier. Fonte: TVBRASIL (2015).

É interessante colocar como o quarto do rapaz revela sua ausência em casa. Seu mobiliário é marcado pela simplicidade e pela ausência da cama, tendo apenas uma rede. Segundo Costa (2013), os jovens da nobreza maranhense saíam de casa muito cedo para estudar, às vezes por volta dos 10 a 11 anos. Constantemente, após os estudos iniciais iam para a Universidade de Coimbra, onde ingressavam por volta dos dezesseis anos, ficando em casa apenas nos curtos períodos de férias.

Como utensílio que demonstra um costume de época, destacam-se as escarradeiras que presentes nos espaços sociais da casa, principalmente nas salas de receber, eram usadas por homens para cuspir. Na figura 18a, pode-se perceber um exemplar dessa ao chão, sobre o tapete.

Considerações finais

Nesta pesquisa foi feito um recorte espacial da edificação e sua contextualização histórica. Em seguida a metodologia foi explicada e a análise realizada. Com a análise, verificou-se que a edificação estudada, além de ser um exemplar da arquitetura Barroco Pombalina em São Luís, evidencia muito dos costumes coloniais do século XIX, em que a sociedade era patriarcal, sexista e escravocrata.

Na análise, foram consideradas a localização da edificação, o terreno, a implantação, a tipologia e composição volumétrica, o programa, o zoneamento e o mobiliário representativo da época.

A casa está em uma área tombada pela UNESCO e pelos governos federal e estadual e ocupa um terreno de pouco mais de 800m². Está implantada em formato de “U” e ocupa todo o limite do lote.

É uma edificação considerada Barroco-Pombalina e possui um único volume com dois andares distribuídos em três setores: serviço, social e íntimo, que abrigam vestíbulo, área para guarda de carruagens, charretes e cavalos, área para guarda de palanquins, teatro, escadas, pátio interno, jardins, cômodos de serviço, sala de música, sala da família, sala de visitas, biblioteca, quarto do casal, quarto da moça, quarto do rapaz, quarto do bebê, quarto de costura, alcovas e cozinha.

A partir da análise, entendem-se alguns dos costumes e tipologias de planta baixa e usos ainda presentes na sociedade ludovicense e brasileira, como a tripartição dos espaços de moradia em íntimo, social e serviço, a valorização dos pavimentos superiores em unidades residenciais, a proximidade das salas com a entrada das casas, o posicionamento dos quartos, com o quarto das filhas sempre mais próximo do quarto dos pais, a área de serviços escondida e ao fundo da edificação e o porquê dessas tipologias estarem sendo modificadas.

Conclui-se que o Solar Gomes de Sousa retratava os costumes e hábitos de morar de seus donos e que as transformações que vêm sendo praticadas nas habitações são reflexos de transformações ocorridas nos costumes e hábitos de morar da sociedade atual.

Referências

ARAGÃO, S. De. A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n.12, 2008.

AZEVEDO, A. **O mulato**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

COSTA, A. K. **Uma “casa” irlandesa no Maranhão**: Estudo da trajetória da família Belfort, 1736-1808. 2013. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em História. Niterói.

COSTA, C.; LIMA, R. Análise arquitetônica de uma residência moderna na cidade de João Pessoa/PB. **6º Seminário DOCOMOMO Brasil**. Niterói, 2005.

DUALIBE, J. D. A CASA MODERNISTA MARIA DALVA: o uso de seus espaços ao longo do tempo em face dos costumes da sociedade ludovicense. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO, 4., 2017, Covilhã. **Anais...** Covilhã: Universidade Beira Interior, 2017. 1 CD.

DUALIBE, G. J. A excepcionalidade e a materialidade do Solar Gomes de Sousa: Um exemplar da arquitetura pombalina em São Luís. In: CONGRESSO ÍBERO- AMERICANO PATRIMÔNIO, SUAS MATÉRIAS E IMATÉRIAS, 1., 2016, Lisboa. **Anais ...** Lisboa: LNEC, 2016. 1 CD.

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON. **Monumentos históricos do Maranhão**- Monumento Escultura Sacra. São Luís: FPR, 1979.

NOVAES, M. Entrevista concedida à Revista MetrÓpole. O mundo no meu quintal. **MetrÓpole**, Campinas, edição eletrônica, 2013. Campinas, jul. 2013.

MOTA, A. S. "Estrangeiros" fazem fortuna no maranhão pombalino. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2., 2008, Rio Grande do Norte. **Anais...** Rio Grande do Norte: Mneme – revista de humanidades, 2008.

SÃO LUÍS. Prefeitura. **São Luís**: Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de Arquitetura e Paisagem. São Luís: Prefeitura de São Luís, 2008.

SANTO, E. ; MARCELO, J. (Org.). **São Luís**: uma leitura da cidade. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

TVBRASIL. **Conhecendo museus**: Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/conhecendomuseus/videos>>. Acesso em: 20 mar.2015.

Recebido em: 19/06/2016
Aprovado em: 24/04/2017

TRABALHO ACADÊMICO

A ARQUITETURA DE UMA CONSTELAÇÃO¹

Alexandre Mesquita Silva Bomfim²

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p286

Resumo

Apesar de suas obras representarem uma parcela mínima da produção mundial, os trabalhos dos arquitetos-estrela compõem o conjunto com maior expressividade em nosso campo. Com formas inusitadas, sua arquitetura é um fenômeno social e ideológico, pois não questiona o domínio do Capital sobre a produção do espaço. Porém, começa a surgir uma nova arquitetura estelar, com preocupações sociais, ensejando a formação de novos signos a comporem a consciência simbólica dos sujeitos, o que é elemento importante para que a arquitetura possa ser repensada para o bem da sociedade.

Palavras-chave: Arquitetos-estrela. Fenômeno Social. Signo.

1. Este artigo toma por base investigação realizada no âmbito do Trabalho Final de Graduação do autor, apresentado no curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, sob orientação da Professora Rita de Cássia Lucena Velloso.
2. Arquiteto e Urbanista pela PUC Minas. E-mail: alexandre.aeu@gmail.com

THE ARCHITECTURE OF A CONSTELLATION

Abstract

Although their works represent a tiny fraction of world production, the work of star-architects make up the set with greater expressiveness in our field. With unusual forms, this architecture is an ideological social phenomenon, because it does not question the Capital's domain over the production of space. However, a new star architecture with social concerns begins to emerge, allowing for the formation of new signs to compose the symbolic consciousness of the subject, which is an important element for architecture to be rethought for the benefit of society.

Keywords: Star-architects. Social Phenomenon. Sign.

LA ARQUITECTURA DE UNA CONSTELACIÓN

Resumen

A pesar de que sus obras representan pequeña fracción de la producción mundial, las obras de los arquitectos-estrella conforman el conjunto más expresivo en nuestro campo. Con formas inusuales, esta arquitectura es un fenómeno social ideológico, que no cuestiona el dominio del Capital sobre la producción del espacio. Pero comienza a surgir una nueva arquitectura estelar con preocupaciones sociales, lo que permite la formación de nuevos signos para formar la conciencia simbólica del sujeto, elemento importante para que la arquitectura pueda ser repensada por el bien de la sociedad.

Palabras-claves: Arquitectos-estrella. Fenómeno Social. Signo.

Existem estrelas na arquitetura. Em número seletivo, um grupo restrito de brilho midiático salta aos olhos como ícones referenciais para a prática. Porém, eles não dominam as pranchetas que constroem o espaço urbano, em cuja maior parte sequer há neugas de formalidade: um espaço auto-produzido, autoconstruído. Mas as estrelas, minoria no espaço, são maioria na exposição.

Um pequeno punhado de arquitetos com experiências várias, com visões estéticas que lhes são próprias, na busca da realização da *novidade familiar*: novos produtos arquitetônicos e urbanísticos, mas com os riscos dos pincéis, penas e grafismos tão específicos a cada um dos estelares. Fazer o novo sem destoar do antigo que lhes é peculiar, seu traçado, sua marca: o desafio dos arquitetos-estrela.

Por isso, entre eles é comum a fluidez. Aquele que hoje está em alta amanhã poderá ser relegado ao ostracismo de notas de rodapé das revistas da área. Aquele que hoje luta para ser levado a sério amanhã dá entrevistas sobre como chegou às formas artísticas da beleza técnica que alcançou. Estranha parcela de futilidade empobrecedora do dever do arquiteto, produtor social que deve atentar para mais do que apenas a estética. Como defende Diane Ghirardo (2008), a arquitetura é, antes, um serviço com grande responsabilidade social e ética.

Mas o mundo das marcas fez esmaecer essa virtude. Fraca, perdeu-se em promessa de poucos. Entre os estelares: de

raros. Predomina uma arquitetura de imagem, uma arquitetura de símbolo de valores corporativos, governamentais e institucionais; uma arquitetura tão preocupada consigo mesma, com uma servidão extrema para com o Capital e a visão da cidade como espaço de e para o consumo (TA-FURI, 1985), que se torna mero arremedo de serviço para a sociedade. Uma arquitetura que busca a espetacularização com tamanha intensidade que se torna símbolo de si mesma (ARANTES, 2012), e, em o fazendo, enfraquece sua capacidade de mostrar uma crítica existente na sociedade. Não revela os anseios cotidianos. Pelo contrário, torna-se referencial de imagem para a distração quanto à ordem social. Subterfúgio que defende, ainda que não o saiba – ou mesmo não queira saber –, a reprodução do discurso ideológico conservador, metamorfoseando a fala hegemônica de domínio sobre o espaço em curvas, ângulos, cores e novidades: a arquitetura de uma constelação que não orienta, mas cega.

Daniel Libeskind, por exemplo, conseguiu, com seu Museu Judaico em Berlim (FIG.1), propor uma arquitetura que, não obstante imagética, carregava, em sua própria figuração, uma crítica à tragédia do Holocausto. Como Pedro Arantes (2012) indica, os rasgos e ângulos agressivos da edificação faziam-na atuar como lembrança constante das agruras sofridas pelos judeus na Segunda Guerra Mundial.

Contudo, cooptado pela lógica da produção espetacular, a



Figura 1 - Daniel Libeskind - Museu Judaico em Berlim. Fonte: STUDIO LIBESKIND, 2016.

290

signagem dos ângulos abruptos perdeu o sentido crítico em Libeskind e sua obra seguiu por um caminho eminentemente imagético (ARANTES, 2012). Essa postura é perceptível em projetos como a Extensão do Museu de Arte de Denver (FIG.2), no Colorado, EUA, de 2006, que, segundo o site do Studio Libeskind (2016), inspirado nas Montanhas Rochosas, procura rejuvenescer a região em que foi instalado e, para isso, vale-se da linguagem de ângulos fortes já experimentada anteriormente por seu autor. A arquitetura como signo de si mesma, como apontaria Pedro Fiori Arantes (2012).

É sob essa perspectiva de uma arquitetura carente de adesão aos interesses sociais e às demandas do cotidiano que a precarização de direitos humanos básicos recebe



Figura 2 - Daniel Libeskind - Extensão do Denver Art Museum. Fonte: STUDIO LIBESKIND, 2016.

elogios por arquitetos-estrela. Norman Foster, em patente agressão a qualquer nível de responsabilidade ética que os arquitetos devam ter, chegou mesmo a dizer, quanto a seu plano urbano para a cidade de Masdar, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, que chega a ser benéfico para o bom curso da obra o fato de ser contratada em um país cujo governo é autoritário (FOSTER *in* RAUTERBERG, 2009). Não bastasse Masdar ser mais uma proposta de desenho urbano carente de contato com cidadãos, interessada somente na propositura esquemática de uma cidade *perfeitamente calculada*, bem aos moldes da idealização do plano sob a égide do modernismo (TAFURI, 1985) ou da fábula despolitizada de uma Disneylândia (GHIRARDO, 2002), ela

imprescinde da exploração da mão de obra migrante, cujos direitos, mesmo em democracias, são muitas vezes afastados (ARANTES, 2012). Empecilhos incômodos ao curso da obra, as questões sociais sequer são verdadeiramente consideradas na fala do Barão do Tâmis.

Fato é que, justamente pelo caráter experimental, megalomaníaco e intensamente impactante no âmbito do espaço urbano, essa arquitetura imagética precisa da autorização – para não dizer *conivência* ou mesmo *subserviência* – do Poder Público para ser realizada. Disso decorre que a lógica explicitada no discurso de Foster, ainda que condenável sob o prisma de uma visada moral, faz todo sentido se inserida nesse contexto de produção de ícones estéticos. Bem por isso, uma posição como a dele não é raridade entre os estrelas.

Zaha Hadid, por exemplo, acreditava em uma dimensão política da arquitetura, chegando a afirmar, em entrevista a Rauterberg, que não via seus projetos “como algo exclusivo, algo para a elite” (HADID *in* RAUTERBERG, 2009, p.85), mas disse que as regras para residências sociais são restritas demais para permitir a fluidez e o movimento do trabalho que desenvolvia, como se trabalhar dentro do escopo e dos limites dos interesses sociais fosse um obstáculo à nobreza da arquitetura produzida pelos estelares. E, se um discurso como esse não é raridade entre os arquitetos-estrela, que são os ícones e referenciais da área, sua

replicação por outros é ainda mais fácil.

Ao se considerar a inevitabilidade de influência do meio social e das falas porventura ocorridas nesse ambiente, teme-se que, invariavelmente, estas atuam como concepções e (pré)conceitos socialmente divulgados que influenciarão na formação da consciência do sujeito, como explicita Mikhail Bakhtin ao afirmar que o verdadeiro lugar de formação da consciência “é o material social particular de signos criados pelo homem” (BAKHTIN, 2006, p.35) e partilhados no meio social. Na mesma linha, Émile Benveniste defende que “esse fenômeno humano, a cultura, é um fenômeno inteiramente simbólico. [...] tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade” (BENVENISTE, 1995, p.32). Nesse sentido, é perceptível a facilidade de reprodução desse discurso de superioridade da imagem e a consequente *reprodução ideológica da arquitetura imagética* na mente de profissionais que não ascenderam ao altar da constelação ou – o que talvez seja pior – na imaginação sonhadora de estudantes. Reproduzida na consciência, basta um passo para ser reproduzida no espaço – em menor escala, claro, em razão das quantias exorbitantes normalmente destinadas à arquitetura espetacular dos estrelas. E o ciclo ideológico se sustenta.

Ao mesmo tempo, encontram-se estelares com um dis-

curso justificador diferente – e talvez mais perigoso, porque carregado de um senso espiritual de nobreza e alegada responsabilidade humanitária. Rem Koolhaas, arquiteto holandês dotado de um elevado nível de projeção e conseqüente potencial instigador ímpar com seus discursos e objetos, justifica seu envolvimento com regimes autoritários, como no caso da Sede da CCTV em Pequim, China, com a afirmativa de que sua produção tão peculiar e contra o formalismo excessivo do autoritarismo chinês é uma colaboração para promover a melhoria local (*in* RAUTERBERG, 2009). Apesar desse discurso romântico por parte do curador da Bienal de Veneza de 2014, seu argumento parece muito mais uma defesa pessoal do próprio trabalho do que algo com uma intenção nobre.

Koolhaas, nessa mesma entrevista a Rauterberg (2009), aponta: “Não acho que a arquitetura possa ser crítica ou subversiva” (KOOLHAAS *in* RAUTERBERG, 2009, p.108). Essa postura, muito alinhada ao pessimismo da conclusão de Manfredo Tafuri (1985) em seu *Projecto e Utopia* – para quem não seria possível uma arquitetura crítica, vez que confeccionada dentro do sistema capitalista, que condiciona a produção do espaço, razão pela qual o pensador italiano defende exclusivamente a possibilidade de uma crítica da arquitetura –, parece contradizer a suposta influência benéfica do trabalho desenvolvido em ambientes não democráticos. Além disso, quando se avalia o valor

ideológico da arquitetura, nota-se que, se efetivamente há um impacto da arquitetura como aquela da referida Sede da CCTV no ambiente social e na formação da consciência simbólica dos indivíduos, ela não é de libertação e melhora moral; de fato, ela está muito mais atrelada a uma ideia de perpetuação sistemática de uma lógica exploratória. Koolhaas parece muito ciente disso – talvez não especificamente de se tratar de uma reprodução ideológica, mas, certamente, está a par do caráter efusivamente midiático da arquitetura dos arquitetos-estrela (título esse que, a propósito, condena, por falar ser uma criação da mídia) –, mas, descrente da possibilidade das utopias de novos mundos a partir da arquitetura, submete sua produção às intenções de lucro derivadas da imagem ornamentada (KOOLHAAS in RAUTERBERG, 2009).

No estudo elaborado por Leandro de Sousa Cruz (2013), em que o autor propõe uma leitura dos arranha-céus sob as perspectivas de Manfredo Tafuri e Rem Koolhaas, a identidade desse último com um discurso cínico de autodefesa fica evidente.

Tafuri, conforme Cruz (2013), criticava a leitura operativa da história, vez que os argumentos obtidos de uma avaliação pautada na *crítica operativa* eram “base para as justificativas necessárias para a produção contemporânea, sempre de acordo com as respectivas aspirações ideológicas dos autores” (CRUZ, 2013, p.2); ou seja, essa estratégia de es-

tudo colecionava uma gama de argumentos com o intuito exclusivo de justificar a realidade pretendida pelo autor que a elaborasse, não o de criticá-la.

Manfredo Tafuri, a seu turno, pretendia desmistificar a crítica, ainda que reconhecesse que “também ele estava atado à dimensão da linguagem como caminho para a investigação histórica” (CRUZ, 2013, p.4). Essa posição, muito coerente com o desenvolvimento das Ciências Sociais como exposto por Michael Löwy (2015), implica o reconhecimento do caráter arbitrário da leitura da história e da sociedade pelo ser humano, dado seu comprometimento situacional, vez que está inserido na sociedade e, graças a isso, possui uma série de prenoções a influenciarem em seus juízos de valor, bem como implica a inafastabilidade do caráter condicionalmente submetido dos fenômenos sociais, dentro, portanto, de uma leitura histórica, na linha do que propõem historicistas como Karl Mannheim (1968).

Nesse ponto, Tafuri se aproximará da compreensão primeiro verificada em Marx (LÖWY, 2015) da imprescindibilidade da tomada de posicionamento por parte do crítico ou produtor – no caso dos arquitetos e urbanistas – de fenômenos sociais, inclusive com o pensador italiano afirmando, conforme Cruz (2013), “que cabe ao historiador correr o risco de assumir um posicionamento e atravessar o conjunto de referências e dados, mais do que simplesmente juntá-los” (CRUZ, 2013, p.5). Claro que se deve ampliar a

figura do “historiador”, abrangendo os já referidos críticos e produtores sociais – inclusos nesse grupo os arquitetos –, o que de modo algum compromete o sentido da ideia; na verdade, amplia-a de maneira benéfica, favorecendo a compreensão da mensagem apresentada: no âmbito do estudo e da produção dos fenômenos sociais – estando a arquitetura e o urbanismo situados nesse conjunto –, a tomada de posição é inevitável. Mas isso não desqualifica nada; pelo contrário, auxilia na compreensão do fenômeno.

Agora, o problema começa quando um estelar que trabalha em prol da renda da forma assume um posicionamento que, não obstante, na mente desse arquiteto-estrela, possa ser sincero, acaba atuando como uma ilusão discursiva que torna nebulosa a compreensão da realidade, servindo como verdadeira ideologia – no sentido marxista da palavra. E pior: o problema se agrava quando esse estelar é alguém como Rem Koolhaas.

Brilhante, icônico e referencial da área, o arquiteto holandês do Office for Metropolitan Architecture – OMA já exibiu um discurso de autodefesa na década de 1970, quando escreveu seu manifesto *Delirious New York* (CRUZ, 2013). No livro, segundo Cruz (2013), Koolhaas faz uma leitura incrivelmente operativa da história de Manhattan, apresentando como algo inevitável, invariável e universalmente benquisto o processo de verticalização com arranha-céus. De outro lado, pensadores como Tafuri, mais alinhados

com uma crítica da ideologia envolvida com o universo da produção arquitetônica, apontariam a total carência de identidade utópica desse tipo de produto, que se perde em uma valorização tautológica da ideologia vigente, como se fosse símbolo do progresso humano, ao invés de assumir-se como o que efetivamente é: símbolo do progresso do Capital (CRUZ, 2013). Há um discurso de defesa da novidade tecnológica, como se isso significasse uma melhoria humana a ser aplicada em âmbito geral, entronizando como hegemônica uma única maneira de produzir em detrimento de quaisquer outras. Engraçado como nem parece que se fala aqui dos arranha-céus, afinal essa discussão pode ser facilmente atualizada para a arquitetura imagética da contemporaneidade.

Na verdade, apesar do aspecto visível que o posicionamento de Koolhaas assume dada a posição de evidência do arquiteto, esse discurso de exaltação e autodefesa aparenta ser uma constante entre a maioria dos estelares.

É interessante que, ao se utilizar o termo “autodefesa”, parece que as obras da constelação da arquitetura são constantemente atacadas. Realmente, elas o são dentro da academia ou mesmo pelo discurso de críticos que pretendam um apego mais voltado à realidade social e às necessidades do cotidiano do que à forma. Em certo sentido, o próprio Eisenman, em sua entrevista a Rauterberg (2009), chegou a afirmar que a época das estrelas passou por con-

ta da carência financeira para investimentos estrondosos em arquitetura – o que é uma ironia com potencial de se tornar texto de *stand up comedy*, considerando o gasto exorbitante envolvido com a Cidade da Cultura da Galícia de Eisenman (ARANTES, 2012).

Mas o fato é que existe um apelo ainda muito forte a essas obras espetaculares, ainda que, ultimamente, por parte não mais dos Poderes Públicos predominantemente, e, sim, por clientes particulares.

O projeto do Museu de Amanhã de Santiago Calatrava, no Rio de Janeiro, apresentou um custo total cujo montante chegou a R\$ 308 milhões, dos quais R\$ 215 milhões derivam de recursos arrecadados pela prefeitura com a venda de Cepacs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), “comprados por imobiliárias para ter poder (sic) construir empreendimentos mais altos que o definido pelo zoneamento da região portuária” (CARNEIRO, 2015), em evidente demonstração de afeiçoamento entre o projeto e a lógica especulativa e rentista sobre o espaço, prática essa que Arantes (2012) denuncia. Além disso, o projeto faz parte de uma operação urbana sobre a região do Porto no Rio, a Operação Urbana Porto Maravilha, que pretende promover um adensamento da região, segundo Alberto Silva, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (G1 RIO, 2015); uma pena que ele não tenha admitido tratar-se de visível pro-

posta de gentrificação, com um *adensamento seletivo*, por assim dizer.

Atualmente, há uma relação muito mais forte com o capital privado, havendo uma associação da arquitetura com o conceito de marcas e grifes (ARANTES, 2012). É nessa perspectiva, portanto, que a arquitetura e o urbanismo se veem submetidos ao jugo da produção rentista – tanto a renda da terra como a renda da forma –, favorecendo-se, com isso, a criação da arquitetura espetacular, que precisa justificar-se discursivamente como sinal de progresso, tecnologia e sustentabilidade, bem como, ao mesmo tempo, esconder todas as implicações de segregação e limitação de acesso derivadas da criação desses ícones que se pretendem carentes de posicionamento político e social (LEFEBVRE, 2006; HAESBAERT, 2007).

Trata-se, portanto, de um discurso ilusório, um engodo da realidade, aquilo que Mannheim (1968) chamaria de *ideologia*. A ideologia não é a tentativa de ludibriar pela mentira, mas o véu de ilusão que encobre o alcance da realidade; e este pode ser, inclusive, parcela constituinte da consciência simbólica do sujeito (BENVENISTE, 1995; BAKHTIN, 2006), que acaba incorporando a suposta naturalidade das constatações que defende, sem procurar sequer questioná-las, contribuindo para uma reprodução ideológica desses ideais operativos.

A questão se agrava pelo fato de que a mentalidade que

permeia o fetiche da forma na contemporaneidade deriva de uma revolta contra os ditames funcionalistas excessivos do movimento moderno e uma tentativa de recuperar a importância da figura do arquiteto dentro do ambiente urbano, entendido este como o espaço de produção e reprodução do Capital mediante o consumo (TAFURI, 1985).

Por consequência, verifica-se um marcante despreparo teórico e prático no trato das questões habitacionais, mas uma sublime relevância para a forma distintiva, com expoentes como Peter Eisenman, Michael Graves e Robert Venturi liderando um verdadeiro ataque contra a simplicidade do *less is more* modernista (GHIRARDO, 2002).

É nesse sentido que Kate Nesbitt afirma que “O pós-modernismo dá mais valor à forma que à função, invertendo deliberada e polemicamente a máxima modernista de que a forma segue a função” (NESBITT, 2008, p.52), o que acaba fazendo com que a arquitetura busque blindar-se contra o que lhe for externo.

Esse discurso imagético – portanto, ideológico –, a seu turno, participará de maneira ativa da consciência simbólica de demais profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo, podendo tornar nebulosas as questões mais importantes concernentes às demandas do cotidiano relativas à arquitetura ou mesmo ensinar uma *doutrina do despreparo social*, sendo fatalista.

Mesmo aspectos relativos às técnicas construtivas e às condições de trabalho sofrem os efeitos da ênfase imagética. Reclusos à idealização de projetos envolvidos com a espetacularização e o sublime, os arquitetos-estrela levam a novos níveis o abismo entre a concepção da arquitetura e a carnal e prosaica tarefa da execução dos projetos. O desenho de Filippo Brunelleschi, traduzido em domínio do canteiro de obras (FERRO, 2006), assume outro nível quando a esfera social, o corpo de – e *o corpo dos* – trabalhadores, se torna mais um empecilho do que um agente colaborador para a produção de uma arquitetura imagética e escultórica capaz de ativar os sentimentos e o espírito, como pretendem os astros luminescentes da arquitetura.

302

Fato é que mesmo aspectos ergonômicos do trabalho são completamente ignorados pelos arquitetos-estrela, seja nos espaços claustrofóbicos sob a Cidade da Cultura na Galícia, de Peter Eisenman, seja no complicado processo de construção do toroide de concreto de Rem Koolhaas para a Casa da Música na Cidade do Porto, cuja obra não apenas previa um desrespeito da própria técnica construtiva adotada como também exigia uma execução acrobática e perigosa por parte dos trabalhadores envolvidos (ARANTES, 2012).

Entretanto, ao que tudo indica, aos olhares da maior parte dos estelares, esse parece ser um preço baixo a se pagar. Isso, é claro, se essas preocupações sequer fazem uma

brisa leve no turbilhão de pensamento desses arquitetos, imbuídos de uma crença ideológica tão profundamente ancorada, que talvez nem lhes ocorra cogitar isso. Na verdade, posicionamentos estelares preocupantes concernentes ao papel da profissão de arquiteto e urbanista não são incomuns.

E esse vilipêndio aos direitos trabalhistas não está presente apenas no desprezo de Eisenman à ergonomia dos operários construtores, na máscara diplomática do “Por que não fazer?” de Foster, no falseamento ideológico do discurso cínico de Koolhaas ou na *crítica da crítica* de Greg Lynn (*in* RAUTERBERG, 2009), para quem os críticos enxergam um suposto vazio social na arquitetura imagética apenas porque eles rejeitam a forma singular – o que é um ponto de vista, com todo respeito a Lynn, um tanto quanto ingênuo, afinal a crítica à despreocupação social da arquitetura escultórica vai muito além de uma rele questãõ de gosto pessoal.

Zaha Hadid, quando pressionada por grupos de direitos humanos a se pronunciar acerca do estarrecedor número de operários que morreram – mais de 800 trabalhadores, conforme revelado pelo jornal The Guardian ainda em 2014 – no Qatar, desde janeiro de 2012, na construção do Estádio Al-Wakrah para a realização da Copa do Mundo de 2022, causou grande comoção na imprensa.

Apesar de afirmar que se trata de um problema grave, a arquiteta iraquiana disse que essa era uma questão a ser

observada pelo governo do Qatar, não por ela mesma ou por seu escritório, segundo reportagem de James Riach (2014). Em uma declaração na qual claramente obedece ao comportamento criticado por Ghirardo (2008) quando essa última afirma haver um desapego dos arquitetos pelas questões éticas concernentes à arquitetura, Hadid afirmou: “Eu não tenho nada a ver com os trabalhadores. Eu acho que esse é um assunto que o governo – se houver um problema – deve considerar. Espero que as coisas se resolvam. [...] Não é meu dever como arquiteta me preocupar com isso”³(HADID *in* RIACH, 2014; tradução livre).

Mas, se, em uma das faces da moeda, o rosto de Hadid estampa a mensagem “o problema não é meu”, na outra, Frank Gehry, com o projeto do Guggenheim de Abu Dhabi, sentindo a pressão derivada da temática dos direitos humanos, esboça certa preocupação com esses aspectos, havendo um envolvimento do escritório Gehry Partners com a TDIC, intermediado pelo advogado Scott Horton, na tentativa de solucionar esses problemas laborais (RAY, 2015). Nas palavras do advogado do estelar, “Não é uma responsabilidade legal, mas é uma responsabilidade moral”⁴ (HORTON *in* RAY, 2015; tradução livre).

3. Texto original: “I have nothing to do with the workers. I think that’s an issue the government – if there’s a problem – should pick up. Hopefully, these things will be resolved. [...] It’s not my duty as an architect to look at it.” (HADID *in* RIACH, 2014).

4. Texto original: “It’s not a legal responsibility, but it’s a moral responsibility.” (HORTON *in* RAY, 2015).

Conforme reportado por Debika Ray (2015), se o medo de Gehry é a conspiração de sua marca ou se efetivamente ele se preocupa com a melhoria das condições laborais, isso não é tão relevante quanto o fato de que ele é um dos poucos arquitetos que se manifesta sobre essas questões na região.

No fundo, talvez seja realmente uma tentativa de redenção de Gehry, que sempre foi conhecido pelo seu escárnio para com aqueles que criticam a forma da sua arquitetura inusitada⁵. Isso justificaria sua aproximação para com as questões laborais e sociais relacionadas ao seu trabalho. Mas talvez seja apenas uma tentativa de salvaguardar o seu nome, que já vem sofrendo, desde obras como o Disney Concert Hall e principalmente o Guggenheim de Bilbao, uma torrente de críticas pela estética excessiva e o descaso com questões realmente relevantes com as quais a arquitetura deve se preocupar, como os aspectos sociais e as demandas cotidianas e populacionais pela efetiva realização do direito à cidade (LEFEBVRE, 2006).

Mas, para além desse grupo de arquitetos consagrados pela grande mídia, defendendo a produção estética do espaço em nome de um embelezamento, novas vozes começam a

5. "Em vez de [críticos] condenarem a arquitetura sem caráter, eles ficam reclamando sobre as peculiaridades dos meus prédios. Obviamente eles preferem a mediocridade da massa. Isso me parece pouco democrático." (GEHRY in RAUTERBERG, 2009, p.63).

se expressar no seio da constelação.

Em sua palestra para o TED Talks, Alastair Parvin (2013) apresenta a necessidade de releitura do papel do arquiteto no contexto de carência econômica e de escassez de empregos na área. Segundo o arquiteto londrino, a grande maioria dos objetos arquitetônicos não é produzida por arquitetos, mas por processos autônomos por parte de pessoas que têm demandas por edifícios, mas ou carecem dos meios financeiros para contratar um arquiteto, ou, mesmo tendo essa capacidade econômica, baseadas no mito elitista da arquitetura – que seria algo exclusivo dos ricos –, evitam ou nem mesmo consideram incluir o arquiteto profissional na execução de seus interesses espaciais.

306

Parvin (2013) enxerga aí não a necessidade de elitizar a população e incentivá-la a consumir os serviços da arquitetura, algo que faria mais sentido se dito por um Peter Eisenman, para quem reconhecer a boa arquitetura depende da capacidade do sujeito de discriminar entre o que é o bom e o que é ruim (in RAUTERBERG, 2009). Pelo contrário, Parvin (2013) argumenta que o arquiteto, aceitando a predominância do trabalho carente da participação do profissional, deve rever a sua própria atuação e alcançar esses grupos, seja mediante aconselhamento, seja por meio de outras formas criativas de assessoria e contribuição horizontalizada para as pessoas ou grupos de pessoas. É nesse contexto que se torna de extremo relevo o seu projeto em parceria com

Nick Ierodiaconou: as *Wikihouses*.

Concebidas com o objetivo de serem acessíveis a todos e com capacidade de produção em larga escala por meio de sistemas de Controle Numérico Computacional (CNC – Computer Numerical Control), as *Wikihouses*, ainda de caráter experimental, pretendem garantir à população interessada a possibilidade de obterem módulos personalizáveis para a construção de habitações, sem a necessidade de organizar um extenso aparato construtivo, atuando, portanto, ao largo do domínio hegemônico na seara da construção civil. Parvin (2013) chega a afirmar que as peças dos módulos a serem construídos são facilmente manuseáveis por grupos pequenos de pessoas e são pensadas para facilitação de encaixes, estabilidade estrutural e resistência.

Nesse conceito, o arquiteto seria um catalisador do processo de *autoconstrução* e *autoprojeção* por parte dos usufruidores da edificação construída – o que é completamente distante da realidade dos gênios estelares da arquitetura e sua necessidade de assinatura de projetos. Mesmo quando sequer participam diretamente deles, os arquitetos-estrela donos de grandes escritórios assinam com sua marca os desenhos gerados no âmbito de suas empresas (ARANTES, 2012).

Essa perda de autoria, para Parvin (2013), facilita as questões de acesso à atividade de projeção. Isso, inclusive, se alinha diretamente com sua fala de que “se o século XX foi

o século da democratização do consumo, o século XXI será o da democratização da produção” (PARVIN, 2013).

Com essa mesma perspectiva de uma arquitetura que não sai dos estúdios e escritórios, mas do diálogo participativo com as comunidades, Alejandro Aravena, arquiteto chileno responsável pelo escritório Elemental, é bem claro na definição de sua filosofia arquitetural: “inclua a comunidade no processo”. Ora, uma postura como essa “não significa que faltem idéias aos arquitetos, e sim que elas são sempre desenvolvidas em harmonia com as dos clientes” (GHIRARDO, 2002, p.185); e é justamente aqui que se vai encontrar a motivação de Aravena quando ele fala da necessidade de convidar a comunidade para participar do processo.

Em sua palestra ao TED Talks, Aravena (2014) informa a premência atual da arquitetura de responder aos anseios sociais e cotidianos não como planificação imaginada em um escritório fechado, por um gênio idealizador, mas como síntese derivada da participação e da colaboração comunitária nos processos de projeção e construção. De maneira poética, o arquiteto chileno afirma em seu discurso que “o poder da síntese do design busca inserir na arquitetura a força da vida” (ARAVENA, 2014), com isso querendo dizer que a arquitetura deve conseguir responder às demandas que lhe são apresentadas sem se preocupar com floreios desnecessários: a arquitetura deve promover a força da

vida, a força de realização do cotidiano. Esse cotidiano, é claro, é aquilo vivido pela comunidade, pelas pessoas, pelos demandantes afetados pelos problemas relacionados àquela arquitetura. É um poder de síntese e de resposta não mediante o trabalho com exteriores, peles e aparências como defende Gehry (*in* RAUTERBERG, 2009), mas uma solução alinhada com as premências diárias dos indivíduos afetados, como queria Frei Otto, laureado postumamente com o Pritzker de 2015, para quem a arquitetura “não é uma questão de exteriores”, e complementa que “um bom arquiteto é sempre um assistente social e um médico de família, não alguém que prescreve quais os prédios as pessoas devem ter, mas as ajuda a construir, por si mesmas, acomodações adequadas” (OTTO *in* RAUTERBERG, 2009, p.139).

Em Aravena, a participação e a colaboração dos moradores e interessados é hiperbolizada. Inclusive, em sua palestra, o arquiteto do Elemental mostra trechos de reuniões com moradores e brinca com o assunto: “o design participativo não é o tipo de coisa hippie, romântico, vamos-todos-beber-juntos-sobre-o-futuro-da-cidade” (ARAVENA, 2014). Trata-se sempre de uma busca acirrada pelas perguntas certas, a fim de sanar necessidades da comunidade de maneira adequada e colaborativa – democrática até – que se realiza diante de um problema que afeta a vida das pessoas, seu cotidiano e sua subsistência. É, evidentemente,

um processo muito mais trabalhoso do que aquela postura de imposição de uma resposta ideal, que mesmo os modernistas tentaram frequentemente com sua ideologia do plano (TAFURI, 1985) e cuja idealização projetual afastada das comunidades foi hereditariamente assumida pelos pós-modernistas e sua arquitetura icônica.

Na verdade, um dos exemplos de que Aravena (2014) fala em seu discurso parte mesmo da participação *construtiva* pelos moradores. No projeto de habitações multifamiliares Quinta Monroy (FIG.3), de Iquique, no Chile, em 2003, o escritório de Aravena se deu conta de que, com os recursos limitados de que dispunham para a construção, não poderiam construir casas adequadas para as pessoas. Com isso, passaram muito tempo discutindo como agir e como poderiam propor a construção, até que se deram conta da necessidade de trabalhar com os moradores do *ponto de vista da construção*. Assim, as edificações unifamiliares que compõem o complexo foram pensadas de maneira a propiciar a expansão das casas mediante a autoconstrução a ser praticada pelos próprios moradores, com seus recursos e esforços pessoais. Nesse sentido, Alejandro Aravena, um arquiteto-estrela, situado no seio da constelação, assume que retirou sua inspiração não das formas curvilíneas das montanhas, da fluidez sensorial das ondas marinhas, mas das *favelas e da autoconstrução*, processos próprios de uma arquitetura não apenas carente de estrelismo, mas



Figura 3 - Alejandro Aravena - Quinta Monroy; habitações para 93 famílias. Fonte: ELEMENTAL, 2016.

dotada de marcante informalidade.

Nem todas as posturas de Aravena, contudo, escapam da limitação ideológica. As Torres Siamesas (FIG.4), por exemplo, parecem envolvidas intrinsecamente com a ideia de produção de uma arquitetura imagética.

Confeccionadas a pedido da Pontifícia Universidade Católica do Chile, a edificação, projetada em 2003-2004 e construída em 2004-2005, teve a participação direta de Alejandro Aravena, além de outros três arquitetos: Charles Murray, Alfonso Montero e Ricardo Torrejón (ELEMENTAL, 2016). Nela, verifica-se uma série de aspectos presentes em trabalhos de outros arquitetos-estrela, como a forma singular e o estabelecimento de um marco icônico. Nesse

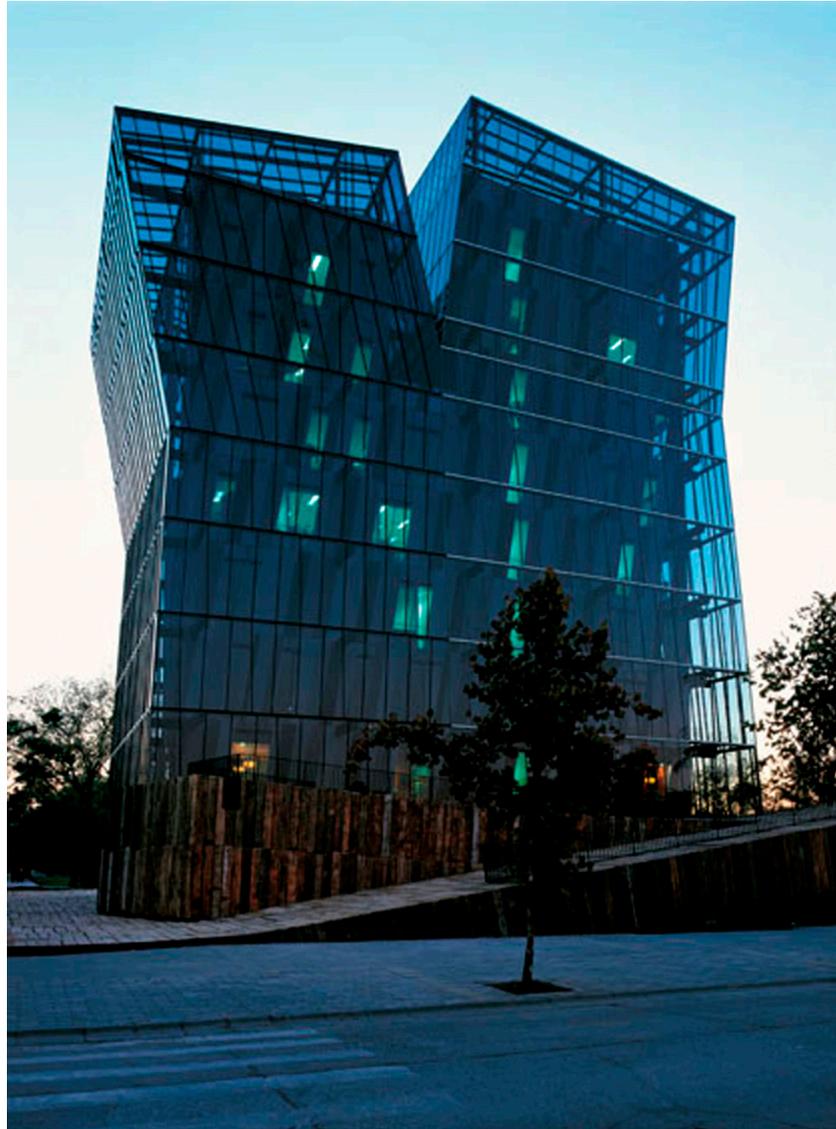


Figura 4 - Alejandro Aravena - Torres Siamesas. Fonte: ELEMENTAL, 2016.

sentido, por mais que haja a pretensão de criação de espaços de convivência no interior da construção, além de todas as considerações técnicas para conforto térmico e sustentabilidade (como a utilização de resfriamento do ar mediante aproveitamento do Efeito Venturi, em que o ar frio entra pelo térreo e ascende graças ao acinturamento da torre, resfriando-a), essa obra não parece escapar muito do elenco de trabalhos típicos dos estelares; carente, portanto, de uma postura crítica.

Se, por um lado, isso mostra que também Aravena se envolve com a perpetuação imagética de uma ideologia defensora da ordem social vigente, de outro explicita que isso pode não se dar exatamente por uma afiliação direta ao pensamento hegemônico, mas pelo fato denunciado por Tafuri (1985) de atuar dentro da cidade, espaço de produção e reprodução do Capital – e, por conseguinte, de sua ideologia defensora –, tanto que sua fala, ao contrário do discurso visível em arquitetos como Koolhaas, Foster e Gehry, é focada nas premências habitacionais do mundo e abertamente dirigida a uma releitura do papel do arquiteto, no sentido da *diminuição* dessa figura e da proposição de uma *síntese original colaborativa e horizontalizada* com os interessados primários pela arquitetura: os moradores e usufruidores do espaço.

Além disso, essa percepção sobre o trabalho de Aravena permite inclusive dizer que a obra de autores como Kool-

haas, Foster e Gehry pode, sim, guardar algo de crítico à ordem presente, de maneira que, na dualidade entre yin e yang, há uma interpolação de extremos, criando matizes misturados, e não cores puras – ainda que certamente possa haver a predominância de uma posição sobre outra, o que normalmente acontece. Todavia, a verdade é que a produção da arquitetura, como de tantos outros fenômenos sociais, não pode ser submetida a uma simples classificação binária maniqueísta. Há muito mais complexidade na elaboração do espaço do que pode compreender a nossa vã filosofia...

De todo modo, ainda que haja a participação de Aravena nessa reprodução ideológica em alguns de seus trabalhos, o fato de que ele participa, no interior da constelação, de obras e discursos de clara delineação social e crítica ao *status quo* representa o surgimento de uma fagulha diferenciada nos estelares. Se em 2014 se teve a experimentação formal de Koolhaas na Bienal de Veneza, o ano de 2016, sob a curadoria de Aravena, pretende uma experimentação social, atrelada à ideia da arquitetura como um instrumento de transformação. Isso representa uma resposta ao ceticismo quanto à possibilidade da arquitetura crítica (TAFURI, 1985); afinal, considerando o desenho ideológico da realidade contemporânea, de extrema financeirização e segregação espacial, uma arquitetura que se apresente como materialização de interesses sociais partindo da co-

laboração comunitária é, no mínimo, um tapa de luva no rosto da hegemonia.

O que Aravena trabalha é uma arquitetura intermediária, situada entre o extremo do estrelismo estético praticado por escritórios como o BIG ou o Zaha Hadid Architects e a arquitetura sem projeção midiática, presente no cotidiano da informalidade. O arquiteto do Elemental faz, assim, uma aproximação imagetivamente satisfatória da cidade informal, das práticas de autoconstrução e autoprojetação. Aravena, em suma, alcançou o status de arquiteto-estrela com um discurso social porque trabalha a imagem, a preocupação da estética inovadora, mas sem pretender o atendimento exclusivo das classes mais privilegiadas da sociedade. Pelo contrário, encontra nessa proposta intermediária de uma arquitetura dotada de estética e responsabilidade um nicho bem mais amplo do que aquele usualmente trabalhado pelos estelares, respondendo a uma necessidade social generalizada e, ao mesmo tempo, agradando aos interesses imobiliários do mercado construtivo.

Assim, se, antes, ao olhar para o céu da arquitetura, vislumbravam-se pontos de luz que emanavam feixes ditando *a ênfase estética na forma espetacular, a desnecessidade de responsabilização ética e social dos arquitetos, a premência da criação de mais e mais objetos arquitetônicos singulares e capazes de expressar valores de marca e mesmo a cisão rascante entre o projeto e a execução da construção*

no canteiro de obras, novos valores começam a se revelar com a inclusão ainda incipiente de discursos que partem de outras linhas. Movimentos de ascensão midiática como aqueles vistos em Parvin e Aravena passam a incluir preocupações sociais mesmo na fala do Panteão da área, o que acaba por ensejar a criação de novos referentes sógnicos na arquitetura contemporânea.

Esses signos, a seu turno, incorporam-se ao universo significativo até então demarcado principalmente pela arquitetura imagética, que, por visar não a transformação do *status quo*, mas, sim, trabalhar em prol da sua manutenção com – no máximo – pequenas reformas que não criticam a ordem existente (GHIRARDO, 2008), é uma arquitetura ideológica, na acepção de ideologia delineada por Karl Mannheim (1968). Por isso, a arquitetura ligada à preocupação social e à atuação direta em colaboração empoderadora com as comunidades trabalhada por Aravena e Parvin – ou até Shigeru Ban e o saudoso João Filgueiras Lima, o Lelé – na atualidade é uma arquitetura utópica, que prescreve não um *reles reformismo* no modo de funcionamento da construção do espaço, mas, ao contrário, um giro na arquitetura contemporânea, defendendo um protagonismo da sociedade na projeção e construção dos novos objetos – ou dos novos usos e modos de apropriação do espaço –, a fim de atender as demandas cotidianas do corpo social, e não mais em prol da realização impensada do lucro.

Ainda que este não seja o giro copernicano de que a arquitetura e a sociedade necessitam, é imprescindível reconhecer a importância – mesmo do ponto de vista da configuração de novos símbolos referenciais – de se assumir essa posição não mais como simples “tendência”, mas como um movimento real, mesmo que suas implicações na espacialidade ocorram dentro dos limites da cidade como espaço de produção e reprodução do Capital, tal qual explicitado por Tafuri (1985).

Por um lado, pode-se afirmar que a arquitetura proposta por Aravena e os demais arquitetos citados não corresponda exatamente à criação de novos referenciais simbólicos de uma arquitetura utópica, desconectada da ideia de reprodutibilidade ideológica própria do estrelismo imagético das esculturas edificadas de Gehry, Hadid, Foster ou Ingels. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido em contato direto com as comunidades não gera novos símbolos ou signos a serem incorporados à consciência simbólica dos sujeitos. Seria o caso, na verdade, de promover um *reconhecimento* desses ícones, que já existem na prosaica realidade do cotidiano social-urbano. A arquitetura autoconstruída ou desenvolvida pelas comunidades em mutirões ou mesmo por famílias individualmente já é uma realidade. Tanto que o próprio Parvin (2013) recomenda tal reconhecimento e aproximação por parte dos arquitetos, como comentado anteriormente.

O fato marcante, contudo, que faz com que se atribua elevado grau de relevância para esses novos trabalhos é justamente a associação deles à mídia. Como referido anteriormente, dois anos após ser gerida por Rem Koolhaas em 2014, a Bienal de Veneza tem como curador Alejandro Aravena, com uma proposta de releitura da produção arquitetônica com base agora não em uma autorreferenciação da forma e da técnica, mas com o entendimento de que a participação social é a chave para a produção de uma boa arquitetura, como pretende Ghirardo (2008), ao defender a preocupação social e ética na área. Isso, então, começa a ser divulgado nos livros e revistas de arquitetura, até então palco da história em quadrinhos cujos heróis sempre foram os gênios milagrosos causadores de formas expressivamente singulares e icônicas no espaço (ARANTES, 2012).

Concorda-se com Peter Zumthor, em sua entrevista a Rauterberg (2009), quando afirma que “já disse adeus à ideia mais do que batida de que a arquitetura precisa salvar o mundo” (ZUMTHOR *in* RAUTERBERG, 2009, p.162). Mas não se afilia, aqui, ao pessimismo expressivo da sua posição ou mesmo daquela outra de Tafuri (1985), que enxerga, na derrocada do modernismo, a incapacidade de criação de uma arquitetura efetivamente crítica, defendendo a possibilidade única e exclusiva de uma crítica da arquitetura.

Falou-se de uma perspectiva mais próxima da resposta ao questionamento de Ghirardo (2008), que propõe a neces-

sidade de investigação pelos arquitetos das estruturas de poder da sociedade e da capacidade de produção com a intenção de fragilizar essa hegemonia ideológica e devolver o poder da arquitetura à sociedade.

Que esse poder não seja o de atuar a arquitetura como o pavio para explodir a revolução, essa é uma ideia com a qual se concorda – realmente, concorda-se com a tese de que a transformação não *decorre da arquitetura* propriamente dita. O poder da arquitetura parece ser justamente o de *fazer atuar instrumentalmente essa revolução de valores* que a sociedade vem experimentando, com seus altos e baixos, em que demandas cotidianas são cada vez mais divulgadas e forçosamente precisam ser sanadas.

Por essa razão, sim, talvez se possa mesmo dizer que há um *reconhecimento* da produção arquitetônica do cotidiano, e o que Aravena consegue fazer seria algo como uma aproximação desse *fazer a arquitetura no cotidiano*, ainda que por vezes adote uma postura conservadora e totalmente conforme valores ideológicos. Entretanto, diante da naturalização do espetáculo na sociedade imagética, de plena consagração dos referenciais e sua divulgação, por meio de discursos ou imagem, em que a arquitetura assume um caráter de publicização de valores, o fato de haver um ganhador do Pritzker e curador da Bienal de Veneza que abertamente se dispõe a defender uma postura de atenção ao social é, sem dúvidas, algo bem mais representativo –

mesmo com as máculas derivadas de certo comprometimento ideológico.

Aravena reflete, em alguns de seus trabalhos, um anseio social, legitimando e reconhecendo algo que já é feito – a autoconstrução ou a construção carente da participação direta do arquiteto, a “impresença” da cidade formal nos assentamentos urbanos –, mas, mais do que isso, com sua obra há a *criação* de um novo referencial arquitetônico midiaticamente divulgado e, por conseguinte, apto a integrar a consciência simbólica dos indivíduos e da coletividade, nos processos de interação social por meio de signos (BENVENISTE, 1995; BAKHTIN, 2006).

O que o arquiteto chileno fez em seu projeto em Iquique (FIG.3), por exemplo, foi, por meio de uma linguagem estética típica da arquitetura dos estelares – mas sem a ênfase nos floreios ornamentais –, permitir a revelação, no plano desse estrelismo, das táticas de criatividade e bricolagem dos grupos ou indivíduos usualmente afastados da arquitetura-estelar; adotou como filosofia projetual aquilo que Michel de Certeau (1994) chama de “os modos de proceder da criatividade cotidiana” (CERTEAU, 1994, p.41). Ele e Parvin abrem espaço para a atividade arquitetônica aos não produtores de arquitetura, em paráfrase ao que Certeau (1994) afirma sobre as artes de fazer cotidianas dos consumidores, que, mais do que passivos receptores, são ativos apropriadores dos objetos de consumo. Para ser positivo,

talvez se possa ver exemplos como Aravena e Parvin como a introdução de “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte” (CERTEAU, 1994, p.45) no âmbito da grande mídia especializada.

Claro que uma transformação como essa e a própria necessidade de a mídia admitir o lugar desse tipo de propostas no seu sagrado altar de estelares não é uma benfeitoria gratuita. Talvez o que tenha havido é uma percepção ideológica ainda não plenamente revelada de que o mercado da informalidade urbana precisa ser explorado para que se possa obter mais lucro de onde jamais se supôs poder fazê-lo, subvertendo o empoderamento comunitário que se acredita observar em Aravena e Parvin; talvez realmente não haja escapatória mais para os investimentos exorbitantes da arquitetura pitoresca, como acreditam Eisenman (2008) – este com notável cinismo, em razão, por exemplo, do seu trabalho na Cidade da Cultura da Galícia em Santiago de Compostela –, Arantes (2012), Ghirardo (2002), entre outros, tornando impossível continuar a financiar a pirotecnia arquitetônica até então praticada; talvez realmente as vozes e as demandas do cotidiano tenham se tornado tão volumosas que não exista mais como acobertar completamente os ouvidos para essas causas.

Fato é que, no horizonte da arquitetura, na linha que se perde ao longe, vislumbrada de uma praia marcada pela presença de curvas hadidianas, placas de titânio gehryanas,

tecnologias de um barroquismo *high-tech* fosterianas, discursos inventivos e carismáticos ingelsianos, ascende uma crescente frota de novos expoentes, cujos traços marcados pelo desenho de dezenas e milhares de mãos projetadoras, em que o tecido da vela de Aravena ou o cordame e o jogo de roldanas de Parvin desaparecem entre os dedos trabalhadores do cotidiano da vida – essa “maioria silenciosa” (CERTEAU, 1994, p.44) que há muito é ignorada pelos arquitetos – exigem e tornam possível que estudantes e profissionais de arquitetura e urbanismo repensem os desenhos de seus portos, seus edifícios e suas cidades. E mais: de suas constelações.

Referências

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira**: desenho, canteiro e renda da forma. São Paulo: Editora 34, 2012. 368p.

ARAVENA, Alejandro. **Minha filosofia arquitetural?** Inclua a comunidade no processo. TED Talks. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o0I0Poe3qlg>>. 15:53 min. Acesso em: 05 de abril de 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão Isaac Nicolau Salum. 4.ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 1995. 387p.

CERTEAU, Michel de. Introdução geral. In: _____. **A invenção do cotidiano I: artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994, pp.37-58.

CARNEIRO, Júlia Dias. **Conheça o Museu do Amanhã inaugurado no Rio de Janeiro**. Publicado em 18 dez. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/12/151210_museu_amanha_jc_1k>. Acesso em: 26 mai. 2016.

CRUZ, Leandro de Sousa. Os arranha-céus e a forma da cidade moderna a partir das leituras de Manfredo Tafuri e Rem Koolhaas. In: XV Encontro Nacional da ANPUR, 2013, Recife. **Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR: Desenvolvimento, Planejamento e Governança** (1 CD-ROM). Recife: ANPUR; UFPE, 2013.

ELEMENTAL. **Elemental Chile**: sítio eletrônico. 2016. Disponível em: <<http://www.elementalchile.cl/>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

EISENMAN, Peter. O pós-funcionalismo (1976). In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). Trad. Vera Pereira. 2.ed. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2008, pp.95-101.

FERRO, Sérgio. O Canteiro e o desenho. In: FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2006.

G1 RIO. **Rio ganha nesta quinta o Museu do Amanhã, na Praça Mauá**. Publicado em 17 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/rio-ganha-nesta-quinta-museu-do-amanha.html>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

GHIRARDO, Diane Yvonne. **Arquitetura contemporânea**: uma história concisa. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 304p.

_____. A arquitetura da fraude (1984). In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). Trad. Vera Pereira. 2.ed. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2008, pp.415-423.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n.17, pp.19-46, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 145p.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma análise marxista. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2015. 143p.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. 330p.

NESBITT, Kate. Introdução. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). Trad. Vera Pereira. 2.ed. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2008, pp.15-87.

PARVIN, Alastair. **Arquitetura para as pessoas pelas pessoas**. TED Talks. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Mlt6kaNjoel>>. 13:11 min. Acesso em: 08 de abril de 2015.

RAUTERBERG, Hanno. **Entrevistas com arquitetos**. Trad. Sérgio Moraes. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2009. 168p.

RIACH, James. Zaha Hadid defends Qatar World Cup role following migrant worker deaths. **The Guardian**. Publicado em 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/feb/25/zaha-hadid-qatar-world-cup-migrant-worker-deaths>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

RAY, Debika. What can architects do about workers' rights in the Gulf? **ICON**: Design worth knowing. Publicado em 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.iconeye.com/architecture/features/item/11715-what-can-architects-do-about-worker-rights-in-the-gulf>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

STUDIO LIBESKIND. **Studio Libeskind**: sítio eletrônico. Disponível em: <<http://libeskind.com/>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

TAFURI, Manfredo. **Projecto e Utopia**. Coleção Dimensões, volume 16. Lisboa: Editorial Presença, 1985. 122p.

Recebido em: 16/08/2016

Aprovado em: 02/12/16

INSTRUÇÕES PARA A SUBMISSÃO DE TRABALHOS

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do portal eletrônico dos *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>, no qual estão as normas, inclusive em inglês e espanhol, para apresentação de trabalhos.

SUBMISSION AND NORMS TO PRESENTATION OF PAPERS

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>

SUMISIÓN Y DIRECTRICES PARA PRESENTACIÓN DE TRABAJOS

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1. Serão aceitos para apreciação trabalhos das seguintes modalidades:
 - artigos de revisão relacionados às diversas áreas temáticas de Arquitetura e Urbanismo;
 - artigos de pesquisa, que apresentem novas contribuições para Arquitetura e Urbanismo;
 - artigos associados a dissertações de mestrado e teses de doutorado;
 - artigos relacionados ao ensino de Arquitetura e Urbanismo;
 - projetos de Arquitetura e Urbanismo, discutidos teórica e metodologicamente;
 - entrevistas;
 - resenhas de livros, artigos e filmes de significativa importância para Arquitetura e Urbanismo.
2. Só serão aceitos trabalhos inéditos e ainda não publicados.
3. A critério do Conselho Editorial, poderão ser aceitos trabalhos que não se enquadrem nos itens acima, considerada a sua especial relevância.
4. Os trabalhos deverão atender às seguintes especificações:
 - trabalho digitado em Word, na fonte Arial, corpo 11, entrelinha 1,5, página em formato A4, com margens superior, inferior e direita de 2 cm, e margem esquerda de 3 cm;
 - o trabalho completo (incluindo resumos, notas, ilustrações e referências bibliográficas) deverá ter, no mínimo, 12 e, no máximo, 20 páginas;
 - título e subtítulo objetivos, de, no máximo, 50 caracteres, apresentados de modo trilingue (português, inglês e espanhol);
 - caso o trabalho seja decorrente de pesquisas, dissertações, teses ou similares, explicitar, em nota de rodapé associada ao título, espaçamento entre linhas simples, como indicado no exemplo a seguir:

Este artigo toma por base investigação em andamento no doutoramento de Maria de Assis, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação de João Martins;

- nome completo do autor ou autores, complementado com as seguintes informações, indicadas em nota de rodapé (uma para cada autor): Formação/instituição, titulação, filiação profissional, como indicado no exemplo a seguir:

Arquiteto pela PUC Minas, mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFMG, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela PUC Minas. Professor do Departamento de Expressão Gráfica da PUC Minas;

- resumo do trabalho, apresentado de modo trilingue (português, inglês e espanhol), contendo, no máximo, 700 caracteres cada (contados sem espaços);
- palavras-chave indicadoras do conteúdo do trabalho (mínimo de 3 e máximo de 5), apresentadas de modo trilingue. Sugere-se que ao menos duas das palavras-chave tenham um caráter mais genérico;
- citações e referências bibliográficas devem ser apresentadas segundo o Padrão PUC Minas de Normalização, disponível em http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf;
- as notas devem ser de rodapé;
- as imagens de qualquer natureza (gráficos, figuras, fotos, mapas e outras) devem ser perfeitamente legíveis e apresentadas de duas maneiras:

1. ao longo do texto, em baixa resolução, numeradas, acompanhadas de legendas específicas, com identificação de fonte (as imagens não podem ter problema de direitos autorais);

2. cada uma das imagens inseridas ao longo do trabalho deve ainda ser submetida pelo sistema, conforme consta do “passo 4: envie documento suplementar”. Elas devem estar em formato JPG ou TIF, com tamanho real de, no mínimo, 1.000 pixels na horizontal e altura proporcional, de modo a garantir boa qualidade para a reprodução gráfica. As imagens da versão digital poderão ser coloridas, mas, na versão impressa, serão em preto e branco;

- E-mail e telefone (com DDD) inseridos ao final do trabalho, como indicado no exemplo a seguir:

*Contato:
Maria de Assis
mariaassis@gmail.com
(31) 9 8888-7777*

(Observação: No artigo será publicado apenas o e-mail do autor.);

- deve-se evitar que tabelas e quadros estejam bloqueados para edição.

5. A identificação de autoria do trabalho será removida do arquivo pela equipe editorial, garantindo, dessa forma, o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares.

6. Condições gerais:

A colaboração de autores e avaliadores não é remunerada.

O artigo estará disponível no site dos *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* por tempo indeterminado, acessível por *link* direto.

